

MATRIZes

ISSN 1982-8160

DOSSTÊ:

*Novas Perspectivas em Teorias
da Comunicação*

Edgar Morin

José Van Dijck

Eugênio Rondini Trivinho

Carlos Vidales

Júlio Bezerra

ENTREVISTA:

Norval Baitello Junior

Editorial

AO MESMO TEMPO que somos surpreendidos por recorrentes avanços tecnológicos e consequentes aprimoramentos dos processos comunicacionais, temos também um conjunto de reflexões sendo constantemente geradas por esses fenômenos. De certa maneira, isso determina um repositório de referências e instrumentos teóricos que acabam sendo mais longevos que os próprios fenômenos, tornando-se passíveis de serem resgatados e mobilizados diante de cada novo cenário que se desenha.

Essa premissa justifica a escolha dos editores de abrir o **Dossiê** desta edição de MATRIZes com o texto **Pensamento socialista em ruínas. O que podemos esperar?**, originalmente redigido por Edgar Morin há quase 30 anos. O autor parte da proposição de que o significado do socialismo estava fragilizado naquele momento histórico, exigindo a revisão de suas aspirações mais fundamentais para manter viva a esperança em uma sociedade melhor. Tal reflexão se mantém urgente nos dias atuais, considerando que as mesmas crises apontadas pelo autor naquele momento – originadas pela crença em uma racionalidade técnica vendida à ilusão de um progresso desenfreado – têm a sua complexidade crescentemente acentuada. Essa complexidade é exemplificada e explorada no texto seguinte, quando a autora José van Dijck, em **Ver a floresta por suas árvores: visualizando plataformização e sua governança**, constrói um minucioso mapeamento da estrutura das plataformas digitais por intermédio da metáfora de uma árvore. Observando o funcionamento dessas plataformas a partir de um arranjo de elementos que se assemelha à articulação entre raiz, tronco e ramos arborais, van Dijck evidencia o jogo de relações que sustenta esse cenário de plataformização, permitindo vislumbrar possibilidades de

se pensar políticas para remodelar esse ecossistema a partir de interesses voltados para o bem comum da sociedade.

Dando seguimento ao dossiê, no artigo **O que é glocal? Sistematização conceitual e novas considerações teóricas sobre a mais importante invenção tecnocultural da civilização midiática**, Eugênio Rondini Trivinho explora os sentidos possíveis para o termo em questão. Observando essa mescla entre *global* e *local*, promovida pela ação das formas comunicacionais sobre as noções de espaço e tempo, Trivinho desenvolve sua argumentação a partir de uma sistematização de diversas implicações da *glocalização* como um fenômeno reconfigurador das práticas sociais. O artigo seguinte, **Construindo a teoria da comunicação a partir da cibersemiótica**, de Carlos Vidales, propõe observar a comunicação a partir de sua transdisciplinaridade, o que, segundo o autor, permite constituir uma base comum para sua conceituação em oposição à dualidade das visões humanistas e mecanicistas para seu enquadramento teórico.

Por fim, o artigo **Deleuze e Merleau-Ponty: o cinema em seu renascimento continuado**, de Júlio Bezerra, tem o objetivo de construir uma aproximação entre esses importantes e influentes autores. Segundo Bezerra, Gilles Deleuze e Maurice Merleau-Ponty são comumente vistos em oposição quanto às suas contribuições para a reflexão sobre o cinema. Sua proposta de realizar este entrecruzamento, que o próprio autor declara ser arriscada, deve ser considerada como portadora de um certo ineditismo, encerrando este dossiê que busca justamente apresentar novas perspectivas para os estudos da comunicação.

A **Entrevista** intitulada **Da iconofagia à ecologia da comunicação – as imagens e o corpo na comunicação e na cultura** traz Norval Baitello Junior em conversa com Luciano Guimarães e Leão Serva, evocando a necessidade de promover uma ecologia da comunicação. Norval conta como tem desenvolvido seus estudos sobre imagem e corpo na comunicação, em método arqueológico e interdisciplinar, com base tanto na filogênese quanto na ontogênese da comunicação, que culminam em teorias que relacionam as Ciências da Comunicação, Teorias da Mídia e Teoria da Imagem. Parece-nos que o texto de Edgar Morin publicado nesta edição de MATRIZes e as proposições de Norval Baitello Junior, apresentadas na **Entrevista**, caminham na mesma direção: a denúncia de um crescimento da irracionalidade e a defesa de um projeto político antropossocial e de uma ecologia da ação (Morin) ou ecologia da comunicação (Baitello).


Dando início à seção **Em Pauta**, Samuel Mateus, no artigo **Mediatização da memória**, problematiza a expansão da memória no espaço virtual, notando que as infraestruturas de difusão e aceleração podem fragilizar sua função de constituir laços sociais. Em seguida, o texto **Dos meios às mediações (algorítmicas)**:

mediação, recepção e consumo em plataformas digitais, de Kérley Winkes e Raquel Ritter Longhi, propõe a construção de um *Mapa do Sistema de Mediações Algorítmicas*, ao modo de Jesús Martín-Barbero, a fim de aproximar o contexto algorítmico aos instrumentos teóricos dos Estudos Culturais.

Já Guilherme Oliveira Curi e Veneza Mayora Ronsini, no texto **Reconhecimento e redistribuição nas mídias digitais do Projeto Común Tierra**, analisam como um projeto de documentação de comunidades sustentáveis pela América Latina pode ser entendido como um processo comunicacional comunitário, assumindo um caráter pedagógico para a divulgação de práticas ecológicas. Essa forma de análise atenta, elaborada a partir de um objeto empírico muito bem delineado, é também realizada nos três textos seguintes da seção. Em **A vacina em dois jornais brasileiros antes e depois da covid-19**, Luisa Massarani e Luiz Felipe Fernandes Neves discutem como a cobertura da pandemia da covid-19 passou de um jornalismo de serviço para um jornalismo científico, ressaltando os modos como a ciência pode ser atravessada por aspectos políticos, econômicos e ideológicos. Sandra Fischer e Aline Vaz, no texto **Imagens de Amor de Mãe: quadriculamentos e escapatórias**, analisam a imagética da telenovela em referência, a partir de um exame das dimensões simbólicas que os enquadramentos e esquadrinhamentos de cenas são capazes de articular para seus personagens em tela.

Perante o rosto violado: o mugshot de Bophana e a tragédia do Camboja, de Ricardo Lessa Filho e Frederico Vieira, é um sensível texto que discute sobre como um frágil e pequeno retrato, que se desdobra em um documentário, evidencia a potência política das imagens, sobretudo quando elas podem ser consideradas vestígios de uma violência perpetrada pelo poder. A seção é finalizada com o artigo **A participação como compromisso organizacional na TV pública**, de Daniele Ferreira Seridório, Danilo Rothberg e Octavio Penna Pieranti, que apresenta um panorama sobre o uso dos mecanismos de participação da sociedade nas instâncias de gestão e produção editorial de emissoras públicas brasileiras.

Encerrando esta edição de MATRIZES, temos a **Resenha** de Leticia Xavier de Lemos Capanema, intitulada **Práxis da análise televisiva em quatro eixos teórico-metodológicos**, que se debruça sobre o livro *Análise da Ficção Televisiva: Metodologias e Práticas*, organizado por Simone Rocha e Rogério Ferraraz.

Agradecemos o interesse na leitura desta nova edição, com a expectativa de que, mais uma vez, a MATRIZES possa contribuir para os importantes debates de nossa área. 

Luciano Guimarães
Wagner Souza e Silva

E

O Comitê Editorial

Ana Carolina Damboriarena Escosteguy, UFSM

Isabel Ferin Cunha, UNL

Luciano Guimarães, USP

Maria Immacolata Vassallo de Lopes, USP

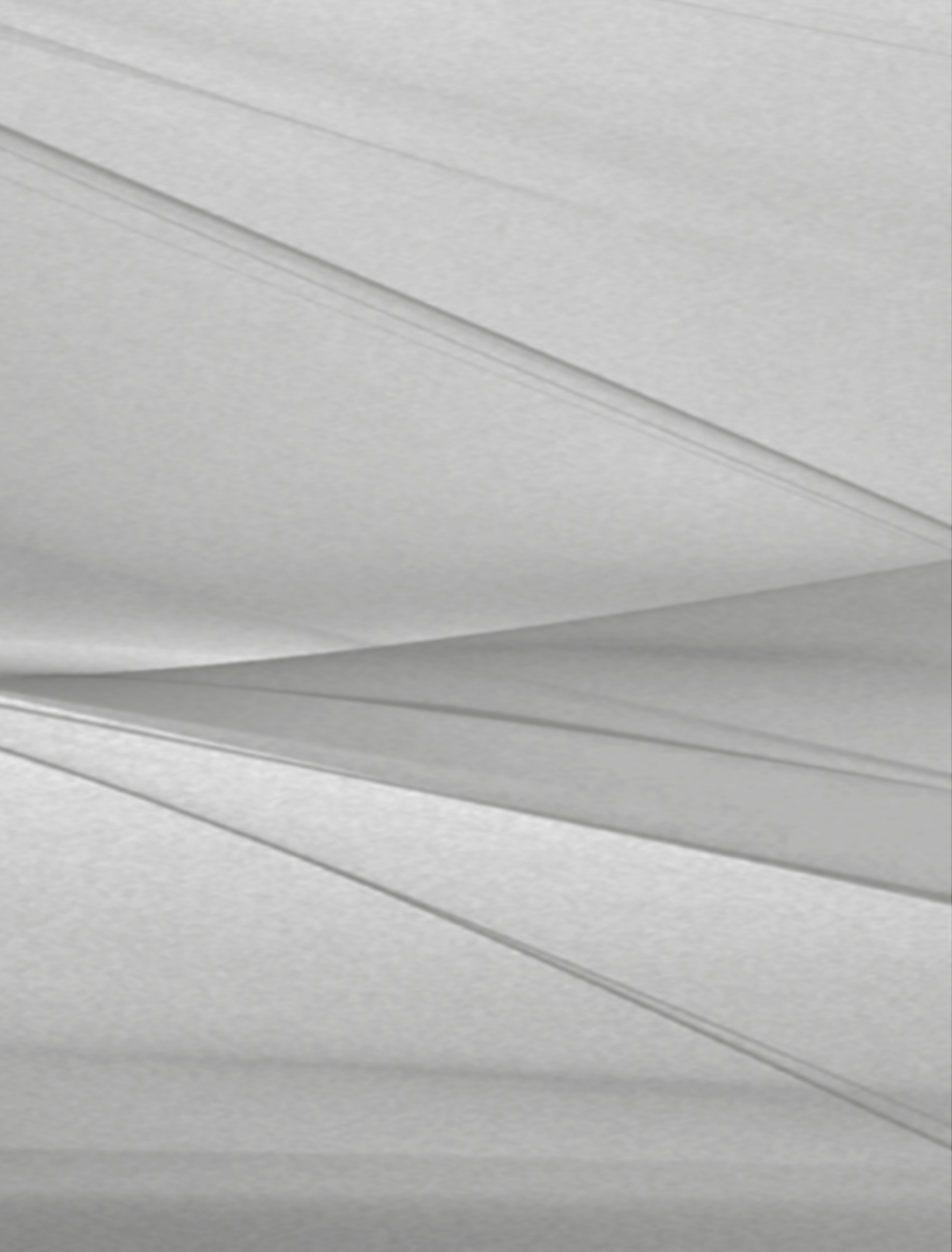
Maria Ignês Carlos Magno, UAM

Raúl Fuentes Navarro, ITESO

Richard Romancini, USP

Roseli Figaro, USP

Wagner Souza e Silva, USP



DOSIÊ

Novas Perspectivas em Teorias da Comunicação



Pensamento socialista em ruínas. O que podemos esperar?^a

Socialist thought in ruins. What can we expect?

EDGAR MORIN^b

Centre National de la Recherche Scientifique. Paris, França

RESUMO

Trata-se de ensaio publicado no *Le Monde*, em 1993, em que o autor discute o significado do socialismo a partir de uma possibilidade de revisão de seus aspectos constitutivos e de suas aspirações para a construção de uma sociedade melhor. Questionando determinismos definidos por uma racionalidade ávida pelo progresso, Edgar Morin nos convoca a refletir sobre a necessidade de um projeto civilizatório voltado para “transformar a espécie humana em humanidade” e que seja capaz de responder a um contexto de crescente complexidade, que parece atingir seu ápice nos dias atuais, tornando este texto um importante manifesto sobre esperança para a construção de relações sociais cada vez mais humanas.

Palavras-chave: Sociedade, civilização, esperança, pensamento, pensamento socialista

ABSTRACT

This is an essay published in *Le Monde*, in 1993, in which the author discusses the meaning of socialism from a possibility of reviewing its constitutive aspects and its aspirations for the construction of a better society. Questioning determinist ideas defined by a rationality eager for progress, Edgar Morin calls us to reflect on the need for a civilizing project aimed at “transforming the human species into humanity”, being able to respond to a context of increasing complexity, which seems to reach its apex today, making this text an important manifesto on hope for the construction of social relations more and more human.

Keywords: Society, civilization, hope, thought, socialist thought

^a Artigo originalmente publicado no jornal *Le Monde* (1993, 21 de abril).
<https://bit.ly/3ANpqq1>

^b Diretor emérito de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS) na França. Antropólogo, sociólogo e filósofo. Foi fundador do Centro de Estudos Transdisciplinares, atual Centro Edgar Morin, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS), em Paris.

D

Pensamento socialista em ruínas. O que podemos esperar?

O SIGNIFICADO DA PALAVRA socialismo viu-se totalmente degradado no triunfo do socialismo totalitário, e depois totalmente desacreditado em sua queda. O significado da palavra socialismo tem sido corroído progressivamente na social-democracia, que chegou ao fim onde quer que tenha governado. Podemos nos questionar se seu uso é ainda aconselhável. Mas o que permanece e permanecerá são as aspirações que foram expressas sob este termo: aspirações que são tanto libertárias quanto “fraternárias”, aspirações de realização humana e uma sociedade melhor.

Inflado pela seiva destas aspirações nos séculos XIX e XX, o socialismo trouxe imensa esperança. É esta esperança, hoje morta, que não pode ser ressuscitada tal como está. Pode-se gerar uma nova esperança? Precisamos voltar às três interrogações colocadas por Kant há dois séculos: “Que posso saber? Que devo fazer? Que me é permitido esperar?”. Os socialistas do século XIX compreenderam bem a solidariedade das três interrogações. Eles só responderão à terceira pergunta após terem interrogado o conhecimento de seu tempo, não apenas sobre a economia e a sociedade, mas também sobre o homem e o mundo, e a investigação mais abrangente e sintética foi realizada por Karl Marx com a ajuda de Friedrich Engels. Sobre estas bases cognitivas, Marx elaborou um pensamento que deu sentido, certeza e esperança às mensagens socialistas e comunistas.

O problema, hoje, não é mais saber se a “doutrina” marxista está morta ou não. Mas sim reconhecer que os fundamentos cognitivos do pensamento socialista são inadequados para compreender o mundo, o homem e a sociedade. Para Marx, a ciência trouxe certeza. Hoje, sabemos que as ciências fornecem certezas locais, mas que as teorias são científicas na medida em que são refutáveis, ou seja, incertas. E em questões fundamentais, o conhecimento científico leva a incertezas insondáveis. Para Marx, a certeza científica eliminou o questionamento filosófico. Hoje, vemos que todos os avanços da ciência reavivam questionamentos filosóficos fundamentais. Marx acreditava que a matéria era a realidade primordial do universo. Hoje, a matéria surge como um dos aspectos de uma realidade física polimórfica que aparece como energia, matéria, organização.

Para Marx, o mundo era determinístico e ele acreditava ter identificado as leis do devir. Hoje, sabemos que os mundos físico, biológico e humano evoluem, cada um à sua maneira, segundo as dialéticas da ordem, desordem e organização, compreendendo riscos e bifurcações, todas elas ameaçadas em última instância pela destruição. As ideias de autonomia e liberdade eram inconcebíveis nesta concepção determinista. Hoje, podemos conceber cientificamente a auto-organização e autoprodução, e podemos compreender que ambos, o indivíduo e a sociedade humana, são máquinas não triviais, capazes de atos inesperados e criadores.

LADAINHAS E PRAGMATISMO

A concepção marxiana do homem era unidimensional e pobre: nem o imaginário nem o mito faziam parte da realidade humana profunda. O ser humano era um *Homo faber* sem interioridade, sem complexidades – um Prometeu produtor fadado a derrubar os deuses e dominar o universo. Ao passo que, como apontaram Montaigne, Pascal e Shakespeare, o *homo é sapiens demens*, um ser complexo, múltiplo, contendo dentro em si um cosmos de sonhos e fantasias.

A concepção marxiana de sociedade privilegiou as forças materiais de produção; a chave do poder sobre a sociedade estava na apropriação dos meios de produção; as ideias e ideologias, dentre as quais a ideia de Nação, eram meras superestruturas ilusórias; o Estado era meramente um instrumento nas mãos da classe dominante; a realidade social estava no poder e na luta de classes; a palavra capitalismo era suficiente para dar conta de nossas sociedades na realidade multidimensionais. Ora, como não perceber, hoje, que existe um problema específico do poder estatal, uma formidável realidade sociomitológica nas nações, uma realidade própria das ideias? Como podemos não ver a natureza complexa e multidimensional da realidade antropossocial?

Marx acreditava na profunda racionalidade da história, no progresso cientificamente assegurado; ele estava certo da missão histórica do proletariado de criar uma sociedade sem classes e um mundo fraterno. Hoje, sabemos que a história não progride em linha reta, mas por desvios que se fortalecem e se tornam tendências. Sabemos que o progresso não é certo e que qualquer progresso obtido é frágil. Sabemos que a crença na missão histórica do proletariado não é científica, mas messiânica: é a transposição para nossas vidas terrestres da salvação judaico-cristã prometida para após à morte. Essa ilusão foi certamente a mais trágica e devastadora de todas.

Muitas das ideias marxistas são e continuarão a ser frutíferas; mas os fundamentos de seu pensamento estão desintegrados. Os fundamentos da esperança estão, portanto, desintegrados. Em seu lugar, não resta nada além de ladainhas e um pragmatismo cotidiano. Uma teoria articulada e coerente foi substituída por uma salada mista de ideias sobre modernidade, economia, sociedade e administração. Os dirigentes cercam-se de especialistas, enarques, tecnocratas, econocratas. Contam com o conhecimento fragmentado dos especialistas que lhes parece garantido (cientificamente, academicamente). Eles tornaram-se cegos para os formidáveis desafios da civilização, para todos os grandes problemas. A consulta permanente das urnas serve de bússola. O grande projeto desapareceu.

A conversão do socialismo em boa administração só pode ser uma redução ao gerencialismo: este último, ao se dedicar ao dia a dia, também minou as bases da esperança, especialmente porque a gestão é incapaz de resolver os problemas mais críticos.

A MODERNIZAÇÃO DEFICIENTE

O debate arcaísmo/modernismo é distorcido pelo duplo sentido de cada um desses termos. Se arcaísmo significa a ladainha de fórmulas vazias sobre a superioridade do socialismo, as virtudes da união da esquerda, o apelo às “forças do progresso”, então é preciso romper com esse arcaísmo. Se isso significa um retorno às aspirações de um mundo melhor, então é preciso examinar se e como essas aspirações podem ser satisfeitas. Se modernismo significa adaptar-se ao presente, então é radicalmente inadequado, pois se trata de adaptar-se ao presente em uma tentativa de adaptá-lo às nossas necessidades. Se isso significa enfrentar os desafios do tempo presente, então é preciso ser resolutamente moderno. De qualquer maneira, não se trata apenas de adaptar-se ao presente. Trata-se também de se preparar para o futuro. Por fim, é preciso salientar que o moderno, significando crença na garantia do progresso e na infalibilidade da tecnologia, já está ultrapassado.

É agora certo que devemos abandonar toda Lei da história, toda crença providencial no Progresso, e extirpar a fé fatal na salvação terrena. É importante perceber que, mesmo obedecendo a diversos determinismos (que muitas vezes entram em choque e provocam o caos), a história é aleatória e experimenta bifurcações inesperadas. É importante saber que a ação de governar é uma ação condutora, onde a arte de liderar é uma arte de dirigir em condições incertas que podem se tornar dramáticas. O princípio primordial da ecologia da ação nos diz que todo ato escapa às intenções do ator e adentra as interações de feedback do meio, e pode desencadear o oposto do efeito desejado.

Precisamos de um pensamento capaz de captar a multidimensionalidade das realidades, reconhecer o jogo das interações e feedbacks, e enfrentar as complexidades ao invés de ceder a maniqueísmos ideológicos ou mutilações tecnocráticas (que só reconhecem realidades arbitrariamente compartimentadas, são cegas ao que não é quantificável, e ignoram as complexidades humanas).

É preciso abandonar a falsa racionalidade. As necessidades humanas não são apenas econômicas e tecnológicas, mas também afetivas e mitológicas.

DO HOMEM PROMETEICO AO HOMEM PROMISSOR

A perspectiva original do socialismo era antropológica (relativa ao homem e seu destino), global (internacionalista) e civilizadora (irmanar o corpo social, abolindo a barbárie da exploração do homem pelo homem). Podemos e devemos nos servir desse projeto, ao mesmo tempo que modificamos seus termos.

O homem de Marx precisou encontrar sua salvação “desalienando-se”, ou seja, libertando-se de tudo o que lhe era estranho e dominando a natureza.

A ideia de um homem “desalienado” é irracional: autonomia e dependência são inseparáveis, pois dependemos de tudo aquilo que nos nutre e nos desenvolve; somos possuídos por aquilo que possuímos: vida, sexo, cultura. As ideias de libertação absoluta, de conquista da natureza, de salvação terrena são uma ilusão abstrata.

Ademais, a experiência histórica de nosso século demonstrou que não basta derrubar uma classe dominante ou conseguir a apropriação coletiva dos meios de produção para arrancar os seres humanos da dominação e da exploração. As estruturas de dominação e exploração têm raízes profundas e complexas, e é abordando todos os lados do problema que poderemos esperar algum progresso.

Não podemos eliminar a infelicidade e a morte, mas podemos aspirar ao progresso das relações humanas entre indivíduos, grupos, etnias, nações. O abandono do progresso garantido pela “lei da história” não significa o abandono do progresso, mas o reconhecimento de seu caráter incerto e frágil. A renúncia ao admirável mundo novo não é absolutamente a renúncia de um mundo melhor.

É possível vislumbrar, nesta perspectiva, uma política que teria por tarefa continuar e desenvolver os processos de hominização no sentido de aprimorar as relações e sociedades humanas?

Hoje sabemos que as potencialidades cerebrais do ser humano permanecem em grande parte inexploradas. Ainda estamos na pré-história da mente humana. Como as possibilidades sociais estão relacionadas às possibilidades cerebrais, ninguém pode garantir que nossas sociedades teriam esgotado suas possibilidades de melhoria e transformação e que tenhamos chegado ao fim da História... Acrescentemos que os desenvolvimentos tecnológicos encolheram a Terra, permitem que todos os pontos do globo estejam em comunicação imediata, fornecem os meios para alimentar todo o planeta, e garantem um mínimo de bem-estar a todos os seus habitantes.

Mas as potencialidades cerebrais do ser humano são fantásticas, para o bem e para o mal. Se o *Homo sapiens demens* possuía desde o início o cérebro de Mozart, Beethoven, Pascal, Puchkin, ele possuía também o de Stalin e Hitler... Se temos a oportunidade de desenvolver o planeta, também temos a oportunidade de destruí-lo.

DA INTERNACIONAL À TERRA-PÁTRIA

Assim, não há progresso garantido, mas uma possibilidade incerta que depende muito da consciência, da vontade, da coragem, da sorte... E a consciência se tornou urgente e primordial. A possibilidade antropológica e sociológica

D

Pensamento socialista em ruínas. O que podemos esperar?

de progresso restaura o princípio da esperança, mas sem certeza “científica” ou promessa “histórica”.

O pensamento socialista queria situar o homem no mundo. Ora, a situação do homem no mundo mudou mais nos últimos trinta anos do que entre o século XVI e o início do século XX. A Terra do homem “perdeu” seu antigo universo; o Sol tornou-se uma estrela liliputiana entre bilhões de outras em um universo em expansão; a Terra está perdida no cosmos – é um pequeno planeta de vida quente em um espaço gélido onde as estrelas queimam com violência inaudita e os buracos negros se autodevoram. Somente neste pequeno planeta, tanto quanto sabemos, existe vida e pensamento consciente. Este é o jardim comum da vida e da humanidade. É o lar comum de todos os seres humanos. Trata-se de reconhecer nossa ligação consubstancial com a biosfera e de gerir a natureza. Trata-se de abandonar o sonho prometeico de domínio do universo pela aspiração de convivência na terra.

Isso parece possível, já que estamos na era planetária onde todas as partes se tornaram interdependentes umas das outras. Mas são a dominação, a guerra e a destruição que têm sido as principais arquitetas da era planetária. Estamos ainda na idade do ferro planetária. Entretanto, a partir do século XIX, o socialismo vinculou a luta contra as barbáries da dominação e exploração à ambição de fazer da Terra a grande pátria humana.

Mas o novo pensamento planetário, que amplia o internacionalismo, deve romper com dois de seus aspectos capitais: o universalismo abstrato, “Os proletários não têm pátria”; e o revolucionarismo abstrato, “Enterremos o passado”.

Precisamos compreender a que necessidades formidáveis e irredutíveis corresponde a ideia de nação. Não devemos mais opor o universal às pátrias, mas vincular nossas pátrias – familiares, regionais, nacionais, europeias – de forma concêntrica e integrá-las ao universo concreto da pátria terrestre. Não devemos mais opor um futuro brilhante a um passado de servidão e superstição. Todas as culturas têm suas virtudes, suas experiências, sua sabedoria, bem como suas deficiências e ignorância. É confiando em seu passado que um grupo humano encontra a energia para enfrentar seu presente e preparar seu futuro. A busca por um futuro melhor deve ser complementar, e não antagonica, a um retorno ao passado. Recorrer ao passado é, para cada um de nós, uma necessidade identitária profunda, mas essa identidade não é incompatível com a identidade propriamente humana na qual devemos igualmente nos pautar. A pátria terrestre não é abstrata, uma vez que dela se origina a humanidade.

O que é próprio ao humano é a *unitas multiplex*: é a unidade genética, cerebral, intelectual, afetiva do *Homo sapiens demens* que expressa suas inúmeras virtualidades através da diversidade de culturas. A diversidade humana é o tesouro da unidade humana, que é o tesouro da diversidade humana.

Assim como deve haver uma comunicação viva e permanente entre passado, presente e futuro, também deve haver uma comunicação viva e permanente entre as singularidades culturais, étnicas e nacionais e o universo concreto de uma terra-pátria para todos.

O imperativo é civilizar a terra, unir e confederar a humanidade, respeitando ao mesmo tempo as culturas e as pátrias.

Mas há desafios e ameaças formidáveis hoje que eram inconcebíveis no século XIX. O mundo foi então entregue às antigas barbáries que a história humana havia desencadeado: guerras, ódios, crueldades, desprezo, fanatismo religioso e nacional. A ciência, a tecnologia, a indústria pareciam conter em seu próprio desenvolvimento a eliminação dessas antigas barbáries e o triunfo da civilização.

Daí a fé cega no progresso da humanidade, a despeito de alguns acidentes de percurso.

NOVO MAL-ESTAR DA CIVILIZAÇÃO

Hoje, fica cada vez mais claro que os desenvolvimentos da ciência, tecnologia e indústria são ambivalentes, sem que seja possível decidir se o pior ou o melhor deles prevalecerá. As prodigiosas elucidacões trazidas pelo conhecimento científico são acompanhadas pelas regressões cognitivas da especialização, o que nos impede de perceber o contexto e o global. Os poderes da ciência não são apenas benéficos, mas também destrutivos e manipuladores. O desenvolvimento técnico-econômico, desejado por e para o mundo inteiro, revelou suas deficiências e insuficiências em quase todos os lugares.

Aqui estão os desafios formidáveis que se impõem em cada sociedade e para toda a humanidade: a insuficiência do desenvolvimento técnico-econômico; a marcha acelerada e incontrolável da tecnociência; os desenvolvimentos hipertrofiados da tecnoburocracia; os desenvolvimentos hipertrofiados da mercantilização e monetarização de tudo; os problemas cada vez mais graves colocados pela urbanização do mundo.

A isso devem ser acrescentados as perturbações econômicas e demográficas, as regressões e atropelos democráticos e os perigos combinados de uma homogeneização civilizacional que destrói a diversidade cultural e de uma balcanização étnica que torna impossível uma civilização humana comum.

Aqui se coloca o problema da civilização. A política da civilização.

Ao retomar e desenvolver o projeto da Revolução Francesa, concentrado no lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o socialismo propôs uma política de civilização dedicada a eliminar a barbárie das relações humanas: a exploração

D

Pensamento socialista em ruínas. O que podemos esperar?

entre os homens, a arbitrariedade dos poderes, o egocentrismo, o etnocentrismo, a crueldade, a incompreensão. Ele se dedicou a um empreendimento de solidarização da sociedade, o qual teve algum êxito através do Estado (estado de bem-estar social), mas que não pôde evitar a dissolução generalizada das relações entre indivíduos e grupos na civilização moderna urbana.

O socialismo se dedicou à democratização de todo o tecido da vida social; sua versão “soviética” reprimiu toda democracia e sua versão social-democrata foi incapaz de impedir as regressões democráticas que, por razões diversas, vêm correndo nossas civilizações a partir de dentro.

Mas, acima de tudo, um problema fundamental é colocado por e para o que parecia trazer um progresso generalizado e contínuo da civilização. Para além do mal-estar no qual, segundo Freud, toda civilização desenvolve dentro de si mesma os fermentos de sua própria destruição, surgiu um novo mal-estar da civilização. Ele resulta da conjunção dos desenvolvimentos urbanos, tecnológicos, burocráticos, industriais, capitalistas e individualistas de nossa civilização.

O desenvolvimento urbano trouxe não só realização pessoal, liberdade e lazer, mas também a atomização consecutiva à perda de velhas solidariedades e à servidão das restrições organizacionais muito modernas (o trabalha-come-dorme).

O desenvolvimento capitalista levou a uma mercantilização generalizada, inclusive em áreas onde havia a doação, serviços gratuitos e bens comuns não monetários, destruindo assim muitos tecidos de convivência.

DESTINO TERRENO

A tecnologia tem imposto a lógica da máquina artificial, que é mecânica, determinista, especializada e temporizada, a cada vez mais setores da vida humana. O desenvolvimento industrial traz não apenas a elevação dos padrões de vida, mas também a diminuição da qualidade de vida, e a poluição que produz começou a ameaçar a biosfera.

Esse desenvolvimento, que parecia providencial no final do século passado, hoje representa duas ameaças às sociedades e aos seres humanos: uma externa, resultado da degradação ecológica dos ambientes; a outra, interna, resulta da degradação da qualidade de vida. O desenvolvimento da lógica da máquina industrial em empresas, escritórios e atividades de lazer tende a difundir o padrão e o anonimato, e assim destruir a convivência.

O surgimento das novas tecnologias, particularmente a informática, está causando perturbações econômicas e desemprego, embora possa se tornar libertadora se a mudança tecnológica for acompanhada por mudanças sociais.

Nesse contexto, a crise do progresso e as incertezas do amanhã ou reduzem a vida a um “dia a dia” ou transformam o retorno às raízes em fundamentalismos ou nacionalismos fechados.

Daí os imensos problemas civilizatórios que exigirão mobilização para: humanizar a burocracia e a tecnologia, defender e desenvolver a convivência, desenvolver a solidariedade.

Todos estes desafios – o desafio antropológico, o desafio planetário, o desafio civilizacional – estão ligados ao grande desafio que a aliança entre duas barbáries, a velha barbárie das profundezas do tempo, mais virulenta do que nunca, e a nova barbárie, gélida, anônima, mecanizada, quantificada, impõe ao final do nosso século, em todas as partes do mundo.

Hoje, a consciência de nosso destino terreno e identidade terrena comum se une à tomada de consciência sobre os problemas globais e fundamentais impostos à toda a humanidade.

Hoje estamos na era Democleana de ameaças mortais, com oportunidades de destruição e autodestruição, inclusive psíquicas, que, após uma curta trégua nos anos 80-90, se reagravaram.

O planeta está em perigo: a crise do progresso está afetando toda a humanidade, produzindo rupturas por toda a parte, rompendo articulações, determinando respostas particularistas; reinam as guerras; o mundo está perdendo sua visão global e o senso de interesse geral.

Civilizar a terra, transformando a espécie humana em humanidade, torna-se o objetivo fundamental e global de toda política que aspire não só ao progresso, mas à sobrevivência da humanidade.

É ridículo que os socialistas míopes estejam buscando “atualizar”, modernizar, social-democratizar, enquanto o mundo, a Europa e a França confrontam os imensos problemas do fim dos Tempos Modernos.

OS EDIFICADORES DA ESPERANÇA

Trata-se de repensar e reformular o desenvolvimento humano em termos apropriados (e aqui novamente respeitando e integrando as contribuições de culturas que não a ocidental).

Devemos tomar consciência da louca aventura que nos conduz à desintegração, e devemos procurar controlar o processo a fim de provocar a mutação vital necessária.

Estamos em uma luta formidável entre solidariedade ou barbárie. Estamos em uma história instável e incerta onde nada ainda foi decidido.

Salvar o planeta ameaçado por nosso desenvolvimento econômico. Regular e controlar o desenvolvimento tecnológico. Assegurar o desenvolvimento humano.

D

Pensamento socialista em ruínas. O que podemos esperar?

Civilizar a Terra. Eis o que amplia e transforma a ambição socialista original. Essas são as perspectivas grandiosas capazes de mobilizar energias.

Mais uma vez, e em termos dramáticos, coloca-se a questão: o que podemos esperar?

Os grandes processos conduzem à regressão ou à destruição. Mas estas são apenas prováveis. A esperança está no improvável, como sempre se dá nos momentos dramáticos da história onde todos os grandes eventos positivos eram improváveis antes de acontecerem: a vitória de Atenas sobre os Persas em 490-480 a.C., daí o nascimento da democracia, a sobrevivência da França sob Carlos VII, o colapso do império hitlerista em 1941, a queda do império stalinista em 1989.

A esperança se baseia nas possibilidades humanas ainda inexploradas e se assenta no improvável. Não mais a esperança apocalíptica da luta final, mas a esperança corajosa da luta inicial: requer a restauração de uma concepção, uma visão do mundo, um conhecimento articulado, uma ética. Ela deve animar não apenas um projeto, mas uma resistência preliminar contra as gigantescas forças da barbárie que são desencadeadas. Aqueles que aceitarem o desafio virão de diversas origens, não importando o rótulo que os reúnam. Mas serão eles os portadores contemporâneos das grandes aspirações históricas que, por um tempo, nutriram o socialismo. Eles serão os edificadores da esperança. ■

Ver a Floresta por suas Árvores: Visualizando Plataformização e sua Governança^a

Seeing the Forest for the Trees: Visualizing Platformization and its Governance

■ JOSÉ VAN DIJCK^b

Utrecht University, Países Baixos

RESUMO

As complexidades das plataformas estão cada vez mais em desacordo com os conceitos jurídicos e econômicos rígidos que fundamentam sua governança. Este artigo busca analisar a plataformização através da lente metafórica de uma árvore para entender os ecossistemas de informação como estruturas hierárquicas e interdependentes. Adotando uma abordagem holística à plataformização, essa metáfora visual pode inspirar um conjunto de princípios para remodelar o ecossistema de plataformas ao interesse da sociedade e do bem comum.

Palavras-chave: Política antitruste, big tech, regulação de dados, governança da internet, economia de plataforma

ABSTRACT

The complexities of platforms are increasingly at odds with the narrow legal and economic concepts in which their governance is grounded. This article aims to analyze platformization through the metaphorical lens of a tree to make sense of information ecosystems as hierarchical and interdependent structures. Taking a holistic approach to platformization, this visual metaphor may inspire a set of principles that reshapes the platform ecosystem in the interest of society and the common good.

Keywords: Antitrust policy, big tech, data regulation, internet governance, platform economy

^a Artigo publicado originalmente em *New Media & Society* (2020), 23(9), 2801-2819. <https://doi.org/10.1177/1461444820940293>

^b Professora emérita da Universiteit Utrecht e presidente da Academia Real de Artes e Ciências dos Países Baixos. Autora de obras como *The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media* (Oxford University Press, 2013). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0499-9045>. E-mail: j.f.t.m.vandijck@uu.nl

D

Ver a Floresta por suas Árvores

Todas as formas como você nos imagina são amputações, sempre. Sua espécie nunca nos vê inteiros. Vocês perdem a metade, e mais. Há sempre tanto abaixo do solo quanto acima. Esse é o problema com as pessoas, seu problema básico.

A vida corre ao lado delas, invisível.

*–Richard Powers, *The Overstory**

O QUE FAZ DAS grandes empresas americanas de tecnologia poderosas e a governança de suas plataformas complexa? Este artigo defende que a operação coletiva de um conjunto exclusivo de plataformas concorrentes e coordenadas governa o núcleo dos sistemas de informação digital do mundo, exercendo, a partir dele, um controle econômico, social e (geo)político sem precedentes. Nos últimos anos, as empresas de tecnologia transformaram produtos em serviços de dados onde os clientes pagam principalmente com suas informações e atenção pessoais. Mercados, além de setores, infraestruturas e serviços públicos, são atraídos para um ecossistema orientado por dados completamente comoditizados e cujo impacto cresce em consonância com novos campos em florescimento, como inteligência artificial e tecnologias robóticas. As complexidades das plataformas conflitam cada vez mais com os estreitos conceitos jurídicos e econômicos em que suas governanças estão baseadas. Em vez de nos concentrarmos em empresas de tecnologia alavancando cada vez mais plataformas, propomos focar na dinâmica da plataformação e em como adequadamente ajustar estratégias de governança.

A plataformação é um processo semelhante à industrialização ou eletrificação, já que se refere a uma transformação multifacetada das sociedades globalizadas (Poell et al., 2019). A ascensão dos ecossistemas de plataformas corporativas e estatais acabou com o ideal outrora popular de uma internet universal e neutra que conecta o mundo. Em certa medida, também enfraqueceu distinções clássicas entre Estado, mercado e sociedade civil – conceitos que ainda são vitais para demarcar arranjos governamentais. Aparelhos técnico-corporativos, que já superam a potência econômica das nações, governam os sistemas de informação globais. Sua influência supera indiscutivelmente a influência política de governos e administrações eleitos no que diz respeito à regulamentação de democracias e a vida cívica (Moore, 2018). Enquanto as plataformas de tecnologia controlam cada vez mais a entrada de todo o tráfego online, circulação de dados e distribuição de conteúdo – fazendo sociedades inteiras dependerem de seus sistemas – essas plataformas conseguiram evitar as formas convencionais de regulamentação (Gillespie, 2018). Marcos regulatórios nacionais e supranacionais (ou seja, a União Europeia [UE]) normalmente examinam apenas um aspecto da governança, como concentração de mercado, liberdade de informação ou

direito à privacidade, mesmo quando a plataforma atravessa estruturas legais e cruza continentes.

Precisamos cada vez mais entender como a plataforma funciona e criar imaginários que ajudem a reformular as estruturas compartimentalizadas de governança em uma abordagem mais holística (seção “Da Governança da Plataforma à Plataformização da Governança”). Na tentativa de visualizar a dinâmica da plataforma e seus atores, este artigo propõe uma *árvore* como sua metáfora constitutiva (seção “A Árvore de Plataformização”). Tal metáfora pode nos ajudar a entender sistemas de informação como estruturas complexas cujo poder operacional é exercido através de camadas hierárquicas e interdependentes que se entrelaçam visível e invisivelmente, abaixo e acima do solo, horizontal e verticalmente. A forma em camadas, mas integrada da árvore, chama a nossa atenção para a dinâmica da plataforma: integração vertical, infraestruturalização e setorização cruzada (seção “A Dinâmica da Plataformização”). A metáfora também nos ajuda a revisar a atual fragmentação dos marcos regulatórios, abordando a assimetria de poder entre os cidadãos e os sistemas de informação que os governam (seção “Governando o Status Desregrado das Plataformas Intermediárias”). Por fim, a árvore da plataforma serve para identificar pontos de intervenção que órgãos reguladores, particularmente na UE, podem implantar para atuar como agentes de mudança, por exemplo, articulando um conjunto de princípios e valores que remodelam o ecossistema de plataforma ao interesse da sociedade e do bem comum (seção “Reformulando Governança para Promover a Diversidade de Plataformas”).

DA GOVERNANÇA DA PLATAFORMA À PLATAFORMIZAÇÃO DA GOVERNANÇA

Segundo Taylor Owen (2019, p. 3), “a plataforma Web consiste em espaços públicos controlados por empresas privadas que, em sua maioria, são governadas pelos incentivos comerciais de atores privados e não pelo bem coletivo da sociedade em geral”, afirmação que sintetiza o problema da sociedade atual de plataforma (van Dijck et al., 2018). Há um crescente descontentamento com as empresas de tecnologia que se tornaram grandes e multifacetadas demais para operar de forma transparente aos olhos do público e cujo poder extraordinário afeta mercados e democracias negativamente. Os custos sociais e econômicos dessa concentração de poder têm se tornando um problema global devido ao *capitalismo de vigilância* que sustenta a lógica econômica da extração de dados no controle da vida dos consumidores no Ocidente (Couldry & Mejias, 2019; Srnicek, 2017; Zuboff, 2019). O sistema americano é monopolizado por cinco empresas de Big Tech (Alphabet-Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft, conhecidas como Gafam) que entraram

no núcleo da vida econômica e cívica da maioria dos continentes, com exceção da China. A China opera um ecossistema de plataformas controlado pelo Estado e gerido corporativamente em torno de suas três grandes empresas (Baidu, Alibaba e Tencent, ou BAT). Este embate ideológico entre poderes estatais se manifesta cada vez mais como um embate técnico-corporativo. Tais confrontos revelam que, em vez de operar como ecossistemas de plataformas distintos, eles estão entrelaçados em vários níveis. O emaranhado entre os interesses americanos, chineses e europeus na governança global da inovação digital promove o aumento das tensões entre as superpotências continentais e seus aliados (DeNardis, 2020; Jia, 2018; Mueller, 2017; Steinberg, 2019; Winseck, 2017).

Apesar de sua escassez de “grandes” empresas de tecnologia, a UE tenta se posicionar como um agente governamental de mudança na economia digital global. Em seu memorando Construir o Futuro Digital da Europa (<https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt>), a Comissão Europeia articulou suas ambições (aparentemente incongruentes) de priorizar sua liderança na inovação tecnológica dentro da economia de dados e comprometer-se a proteger os valores democráticos e públicos na sociedade de plataforma, promovendo oportunidades iguais, mercados abertos, transparência, confiabilidade e privacidade. Até agora, a Comissão implementou uma colcha de retalhos de intervenções regulatórias para lidar com os problemas causados pelas empresas de plataformas globais – desde a monopolização dos mercados online e violações de privacidade até a contenção da desinformação e do discurso de ódio. A Comissão pretende tornar a Europa o lugar ideal para dados industriais de alta qualidade que possam ser usados para, por exemplo, criar ferramentas de IA e (ao mesmo tempo e pelos mesmos meios) uma estrutura para “espaços comuns de dados europeus” – uma nova infraestrutura de dados digitais que estimulará e incentivará o compartilhamento e uso de dados privados para o bem comum (“Experts say...”, 2020). Para alcançar ambições tão ousadas em 2021, será fundamental transformar a atual colcha de regulamentações baseadas em regras e políticas de dados em uma governança holística e baseada em princípios.

Por reconhecermos a necessidade de novos imaginários, propomos uma metáfora visual que configura a plataformização como um processo dinâmico. No passado, as plataformas foram frequentemente examinadas como construtos metafóricos com dimensões tecnológicas, sociais, econômicas e políticas (Gillespie, 2010; van Dijck, 2013). Ainda que elas sejam alimentadas por dados e regidas por algoritmos, as plataformas funcionam como parte de seu ecossistema – um conjunto de plataformas em rede regido por um determinado conjunto de mecanismos (van Dijck et al., 2018, p. 9). Em seu trabalho seminal, Benjamin Bratton (2016) argumentou que plataformas, como redes elétricas

inteligentes, nuvens e aplicativos móveis, evoluem não como objetos separados, mas como um aparelho computacional com uma nova arquitetura governante. A arquitetura em camadas destas plataformas foi visualizada como uma coleção de *pilhas*¹, refletindo sua modularidade e acumulação (Andersson Schwarz, 2017; Tiwana, 2014; Walton, 2017). A ciberativista Marleen Stikker (2019) distingue três tipos diferentes de pilhas – o Estado, as empresas e a pilha pública – para teorizar os interesses convergentes e divergentes de governos, mercados e populações. No entanto, outros teóricos configuram constelações em que pilhas são particionadas em plataformas *centrais* e *periféricas* (Constantinides et al., 2018).

Encontramos dois problemas ao configurar ecossistemas de plataformas como pilhas: alguns pesquisadores veem plataformas individuais como entidades distintas das infraestruturas digitais e sociais mais amplas nas quais aquelas operam, ao passo que outros assumem ser possível separar as empresas dos interesses do Estado, embora isso pareça cada vez mais difícil na nova ordem de plataforma. Como Langlois e Elmer (2019) defenderam convincentemente, gigantes da tecnologia têm se afastado do modelo de plataforma fechada para construir uma infraestrutura baseada em dados que lhes permite assumir o funcionamento das cidades, transporte, comunicação, varejo etc. Ao fazê-lo, elas “reivindicam a necessidade de não serem submetidas à regulamentação pública por abrirem novos horizontes, exigindo de fato um novo estado de *inovação que dispense permissão* para moldar nossas condições de existência” (Langlois & Elmer, 2019, p. 248). Essa transformação é problemática para a governança de plataforma não apenas porque essas constelações fogem dos marcos regulatórios existentes, mas porque também desafiam os próprios conceitos econômicos e legais em que estão fundamentadas – empresas, mercados, consumidores, infraestruturas, estados, cidadãos e setores públicos e privados. No mais, nem todas as plataformas são iguais ou “empilhadas” aleatoriamente. Algumas são mais iguais do que outras pois os ecossistemas de plataforma são organizados de forma hierárquica e interdependente. Em suma, a pilha pode não mais ser adequada para imaginar a dinâmica complexa subjacente ao sistema todo (Donovan, 2019).

Por isso, propomos evitar imaginar plataformas como entidades acumuladas em pilhas para vislumbrar a plataformização como um processo dinâmico em evolução, impulsionado por atores humanos e não-humanos. A plataformização é a “interpenetração das infraestruturas digitais, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida” (Poell et al., 2019, p. 6). Favorecendo uma abordagem que combine estudos de ciência, tecnologia e sociedade e economia política, tentamos entender como sistemas sociotécnicos e atores político-econômicos (empresas e estados) constroem relações simbióticas para criar valor conectivo e desenvolver seu poder

¹ No original, a autora refere-se ao termo “*stack*”, que pode ser entendido como um empilhamento funcional de infraestruturas tecnológicas para atingir um determinado objetivo (N. do E.).

de coordenação. O impacto da plataformização já foi documentado em relação à Web (Helmond, 2015), à produção cultural (Nieborg & Poell, 2018) e aos sistemas de aplicativos móveis (Nieborg & Helmond, 2019). A próxima seção defende como uma nova metáfora, a árvore de plataformização, pode ser usada como um prisma para desembaraçar dinâmicas complexas do ecossistema de plataformas.

A ÁRVORE DE PLATAFORMIZAÇÃO

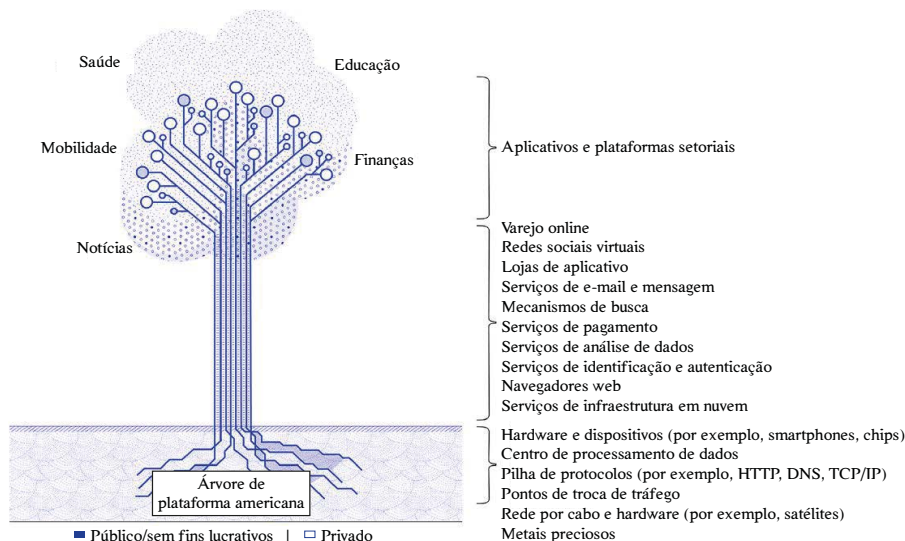
Para vislumbrar a natureza hierárquica e interdependente do ecossistema de plataforma, imaginamos uma árvore com três camadas interconectadas: as raízes de infraestruturas digitais chegam ao tronco de plataformas intermediárias que se ramifica em setores industriais e sociais de onde brotam galhos e folhas. Esta metáfora enfatiza como as plataformas constituem sistemas dinâmicos “vivos” que constantemente se transformam, “co-moldando” sua espécie. Assim como folhas, galhos e raízes absorvem o ar e a água para fazer a árvore crescer, a plataformização é um processo no qual dados são continuamente coletados e absorvidos. Dados (voluntariamente) fornecidos e (involuntariamente) exalados por usuários formam o oxigênio e o dióxido de carbono que alimentam o ecossistema de plataforma. Devido à distribuição onipresente das interfaces de programação de aplicação, a absorção e transformação de dados em nutrientes – um tipo metafórico de fotossíntese – estimula o crescimento da árvore para cima, para baixo e para os lados. Cada árvore faz parte de um ecossistema maior – uma rede global de conexão impulsionada por forças orgânicas e inorgânicas. Resistindo à tentação de avançar na elaboração dessa metáfora, nos concentramos nas três camadas que constituem sua forma básica: raízes, tronco e ramos (Figura 1).

As raízes referem-se às camadas de infraestrutura digital que penetram no solo. Capazes de atingir grandes profundidades e se espalhar amplamente, elas conectam árvores umas às outras. As raízes simbolizam os sistemas infraestruturais sobre os quais a internet é construída – cabos, satélites, microchips, centros de processamento de dados, semicondutores, conexões rápidas, pontos de acesso sem fio, caches e muito mais. As infraestruturas materiais permitem que telecomunicações e redes como a internet e as intranets enviem pacotes de dados. O tráfego online é organizado por meio de protocolos codificados, como o protocolo de controle de transmissão/protocolo de internet que ajudam a associar locais a um endereço IP e um sistema de nomes de domínio para roteamento adequado e entrega de mensagens. A *world wide web* é um desses sistemas de protocolo que ajuda a rotear dados integradamente pela rede. Os provedores de internet podem fornecer a infraestrutura na qual os clientes podem criar aplicativos, tais como navegadores.

Cada elemento da raiz contribui para a infraestrutura digital global – uma estrutura da qual muitas empresas e estados dependem para construir suas plataformas e serviços online. A própria internet foi originalmente concebida como um “serviço”, cuja organização e gerenciamento são independentes e indiferentes aos variados interesses geopolíticos e corporativos, garantindo a fluidez global do tráfego. Por exemplo, a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (Icann) representa uma governança ideal, dividida entre vários interessados, um ideal que vem sendo pressionado à medida que empresas e estados estendem seus poderes para se apropriar da arquitetura “profunda” da internet². Por um lado, as empresas de tecnologia privatizam partes vitais dessa infraestrutura (Malcick, 2018; Plantin et al., 2018). O Google, por exemplo, investiu bilhões de dólares em centros de processamento de dados em todo o mundo e em cabos subaquáticos para distribuição de dados. Por outro lado, estados e governos buscam cada vez mais controlar as infraestruturas digitais, a exemplo das intervenções do governo americano no projeto da Huawei para desenvolver redes 5G na Europa.

² Por exemplo, em 2019, a empresa americana de participação societária Ethos Capital tentou, sem sucesso, comprar o domínio “.dot.org” da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números por US\$ 1 bilhão.

Figura 1
Árvore de plataforma americana (Sequoia-gigante)



Nota. Projetado por Fernando van der Vlist.

Embora o controle sobre as camadas de infraestrutura “mais profundas” tenha sido privatizado e politizado, vemos lutas semelhantes nas camadas situadas na gradual mudança entre as raízes e o tronco da árvore: hardware de consumo e serviços em nuvem, por exemplo. Dispositivos de hardware como celulares, laptops,

D

Ver a Floresta por suas Árvores

tablets, assistentes digitais (Siri, Echo, Alexa) e caixas de navegação permitem que a atividade na internet se espalhe entre os usuários. Dentro desses dispositivos, os componentes de hardware – incluindo concentradores, comutadores, placas de rede, modems e roteadores – estão ligados a componentes de software proprietários, como sistemas operacionais (iOS, Android) e navegadores (Chrome, Explorer, Safari). A arquitetura dos serviços em nuvem forma um modelo para armazenar, analisar e distribuir dados. O controle sobre a arquitetura em nuvem influencia cada vez mais a governança das funções e setores da sociedade. Amazon Web Services, Google Cloud e Microsoft Azure dominam essa camada enquanto estados e atores da sociedade civil dependem cada vez mais deles, diminuindo o controle público sobre sua governança. Enfraquecer as fronteiras entre *infraestrutura digital* e *serviços intermediários* permite que eles continuem a ser incorporados.

As plataformas intermediárias no tronco da árvore constituem o núcleo do poder das plataformas ao mediarem infraestruturas, usuários e setores sociais. A pilha neste nível inclui serviços de identificação ou login (Facebook ID, Google ID, Amazon ID, Apple ID), sistemas de pagamento (Apple Pay, Google Pay), serviços de e-mail e mensagens (Facebook Messenger, Gmail, MS Mail, Skype, FaceTime), redes sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp, YouTube), mecanismos de busca (Google Search, Bing), serviços de publicidade (Facebook Ads, Google), redes de varejo (Amazon Marketplace, Prime) e lojas de aplicativos (Google Play, Apple). Esta lista não é exaustiva nem estática. Nenhuma dessas plataformas intermediárias é essencial para todas as atividades da internet, mas, juntas, constituem portais de informação centrais, dominando uma ou mais camadas no tronco e canalizando fluxos de dados para cima e para baixo. O que caracteriza serviços intermediários é que (1) as plataformas Gafam dominam estrategicamente este espaço, ao passo que quase não há presença estatal ou de entidades fora do mercado; e (2) essas superplataformas dependem muito umas das outras, regendo o ecossistema através de concorrência e coordenação. Na próxima seção, explicaremos com mais detalhes como seu poder é exercido a partir deste nível intermediário.

Quando nos movemos para os galhos que brotam do tronco da árvore, podemos ver seu volume se expandir e se diversificar em ramos e galhos menores cuja folhagem se espalha infinitamente em direção ao céu. Os ramos representam as aplicações setoriais construídas sobre serviços de plataforma na camada intermediária (tronco) e habilitadas pela infraestrutura digital (raízes). Os numerosos ramos da árvore representam os muitos setores sociais nos quais a plataformização toma forma. Alguns setores são majoritariamente privados, atendendo mercados e consumidores individuais; outros, majoritariamente públicos, atendendo cidadãos e guardando o bem comum. Em princípio, plataformas setoriais podem

ser operadas por empresas – incluindo as Big Five, empresas titulares legadas e startups (nativas digitais) – mas também por z governamentais, não governamentais ou públicos (van Dijck et al., 2018). Na prática, vemos um número crescente de *players* corporativos liderando serviços setoriais baseados em dados, mesmo que esses setores sejam predominantemente públicos (por exemplo, saúde, educação).

A árvore de plataformização exemplifica um sistema complexo que compreende uma variedade de atores humanos e não humanos que se misturam para definir o espaço público e privado. Ao contrário da metáfora da pilha, a árvore de plataformização mostra que a ordem e o acúmulo de plataformas não são aleatórios, mas sim o resultado de forças invisíveis moldando a árvore em sua forma atual: desde a circulação de seus recursos através de sua estrutura raiz e tronco intermediário até alimentar seus galhos e folhagens. A influência das plataformas operacionais dos atores privados em todos os níveis e camadas da árvore aumenta à medida que a árvore cresce. Há mais diversidade de jogadores nos ramos do que no tronco, assim como há ainda mais diversidade nas raízes infraestruturais do que no tronco. Na próxima seção, focaremos na dinâmica da plataformização, examinando a posição privilegiada das plataformas intermediárias como “orquestradoras na cadeia de valor da ecologia digital” (Mansell, como citado em Lynskey, 2017, p. 9).

A DINÂMICA DA PLATAFORMIZAÇÃO

O processo que integra as plataformas infraestruturais, intermediárias e setoriais oblitera as distinções entre esses níveis. No entanto, enfatizar suas diferenças e hierarquia é fundamental para ver como e por que algumas plataformas obtiveram poder para definir e coordenar regras (Castells, 2009). As empresas que operam várias plataformas nos três níveis têm maior poder operacional; fortalecendo sua posição no tronco e desenvolvendo e consolidando seu poder de controle sobre o sistema. O que caracteriza plataformas intermediárias é que elas formam “pontos de passagem obrigatória” entre as raízes e ramos (Callon, 1986). Elas medeiam todos os tipos de interações entre usuários finais e fornecedores de serviços, acumulam inteligência a partir de dados e conteúdo de várias camadas, transformam fluxos de dados em valor monetário, aplicam *gatekeeping* e moderam fluxos de dados e conteúdo (Helmond et al., 2019). Os proprietários de plataformas intermediárias cruciais têm um poder extraordinário para definir as regras do tráfego de dados na rede global. As empresas de tecnologia que compõem o Big Five devem sua concentração de poder a pelo menos três tipos de dinâmica de plataformização: a integração vertical das plataformas, a infraestruturalização de plataformas intermediárias e a intersetorialização das plataformas. Detalharemos cada tipo melhor abaixo.

Integração vertical de plataformas

Como já dito, a distinção entre plataformas infraestruturais, intermediárias e setoriais é cada vez mais fluida, permitindo que os fluxos de dados se movam através de seu sistema conectivo. A plataforma move o controle sobre os fluxos de dados em duas direções: do tronco para baixo em direção à sua camada infraestrutural e para cima em direção aos ramos das plataformas setoriais e aplicações incorporadas. Plantin et al. (2018) chamaram a primeira parte desse processo de *plataformização de infraestrutura*; a infraestrutura digital da internet é cada vez mais transformada em um modelo de serviço, ilustrado pela integração de serviços em nuvem, configuração de hardware e serviços de análise nas plataformas intermediárias. Pense, por exemplo, no Apple Pay, que possui um chip NFC embutido para uso exclusivo. Assim, outros sistemas de pagamento ou serviços rivais não podem utilizar o hardware em um iPhone. Dispositivos de hardware, chips de computador e arquiteturas em nuvem são, portanto, “plataformizados” para consolidar a posição de uma empresa como intermediária.

A plataforma também se move para cima, do tronco para uma grande variedade de setores. Dados de usuários fluem continuamente através das folhas; sugados por galhos e ramos, eles podem ser transportados integradamente ao tronco. O setor público de educação básica ilustra como isso funciona. O Google Suite for Education é um pacote de software baseado em algoritmos de aprendizagem personalizados e projetados para levar ferramentas de ortografia e matemática para a sala de aula. O pacote de aplicativos é incorporado em laptops Chromebook, que também são equipados com Google Search, Google Login, Gmail etc. A integração vertical das plataformas através das linhas padrão das empresas permite que os fluxos de dados fluam integradamente entre raízes, tronco e ramos, facilitando o fluxo de informações para cima e para baixo, canalizando os usuários para a pilha proprietária do Google. Assim, o fato de escolas dependerem de sistemas de informação proprietários efetivamente canaliza os dados que alunos geram em um contexto público em um fluxo de dados proprietário controlado pelas plataformas de uma corporação.

A integração vertical, muitas vezes promovida como a integração das plataformas para facilitar a conveniência dos usuários, na prática privatiza fluxos de dados, aprisionando tecnologicamente usuários e fornecedores (van Alstyne et al., 2016). Embora ainda possamos testemunhar uma diversidade de atores públicos e privados muito maior no nível setorial do que no intermediário, a presença crescente das plataformas Big Five em muitos ramos da árvore mostra como a sociedade depende cada vez mais delas. A integração vertical das plataformas ofusca as fronteiras entre infraestruturas e setores e entre plataformas privadas e públicas e afeta negativamente a necessidade de se desenvolver plataformas independentes,

somando-se a uma internet privatizada em que “as informações podem nunca ter que viajar através da infraestrutura pública” (Srnicek, 2017, p. 113).

A infraestruturalização das plataformas intermediárias

Plataformas intermediárias estão cada vez mais próximas de se tornarem infraestruturas para usuários – um processo que Plantin et al. (2018, p. 306) chamaram de a *infraestruturalização das plataformas*. Infraestruturas normalmente se encontram na raiz, mas plataformas intermediárias no tronco têm cada vez mais obtido status de infraestrutura (Plantin & de Seta, 2019). Mark Zuckerberg muitas vezes chamou o Facebook de infraestrutura “social”. Com mais de dois bilhões de usuários, a rede social tornou-se um ponto de passagem obrigatória e vital para o fluxo de dados que atravessam o tronco, ganhando uma posição central, onde pode conectar fluxos de conteúdo e dados no *backend* invisível através de sua *família de aplicativos* (WhatsApp, Instagram, Messenger, Login, Advertising, Analytics)

Esse movimento horizontal à construção de uma presença mais densa em uma ou mais camadas no tronco fortalece a posição de uma empresa de tecnologia no sistema como um todo. O nível intermediário do ecossistema americano, operado por um punhado de grandes atores, constitui um núcleo auto-organizado e autogovernado. Pertencer ao tronco é crucial para que empresas exerçam sua influência para cima, para baixo e para os lados. Enquanto os fluxos de dados e conteúdo continuarem passando pelo tronco – fluxos que podem ser exclusivamente extraídos, processados, combinados e reaproveitados –, seus operadores definem a forma da árvore. Um tronco maior e mais alto significa maior controle sobre a árvore; menos operadores no tronco, uma coordenação mais eficiente.

O nível intermediário é bastante exclusivo e restrito. Acessar muitos usuários requer passar pelo Facebook; vender produtos em massa depende da rede de varejo da Amazon; baixar aplicativos inevitavelmente passa pelos gargalos das lojas de aplicativos da Apple e do Google e encontrar informações exige um mecanismo de busca do Google ou da Microsoft. Mas as Big Five também dependem uns dos outros: o iCloud da Apple é construído no Amazon Web Services e no Azure da Microsoft ao passo que o Facebook depende da permissão da Apple e do Google para colocar suas lojas de aplicativos em suas plataformas. Interdependências transformam as plataformas Big Five em *concorrentes coordenados* – uma forma de *coopetição* que facilmente evita agências reguladoras, que tendem a se concentrar em empresas individuais (Daidj & Egert, 2018; Kostis, 2018).

Intersetorialização

A plataformização difunde-se mais à medida que empresas expandem sua influência entre setores. Este processo, chamado *intersetorialização*, permite que empresas colem e conectem informações pessoais e dados comportamentais de vários setores. Por exemplo, a Amazon está concomitantemente aninhando-se no setor médico, de transportes e de seguros. Em 2018, a Amazon construiu uma plataforma de software para busca de arquivos médicos (Amazon Comprehend Medical) e adquiriu a gigante farmacêutica PillPack. Em parceria com outras duas empresas, abriu uma corretora de seguros (Haven) para oferecer seguros de saúde a 1,2 milhão de funcionários. A intersetorialização permite conectar não apenas serviços – a Amazon poderia se tornar um portal em que pedidos e entrega de medicamentos e diagnósticos pudessem ser feitos em um só lugar – mas também controlar informações sobre usuários ao combinar seus fluxos de dados. Quanto mais fluxos de dados puderem ser conectados, mais informações poderão ser derivadas do sistema e retroalimentadas a ele. Fluxos de dados são o oxigênio alimentando a inteligência algorítmica, fornecendo assim os nutrientes para a criação de valor.

Integração vertical, infraestruturalização e intersetorialização são as principais dinâmicas que impulsionam a plataformização. As três dinâmicas apontam para a uma concentração de poder no núcleo do sistema; os operadores da plataforma Big Five estão “tronqueando” a árvore, transformando-a em uma gigantesca sequoia californiana cada vez mais espessa e alta; mais espessa por alargarem sua estrutura anelada, um espaço que cada vez mais centraliza e exclui; e mais alta por ampliarem o tronco para cima e para baixo, incorporando raízes e ramos, apagando as distinções entre eles e obliterando as fronteiras entre os setores de mercado e não mercado. O poder da plataformização emana da capacidade das empresas Big Tech de se engajarem em uma forma sem precedentes de concorrência-com-coordenação, especialmente através de suas plataformas intermediárias. Elas se equilibram precariamente, reservando espaços para suas próprias funcionalidades ao mesmo tempo que se abrem para rivais em outras áreas, coordenando o espaço online com outros grandes *players* enquanto competem em outros segmentos e integrando suas próprias plataformas verticalmente, mantendo a concorrência nos mercados de plataformas “oligopolistas” (Dolata & Schrape, 2018). A lente da dinâmica da plataformização nos permite ver como as práticas regulatórias podem se aplicar a vários níveis e empresas, não isoladamente, mas em conjunto, o que nos leva à questão: o que torna os ecossistemas de plataforma tão difíceis de governar e por que a plataformização é aparentemente imune a forças regulatórias?

GOVERNANDO O STATUS DESREGRADO DAS PLATAFORMAS INTERMEDIÁRIAS

É difícil intervir legalmente no ecossistema atual, especialmente devido à ontologia escorregadia e ao status desregrado das plataformas intermediárias. Elas constituem uma camada vaga e impermeável devido à sua *interposição*, uma posição liminar relativa tanto à sua funcionalidade quanto ao status de seus operadores, comumente chamados de *empresas de informação* ou *de tecnologia*. As empresas de tecnologia forçam deliberadamente suas plataformas a oscilar entre setores e infraestruturas, mercados e não mercados, interesses privados e públicos e o mercado de bens e serviços e o mercado de ideias ao mesmo tempo que adotam características de ambas as oposições. Além disso, exercem um poder sem precedentes sobre a vida das pessoas, afetando sua autonomia e a liberdade ao lhes impor seu modelo de arquitetura da escolha – poderes que antes eram atribuídos aos atores estatais encarregados de moldar instituições e decisões de governança. Esse posicionamento híbrido representa sérios desafios para reguladores e legisladores, que são obrigados a agir dentro das estruturas acessíveis a eles (direito concorrencial, leis de privacidade, direito antitruste e direitos fundamentais, por exemplo) enquanto outros regimes legais pertencem a responsabilidades setoriais de governança (bancárias, midiáticas ou educativas, por exemplo) ou infraestruturais (serviços públicos ou infraestruturas privadas, por exemplo). Cada um desses marcos legais tem um escopo e alcance limitados que normalmente focam em um único ator (empresas ou mercados, por exemplo) e defendem o interesse particular dos consumidores ou o interesse público dos cidadãos.

Ao analisarmos dois exemplos diferentes – um de direito antitruste e outro de direito à informação – podemos ilustrar como os estudiosos jurídicos têm usado abordagens compartimentalizadas para controlar o status *desregrado* de plataformas intermediárias. Lina Khan (2016), sob a perspectiva do direito concorrencial e antitruste, analisa meticulosamente a conduta da Amazon. Ela mostra como a capacidade da empresa de observar como seus clientes usam seus serviços online (Amazon Web Services – AWS) lhe permite detectar e obstruir o sucesso de empresas menores. Conectando fluxos de dados derivados do AWS aos da Amazon Marketplace e a serviços de entrega e produtos de varejo, Kahn argumenta como a Amazon distorce este patamar de igualdade e explora conhecimentos exclusivos de fluxos de dados para priorizar seus produtos e serviços. A fim de contrapor o poder da empresa, a autora propõe uma *proibição profilática* de tal integração vertical, bloqueando a exploração de infraestruturas online e serviços setoriais. Kahn também sugere que reguladores apliquem certas obrigações e deveres comuns às transportadoras a algumas plataformas cruciais – condições que tradicionalmente se aplicam aos serviços

públicos. Isso só funcionará se uma nova definição legal de *serviços essenciais* justificar uma funcionalidade restringida (Khan, 2016, p. 801). Mantendo-se dentro dos parâmetros de mercados e empresas individuais, Kahn ilumina vividamente aspectos da estrutura e conduta anticompetitivas da Amazon e ressalta deficiências na atual doutrina legal (Khan & Vaheesan, 2017).

A abordagem de leis de informação e mídia expõe um caso semelhante do status desregrado das plataformas intermediárias. Philip Napoli (2019) argumenta que o Facebook adota uma dupla legitimidade como praça pública e mercado para evitar prestar contas publicamente. A empresa evita o passivo dos setores de notícias, estabelecendo suas próprias regras de filtragem de discursos de ódio e notícias falsas. O Facebook deve seu *rostro-de-Jano* a uma manobra tática que lhe permitiu escapar das poucas proteções do interesse público inscritas no sistema legal dos EUA. A seção 230 da Lei de Telecomunicações de 1996 concede imunidade a várias formas de responsabilidade legal a provedores de conteúdo online por “conteúdo produzido ou disseminado na plataforma por terceiros, mesmo que eles se envolvam ativamente em várias formas de seleção editorial, filtragem ou curadoria” (Napoli, 2019, p. 158). Esta análise o leva a concluir que “o fato de a norma de interesse público não ter base regulatória na estrutura ou no comportamento das plataformas de mídia social significa que temos uma crescente desconexão entre motivações regulatórias e razões que precisa ser abordada” (Napoli, 2019, p. 153).

A partir de diferentes perspectivas legais, Kahn e Napoli concluem que marcos regulatórios estreitos inibem a capacidade governamental de regular os interesses sociais mais amplos em jogo nos casos da Amazon e do Facebook. No entanto, é difícil considerar suas contribuições isoladamente e é aqui que a metáfora da árvore pode oferecer um novo espaço imaginário. Se abordarmos a plataformização de forma mais expansiva, começaremos a ver como ela promove integração vertical, infraestrutura e intersectorialização em todos os níveis e camadas do ecossistema, transformando-o em uma constelação que mescla interesses corporativos, públicos e cívicos. Em segundo lugar, a árvore nos ajuda a notar que o poder da plataforma não jaz em empresas individuais, mas no poder que o ecossistema conectivo tem de coordenar e definir regras. E terceiro, a metáfora também pode nos ajudar a entender esses ecossistemas como construtos (geo)político-econômicos que interligam várias camadas nos três níveis. Elaboraremos cada um desses argumentos abaixo.

Em primeiro lugar, analisar os casos da Amazon e Facebook através da lente de árvore de plataformização nos ajuda a focar nos efeitos de sua dinâmica compartilhada. A Amazon, ao integrar fluxos de dados verticalmente, infraestruturalizar serviços em seu tronco (Amazon Web

Services) e intersetorializar extensivamente os produtos oferecidos (médico, de transporte, seguros etc.) consolida sua poderosa posição, lhes permitindo um enorme controle e vantagem sobre o ecossistema datificado à medida que ele evolui ao longo do tempo. Inadvertidamente alimentando nossa metáfora, o CEO Jeff Bezos disse em uma entrevista: “Nós nos sentimos confortáveis cultivando sementes e esperando que elas se tornem árvores” (Anders, 2012). O Facebook, por sua vez, “tronqueia a árvore” principalmente por mesclar fluxos de dados de plataformas de marketing (publicidade) com aqueles que oferecem principalmente informação política, deliberação pública e comunicação interpessoal (Facebook, WhatsApp, Instagram, Messenger). Podemos identificar mecanismos semelhantes em como o Google, a Apple e a Microsoft – cada uma à sua maneira distinta e curiosamente semelhante – operam suas plataformas em todos os três níveis, revelando um padrão de comando. Embora vários estudiosos tenham abordado adequadamente as respectivas estratégias de envoltório horizontal, vertical e intersetorial implantadas por empresas individuais, poucos têm buscado uma abordagem abrangente para a plataformização em todas as suas camadas (Dolata & Schrape, 2018). A árvore pode nos ajudar a imaginar por que o ecossistema não é mais uma coleção de pilhas ordenadamente divididas entre plataformas infraestruturais e setoriais, públicas e privadas, tendo adquirido sua atual forma hierárquica e “tronqueada”. O ecossistema de informações gradualmente assume um status monocrático se os interesses públicos se tornarem praticamente dependentes de infraestruturas privadas e os representantes estaduais ou civis influenciarem pouco as condições de sua arquitetura, *affordances* e funcionalidades.

A metáfora da árvore também nos ajuda a mudar o nosso foco de empresas individuais gerindo várias plataformas em um mercado competitivo para um conjunto de concorrentes que padronizam as regras técnicas e sociais de todo o tráfego online ao colaborarem entre si. No ano passado, Mark Zuckerberg afirmou que a proposta de fragmentar o Facebook, o Google ou a Amazon não só “ameaça a existência” dessas empresas como é incapaz de mudar o sistema “já que agora as empresas não *podem coordenar e trabalhar juntas* [ênfase adicionada]” (Stevens, 2019). Apenas os operadores de plataforma com a capacidade de implantar fluxos de dados *upstream*, *downstream* e *side-stream* têm a capacidade de controlar e organizar conjuntamente o sistema de informações. A plataformização funciona a seu favor quando as empresas de tecnologia podem alinhar suas funcionalidades cruciais de *gatekeeping* e monetização em infraestruturas e setores, mantendo seus fluxos de dados proprietários sem assumir as implicações dispendiosas da governança cívica. Ainda que atores públicos e civis estejam presentes nas raízes e ramos, eles não ocupam praticamente espaço algum em um tronco cada vez mais espesso

e mais alto, diminuindo a igualdade e diversidade dos atores operando no sistema. O argumento mais convincente a favor de um “oligopólio” corporativo que gira um ecossistema é que ele permite uma experiência entre usuários e consumidores “sem atritos” (Smyrnaois, 2018). Um argumento contundente contra ele é que o sistema integrado é virtualmente impermeável para pessoas de fora – sejam outras empresas, governos, atores não governamentais ou cidadãos. A dinâmica de plataforma molda o tronco alto e espesso da sequoia californiana, estipulando o crescimento de uma monocultura em vez de promover um ecossistema diversificado.

Finalmente, a metáfora da árvore nos permite ver as dimensões político-econômicas dos ecossistemas de plataformas globalmente interconectados, que dificilmente podem ser entendidos separadamente de suas *affordances* sociotécnicas. Os sistemas Gafam americano e o BAT chinês são os ecossistemas de plataforma dominantes. Apesar de suas diferenças ideológicas, as duas espécies são notavelmente semelhantes: tanto a sequoia californiana quanto o bambu chinês desenvolveram troncos consideravelmente altos; misturando interesses estatais e corporativos entre suas raízes, troncos e ramos em serviços integrados. Suas impressionantes semelhanças sociotécnicas permitem um emaranhado econômico generalizado. Como já dito, as tensões entre os três principais blocos (Estados Unidos, China e Europa) aumentam à medida que as lutas pelo poder geopolítico se tornam brigas por poder infraestrutural no espaço digital. Essas diversas contendidas provam como os ecossistemas de plataforma não são mais entidades separadas, e sim profundamente entrelaçadas – não apenas nas raízes, como ilustrado pelo papel contestado da Huawei no desenvolvimento da infraestrutura 5G, mas também no tronco e ramos. Por exemplo, enquanto a Apple ainda obtém 40% da receita de sua loja de aplicativos de usuários chineses, ela é agora pressionada pelo governo americano a transferir parte de sua produção de hardware de volta para os Estados Unidos. As conquistas da Alibaba e da Amazon nos mercados de varejo online na Europa estão lotando serviços nacionais e locais, gerando ressentimento. Quanto mais as sociedades são governadas por e através de ecossistemas conectivos operando globalmente, mais difícil parece ser para os órgãos reguladores governarem sua dinâmica desregulada. A falta de eficazes marcos regulatórios nacionais e transnacionais – quiçá globais – apresenta obstáculos a esforços abrangentes de governança.

REFORMULANDO GOVERNANÇA PARA PROMOVER A DIVERSIDADE DE PLATAFORMAS

Esta seção nos traz de volta ao papel da Europa em reformular a governança de plataforma. Uma vez que os sistemas de informação no mundo são

predominantemente de propriedade e operação de empresas americanas e chinesas, pode caber aos legisladores e reguladores europeus agir como agentes globais de mudança. Embora não tenham a proeza tecnológica de qualquer um dos dois outros sistemas, a Europa controla o acesso a um enorme mercado continental, mercado este que visa proteger de acordo com seus ideais democráticos – mesmo sofrendo com difrações políticas. A questão principal, então, torna-se como a Europa pode passar de uma colcha de retalhos de estruturas fragmentadas para uma abordagem abrangente. Ou, como argumenta Owens (2019), precisa-se de um novo conjunto de regras para preencher a lacuna de governança global atual: “Os desafios que enfrentamos são sistêmicos, incorporados à arquitetura dos mercados de mídia digital. Portanto, a resposta de políticas públicas deve ser holística e evitar reações que resolvam um aspecto do problema, ignorando o resto” (p. 4). Dada a ambição da UE (citada no início deste artigo) de projetar uma nova infraestrutura de dados digitais que incentivará os fluxos de dados a serem compartilhados e utilizados para o bem comum, o que seria necessário para moldar tal agenda?

Até agora, a UE reagiu às consequências negativas da plataforma mobilizando principalmente seus marcos legais convencionais, como a concorrência e a regulação do mercado, a regulação de direitos autorais e de privacidade e as diretrizes de discurso de ódio e desinformação³. Mantendo-se dentro de seus limites estreitos, a Comissão Europeia levantou casos concretos contra empresas individuais. Nos últimos anos, muitas expressivas foram aplicadas ao Google por seu comprovado comportamento anticompetitivo. Mais recentemente, a Comissão iniciou uma investigação para avaliar se a Amazon está usando injustamente dados coletados por vendedores terceirizados para promover sua política de preços. Além disso, a loja de aplicativos da Apple e seu sistema de pagamento Apple Pay têm atraído a atenção da fiscalização antitruste. A introdução do regulamento geral de proteção de dados em 2018 transformou a lei de privacidade e da proteção de dados em parâmetros relevantes a um debate que antes era alimentado principalmente pelos princípios do mercado. Governos europeus (a Alemanha, por exemplo) pediram que as empresas de tecnologia se responsabilizem por remover conteúdo ilícito de suas plataformas, como discurso de ódio e declarações discriminatórias. Afirmando que a situação das empresas de tecnologia é idêntica à das organizações de mídia, esses governos ampliaram o espectro jurídico de suas leis da mídia, movendo o centro do debate do poder de mercado à responsabilidade social. Tal mudança pelo menos reconhece que a influência da plataforma excede as estruturas de mercado, afetando toda a sociedade (Nemitz, 2018). Assim, as disputas legais antes limitadas ao direito antitruste e concorrencial foram ampliadas para incluir outros marcos jurídicos relevantes.

³ A Diretiva Europeia sobre Comércio Eletrônico, implementada em 2000, praticamente espelha a lei americana da Seção 230 da *Communications Decency Act* (Lei De Decência Das Comunicações Americana), afirmando que os provedores de hospedagem não são responsáveis pelo conteúdo que hospedam desde que se envolvam em “atos intermediários neutros de uma mera capacidade técnica, automática e passiva”. A diretiva foi atualizada em 2019 para responsabilizar os provedores por violações de direitos autorais se eles não responderem imediatamente às solicitações de retirada.

Eles podem muito bem continuar a serem estendidos e incluir direitos humanos e o direito público (Jorgensen, 2019).

Cada uma dessas intervenções regulatórias e políticas enviou fortes sinais da desaprovação da Comissão Europeia às práticas das grandes tecnologias, mas nem as multas emitidas nem políticas únicas abrangentes resultaram em mudanças sistêmicas. Como alguns estudiosos argumentam, “precisamos reunir políticas díspares em um quadro geral coerente e uma arquitetura regulatória” (Tambini, 2019, p. 93). Outros afirmam que devemos passar da *regulamentação baseada em regras* para a *regulamentação baseada em princípios* (Nooren et al., 2018, p. 282). Mas isso é mais fácil de se dizer do que fazer com uma UE cujo poder global pode exceder sua influência política transnacional. Em vez de seguir várias políticas voltadas para a regulação de plataformas únicas, empresas individuais e questões isoladas, a Europa pode tentar uma nova estratégia que visa a dinâmica de plataformização como um ponto de partida importante para o contrapoder regulatório. As sociedades europeias têm uma longa tradição de organizar suas democracias com base na cooperação equilibrada entre atores de mercado, estado e sociedade civil (Mager, 2018). Assim, devem se sentir particularmente obrigados a voltar à estaca zero e articular um conjunto de princípios que priorizem o bem comum, capacitando cidadãos e organizações da sociedade civil a ajudar os governos a projetar um ecossistema aberto e diversificado.

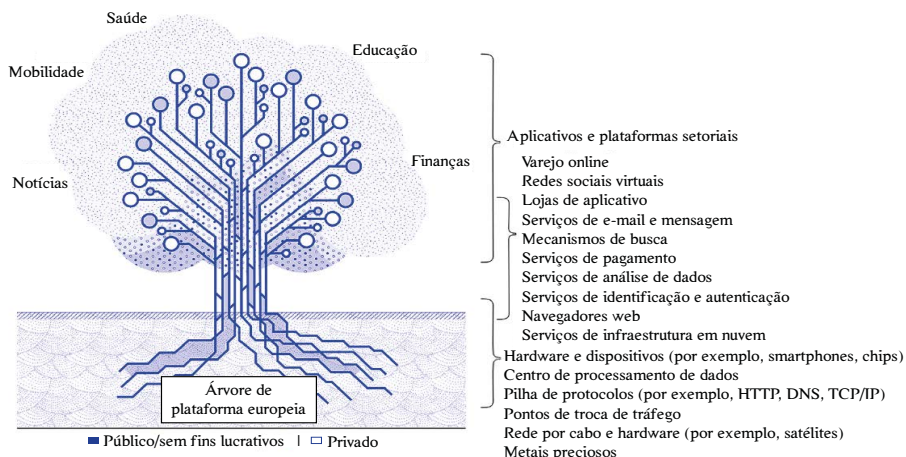
Mais uma vez, a árvore de plataformização pode fornecer uma interessante lente metafórica para articular vários conjuntos de princípios normativo-jurídicos, técnico-éticos e democrático-civis, para citar apenas alguns. Para começar, princípios normativo-jurídicos poderiam ajudar a definir a distinção ontológica entre plataformas infraestruturais, intermediárias e setoriais que, por sua vez, podem esclarecer as várias condições legais para sua execução isolada ou conjunta e declarar as responsabilidades relativas à sua operação. Por exemplo, se serviços em nuvem fossem rotulados como infraestruturas digitais, eles poderiam ser obrigados a manter certos padrões de neutralidade e abertura; se rotulados como plataformas intermediárias, poderiam estar sujeitos a se responsabilizar por seu conteúdo. Da mesma forma, se redes sociais fossem categorizadas como serviços setoriais – como o são as organizações de notícias –, elas poderiam ser responsabilizadas pelo seu conteúdo de formas diferentes daquelas aplicáveis a serviços de infraestrutura, como telecomunicações. Uma questão normativa urgente decorrente de plataformas atualmente intermediárias será se elas receberão um status separado que vem com responsabilidades e passivos específicos ou se deverão escolher entre regimes infraestruturais e setoriais.

Por outro lado, princípios técnico-éticos podem ser emitidos para informar o design de dados e sistemas algoritmicamente orientados. Os princípios de

equidade, prestação de contas, interoperabilidade e responsabilidade – também conhecidos como princípios FAIR para a gestão e administração de dados científicos (<https://www.go-fair.org/fair-principles/>) – podem ser aplicados para cima e para baixo nos três níveis, desde infraestruturas até plataformas setoriais. Buscar tais princípios pode aliviar esta assimetria de poder, permitindo que indivíduos controlem seus dados sem perder os benefícios da conectividade. Por exemplo, se a interoperabilidade da plataforma e a portabilidade de seus dados forem facilitadas em todas as plataformas, isso pode criar condições para proteger o tráfego interplataformas e promover a troca livre de fluxos de dados. A obrigatoriedade técnica desses princípios também pode apoiar regras legais destinadas a prevenir a integração vertical e a intersetorialização.

Figura 2

Árvore de plataforma europeia



Nota. Projetado por Fernando van der Vlist.

Além disso, princípios democrático-civis baseados em valores públicos poderiam ser usados para informar uma arquitetura equilibrada. A árvore de plataforma mostrou como a obliteração do espaço privado, corporativo, estatal e cívico requer a reafirmação desses interesses distintos em uma estrutura online democrática. As plataformas de infraestrutura (como serviços em nuvem) oferecem serviços públicos ou privados e o que garante sua distinção? Se plataformas intermediárias (como redes sociais) são espaços públicos, quais responsabilidades e passivos pertencem à sua operação? Permite-se a incorporação de fluxos de dados gerados nos setores públicos (por exemplo, escolas, hospitais) quando eles podem ser conectados a fluxos de dados fora

do domínio público? O princípio da soberania de dados dá aos usuários a capacidade de controlar o armazenamento, acessibilidade e processamento de seus próprios (meta)dados. Ao alternar entre diferentes plataformas, os usuários poderiam escolher um regime de dados específico, podendo manter seus dados autogerados privados, doá-los anonimamente a um *data commons* ou disponibilizar seus dados a determinados operadores de plataforma. A iniciativa Solid (<https://solid.inrupt.com/>), de Tim Berners-Lee, exemplifica como esse conjunto de princípios pode estruturar a arquitetura de uma plataforma.

Fornecer uma descrição completa dos conjuntos de princípios excede o escopo deste artigo. Queremos apenas ilustrar como um novo imaginário pode ajudar a projetar um ecossistema de plataformas aberto e diversificado (Gorwa, 2019). No entanto, deve ficar claro que articular esses princípios pode moldar uma espécie diferente da sequoia californiana ou do bambu chinês. A árvore europeia não tem um tronco que fica mais alto e mais espesso ao ser alimentado por fluxos de dados proprietários, tendo uma forma *federada*, descentralizada. Ela possui nós de comutação entre e em todos os níveis e camadas, permitindo que usuários mudem de plataformas e definam como seus dados devem ser implantados em cada ponto. Tal árvore pode ajudar um tipo diferente de ecossistema a crescer – um que permita maior variedade, abertura e interoperabilidade em todos os seus níveis (Figura 2).

Manter a diversidade infraestrutural, intermediária e setorial é crucial para remodelar a arquitetura do ecossistema. De fato, as nações e União europeias devem se preocupar em proteger os valores e interesses públicos nesses três níveis e abrir espaço para que instituições independentes e atores da sociedade civil operem plataformas independentes. Em 2019, a chanceler alemã Angela Merkel solicitou um serviço público europeu de nuvem e o estabelecimento de padrões de computação em nuvem com base em valores públicos como privacidade, segurança e controle democrático. A recente iniciativa germano-francesa GAIA-X visa construir uma infraestrutura digital baseada em princípios de soberania de dados, responsabilidade pública, interoperabilidade e descentralização (*Project...*, 2019). Ambas as ações sinalizam a necessidade aguda de se remodelar a arquitetura do sistema para que ele reflita normas e valores europeus. Em vez de aumentar a tensão geopolítica, os formuladores de políticas europeus poderiam explorar sua posição para redirecionar seus esforços regulatórios e combater os efeitos adversos da dinâmica de plataformação.

Cultivar um ecossistema de plataformas diversificado e sustentável requer uma visão abrangente. A árvore nos permite visualizar uma constelação de plataforma que compreende múltiplos níveis, visíveis e invisíveis, sob ou sobre o solo. Permitir que um punhado de empresas de tecnologia defina os princípios de um ecossistema orientado pelo mercado lhes dá o

poder de estabelecer as regras dos ecossistemas de informação do mundo e governá-los. Focar em empresas, mercados ou plataformas individuais não levará a mudanças profundas e sistêmicas. Precisamos ver a floresta por suas árvores para entender como governar efetivamente suas estruturas conectivas escondidas em camadas de código. A árvore, embora apenas uma metáfora, expressa a urgência de se diversificar o ecossistema de plataforma para mantê-lo sustentável. É impossível cultivar uma floresta rica e nutritiva sem diversidade. Somos incapazes tanto de controlar seu crescimento desenfreado sem uma variedade de atores com papéis sociais distintos e respeitados como de governar sua dinâmica sem um conjunto de princípios. A mudança de um sistema começa com visão e visualização. ■

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos revisores anônimos da *New Media & Society* por seus comentários valiosos. Sou muito grata a Janneke Gerards, Jean-Christophe Plantin, Anna Gerbrandy, Thomas Poell e David Nieborg por suas leituras críticas e discussões. Agradeço a Fernando van der Vlist por projetar as duas figuras das árvores.

REFERÊNCIAS

- Anders, G. (2012, 23 de abril). Inside Amazon's idea-machin.: How Bezos decodes customers. *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/georgeanders/2012/04/04/inside-amazon/>
- Andersson Schwarz, J. (2017). Platform logic: An interdisciplinary approach to the platform-based economy. *Policy & Internet*, 9(4), 374-394. <https://doi.org/10.1002/poi3.159>
- Bratton, B. H. (2016). *The stack: On software and sovereignty*. MIT Press.
- Callon, M. (1986). Elements of a sociology of translation: Domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In J. Law (Ed.), *Power, action and belief: A new sociology of knowledge?* (pp. 196-233). Routledge.
- Castells, M. (2009). *Communication power*. Oxford University Press.
- Constantinides, P., Henfridsson, O., & Parker, G. O. (2018). Introduction: Platforms and infrastructures in the digital age. *Information Systems Research*, 29(2), 381-400. <https://doi.org/10.1287/isre.2018.0794>
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). Data colonialism: Rethinking big data's relation to the contemporary subject. *Television & New Media*, 20(4), 336-349. <https://doi.org/10.1177/1527476418796632>

- Daidj, N., & Egert, C. (2018). Towards new coopetition-based business models? The case of Netflix on the French market. *Journal of Research in Marketing and Entrepreneurship*, 20(1), 99-120. <https://doi.org/10.1108/JRME-11-2016-0049>
- DeNardis, L. (2020). *The internet in everything: Freedom and security in a world with no off switch*. Yale University Press.
- Dolata, U. M., & Schrape, J.-F. (2018). *Collectivity and power on the internet: A sociological perspective*. Springer.
- Donovan, J. (2019). Navigating the stack: When, where and how should we moderate content? In T. Owen (Ed.), *Models for platform governance* (pp. 15-19). Centre for International Governance Innovation.
- Experts say privately held data should be used better and more. (2020, 19 de fevereiro). *Shaping Europe's digital future*. <https://bit.ly/3Ij2GDT>
- Gillespie, T. (2010). The politics of platforms. *New Media & Society*, 12(3), 347-364. <https://doi.org/10.1177/1461444809342738>
- Gillespie, T. (2018). *Custodians of the internet*. Yale University Press.
- Gorwa, R. (2019). What is platform governance? *Information, Communication & Society*, 22(6), 854-871. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1573914>
- Helmond, A. (2015). The platformization of the web: Making web data platform ready. *Social Media & Society*, 1(2), 1-15. <https://doi.org/10.1177/2056305115603080>
- Helmond, A., Nieborg, D., & van der Vlist, F. (2019). Facebook's evolution: Development of a platform-as-infrastructure. *Internet Histories*, 3(2), 123-146. <https://doi.org/10.1080/24701475.2019.1593667>
- Jia, L. (2018). Going public and going global: Chinese internet companies and global finance networks. *Westminster Papers in Communication and Culture*, 13(1), 17-36. <https://doi.org/10.16997/wpcc.280>
- Jorgensen, R. F. (Ed.). (2019). *Human rights in the age of platforms*. MIT Press.
- Khan, L. M. (2016). Amazon's antitrust paradox. *Yale Law Review*, 126(3), 710-805. <https://bit.ly/3y32aVO>
- Khan, L. M., & Vaheesan, S. (2017). Market power and inequality: The antitrust counterrevolution and its discontent. *Harvard Law and Policy Review*, 11, 235-294. <https://bit.ly/3yvCMcq>
- Kostis, A. (2018). Intra-platform coopetition: An approach to understanding platform dynamics. *Academy of Management Global Proceedings*. <https://bit.ly/3NCG7e1>
- Langlois, G., & Elmer, G. (2019). Impersonal subjectivation from platforms to infrastructures. *Media, Culture & Society*, 41(2), 236-251. <https://doi.org/10.1177/0163443718818374>

- Lynskey, O. (2017). Regulating platform power. *LSE legal studies working papers*, (1). <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2921021>
- Mager, A. (2018). Internet governance as joint effort: (Re)ordering search engines at the intersection of global and local cultures. *New Media & Society*, 20(10), 3657-3677. <https://doi.org/10.1177/1461444818757204>
- Malcick, S. (2018). Proteus online: Digital identity and the internet governance industry. *Convergence*, 24(2), 205-225. <https://doi.org/10.1177/1354856516664035>
- Moore, M. (2018). *Democracy hacked: Political turmoil and information warfare in the digital age*. OneWorld.
- Mueller, M. (2017). *Will the internet fragment?* Polity Press.
- Napoli, P. M. (2019). *Social media and the public interest: Media regulation in the disinformation age*. Columbia University Press.
- Nemitz, P. (2018). Constitutional democracy and technology in the age of artificial intelligence. *Philosophical Transactions*, 376(2133), Artigo 20180089. <https://doi.org/10.1098/rsta.2018.0089>
- Nieborg, D. B., & Helmond, A. (2019). The political economy of Facebook's platformization in the mobile ecosystem: Facebook Messenger as a platform instance. *Media, Culture & Society*, 41(2), 196-218. <https://doi.org/10.1177/0163443718818384>
- Nieborg, D. B., & Poell, T. (2018). The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. *New Media & Society*, 20(11), 4275-4292. <https://doi.org/10.1177/1461444818769694>
- Nooren, P., van Gorp N., van Eijk N., & Fathaigh, R. Ó. (2018). Should we regulate digital platforms? A new framework for evaluating policy options. *Policy & Internet*, 10(3), 264-301. <https://doi.org/10.1002/poi3.177>
- Owen, T. (2019). Introduction: Why platform governance? In T. Owen (Ed.), *Models for platform governance* (pp. 3-6). Centre for International Governance Innovation.
- Plantin, J.-C., & de Seta, G. (2019). WeChat as infrastructure: The techno-nationalist shaping of Chinese digital platforms. *Chinese Journal of Communication*, 12(3), 257-273. <https://doi.org/10.1080/17544750.2019.1572633>
- Plantin, J.-C., Lagoze, C., Edwards, P. N., & Sandvig, C. (2018). Infrastructure studies meet platform studies in the age of Google and Facebook. *New Media & Society*, 20(1), 293-310. <https://doi.org/10.1177/1461444816661553>
- Poell, T., Nieborg, D., & van Dijck, J. (2019). Platformisation. *Internet Policy Review*, 8(4). <https://doi.org/10.14763/2019.4.1425>

- Project GAIA-X. A federated data infrastructure as the cradle of a vibrant European ecosystem.* (2019). Federal German Ministry of Economic Affairs. <https://bit.ly/3bAE790>
- Smyrnaois, N. (2018). *Internet oligopoly: The corporate takeover of our digital world.* Emerald.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism.* Polity Press.
- Steinberg, M. (2019). *The platform economy: How Japan transformed the consumer internet.* University of Minnesota Press.
- Stevens, M. (2019, 1º de outubro). Zuckerberg hates Warren's plan to break up Facebook. *The New York Times.* <https://nyti.ms/3OJ9SL0>
- Stikker, M. (2019). *Het internet is stuk. Maar we kunnen het repareren.* De Geus.
- Tambini, D. (2019). Rights and responsibilities of internet intermediaries in Europe: The need for policy coordination. In T. Owen (Ed.), *Models for platform governance* (pp. 91-95). Centre for International Governance Innovation.
- Tiwana, A. (2014). *Platform ecosystems. Aligning architecture, governance, and strategy.* Morgan Kaufmann.
- van Alstyne, M. W., Parker, G., & Choudary, S. G. (2016). Pipelines, platforms, and the new rules of strategy. *Harvard Business Review.* <https://bit.ly/3QZWW5F>
- van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: Public values in a connective world.* Oxford University Press.
- van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in an online world.* Oxford University Press.
- Walton, N. (2017). *The internet as a technology-based ecosystem. A new approach to the analysis of business, markets and industries.* Palgrave.
- Winseck, D. (2017). The geopolitical economy of the global internet infrastructure. *Journal of Information Policy*, 7, 228-267. <https://doi.org/10.5325/jinfopoli.7.2017.0228>
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power.* PublicAffairs.

Artigo recebido em 26 de junho e aprovado em 20 de julho de 2022.

O que é Glocal? Sistematização Conceitual e Novas Considerações Teóricas sobre a Mais Importante Invenção Tecnocultural da Civilização Mediática

What Is Glocal? Conceptual Systematization and New Theoretical Considerations on the Most Crucial Techno-Cultural Invention of the Media Civilization

■ EUGÊNIO TRIVINHO^a

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. São Paulo – SP, Brasil

RESUMO

O artigo apresenta as características fundamentais do fenômeno da glocalização, desde suas origens tecnológicas mais remotas até suas manifestações digitais atuais. *Glocal* – nem global, nem local, antes mescla de ambos, sem redução a nenhum – se refere, nesta reflexão, a processos e tendências observados no rastro irreversível da comunicação eletrônica em tempo real. Abarcando o tema por dupla dimensão – epistemológica e empírica –, a argumentação apreende a significação social-histórica do glocal e da glocalização, com foco em seu *modus operandi*, em sua diversificação interna e em suas consequências multilaterais. A reflexão soma novos aspectos a respeito para enriquecer a tese da glocalização como processo civilizatório e como modo de reprodução do capitalismo.

Palavras-chave: Civilização mediática, fenômeno glocal, condição glocal

ABSTRACT

The article presents the globalization phenomenon's fundamental characteristics, from its most remote technological origins until its current digital manifestations. According to the proposal, *Glocal* – neither global nor local, but a mixture of both – refers to processes and tendencies observed in the irreversible track of electronic communication in real-time. Concerning epistemological and empirical dimensions, the argumentation apprehends the glocal and globalization's socio-historical significance, focusing on its *modus operandi*, internal diversification, and multilateral consequences. New authorial considerations enrich the thesis of globalization as a civilizational process and a mode of reproduction of capitalism.

Keywords: Media civilization, glocal phenomenon, glocal condition

^a Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Coordenador Geral do Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Comunicação e Cibernética (Cencib) nessa instituição e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8764-3700>. E-mail: eugeniotrivinho@uol.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p45-68>

D

O que é Glocal?

*Não haverá uma porta. Estás dentro
E ao alcácer abarca o universo
E não tem nem anverso nem reverso
Nem externo muro nem secreto centro.*
-J. L. Borges, *Obras completas: 1952-1972*

¹ Vejam-se, a respeito, Robertson (1994, 1995, 2002), Robertson e White (2003), Sedda (2004), Trivinho (2007, 2012, 2014).

² A reflexão se baseia na trajetória precedente de pesquisa do autor, da qual o presente texto constitui uma síntese reescalada, para divulgação a públicos heterogêneos. Os principais passos dessa produção epistemológica podem ser encontrados em Trivinho (2007, Parte III, caps. 1 e 2, 2012, 2014, Introdução). Essa notação cobre os marcadores conceituais da exposição, elidindo-se a necessidade de referência sistemática.

Uma sinopse do texto está prevista para ser publicada em obra desenvolvida por pesquisadores do Cencib da PUC-SP e do Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL). (O lançamento do livro não tem data definida.)

Ao leitor interessado em aprofundar-se na temática, valem dois registros. Perspectivas diferentes da apresentada aqui (com foco na natureza sociotecnológica do glocal, conforme nota 6) podem ser encontradas nas obras dos autores citados na nota 1, referenciadas na bibliografia. Uma discussão teórica sobre as relações entre local e global e sobre a trajetória semântica do conceito de glocal nas ciências humanas e sociais foi cumprida em Trivinho (2012), contemplando outras autorias pertinentes, além das mencionadas.

O TERMO *GLOCAL* CONSTITUI neologismo dos mais originais na cultura tecnológica contemporânea. Ao que tudo indica, germinou na Ásia, especificamente no jargão corporativo japonês do ramo da produção automotiva, no último quartel do século XX. Na sequência, o vocábulo foi esposado pela visão geopolítica europeia em matéria de ação ecológica. Desta circunscrição pragmática até a sua inserção nas universidades, em diversas partes do mundo, como objeto de consideração acadêmica, nas ciências humanas e sociais, em particular na área de estudos da comunicação, houve passo cronológico relativamente curto, de não mais que um terço de século¹. Cinco décadas depois de seu aparecimento, o termo se tornou tão comum quanto falar de seus derivados, *glocalização*, *glocalismo* ou *glocalidade*.

A ciência linguística demonstra que elementos definidos de léxico surgem em épocas específicas, por motivos ou desejos geralmente determinados, acumulam expansão e variação semântica, mesclam-se ou comutam-se com elementos exógenos, enlouquecem até, e fenecem. Esse desempenho, projetado para abranger recortes fenomênicos igualmente demonstráveis, deveria desanimar intentos de aplicação retroativa (de significantes e/ou significados), especialmente em função do risco de equívoco. Duplicaria exageros historiográficos, por exemplo, mobilizar o conceito de glocal e/ou glocalização para compreender eventos e processos na Grécia pré-homérica, na transição da alta Idade Média para o *Quattrocento*, no estirão revolucionário que sacudiu a Europa no final do século XVIII ou nas décadas de Balzac e Marx. Conceitos não são peças lúdicas a serem encaixadas, com alegria conveniente, em qualquer cavidade do tempo histórico.

Idiosincrasias à parte, um dos fios de reelaboração do termo glocal liga-o a processos de comunicação eletrônica em tempo real e, por isso, insere-o exclusivamente na atmosfera sociomediática desencadeada a partir do final do século XIX. O conceito de glocal, tal como se configurou na área de comunicação², refere-se a processos, fenômenos, cenários, eventos e/ou tendências observáveis unicamente nesse estirão social-histórico, inaugurado e desdobrado até a complexidade no rastro de máquinas e redes de comunicação, que o funcionamento da vida atual concorreu para tornar absolutamente banal.

EMERGÊNCIA SOCIOMEDIÁTICA E *MODUS OPERANDI* BÁSICO DO GLOCAL

Da totalidade de máquinas legadas pela modernidade a partir do final do século XVIII – nas áreas biomédica, militar, de transporte, industrial, comercial, de eletrodomésticos etc. –, as mais prevalentes, em sentido utilitário, para a maioria da população e que, desse ângulo, se implicam decisivamente por todos os modos de apropriação grupal e individual, na produção da história e dos rumos civilizatórios, são as tecnologias eletrônicas de comunicação e informação em tempo real. Não por outra razão, do ponto de vista sociotecnológico, econômico e cultural, o fenômeno glocal (doravante também referenciado apenas pela substantivação do adjetivo) tem forte impacto na organização e modulação da vida cotidiana, em compatibilidade com o modelo de existência multicapitalista³.

A epopeia sociofenomenológica do glocal começa, a rigor, com a primeira máquina capaz de aproximar-se do ou igualar-se ao tempo real, entendido na acepção de Bergson (2006), a saber: um tempo ordinário e fluido, como duração perene, na forma-fluxo de uma bolha de sucessão ininterrupta, tão irreversível quanto imensurável e, portanto, internamente mutante a cada nanossegundo; um tempo acontecimental, em bloco e pleno *per se*, isto é, sem causação exógena *a priori* em sua natureza autopoietica e autocriadora; um *Chronon modus* imperscrutável em seu âmago fugidio e dependente fundamentalmente das faculdades perceptivas, mnemônicas e conscientes do ente humano (também determinado pela duração) para ser com tais características. A mencionada máquina é o telégrafo, mais especificamente a sua versão elétrica. Essa invenção inaugurou, a partir da década de 1830, a articulação simultânea de dois locais diversos, sob mesmo fuso ou não, mediante processo técnico de codificação e decodificação relativamente instantâneo, na *mimesis* do tempo real. A posteridade sociomediática desse esquema de base é conhecida. Sua *empiria* legou o telefone convencional, o rádio (amador, comercial e PX), a televisão (de sinal aberto, a cabo e interativa), a internet (do final dos anos 1960), a world wide web (do início dos anos 1990), o celular, o GPS, o smartphone e o *smartwatch*, entre outros *devices* – todos com suas respectivas redes, quer imbricadas ou cruzadas, quer exclusivas, como bandas eletromagnéticas equivalentes a campos de frequência, ocupação e/ou atuação pela subjetividade. Essa esteira abrange desde os alto-falantes (cativos apenas do som) até as diferentes telas audiovisuais, dos sites e blogs a espaços de videoconferência, dos redutos clássicos de chat a plataformas de busca, relacionamento e participação em redes sociais.

Conforme antes sinalizado, o conceito de glocal diz mais definidamente respeito ao “tempo real”, agora aspeado para evidenciar e demarcar

³Essa franja do processo expõe, a um só tempo, sua dimensão política (*lato sensu*) e transpolítica. Quanto a essa última, veja-se, especialmente, o tópico “O Grande Glocal: Glocalização como Processo Civilizatório”.

D

O que é Glocal?

⁴Mais precisamente a 299.792.458 m/s.

uma distinção crucial: trata-se de um tempo inventado pela racionalidade tecnocientífica, tempo instantâneo, tempo da velocidade da luz (a 300.000 km/s)⁴. Um modelo crônico artificial, com perfil inteiramente capcioso: ele plágia o voleio criativo da natureza e o transcurso cotidiano da história, inquieta no *hic et nunc*. Igualmente incessante, passa-se como sendo o próprio tempo primevo ou original, bem como o tempo citadino e mensurável, dos minutos e horas, malgrado se trate de mercadoria oferecida por empresas do ramo eletrônico da comunicação, com ou sem fio, por cabo ou satélite. Valha a explicitação da evidência, a bem da clareza adicional: “tempo real” *não* é tempo real (seja este *in natura*, hermético e inalcançável, seja dado no social-histórico, como processo cartografado pela ciência matemática). A emergência sociomediática do fenômeno glocal passou a fazer esses dois tipos de tempo vigorarem em regime de equivalência. O “tempo real” é tão fluido e vivido no e pelo sujeito da percepção quanto o tempo plagiado e, não por acaso, confunde-se com ele. A diferença, sutil somente a uma análise de sobrevoos, é, com efeito, gigantesca e ruidosa: para arredondar as expressões antípodas, de um lado, está o tempo imediatístico da tecnologia; de outro, o tempo autopoietico da natureza⁵.

⁵A partir deste momento, a argumentação operará com ambos os termos, “tempo real” e tempo real, as aspas indicando o artifício sociotécnico mimético, por ligação à instantaneidade mediática; e a ausência das aspas, a originalidade do estrato *natural* da duração contínua dos dados perceptivos (neste último caso, o termo comparece, em geral, precedido pela preposição *em* ou pela locução *capaz de*: “em tempo real”, “capaz de tempo real”, sinônimos de “em rede”, “capaz de rede”).

Analiticamente, para que o fenômeno glocal ocorra – vale dizer, como bloco aparentemente uníssono, com fatores internos misturados –, é necessário, *a rigor*, haver três elementos: tecnologia comunicacional, sujeito (de indivíduo a bilhões deles, como audiência e/ou interatuantes) e “tempo real”; numa equação empírica, é necessário haver máquina capaz de rede disponível ao uso por indivíduos; vice-versa, noutra equação: que haja indivíduos em rede a partir da apropriação de aparelhos capazes de tempo real. Tais elementos comparecem presentes já na estrutura comunicacional do telégrafo elétrico. Esses apontamentos seguem *a rigor* porque tendências de glocalização mais recentes aboliram o sujeito. Máquinas, elas mesmas, se comunicam umas com as outras, automática e instantaneamente, de modo que as equações *tout court* de antes se acumulam agora com outra, a de máquinas e redes como *sujeitos autônomos* do processo de glocalização, haja ou não pessoas (como *objeto beneficiário*) na periferia dessa concatenação automatizada.

Para efeito do presente estudo, essa caracterização exclui do rol de invenções glocalizantes tanto os veículos e produtos impressos (jornais, revistas, livros) quanto o projetor de filmes, o gramofone, a fita cassete, o vídeo, o DVD e similares, pelo fato de nenhum deles *per se* ser capaz de tempo real.

A preexistência regular da mediação do tempo instantâneo nas relações sociais estabelece um divisor de águas na matéria. Em sua classificação elementar, o processo de glocalização envolve dois assentos nítidos:

1. o glocal *stricto sensu*, cuja ocorrência depende necessariamente da presença direta de tecnologias e/ou redes comunicacionais para que as interações (com alteridades humanas e/ou artificiais) se realizem; e
2. o glocal *lato sensu*, cujo metabolismo sociocultural de relação com os conteúdos mediáticos circulantes prescinde totalmente, no âmbito das interações, de qualquer tecnologia capaz de rede.

No rastro da irreversível ascendência dos meios eletrônicos de comunicação em relação aos demais, e sem exclusão de tipos mesclados de glocal no entremeio dos dois marcadores acima, a modalidade *stricto sensu* de glocalização predomina, há décadas, sobre a *lato*, arrastando-a para ou relacionando-a a algum objeto tecnocomunicacional mais próximo⁶.

Do ponto de vista sociofenomenológico mais extenso, no flagrante analítico de seus detalhes empíricos, o glocal *stricto sensu* equivale a uma hibridação paradoxal entre, por um lado, o local perceptivo imediato em que o corpo está e a consciência atua e, por outro, a dimensão global das redes comunicacionais, fíncadas na invisibilidade do campo eletromagnético. No glocal, o local do corpo, em particular, permanece inextricavelmente imerso na trama da comunicação como ambiência, enquanto as redes *inundam* (enredam a partir de dentro) o local. A hibridação observada autodemonstra do que se trata: um amálgama impassível de desatamento e, como tal, irreversível.

Exposto de modo desdobrado, o glocal *stricto sensu* amalgama dois tipos de espaço: o convencional, histórico-culturalmente herdado, e a espacialidade invisível legada pelo avanço tecnológico (cf. Ferrara, 2007, 2008; Virilio, 1984, 1993a, 1993b, 1995). Essa imbricação ocorre em prol de superfícies mediáticas – antes exclusivamente sonoras, na esteira telefônica e radiofônica; depois, audiovisual, a partir da emergência televisiva; e hoje, ainda assim, com predominância de vários tipos e tamanhos de tela, fixas e móveis. Igualmente, o glocal, como *mimesis*, é, *grosso modo*, a mistura de duas *formas sociais* de tempo: a do fuso, que abrange a intensidade de um transcurso temporal interceptado e indexado pela métrica geofísica universalmente aceita e instituída pelos Estados nacionais, e o tempo inventado pela tecnologia como área específica do conhecimento. Essa imbricação propende em favor da sobredeterminação do “tempo real” em relação ao tempo ordinário da vida cotidiana (o tempo dos relógios e do calendário, ligado à duração contada a passos sucessivos). As duas coordenadas de imbricação – do espaço e do tempo – encontram-se, por sua vez, mescladas na bolha híbrida, de confusão imanente e inconvertível, do fenômeno glocal, para todos os efeitos cotidianos a realidade predominante de referência e/ou atuação humana. A fenomenologia do

⁶ Como o presente estudo enfoca a regra, a totalidade da argumentação priorizará o glocal *stricto sensu*, sem prejuízo de que algumas premissas teóricas sejam também válidas para o glocal mais volátil, livre do imperativo tecnológico.

glocal compatibiliza-se com a obliteração perceptiva, nele, do embaralhamento artificial de ambas as coordenadas, em favor de uma composição unitária impalpável que, ao fim e ao cabo, vige *como se não existisse* ou, no mínimo, deixa-se apreender somente por suas reverberações, fora do panteão cartesiano-empirista. O conjunto comparece como uma *construção metafísica concreta*: metafísica, na acepção do étimo, extrafísica, mas não quimérica ou ilusória; concreta, no sentido de *algo* factual, efetivo e prático, estável e disponível, como uma síntese complexa de várias determinações processuais (cf. Kosik, 1976), sem ser sólido, compacto ou espesso, materialmente tangível. Poder-se-ia indagar: onde está então o glocal, se não se pode vê-lo nem verificá-lo em parte alguma? A pergunta tem fonte equívoca ou imprópria, viciosamente fisicista, para apurar ou deduzir um existente e/ou certificar-se sobre dele. Entre tantas formas e possibilidades de existência na cultura, um fenômeno, para existir, não precisa ter lugar literal na realidade atômica. Fluido processo objetivo entre os objetos do mundo (não necessariamente corpóreos ou palpáveis), o glocal jamais se igualará aos mais banais e circundantes, sulcados na densidade da matéria, mesmo sendo, com efeito, o mais trivial dos *objetos*, camuflado ou turvado pelo diversionismo da suposta inexistência.

Na equação sociotecnológica historicamente mais recente, a hibridação que engendra o glocal se hipostasia na tela como reduto de intra-atuação no qual já se presume o fuso horário vivido pelo corpo, com este importante detalhe: essa espacialização sociotecnológica, a tela ativa, é, no fundo, tempo – tempo real empatado com o tempo cidadão, ambos na forma-fluxo típica do ramo, “tempo real”. Que ela, como superfície de referência, seja, antes, tempo, e não meramente espaço, a contrassenso de qualquer pretensa evidência perceptiva, patenteia-se *per se* na simplicidade da manifestação de seu próprio ente-fluxo: basta desligar a tela para verificar que, num estalar de dedos, a espacialidade sociotecnológica desaparece. No glocal, o tempo, coordenada hegemônica, comanda o processo inteiro, ao radicar – com poder de vida ou morte, por assim dizer – no princípio de toda dinâmica: como construção tecnocultural, o glocal é *apagável*. A consciência, parecendo mais livre que o corpo em meio a todas as determinações, passeia, nelas e por elas: as condições tecnológicas em tempo real, ao permitirem à consciência romper com os limites do local, a fazem também capaz de *tocar* outrem a distância e produzir efeitos múltiplos onde ele se encontra.

Essa exemplificação do glocal pela metáfora da socioespacialização temporalizada da tela – fenômeno desligável por um simples ato – contribui para a apreensão de uma injunção imanente do glocal, a qual merece ser enfatizada. Conforme sinalizado acima, o que à primeira vista, sob preocupação exclusivamente

descritiva, comparece como integração inextricável entre a ultra-antiguidade e a modernidade tecnológica de ponta, entre o convencional e a inovação tecnocientífica, entre o visível e o invisível, muda completamente de silhueta quanto mais o interesse cognitivo aprofunda o foco, buscando o fundamental sob o crivo da criticidade. Longe de equivaler a qualquer síntese neutra, o glocal também nada tem de inofensivo. Ele é o sintoma flagrante, em cicatriz cifrada no plano social-histórico, da subordinação tecnocultural sutil do espaço e do tempo ordinários ao tempo criado pelas teletecnologias, tempo industrioso, do dia falso, por assim dizer (Virilio, 1993a, 1993b, pp. 22, 113), para todos os efeitos pragmáticos em matéria social, política e econômica. Expresso em via oposta, a hibridação subsumida no glocal representa a ascendência autoritária da espacialidade tecnológica e do “tempo real” em relação ao espaço e ao tempo convencionais. O glocal congela e eterniza essa verticalização no terreno improvável da invisibilidade eletromagnética: para êxito de todos os inconvenientes autodissolutos, é como se esse esquema diagonal de poder também não existisse efetivamente.

Esse tipo de relação imanente recobre, por sua vez, outro traço fundamental do glocal, atinente à sua identidade originária e que o acompanhará para sempre. Invenção tecnocultural do capitalismo posteriormente *industrializada*, o glocal é violência: ele quebra a identidade do diverso e/ou do disperso para enquadrar e unificar todos os fatores nos moldes de um *construto* unitário, que a publicidade se encarrega de vender como uníssono, expurgando para baixo do tapete da história toda e qualquer tensão envolvida. A ascendência liquefeita da rede sobre o fuso, sinonímia da sobredeterminação imperceptível do global em relação ao local, realiza-se, no rastro subsequente de mistura entre o próximo e o distante, o público e o privado etc., sem ocorrência de imposições *stricto sensu*. O autoritarismo invisível do processo se autodissolve na aceitabilidade do fenômeno por todas as faixas etárias, em todas as posições de classe social, em todos os domínios. A legitimidade social-histórica do glocal passa, no miúdo imperscrutável, pelo desejo de consumo e atuação por parte de cada indivíduo. Essa validação, enraizada na moral dos dias, embute-se desde antes do primeiro ato empírico trivial nela pressuposto: o de adquirir uma máquina capaz de tempo real, para que vigore no epicentro do vivido, doravante já a partir do corpo (sob próteses ultraportáteis, *mobiles*), disponível ao usufruto cotidiano. Nesse âmbito – no *entre* das cofusões – caberá somente aos usos mais politizados contestar a mencionada subordinação ou sobredeterminação, em prol de sua reversão mínima, sempre precária, via instrumentalização da rede para fins de contraposição ao *status quo* – vale dizer, do local contra o global nele incrustado, a partir de dentro do próprio glocal, e contra também o estado estrutural de coisas glocalizado.

GLOCAL COMO *EMPIRIA* E *EPISTEME*

A caracterização dos aspectos básicos do fenômeno glocal encontra, nesse ponto, um vórtice de reescalonamento da abordagem. A complexidade do tema requer que ele seja apreendido mediante maior profundidade de campo.

Paradoxo de dupla lâmina ironicamente integrada, o glocal é simultaneamente *empiria* e *episteme*. Essas duas dimensões, cada qual à sua maneira, estiveram implicadas no transcurso da exposição, assim como perdurarão nos tópicos subsequentes. Elas compareceram, uma em conexão com a outra, quando a argumentação, com foco no modo de ser básico do glocal, sinalizou o seu potencial de desdobramento até o ápice de sua complexidade sociotecnológica. Seu espalhamento mundial independentemente de quaisquer regimes políticos, seu presumido *modus operandi* peculiar nas últimas décadas, a cibercultura, aqui tomada como categoria de época. Da mesma forma, elas também estiveram presentes quando a argumentação, reangulada no prisma, reportou a incorporação do termo glocal às ciências humanas e sociais, especialmente no campo de estudos da comunicação e da cibercultura, sinal de modulação semântica radical do vocábulo em favor de sua esculturação como conceito, para tensão teórica com o modo de reprodução social-histórica da civilização mediática avançada.

Como *empiria*, o glocal é, desde pelo menos o apogeu comercial do rádio, mundo – forma social-histórica típica, em bases mediáticas em tempo real –, desdobrando os traços e potenciais sociotecnológicos assinalados: vigora em todos os continentes, de modo mais saturado e acumulado em certos territórios, mais rarefeito e exíguo em outros. Como *episteme*, ele é prisma paradigmático de produção de conhecimento e, acima de tudo, crítica e dissecação desse mesmo mundo, assentado em tramas econômico-financeiras enredadas, majoritariamente capitalistas. Evoque-se, para otimização dessa distinção analítica, que, como *empiria* originária da comunicação instantânea e do mundo nela espelhado, o glocal nasce no último terço do século XIX; como *episteme*, sobretudo nas ciências humanas e sociais, ele inicia trajetória um século depois, a partir dos anos 1980.

PROCESSO DE GLOCALIZAÇÃO E SUA SIGNIFICAÇÃO SOCIAL-HISTÓRICA

As duas faces da questão implicam-se na percepção de que o fenômeno glocal, em seu estrato empírico, galvaniza, no limite – vale também lembrar –, um orbe inteiramente perpassado por *processos de glocalização*. Este seu ápice de significação social-histórica, de cunho – adiante-se – claramente civilizatório, assenta-se em diversos rastros imanentes e correlatos, que lhe sustentam a manifestação. A sequência da reflexão demonstra sucintamente tal injunção.

A presumida magnitude sociofenomênica integraliza referências as mais antípodas, do micro ao macro: assim como não há, nos dias atuais, padrão de ação cotidiana que já não tenha sido glocalizado e/ou se realizado via glocalização, inexistente sociedade que prescindia desse processo, em alguma de suas modalidades tecnológicas e com algum alcance de rede. Mesmo sociedades isoladas e marcadas por fronteiras discricionárias, como a Coreia do Norte e o Irã, dependem de recursos glociais, ainda que os submetam a censura ideológica de Estado ou de religião oficial.

Representando, em potência, a sutura sociotecnológica da totalidade da vivência possível na espacialidade das redes comunicacionais, a glocalização alargada indicia e demarca um modelo planetário de processo civilizatório cuja característica essencial é a de, por dependência velada e *sine qua non*, jamais (poder) prescindir de tecnologias de comunicação⁷.

A meta sociofenomenológica dessa *empíria* avassaladora envolve releitura dos milênios de vida humana exclusivamente fincados na materialidade local da existência: fazendo o vivido acontecer irremediável e *pretensamente* apenas no pomo de intersecção entre essa materialidade e a *imaterialidade* das redes, em cada recorte de hibridação entre local e global, tratar-se-ia de rumar para um estado estrutural de funcionamento tecnológico equivalente a uma *existência em tempo real*, mesmo que esse estado não seja exclusivo e/ou compulsório, mas *imperativamente* disponível.

Na qualidade de processo civilizatório, o glocal, como não poderia deixar de ser, é *modus operandi* irreduzível de articulação e modulação de sua própria civilização – a condição macroestrutural desdobrada na forma de uma civilização em tempo real, *civilização glocal*, hoje em fase social-histórica digital e interativa, calcada em *media* miniaturizados e móveis, vinculados ao corpo.

Fenômeno glocal e reprodução do capitalismo

A história da humanidade, por necessidades materiais acessíveis à análise, alocou na cultura ocidental, em seu estirão mais recente, todos os desenvolvimentos sociotecnológicos subsumidos no e representados pelo fenômeno glocal.

Conforme antes apontado, o glocal é uma invenção tecnocultural do capitalismo. Na obra de Marx (2005), é célebre a percepção de que os negócios e interesses da burguesia emergente no século XVI e fundadora do regime capitalista de trabalho e produção, em ruptura com o sistema aristocrático de feudos, secular até então, sempre combinaram com a abolição de limites geográficos. Tais negócios e interesses necessitam não somente de quebra de fronteiras físicas, senão ainda de horizontes de expansão permanente. O processo de glocalização, subordinado à versão liberal da liberdade, constitui a manifestação histórica

⁷ Sobre a glocalização como processo civilizatório, veja-se o tópico “O Grande Glocal: Glocalização como Processo Civilizatório”.

D

O que é Glocal?

mais radical dessa exigência de superação de alfândegas, sejam elas quais forem: a rigor, o glocal é um monumento invisível a fluxos livres, independentemente do tipo de censura que possa restringir-lhes o alcance.

O glocal surge historicamente – convém frisar – com a reelaboração industriosa do tempo real, a simulação tecnológica de *khrónos in natura* e do tempo ordinário da vida cotidiana: o “tempo real”, tempo imediatístico, na velocidade da luz, é um decalque comercial do tempo autopoiético, que flui irrefreável; é, como tal, mercadoria. A hibridação pressuposta nessa simulação tecnológica é fruto direto da ideologia do progresso forjada no final do século XVIII (para não retroagir até o Renascimento), na ponta mais desenvolvida da qual se inserem os *media* eletrônicos e suas redes. Como não poderia deixar de ser, o glocal se destina, desde a sua origem, a expandir a potência de operação multilateral das relações de produção e a realização do valor de troca, bem como a perpetuar a formação social capitalista no tempo histórico. Expresso de forma mais precisa – para enfatizá-lo –, o glocal é o *modus operandi sine qua non* de reprodução social-histórica e tecnocultural da civilização que lhe é compatível. Sua extensa e pesada infraestrutura (no fio que cerze satélites, cabos de eletricidade e fibra ótica, antenas citadinas e residenciais, e terminais), bem como a espiral de sua produção simbólica, respondem a necessidades estruturais de ampliação contínua dos modos capitalistas de produção, distribuição desigual e acumulação concentrada da riqueza. Nesse sentido, o glocal está implicado tanto na base originária quanto nas consequências de todos os modelos de vida mediatizados e/ou em tempo real na civilização glocal. Por ângulo invertido, a reprodução social-histórica mais recente do capitalismo jamais poderia ocorrer senão através do processo alargado de glocalização, tal como assentado na, pela e a partir da diversidade de *práticas glocais* possíveis⁸. Mais além, pelas tendências planetárias mais robustas, a glocalização se tornou supostamente o único modo tecnológico-estrutural de produção e reprodução social-histórico da vida humana, seja sob qual regime político esse processo ocorra.

⁸ O assunto é abordado no item “Práticas Glocais”.

A grande mercadoria

A reflexão empata com esta evidência: o glocal é a grande mercadoria da civilização mediática avançada. A mercadoria teorizada por Marx (1983), a partir de condições materiais exclusivamente locais (na acepção dimensional do presente estudo)⁹, correspondeu ao estrato milenar e convencional do capitalismo. *Mutatis mutandis*, o glocal perfaz, relativamente, as mesmas vezes, em estrita correspondência com as relações sociais e de produção *imaterializadas* por redes de comunicação e informação em tempo real. As necessidades empíricas

⁹ Condições, por assim dizer, pré-glocais ou glocalmente preliminares (em perspectiva histórica, a se considerar a saturação multiglocal atual), uma vez que, ao tempo da militância política e da escritura do filósofo alemão, no século XIX, a única representação maquinica do tempo real era o telégrafo elétrico.

de perpetuação do capitalismo condicionaram a mutação histórica do estado da mercadoria, sem desidratar, em essência, a sua função macroestrutural. Em outras palavras, a lógica da mercadoria, como eixo irredutível e descentrado de viabilização das relações sociais e de produção, prevalece, em condições glocais, relativamente a mesma, mas em bases diversas.

Essa mutação de estado coincide com a ponta mais atual do progresso da *desmaterialização* da mercadoria, processo pelo qual não somente a sua função macroestrutural é subtraída do campo de visão, como também o próprio caráter de mercadoria é lançado irreversivelmente à zona da invisibilidade. Que essa *desmaterialização* espouse, às vezes, aparente ausência de troca mediada por equivalentes gerais (dinheiro, cheque, cartão de crédito etc.) diz respeito ao aspecto mais caricato da mercadoria. Que o glocal como mercadoria compareça mesmo onde inexistente relação econômica estrita apenas confirma a realidade como logro. O glocal é, com efeito, um produto social sempre pago, mesmo quando o acesso a ele e à rede a qual se liga seja amplamente promovido como *gratuito*. Barganhas e ações publicitárias, que mantêm o tom das trocas econômicas em outros lugares, fora do campo de visão imediato, permitem, no caso, que o glocal prescindia de qualquer pecúnia direta pelo consumidor.

Nesse estrato de manifestação, o glocal, com valor de troca explícito ou não, é a comprovação histórica do quanto a mercadoria assumiu, ao longo do capitalismo no século XX, forma abstrata absoluta, forma inimaginável, ao se instalar em dimensões igualmente inimagináveis séculos atrás. Com este detalhe de monta: a ocorrência invisível do glocal como mercadoria é apenas a casca operacional de um acontecimento social-histórico tão profundo quanto gigantesco. A cena desse acontecimento, cativa de cortinas cerradas (mas salpicadas de microarestas laterais), encontra-se também soterrada sob várias mediações entre parte e todo, e vice-versa. O labor do conceito necessita dissecá-las para apreender um sinal modesto da ressonância macroestrutural do que se preserva obliterado. O glocal como mercadoria-mor, ao articular infraestruturalmente processos comerciais, industriais e pós-industriais, movimenta todas as outras formas de mercadoria, desde a sua concepção e circulação até a realização de seu valor de troca. O glocal é, no plano social-histórico e tecnocultural, um equivalente geral e, nessa qualidade, o grande estruturador e modulador da vida humana. Sua dimensão de acontecimento indicia a escala de enraizamento do processo de glocalização na história.

CONTEXTO GLOCAL E CONDIÇÃO GLOCAL

O excursus precedente indica que o processo planetário de glocalização fez a história ingressar num novo momento. Desde a origem, o glocal, na verdade,

a divide, silenciosamente, entre pré-glocal e glocal, sem jamais indiciar se o futuro da humanidade se reserva alguma sociedade pós-glocal, no sentido de uma formação social que, sendo tecnológica, prescindia, na totalidade de seu funcionamento, da articulação instantânea entre local do corpo e condutibilidade satelitizada. O estirão social-histórico posterior à mencionada divisão plenificou-se nas escalas diamétricas previstas, conforme segue.

A reprodução social-histórica da vida humana baseada no glocal como mercadoria-mor esculpe, na invisibilidade dos processos sociofenomênicos, dois diagramas nos antípodas da *empíria* processual e articulatória em jogo: um, microestrutural, o *contexto glocal*, se inscreve na cena concreta do corpo condutivo; outro, macroestrutural, a *condição glocal*, alcança a dimensão da história.

O conceito de contexto glocal recobre o ambiente de acesso/recepção/retransmissão/irradiação de conteúdos circulantes nas redes comunicacionais em tempo real. Como tal, corresponde ao arranjo concreto, pragmático e obliterado do fenômeno glocal na vida cotidiana e, ao mesmo tempo, a um sintoma cênico imediato da condição glocal da história, especificamente no pomo de rede (fixo ou móvel) no qual o corpo se encontra e a partir de onde a subjetividade exerce influência material e simbólica (local ou alhures) no mundo.

Como reduto mediático, o contexto glocal é o *modus operandi* cotidiano da condição glocal. Em seu diapasão de macroescala, essa condição designa a situação universal e irreversível da aventura humana após o planeta inteiro ter ingressado no estágio de multimediatização por tecnologias e redes em tempo real (de massa, interativas ou híbridas, tomadas em sua unidade ou imbricadas). O conceito nomeia a condição da história a partir do século XX, especialmente no estirão veloz posterior à Segunda Guerra Mundial. Com maior precisão, seu recorte temporal equivale à condição tecnocultural do presente, invariavelmente assentado na quase compulsoriedade do acoplamento fatal entre corpo, subjetividade e tecnologias (hoje sobretudo móveis) capazes de velocidade instantânea de contatos interativos. Cella simbólica esculpida na invisibilidade do tempo da natureza e do tempo histórico, a condição glocal abarca o enraizamento dos vários tipos de “tempo real” no âmbito da vida prática, em razão da apropriação social multilateral desses *media* a partir da imbricação diuturna entre humano e máquina, redes e ação, tela e influência a distância.

A condição glocal se autolegitima na, através da e a partir da miríade de contextos locais, vale dizer, dos ambientes exclusivos das práticas (de audiência, de dialogia, de intervenção política, de irradiação etc.) em rede. Vice-versa, a miríade infinda de contextos locais lastreia, na raiz, a condição glocal da história. Mais que isso, essa condição diz respeito ao status da história em curso no arco da história universal. O glocal e suas configurações derivadas

comparecem, nesse sentido, como o sinete inédito da comunicação eletrônica no plano da história, divisor de águas não computado por todas as vertentes historiográficas, mormente oficiais.

A perduração histórica da condição glocal, ao rechaçar ou contornar, em sua cerzidura sociofenomenológica autopoiética, a ameaça de autodesagregação entrópica do social, cauciona pretensamente a roda-viva transgeracional de perpetuação das culturas, projetando a glocalização como processo civilizatório.

Põe-se, assim, o circuito vicioso, completo em sua equação tautológica e autolegitimatória: a *empíria* processual, articulatória e invisível do glocal, a qual se espalha na forma-fluxo da glocalização planetária, finca, no social-histórico, os contextos glociais de ação humana e introduz a história na condição glocal para garantir a permanência do próprio glocal e suas manifestações, em favor da reprodução social-histórica da civilização glocal. No fio da glocalização que, pelas apropriações multilaterais, tudo vincula a *media* e pendura em redes para compensar o isolamento físico que ela mesma condiciona, o referido mosaico de fatores socioestruturais viciosos avoca, por pressuposto, *subjetividades glociais e práticas glociais*, concatenadas¹⁰.

Subjetividade glocal

Como não poderia deixar de ser, o modo de produção e reprodução glocal do processo civilizatório repercute em matéria de formação de suas correspondentes modalidades de *subjetividade conforme*¹¹. Das mais conservadoras e adesistas às mais politizadas e tensionais em relação às condições do *status quo* sociomediático, todas elas são, em regra, confluentes para uma conformação como *subjetividade glocal*. Essa subjetividade é (ou tende a ser), por natureza e contexto de inserção, dromoapta, isto é, articulada, desde a raiz, pela velocidade, atravessada por suas exigências e/ou movida a interesse direto nela.

A subjetividade glocal dromoapta tem no contexto glocal o seu locus cativo de maturação e operação. Aculturada no imediatismo dos processos desse reduto comunicacional, ela obedece ao princípio da aceleração da vida prática e, dessa forma, ao regime de premência em termos de produção de resultados. Ingrediente sistêmico da civilização multimidiática, a subjetividade glocalizada e dromoapta é, evidentemente, caudatária do princípio da produtividade, isto é, do atingimento de metas no menor tempo possível. Esse detalhe, com efeito, deve ser apreendido em e desde a sua escala histórica. Um exemplo ilustrativo deve cobrir o fundamental. Na época das grandes expedições marítimas do século XVI, uma missiva de comando da Europa para as colônias demorava mais de mês para alcançar o destino e produzir efeitos. Atualmente, um *click*

¹⁰Em simples metáfora arquitetônica, aplicada ao processo atual de autoconstrução do social, pode-se dizer que o fenômeno glocal cumpre o papel da fornada de tijolos; o contexto glocal opera como viga mestra; e a glocalização e suas derivações (subjetividades, hábitos e práticas conformes), como cimentação geral; a vida enredada sob condições glociais equivaleria aos resultados imediatos, a cada fase da edificação; e a civilização norteada pelo Grande Glocal, à maquete utópica, o protótipo antecipado, em tudo aleatório, de um modelo de vida cotidiana dependente de, ao menos, um tipo de máquina capaz de rede. A questão do Grande Glocal é retomada no tópico “O Grande Glocal: Glocalização como Processo Civilizatório”.

¹¹A expressão se inspira em duas vertentes teóricas integradas: no caso da subjetividade, a biopolítica, cunhada por Foucault (2004, 2016), e o pós-marxismo existencialista de Sartre (2015); outra, a concepção dos campos sociais, de Bourdieu (1982, caps. “Gênese e Estrutura do Campo Religioso” e “Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe”, 1983, pp. 38-45, 122-155, 2002, cap. “A Gênese dos Conceitos de *Habitus* e de Campo”), no que tange ao adjetivo utilizado. A potência da subjetividade, na perspectiva filosófica dos primeiros autores, soterra-se relativamente no imperativo de adaptação conservadora dissecado pelo sociólogo francês. O qualificativo *conforme*, em Bourdieu, funciona como um indicador de reprodução sistêmica: designa processos e práticas em correspondência a determinada dinâmica socioestrutural (no campo da religião, da arte, do esporte etc.) em que se inserem e para cuja perpetuação colaboram.

em tecla de computador, celular ou tablet resolve o traslado em segundos. Para os padrões dromocráticos atuais de subjetividade conforme, uma espera equivalente ao intervalo de tempo seiscentista constitui absurdo. A contração espaço-temporal do presente relê, sob o prisma valorativo de uma impaciência implacável, a experiência normal e estendida do tempo de séculos progressos. É nessa curvatura histórica que se deve compreender o caráter veloz, de fundo, da subjetividade glocal. O aspecto banal da aceleração do cumprimento de atividades não é, em tese, a melhor angulação para se descortinar o que está em jogo. Em geral, escapa a esse nível de observação o extraordinário retraimento do espaço-tempo sintetizado nos últimos quatro séculos, conforme o exemplo dado. Por mais que a subjetividade glocal dromoapta diga respeito à produtividade ou a práticas sociais produtivas, de otimização de resultados na unidade de tempo mais curta (seja na esfera do trabalho, seja na do lazer), os eventos e processos nesse nível, de mero cumprimento de tarefas, pode, por exemplo, subordinar-se a lentidão voluntária, funcional ou acidental, o que confunde e prejudica a apreensão do sentido fundamental do caráter dromoapto envolvido.

Na prática, a subjetividade glocal concorre, invariavelmente, para legitimar tudo o que a velocidade tecnológica condicionou socialmente, a saber: o excesso reciclável de informações, imagens e dados, a extrema fragmentação do conhecimento e da cultura, a flutuação improvável (na acepção do étimo: impassível de prova) da veracidade factual, e assim por diante. Dado que as paisagens glociais (de massa, interativas ou híbridas) vigoram como realidade de referência, a subjetividade glocal vê-se frequentemente vulnerável a bolhas de fake news e factoides simbólicos similares.

Essa subjetividade, de par com a subjetivação de mundo que anima, se constitui culturalmente, se hipostasia sociofenomenologicamente e se resolve historicamente nas práticas glociais.

Práticas glociais

A epopeia da glocalização reconfigurou significativamente o universo das práticas sociais. A maioria dessas práticas encontra-se, hoje, de algum modo mediatizada por tecnologias e redes de comunicação em tempo real. Semelhantemente ao tipo epocal de subjetividade a que se ligam, as práticas glociais (de interação e intervenção política, de audiência e entretenimento, de aprendizagem e fruição estética, de compra e venda e atuação no mercado financeiro etc.) são aquelas historicamente correspondentes às necessidades de perenização social-histórica da civilização glocal. Na mesma esteira, as práticas glociais são o pomo praxiológico-atitudinal em que todos os modos

de comparecimento sociofenomenológico do glocal se precipitam: tanto o contexto glocal da experiência diuturna quanto a condição glocal da história corrente encontram-se nelas suturadas, em dinâmica invisível e irreversível, cimentada, evidentemente, por exigências dromocráticas.

Em sentido genérico, que estudos empíricos poderiam recortar por setores específicos, as práticas glociais equivalem à versão histórica renovada do *habitus* social, amplamente dissecado por Pierre Bourdieu (1983, pp. 60-81, 71-73, 75-81, 2002, pp. 60-64, 2005, pp. 21-22), na perspectiva de uma sociologia crítica de processos praxiológicos. O *habitus*, para o sociólogo francês, opera como um vórtice estruturado e estruturante, sem centro, em torno do qual toda uma época ou atmosfera social gira e com o qual e a partir do qual o mundo se move como tal, espécie de eixo social descentrado no qual, com o qual e através do qual uma sociedade determinada, por cada campo específico e pelo conjunto deles, se reproduz no tempo histórico. Numa das várias tematizações de Bourdieu (1983) a respeito, o *habitus* comparece, no âmbito de cada indivíduo, equiparado a um sistema de

disposições [ênfase adicionada] duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (pp. 60-61)

E, mais adiante,

um sistema de disposições duráveis e *transponíveis* [ênfase adicionada] que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações ... [uma espécie de] princípio gerador duravelmente armado de improvisações regradas. (p. 65)

Essa caracterização, cuja abrangência e clareza convém reter junto com o potencial de abertura e mudança (pressuposto no último grifo), enforma os bastidores axiomáticos da reconfiguração sociomediática do *habitus*; e o faz ali onde ele se concretiza especialmente em compatibilidade com a pretensa perpetuação histórica das estruturas sociotecnológicas da civilização glocal e, com elas, das dinâmicas que ampliam e acumulam desigualdades sociais (desde as mais clássicas até as mais recentes, referidas a acessos customizados, processos de velocidade e permanência em espaços de participação online).

D

O que é Glocal?

A reconfiguração comunicacional do *habitus*, mais além de sinalizar sua mera mediatização, alerta para o profundo vínculo entre ele e o processo de glocalização. O desenvolvimento diversificado e cotidianamente enraizado do glocal concedeu ao *habitus* uma ambientação quase compulsória, hoje expressa na cena de um *mobile* à mão, na trilha subsequente a todos os contextos glociais sedentários. O *habitus*, assim entretecido por máquinas e/ou pelo “tempo real”, apoia-se, para se reproduzir, em instrumentos de aceleração de tarefas diárias. Corpo, *habitus*, subjetividade, *devices*, glocal – tudo comparece como bolha pragmática única: o *habitus* mediático insufla as práticas conformes que fazem o universo comunicacional gravitar em torno do processo alargado de glocalização; e esse, por sua vez, no saldo geral das práticas e tendências de conservação e contradito, prolonga as relações pluricapitalistas no tempo histórico – tempo, lembre-se, asfxiado na imanência de um “tempo real” que tudo turva, convertendo o devir num suposto presenteísmo agônico, isto é, esgotante no mesmo momento em que se instaura. Não obstante, as práticas glociais forjam, desde já, de modo aleatoriamente autopoietico e transpolítico¹², o devir multimediático na forma-fluxo de um *telos*, ocorrendo para o aprofundamento diversificado da civilização glocal.

¹²Sobre transpolítica, veja-se o tópico “O Grande Glocal: Glocalização como Processo Civilizatório”.

OUTRAS RELAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DO FENÔMENO GLOCAL

A partir dos encadeamentos precedentes, convém estabelecer algumas relações sociofenomenológicas multilaterais e extrair algumas consequências social-históricas importantes. O processo de glocalização radica na base estrutural e funcional de permissão e/ou otimização de inúmeros fenômenos socioantropológicos *sine qua non* (políticos *lato sensu*) na vida cotidiana.

1. O fenômeno glocal engendra a *visibilidade multimediática* (de massa, interativa ou híbrida), aqui compreendida como o conjunto de projeções sógnicas e expressivas de toda espécie de interesse (de classe ou de grupo, coletivo ou individual, governamental ou corporativo, político, econômico, de solidariedade etc.), tais como essas projeções se fazem perceptíveis na ponta dos terminais comunicacionais em geral, em tempo real ou não (jornais e revistas impressos, alto-falantes de rádio, telas televisivas, digitais etc.).
2. O glocal condiciona a possibilidade do exercício da *existência em tempo real*, a prática comunicacional de presença à distância e de interação com outrem (humano, máquina ou rede) no *hic et nunc* (no aqui e agora) sob a mediação de tecnologias capazes de rede. Nesse horizonte, o contexto glocal, por exemplo, prossegue ocluso

na infraestrutura do trabalho em regime home office, arranjo profissional que a deserção autoprotetiva (total ou parcial) em relação aos espaços citadinos supervaloriza em períodos de ameaça espalhada, como sob pandemia, guerra ou terror, condições climáticas e catástrofe natural etc.

3. O glocal lastreia a *surveillance*, vigilância eletrônica em tempo real, seja de que tipo for (com alcance desde circunscrito, como os sistemas implantados em empresas, estações de metrô e praças públicas, até a escala nacional e mundial, com a verificação automática de acessos e trânsitos online por sistemas bancários e financeiros e com o controle de rastros de rede por browsers e plataformas algoritmizados, à base de inteligência artificial). O glocal é a pedra angular de possibilidade da própria algoritmização dos processos.
4. O glocal está na origem do excesso sistêmico de informações e imagens, em dinâmica *ad infinitum* de propagação fragmentária, tautológica e autorreciclável. Nesse segmento, glocalização é, igualmente, viga descentrada de condicionamento de múltiplas apropriações de recursos e redes digitais com a finalidade de dissuasão, mediante irradiação (ou *viralização*) de signos falsos (fake news) e produção de flutuação radical do sentido¹³.
5. O glocal é o fundamento tecnocultural comum a todas as chamadas *redes sociais*. No pródigo braço interativo, está subsumido nas várias modalidades de *smart mob* e *flash mob* (e mesmo de *mob action*), desde as moções online e ativismos ciberculturais aos grandes protestos globalizatórios do início do século XXI, especialmente no rastro das reuniões do G7, G8 ou G20, como ficaram conhecidos, a partir dos anos 1970, os agrupamentos transnacionais com pautas escalonadas conforme o foco prioritário de interesses.
6. Entre os processos ou práticas sociais anteriormente mencionados, não há um sequer que não seja realizado no, com o, através do ou a partir do fio estrutural da instantaneidade, a configuração social-histórica da velocidade comunicacional. O glocal é a prodigiosa *fábrica* do imediato. Escultura invisível fomentada por interesses políticos, econômicos e/ou culturais na velocidade sociotecnológica (em geral, como emblema operacional de produtivismo *sério e consequente*), em todos os campos de atuação humana, o glocal é a condição prévia à aceleração da produção, divulgação e/ou irradiação dos noticiários diuturnos, à catástrofe da descapitalização em cascata em bolsas de valores no mundo, ao funcionamento *imaterial* do capitalismo

¹³O assunto, que o jornalismo de massa veio a conhecer como *pós-verdade* somente em anos recentes, foi sobejamente tratado por Jean Baudrillard em obras do final dos anos 1970 e da década seguinte.

D

O que é Glocal?

nas operações bancárias e financeiras, nas negociações de compra e venda, de prestação de serviços, de investimento em carteira de ações, de registro notário de contratos, e assim por diante.

7. Ao mesmo tempo, o glocal, em todas as suas versões tecnológicas, entrega idêntica velocidade e funcionalidade a campanhas de solidariedade a indivíduos, entidades e causas, bem como a ações de salvamento de pessoas em situações de vulnerabilidade, de libertação de trabalhadores em regime de escravidão, de socorro e assistência a enfermos, a vítimas de violência e a pessoas com necessidades especiais, e iniciativas similares.
8. Com cada vez maior otimização, soma-se, há mais de um século, a essa extensa *empíria* exclusivamente permitida pelo “tempo real” o diversificado aparato militar dos Estados nacionais, tal como desdobrado desde o planejamento de ações repressoras, a eficácia dos programas de segurança pública e a eficiência do serviço secreto até a sofisticação instrumental das estratégias de guerra de informação, de chantagem e dissuasão (mísseis teleguiados, robótica satelitizada, aviões não tripulados, drones, vírus online de desestabilização do inimigo antes de ataques aéreos e invasão terrestre etc.).

Na pressuposição *a priori* desse cenário tecnocultural, o glocal assina toda e qualquer tendência fundamental da civilização mediática avançada.

O GRANDE GLOCAL: GLOCALIZAÇÃO COMO PROCESSO CIVILIZATÓRIO

O fenômeno glocal, ao reler, em escala social-histórica, as coordenadas de tempo e espaço em prol da mistura permanente deles na vida prática – vale ressignificar, ao temporalizar e liquefazer o espaço no “tempo real” e, simultaneamente, espacializar o tempo ordinário na instantaneidade tecnológica –, realiza, igualmente, a releitura sociofenomenológica da relação com a cidade, com a alteridade, com o corpo e com o si-próprio, com a materialidade da existência e seus objetos, com a produção e com o consumo, com o acesso ao conhecimento, à educação, à cultura, ao entretenimento, e assim por diante. O glocal reescreve a vida humana e sua epopeia na história: antes, por milênios, exclusivamente no território geográfico, em redutos locais; doravante, nesse mesmo estrato e no universo telegeográfico das redes comunicacionais.

No rastro desses marcadores, o processo de glocalização, por sua vez, encerra um macrossintoma: as principais tendências estruturais do social,

válidas para tudo e todos, perpassam cada contexto glocal de acesso/recepção/retransmissão/irradiação, cifram-se nele e, portanto, podem ser nele encontradas. Essa injunção repõe e redefine a velha equação segundo a qual o que pertence à ordem da macroestrutura pode ser apreendido na da microestrutura, e vice-versa. Em cada contexto glocal, reúnem-se e/ou manifestam-se relações de força que ocorrem para a definição do amanhã longínquo, sem que, no meio excessivo da espiral de informações, imagens e dados, bem como na compulsão normal em relação a eles, possa-se vislumbrar ou vaticinar com precisão os contornos desse futuro.

Esse postulado tem oitava expressiva em escala social-histórica: a civilização corrente, tal como se joga na condição glocal atual, no estirão do último século, põe-se inteira em cada reduto glocal peculiar do corpo, da percepção e da consciência, no espaço em que eles se encontram. O flagrante dessa hipóstase imediata não demonstra senão que o glocal, invenção com gigantesco potencial de flora sociotécnica – um tijolo, uma metrópole –, funda, como antes dito, um processo civilizatório à sua imagem, conforme a natureza e o estágio da infraestrutura tecnológica implicada a cada época. Modo de reagregação da humanidade em territórios regionais, nacionais e/ou internacionais *imaterializados* (como a língua, a história cultural de vida, as crenças etc.), para além da atomicidade dos redutos vividos, a glocalização é esse processo civilizatório em curso.

Nunca é demais lembrar que a civilização glocal atual equivale a uma época social-histórica em que se acumulam e convivem vários tipos de contexto glocal (do telefônico convencional fixo ao interativo móvel, entremeados pelo radiofônico, pelo televisivo e pelo computacional). Do ponto de vista do esquema articulatório subsumido no fenômeno glocal, independem a materialidade tecnológica de lastro, os tipos de tecnologia e rede envolvidos. Poderão ser outros no futuro, assim como a forma de conexão: vale, sempre e no fundo, o esquema de base, a hibridação inextricável entre local e global.

Como a complexidade se reserva fatores imperscrutáveis, o mencionado macrossintoma parte-todo, até onde se pode apreendê-lo, é sociofenomenologicamente teleológico, em sua natureza autodesdobrada diretamente no *hic et nunc*. O processo de multiglocalização se expande – parece – rumo ao Grande Glocal, para atingi-lo primeiro num perímetro de países materialmente privilegiados, que estipulam tendências não raro para arrastar o mundo inteiro depois, pouco importando quanto tempo o processo consuma. A comunicação eletrônica em tempo real encerra glocalização totalitária da vida humana.

O Grande Glocal constitui modalidade de utopia heterodoxa diuturnamente realizada de forma praxiológica, conjuntamente aleatória, ou seja, com o empenho pragmático-utilitário descentralizado de milhões de pessoas

D

O que é Glocal?

no mundo inteiro. Longe do esquema teleológico clássico de transferência valorativa do mundo ideal para um lugar futuro no tempo histórico, a utopia do Grande Glocal se hipostasia agora mesmo, pelas práticas glocais vigentes, sob a cadência descentrada e colaborativa de todos, como audiência exclusivamente receptiva e/ou segmentação de público atuante, em tempo real ou não. (Os prolegômenos sociofuncionais dessa hipóstase correspondem à inserção de uma máquina capaz de rede em casa, no local de trabalho, no utomóvel, próxima ao corpo etc.) A teleologia do Grande Glocal se nutre de cada acesso a redes tecnológicas, sobretudo as majoritárias (de massa, interativas ou híbridas), a cada decisão ou escolha em tempo real, a cada toque em botões, *click* virtual e percurso de consumo e/ou interação, por dia ou semana. Armadilha social-histórica típica que envolve a tudo e a todos sem permitir muitas alternativas de escape¹⁴, o Grande Glocal se avulta com e a partir de cada aval individual. Essa tecnoutopia passa pelo desejo de se existir na condição glocal, de expressar-se em e a partir de contextos glocais, de *ser glocal*, vivendo-se o “tempo real” e em tempo real, bem como deixando-se articular em rede, com a rede e/ou em prol da rede. Essa predisposição equivale a assumir, no âmbito seja dos *media* de massa, seja interativos, um imaginário condutivo, uma subjetividade conectiva, um comportamento pertencente, enfim, uma vida compartilhável no enredamento, por mediação de fatores mercantis-financeiros ou em paralelo a eles. A rigor, essa propensão é forjada fora dos marcos políticos convencionais; independe, por exemplo, de posições político-partidárias. Mesmo a concordância em utilizar o contexto glocal para tensionar o mundo em rede – em mobilizá-lo instrumentalmente para jogá-lo contra a condição glocal da vida presente – colabora para o desdobramento do Grande Glocal.

Essa utopia praxiológico-imediatista corresponde a uma dinâmica de interações sociais na qual e a partir da qual todos os objetos cotidianos possíveis sejam capazes de rede (de utensílios pessoais, como relógio de pulso e óculos, a eletrodomésticos) ou deem, ao menos, acesso a algum tipo de rede. Essa dinâmica social configura uma condição sociotécnica de maior crescimento exponencial do número de indivíduos, máquinas e instâncias coletivas (agrupamentos, governos, empresas etc.) enredados e/ou sincronizados em tempo real ou cuja vida produtiva e informal gravite em torno dele. Essa tendência prevê que os espectros eletromagnéticos de todos os lugares sejam drenados para a roda-viva dos fluxos regulares do mundo inteiro e/ou do território nacional¹⁵. A utopia do Grande Glocal é o planeta inteiro literalmente glocalizado, especialmente para o nomadismo comunicacional (a movimentação estacionária nas redes) das categorias sociais economicamente favorecidas.

¹⁴Essa característica, por sua natureza transpolítica (nos termos do próximo item), evoca que a condição glocal se equipara à *empíria* processual de um *dispositivo*, na perspectiva da biopolítica inaugurada por Foucault (1982, caps. “Gênese e Estrutura do Campo Religioso” e “Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe”, 1987, 2005, cap. “Espaço Social e Espaço Simbólico”, 2008a, 2008b) e explorada por Deleuze (1991, 1996, 1999), Agamben (2005, 2006, 2009) e Žižek (2003). No rastro inspirador dessas fontes, a sequência do argumento, centrado na interação entre indivíduo, tecnologia e sociedade, ilustra a natureza social-histórica capciosa do glocal como dispositivo, a qual remanesce como sinalização temática para eventual aprofundamento posterior, uma vez que a matéria é aqui apenas sugerida.

¹⁵Esse registro contextualiza, de forma crítica, a estultícia positivista chamada *internet das coisas*, integrada ao jargão jornalístico de senso comum e aclamada pelo mercado.

Transpolítica do glocal e da glocalização

O estágio social-histórico atual do glocal e da glocalização subordina-os à lógica sociofenomenológica autorreferencial que caracteriza a transpolítica. Esse enquadramento se arranja num sentido específico, ligado a coordenadas conjuntas de enraizamento social e irreversibilidade histórica: a epopeia do glocal e da glocalização põe-se para além da capacidade de controle, administração e/ou modulação por parte de quaisquer instâncias político-regulatórias legadas pela modernidade do século XIX e XX. Um fenômeno, processo ou tendência se insere no arco da transpolítica quando, uma vez desencadeado, não pode mais ser elidido do âmbito do social-histórico, isto é, não pode mais deixar de existir, pelo fato de esta destinação social de vida inexorável subordiná-lo a uma aleatoriedade aparentemente blindada, longe de qualquer interferência abolidora ou mesmo remodeladora, em direção extintiva. A força independente de um fenômeno, processo e/ou tendência transpolítico o assemelha a um fetiche autorregulado, referenciado em si próprio, espalhando-se socialmente como que para encontrar a si e desenvolver os próprios potenciais às últimas consequências. Vigora, portanto, sujeito a perdurar de forma autopoietica e indefinida, em crescimento lento ou rápido, a depender das condições materiais em jogo. A transpolítica do glocal e da glocalização perfaz a imagem integral da armadilha sociofenomenológica de um dispositivo¹⁶.

¹⁶Veja-se a nota 14.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, o enraizamento do fenômeno glocal na vida cotidiana, combinado com sua irreversibilidade transpolítica, sustenta, ao menos a partir da percepção social-histórica do presente e salvo melhor juízo em contrário, o postulado de que as sociedades do amanhã ou serão glociais ou não o serão. A forma avassaladora com que essa irreversibilidade e suas reverberações se efetivam no mundo permite vislumbrar, sob a mesma ressalva e riscos, que dificilmente os regimes políticos vigentes e seus modos de produção econômico-financeiros desaparecerão sem que o glocal permaneça como legado¹⁷.

A civilização glocal, no zelo articulatório diuturno da teleologia autopoietica que a fundamenta, labora, desde já, a autodefesa permanente contra a sua própria entropia. Nesse sentido, cumpre, à sua maneira – tortuosa e caricata –, a idealização político-cibernética de Norbert Wiener (1948, 1996): a comunicação deveria vigorar como parâmetro utópico contra as ideologias da barbárie, que levaram a humanidade à Segunda Guerra Mundial (cf. Breton, s.d; Breton & Proulx, 1991). Embora não amparada em fluxos de informação livre (quer dizer, livre de qualquer tipo de censura) e não desvinculada de processos bélicos

¹⁷Os períodos de combate internacional a ameaças pandêmicas, mediante procedimento de isolamento físico em massa em bunkers glociais, acrescido de distanciamento social compensado com processos multimidiáticos, são, nesse aspecto, para além da sobrevaloração conferida ao glocal (como bálsamo funcional), tomados pelo *status quo* sociomediático como momentos históricos importantes para a realização de correções macroestruturais e/ou ajustes de otimização no tecido técnico da glocalização como processo civilizatório.

(o das guerras informacionais e de dissuasão, por exemplo), conforme desejava o matemático anarquista e militante antinuclear norte-americano, a utopia transpolítica da glocalização planetária põe-se, com seu potencial de flexibilização de tensões sociais e internacionais, como protótipo axiológico capaz de evitar ou, ao menos, adiar o fim da humanidade. Essa façanha prospectiva confronta o que fizeram, em conflagração tecnológica, o liberalismo (representando o capitalismo ocidental), o marxismo-stalinismo (equivalente ao *socialismo realmente existente* da ex-burocracia soviética e países satélites) e o nazismo (em nome do III Reich), e tal como os seus derivados podem voltar a fazê-lo. Ante todos os efeitos de desagregação social no universo de uma integração fatal em rede (para o bem e/ou para o mal), o processo transpolítico de glocalização contribui para preservar modos de agregação sociofuncional mínima, mesmo sob confinamento físico intenso de indivíduos (como no caso de, além de guerra e terror, doenças espalhadas, toques de recolher, alarmes de situações perigosas etc.). Nessa direção, a glocalização corresponderia, no plano social-histórico, à viabilização de largo retardo no trânsito para o fenecimento capitalista do humano vis-à-vis à concessão de maior fôlego para o desempenho desse modelo de vida no tempo, na forma de uma solução de arremedo na imanência da dinâmica histórica em curso. O glocal, invenção tecnocultural do capitalismo industrial do final do século XIX, insinua-se pretensamente como a salvação sociotécnica possível do mundo de amanhã, em grandes blocos societários satelitizados, nacionais ou transnacionais, capitalistas ou não. ■

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo? *Outra Travessia*, (5), 9-16. <https://bit.ly/35P8jdN>
- Agamben, G. (2006). *Che cos'è un dispositivo?* Nottetempo.
- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Argos.
- Bergson, H. (2006). *Duração e simultaneidade*. Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (1982). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.
- Bourdieu, P. (1983). *Pierre Bourdieu: Sociologia* (R. Ortiz, Org.). Ática.
- Bourdieu, P. (2002). *O poder simbólico* (pp. 59-73). Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2005). *Razões práticas: Sobre a teoria da ação* (7a ed.). Papirus.
- Breton, P. (s.d.). *A utopia da comunicação*. Instituto Piaget.
- Breton, P., & Proulx, S. (1991). *L'explosion de la communication : La naissance d'une nouvelle idéologie* (Col. Sciences et Société). La Découverte; Boréal.
- Deleuze, G. (1991). *Foucault*. Brasiliense.
- Deleuze, G. (1996). *O mistério de Ariana*. Veja; Passagens.

- Deleuze, G. (1999). Que és un dispositivo? In E. Balibar, H. Dreyfus, G. Deleuze, R. Machado, G. Lebrun, J.-A. Miller, F. Wahl, M. Frank, M. Morey, D. Hollier, W. Seitter, R. Bellour, F. Ewald, P. Macherey, B. Barret-Kriegel, M. Donnelly, A. Pizzorno, J. Rajchman, P. Hadot, C. Jambet, ... P. Veyne, *Michel Foucault, filósofo* (pp. 155-163). Gedisa.
- Ferrara, L. A. (2007). *Espaços comunicantes*. Annablume.
- Ferrara, L. A. (2008). *Comunicação espaço cultura*. Annablume.
- Foucault, M. (1982). *Microfísica do poder* (3a ed.). Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir*. Vozes.
- Foucault, M. (2004). *A hermenêutica do sujeito*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2005). História da sexualidade I: A vontade de saber (16a ed.). Graal.
- Foucault, M. (2008a). *Segurança, território e população: Curso no Collège de France (1977-1978)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2016). *Subjetividade e verdade*. Martins Fontes.
- Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto* (2a ed.). Paz e Terra.
- Marx, K. (1983). *O capital: Crítica da economia política* (Col. Os economistas). Abril Cultural.
- Marx, K. (2005). *Manifesto comunista*. Boitempo.
- Robertson, R. (1994). Globalisation or glocalisation? *Journal of International Communication*, 1(1), 33-52. <https://doi.org/10.1080/13216597.2012.709925>
- Robertson, R. (1995). Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity. In M. Featherstone, S. Lash, & R. Robertson (Eds.), *Global modernities* (pp. 25-44). Sage.
- Robertson, R. (2002). Le dimensioni della cultura globale. In E. Batini & R. Ragionieri (Eds.), *Culture e conflitti nella globalizzazione* (pp. 17-30). Leo S. Olschki.
- Robertson, R., & White, K. E. (2003). Globalization: An overview. In R. Robertson & K. E. White (Eds.), *Globalization: Critical concepts in sociology* (v. 1, pp. 1-44). Routledge.
- Sartre, J.-P. (2015). *O que é a subjetividade?* Nova Fronteira.
- Sedda, F. (Org.). (2004). *Glocal: Sul presente a venire*. Luca Sossella.
- Trivinho, E. (2007). *A dromocracia cibercultural: Lógica da vida humana na civilização mediática avançada* (Col. Comunicação). Paulus.
- Trivinho, E. (2012). *Glocal: Visibilidade mediática, imaginário bunker e existência em tempo real*. Annablume.
- Trivinho, E. (2014). *A condição glocal: Reconfigurações tecnoculturais, sociopolíticas e econômico-financeiras na civilização mediática avançada*. Annablume; Fapesp.
- Virilio, P. (1984). *L'horizon négatif: Essai de dromoscopie*. Galilée.

D

O que é Glocal?

- Virilio, P. (1993a). *O espaço crítico*. Ed. 34.
- Virilio, P. (1993b). *A inércia polar*. Dom Quixote.
- Virilio, P. (1995). *La vitesse de libération*. Galilée.
- Wiener, N. (1948). *Cybernetics*. MIT Press.
- Wiener, N. (1996). *Cibernética e sociedade: O uso humano de seres humanos* (15a ed.). Cultrix.
- Žižek, S. (2003). *Bem-vindo ao deserto do real*. Boitempo.

Artigo recebido em 22 de março e aprovado em 7 de outubro de 2021.

Construindo a teoria da comunicação a partir da cibersemiótica^a

Building Communication Theory from Cybersemiotics

CARLOS VIDALES^b

Universidad de Guadalajara, Departamento de Estudios de la Comunicación Social.
Guadalajara, México

RESUMO

A Comunicação Social tem apresentado um grande problema em definir o que é comunicação, do que trata a comunicação e o que ela descreve em contextos biológicos, humanos e mecânicos. A visão mecanicista vê a comunicação como um processo de troca de informações, enquanto a visão humanista a conceitua como produção, entretanto, nenhuma delas tem funcionado como base comum para a construção teórica ou como uma forma de identificar o que é ou não um fenômeno de comunicação. Minha resposta a este problema é a consideração da comunicação como um conceito transdisciplinar e, ao fazê-lo, abordarei duas propostas teóricas: o metamodelo da teoria da comunicação de Robert T. Craig e a cibersemiótica de Søren Brier.

Palavras-chave: Comunicação, teoria, cibernética, metamodelo, cibersemiótica, significado

ABSTRACT

Communication sciences have had a significant problem defining what communication is, what communication is about, and what it describes in biological, human, and mechanical contexts. The mechanistic view sees communication as a process of information exchange while the humanistic view conceptualizes it as meaning production, however, none of them has functioned as common ground for theoretical construction or as a way to identify what is or what is not a communication phenomenon. My answer to this problem is the consideration of communication as a transdisciplinary concept and in doing this I will address two theoretical proposals: Robert T. Craig's metamodel of communication theory and Søren Brier's cybersemiotics.

Keywords: Communication, theory, cybersemiotics, metamodel, cybernetics, meaning

^a Trabalho originalmente publicado em CYBERNETICS & HUMAN KNOWING (2017), 24(1), 9-32. <https://chkJournal.com/node/244>

^b Publicou vários livros e artigos relacionados com a semiótica e a teoria da comunicação. É membro do Comité de Investigación 51 en Sociocibernética de la Asociación Internacional de Sociología. Editor da revista internacional *Cybernetics and Human Knowing* (<http://chkJournal.com/>). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8847-9321>. E-mail: morocoi@yahoo.com, carlos.vidales@academicos.udg.mx.

EM SEU DISCURSO DE ABERTURA da reunião anual da Associação Internacional de Comunicação em 2005, Wolfgang Donsbach salientou que, apesar de a comunicação como campo de pesquisa ter visto o maior crescimento de provavelmente todos os campos acadêmicos nos últimos trinta anos, ela ainda está carecendo e perdendo identidade, mesmo no momento em que a discussão girou em torno da própria natureza da comunicação como um esforço científico. Para alguns acadêmicos, a comunicação é de fato um campo acadêmico; para outros, é uma ciência integradora, uma ciência sinóptica, e até mesmo uma interdisciplinaridade. Entretanto,

todos os três termos têm uma conotação ligeiramente diferente: como ciência integradora, usaríamos as teorias e métodos de qualquer disciplina que tenha algo a oferecer para descrever nosso objeto de comunicação. Como uma ciência sinóptica, utilizamos o conhecimento de qualquer disciplina. Como uma interdisciplinaridade, faríamos as duas coisas. Mas qualquer que seja o termo que usamos, isso não nos salva do problema de não termos uma identidade clara. (Donsbach, 2006, p. 439)

Além disso, para Robert T. Craig (2008), as disciplinas são comunidades de conversação com uma tradição particular de argumentação, que estão todas envolvidas em uma comunidade de conversação mais ampla com suas próprias tradições de argumentação, de modo que estas disciplinas não são baseadas em categorias fixas de conhecimento, mas são formações discursivas que emergem, evoluem, se transformam e se dissipam na conversação contínua entre as disciplinas. No caso dos estudos de comunicação,

o que explica principalmente a emergência disciplinar do campo é sua relação significativa com a comunicação como categoria de prática social, e é reconstruindo suas tradições intelectuais em torno da categoria que o campo pode esperar não apenas tornar-se mais intelectualmente coerente e produtivo, mas também mais útil para a sociedade. (Craig, 2008, p. 9)

Assim, a necessidade de uma reflexão mais sistemática sobre a teoria e a pesquisa da comunicação não está relacionada apenas ao problema da identidade do campo, como Donsbach apontou, mas também à necessidade social e acadêmica de novas formas de abordar os processos de comunicação contemporâneos, como sugere Craig. Embora os estudos de comunicação tenham se concentrado em vários objetos de estudo, muitos dos quais estão intimamente ligados aos meios de comunicação de massa, a pesquisa feita em suas próprias estruturas teóricas, metodológicas e epistemológicas não tem sido suficiente.

A consequência do desequilíbrio entre a pesquisa teórica e o que é chamado de pesquisa aplicada é o surgimento do relativismo teórico. Enquanto o relativismo conceitual aceita que é possível ter um número infinitamente grande de diferentes sistemas de representação para apresentar e representar os fatos da realidade social, ele não aceita a liberdade conceitual, uma vez que qualquer teoria pressupõe um sistema conceitual e um princípio construtivo no qual sua natureza explicativa faz sentido. Como consequência, o relativismo teórico implica a eliminação das condições epistemológicas nas quais todas as formulações explicativas são fundamentadas, e como cada conceito funciona apenas dentro de um quadro teórico particular, sua separação deste quadro também enumera a separação entre o conceito e sua natureza significativa, e no final, a separação entre o conceito e os fenômenos sociais ou naturais que se pretende explicar. Então temos palavras, mas não conceitos: um vocabulário comum, mas não estruturas teóricas compartilhadas (Vidales, 2013).

Este é um fenômeno particular que Donsbach (2006) chamou de erosão epistemológica, que Robert T. Craig (1999) chamou de raízes da incoerência, que Gregory Shepherd, Jeffrey St. John e Ted Striphas (2006) chamaram de pluralismo teórico, e o que eu considero relativismo teórico (Vidales, 2013). Todos os termos que enfocam problemas de uso, construção e desenvolvimento da teoria da comunicação em sua relação com o estudo dos fenômenos sociais. Neste sentido, o clone de pesquisa de Jennings Bryant e Dorina Miron (2004) é um bom exemplo das consequências deste problema. Em suas pesquisas, eles se concentraram no reconhecimento das teorias de comunicação mais citadas em artigos relacionados à comunicação de massa em três revistas: o *Journalism & Mass Communication Quarterly*, o *Journal of Communication* e o *Journal of Broadcasting & Electronic Media*. Em seu estudo, os autores estudaram 1806 artigos (576 deles relacionados com a comunicação de massa) nos quais encontraram mais de 1393 referências feitas a 604 teorias diferentes, o que significa uma média de 2,42 teorias em cada artigo analisado. Entretanto, entre essas teorias identificadas, os autores também argumentam que 48% delas foram utilizadas como mera referência; 26% como marco teórico; 7% como comparação; 4% como crítica; 3% como nova proposta; 2% como argumentos de apoio; apenas 2% delas foram testadas; apenas 1% delas foram utilizadas para serem expandidas como marco teórico; e apenas 0,85% foram utilizadas como nova aplicação. Portanto, na teoria da pesquisa em comunicação é usada principalmente como mera referência, mas não como um arcabouço teórico em particular.

A comunicação social observa constantemente a realidade social buscando objetos de estudo, mas raramente se volta para seus próprios processos de produção de conhecimento, para a avaliação e compreensão de suas estruturas

epistemológicas, para as suposições ontológicas sobre a comunicação que são tidas como garantidas em sua prática de pesquisa, ou para os efeitos que os pesquisadores, como observadores, têm sobre a realidade social que estão tentando explicar. Não é uma prática comum na pesquisa em comunicação refletir sobre como observamos, ou sobre as consequências epistemológicas dos métodos e teorias que utilizamos, ou nossa implicação nos processos de pesquisa e na validade de nossas estruturas teóricas, condição que torna difícil reconhecer que, hoje em dia, o relativismo teórico é, de fato, um problema na prática da pesquisa.

Da mesma forma, Shepherd et al. (2006) reconhecem a necessidade de reabrir a discussão sobre a teoria da comunicação, principalmente sobre sua natureza ontológica. Eles argumentam que o livro não é um exercício ou exemplo de pluralismo teórico, mas diferentes maneiras de conceituar a comunicação e se afastam da crença de que, dado que cada teoria é construída e guiada por um objeto particular de conhecimento, todas as teorias têm igual mérito se compreendidas e apreciadas em seus próprios termos. Esta ideia principal levou os autores a criticar aqueles que acreditam que o pluralismo teórico é desejável, “é uma rejeição deliberada da afirmação tácita na comunicação contemporânea de que uma pluralidade indiferenciada de teorias é de alguma forma uma coisa boa” (Shepherd et al., 2006, p. xiv). Neste sentido, considero que o problema não é apenas que o pluralismo da teoria não é desejável, mas que o pluralismo da teoria é de fato uma das características que identificam a pesquisa em comunicação nos dias de hoje. Como resultado, a pesquisa em comunicação enfrenta o pluralismo teórico, a erosão epistemológica, as raízes da incoerência, e o relativismo teórico, novamente, todos os termos intimamente relacionados com o uso, construção e desenvolvimento ou teoria da comunicação. De acordo com Shepherd et al. (2006),

os teóricos são rápidos em defender as dimensões práticas de seu estudo da teoria, argumentando que nosso conhecimento acumulado das teorias de comunicação tem tração “lá fora”, no mundo real. Mas a frustração que normalmente acompanha essa defesa, juntamente com o vigor com que tendemos a fazê-la, nos entrega na maioria das vezes. Como podemos dizer o que pensamos ser melhor para a prática da comunicação se não estamos dispostos a pensar no que é melhor na teoria da comunicação? O julgamento, então, é um componente integral da teoria e da prática da comunicação e, em um sentido mais amplo, da manutenção de uma disciplina de comunicação vibrante e socialmente relevante. (p. xiv)

Portanto, se a comunicação social fosse capaz de observar seus próprios processos de observação e produção de conhecimento, e a forma como as teorias

têm sido utilizadas em sua prática de pesquisa, então ela seria capaz de criar sua própria identidade acadêmica através do estabelecimento de seus limites epistemológicos, teóricos e ontológicos, o que pode levar a comunicação a um verdadeiro diálogo com todas as ciências (Martín-Serrano, 2007).

Não é minha intenção explorar a teoria produzida a respeito dos meios de comunicação de massa, dos processos de comunicação interpessoal ou da história da teoria da comunicação; ao contrário, vou concentrar minha atenção em duas propostas únicas que poderiam influenciar fortemente os processos de construção e pesquisa da teoria da comunicação no futuro, devido às possibilidades que ambos têm na construção da comunicação como um conceito transdisciplinar.

De acordo com a *International Encyclopedia of Systems and Cybernetics*, a transdisciplinaridade é uma característica geral dos conceitos, métodos e modelos cibernéticos e sistêmicos que fornecem aos especialistas uma metalinguagem para o estudo em comum de situações complexas (François, 2004). Neste contexto, Peter Cheekland considera que o que precisamos são conceitos transdisciplinares de arco, que servem para unificar o conhecimento, sendo aplicáveis nos arcos que atravessam as trincheiras que marcam as fronteiras acadêmicas tradicionais (Cheekland, 1976, como citado em François, 2004). Do meu ponto de vista, a comunicação é uma candidata clara para ser considerada como um conceito transdisciplinar, mas primeiro temos que definir seus limites. Nas palavras de Craig (2008):

A comunicação é apenas um tema nominal que conecta frouxamente uma série de disciplinas e profissões de outra forma não relacionadas? A comunicação é realmente um campo interdisciplinar no qual o progresso no conhecimento só é possível através de estreita cooperação e sinergia entre várias disciplinas distintas que compõem o campo? A comunicação é realmente (apesar de sua aparente fragmentação), ou pelo menos potencialmente, o objeto de uma disciplina intelectual distinta em seu próprio direito? Cada uma destas interpretações do campo pode ser verdadeira em alguns aspectos? (p. 676)

Ao definir a comunicação como um conceito transdisciplinar, minha intenção não é abordar um problema particular em um determinado campo de pesquisa - como comunicação de massa, comunicação mediada pela tecnologia, comunicação interpessoal, ou similares - mas explorar as possibilidades que duas propostas em particular podem oferecer para a criação de um terreno teórico comum para definir a comunicação, um que crie um conceito transdisciplinar que possa ser aplicável em todas as áreas listadas antes e depois. Penso que estas duas propostas atravessam as trincheiras marcadas pelas fronteiras acadêmicas tradicionais,

a partir das ciências humanas e sociais, com a possibilidade de expandir para outras áreas de pesquisa como os reinos biológico, químico ou físico.

Especificamente, as duas propostas que vou analisar são o metamodelo constitutivo proposto por Robert T. Craig, e a proposta cibersemiótica de Søren Brier. Como mostrarei com mais detalhes nas seções seguintes, considero que mesmo que estas propostas tenham objetivos muito diferentes, ambas podem ser consideradas complementares, uma vez que ambas conceituam a comunicação como um processo constitutivo ou construtivo de produção de sentido, e ambas reconhecem as mesmas tradições teóricas. Entretanto, enquanto a intenção de Craig (1999) é apenas organizar a principal tradição teórica dentro dos estudos de comunicação, a intenção de Brier é integrar em uma estrutura transdisciplinar algumas das tradições teóricas também reconhecidas e organizadas por Craig, a fim de criar uma teoria geral de cognição, significação, comunicação e informação (Brier, 2008).

DO METAMODELO CONSTITUTIVO À PROPOSTA CIBERSEMIÓTICA

No primeiro caso, Robert T. Craig (1999) argumenta que a teoria da comunicação ainda não existe como um campo de estudo identificável e sugere que o potencial da teoria da comunicação como um campo pode ser melhor realizado não em uma teoria unificada de comunicação, mas em uma matriz disciplinar dialógico-dialética, um conjunto de suposições comumente entendido que permitiria uma argumentação produtiva através das diversas tradições da teoria da comunicação, em outras palavras, o objetivo não deveria ser alguma teoria quimérica e unificada da comunicação, mas o diálogo entre perspectivas teóricas.

É por isso que Craig está interessado na reconstrução da teoria da comunicação como um metadiscurso teórico engajado no diálogo com o metadiscurso prático da vida cotidiana, uma posição que também pode ser vista como uma oportunidade para a teoria da comunicação contribuir no cultivo da comunicação como uma prática social e, finalmente, no desenvolvimento da comunicação como disciplina prática. Craig (1999) considera que cada uma das várias tradições da teoria da comunicação oferece formas distintas de conceituar e discutir problemas e práticas de comunicação e que é precisamente no diálogo entre essas tradições que a teoria da comunicação pode se engajar com o discurso prático contínuo sobre comunicação na sociedade. Desse ponto de vista, Craig (1999) sugere uma matriz teórica ou um modelo constitutivo de comunicação como metamodelo.

O modelo constitutivo da teoria da comunicação busca uma coerência dialógico-dialética, ou seja, uma consciência comum de certas complementaridades e tensões entre os diferentes tipos de teoria da comunicação.

O que temos então é a possibilidade de organizar teorias já produzidas a fim de explorar como a teoria da comunicação pode ser reconstruída e definida dentro de uma disciplina prática para revelar tais complementaridades e tensões. Claramente não é uma teoria geral de comunicação, mas uma matriz geral para organizar a teoria da comunicação com base em um princípio dialógico-dialético. Entretanto, apesar da proposta de Craig de uma matriz disciplinar sobre uma teoria geral da comunicação - e suas rejeições da ideia de uma teoria unificada - considero que, de fato, é possível desenvolver ambos os caminhos, já que trabalhos recentes mostraram a possibilidade de uma teoria unificada da comunicação (Aguado, 2003; Brier, 2008; Galindo, 2008; Lanigan, 1992, 2008; Piñuel & Lozano, 2006; Vidales, 2013). Assim, encontramos uma forma alternativa de organizar a teoria da comunicação - que busca propósitos diferentes - na proposta de Søren Brier onde a comunicação é definida do ponto de vista da produção de significados. A proposta de Craig considera que o potencial da teoria da comunicação como um campo pode ser melhor realizado não em uma teoria unificada de comunicação, mas em uma matriz disciplinar dialógico-dialética, enquanto a proposta de Brier é realmente uma teoria geral e unificada de comunicação. Mesmo quando estas duas propostas parecem ser opostas, sob nossos olhos, elas realmente se complementam, como mostrarei com mais detalhes, já que essas teorias reconhecidas por Craig são aquelas usadas por Brier para desenvolver uma teoria geral de cognição, significação, informação e comunicação, que pode ser vista como um próximo passo no metamodelo de Craig. E, mais adiante, ambas definem a comunicação como um processo de formação de sentido constitutivo.

De acordo com Brier (2008), a fraqueza da comunicação tradicional e dos estudos de informação baseados em teorias de dados de informação tem produzido problemas gerais na compreensão de como os sistemas de conhecimento são construídos e organizados. E, com base na cibernética de segunda ordem e na semiótica peirceana, Brier (2008) propõe a cibersemiótica,

como um projeto inter e transdisciplinar que analisa os esforços modernos para chegar a uma estrutura conceitual unificada, englobando o complexo campo das ciências da informação, da cognição e da comunicação e os estudos semióticos - campos que, juntos, são frequentemente chamados de ciências da informação. (p. 3)

Mesmo quando sua ideia principal é o desenvolvimento de uma estrutura geral do que ele considera os fundamentos das ciências da informação, ele reconhece que ao discutir a possibilidade de uma ciência da informação universal, uma ciência universal de comunicação e cognição também deve ser incluída, uma vez que uma abordagem lógica e mecanicista não pode oferecer por si só

uma compreensão do significado humano ou das raízes das relações biológicas, psicológicas e sociais. Assim sendo,

ao discutir as possibilidades de uma ciência universal da informação (que deve incluir uma ciência universal de comunicação e cognição), é importante analisar a natureza das áreas temáticas que uma ciência universal da informação deve incluir, tais como física, biologia, ciências sociais, ciências humanas, biblioteca e ciências da informação, informática, cibernética, comunicação e linguística. (Brier, 2008, p. 36)

Para a cibersemiótica, a ciência da informação relativa aos sistemas vivos e ao ser humano não é capaz de explicar aspectos vitais da comunicação e da cognição, tais como aqueles relacionados com o surgimento de significado no domínio particular do contexto social e no domínio geral da reprodução e sobrevivência dos seres vivos. Esta omissão de uma explicação significativa na cibernética e nas teorias da informação é o que levou o autor à integração da semiótica no quadro teórico da cibernética e da teoria da informação. Para Brier (2008), o paradigma do processamento da informação (baseado na teoria da informação) tem sérios problemas ao descrever problemas fundamentais relativos à mediação semântica de mensagens, pois também é incapaz de levar em conta os aspectos fenomenológicos e sociais da cognição. Então, a ideia de uma integração da semiótica peirceana com a cibernética de segunda ordem é uma oportunidade para expandir as possibilidades de observar o processo de fazer sentido desde sua natureza física, química e biológica até suas condições psicológicas, fenomenológicas e sociais.

Em resumo, ambas as propostas (Craig's e Brier's) têm entendimentos muito diferentes sobre o papel que a comunicação tem na teoria e a forma como a teoria da comunicação pode ser organizada. Minha intenção é, portanto, explorar as consequências que ambas as perspectivas têm na proposta de uma teoria geral de comunicação, a fim de desenvolver a comunicação como um conceito transdisciplinar. Agora, a fim de explicar, com mais detalhes, as diferenças, semelhanças e complementaridades das propostas de Brier e Craig, vou explorar cada uma delas nas seções seguintes.

UM MODELO DE SEGUNDA ORDEM DA TEORIA DA COMUNICAÇÃO

De acordo com Craig (2008), os estudos de mídia e comunicação surgiram mais ou menos independentemente de muitas fontes que levaram à formação do campo da comunicação a partir da convergência de várias disciplinas e áreas de pesquisa que se cruzam de formas complexas, todas relacionadas em algum

sentido com o fenômeno da comunicação, mas nunca integradas em um corpo coerente de pensamento. A diversidade das tradições intelectuais nos estudos de comunicação não é um desenvolvimento recente, mas uma condição que caracteriza o campo através de sua própria história; as tradições intelectuais presentes no campo hoje vieram das humanidades e ciências sociais, onde a comunicação foi um tema geral até seu processo de institucionalização - um processo no qual foi necessário incluir perspectivas das ciências naturais e da engenharia. Por esta razão, Craig (2008) afirma que a comunicação como disciplina pode ser entendida em termos de sua contribuição ao conhecimento de uma tradição intelectual particular, e sua relevância para a comunicação pode ser entendida como uma categoria sociocultural constituída de problemas e práticas, uma vez que as disciplinas são de fato uma comunidade de conversação geral com suas próprias tradições de conversação que emergem, evoluem e se transformam durante os processos de conversação. Desse ponto de vista, a comunicação pode ser considerada como uma disciplina prática. De acordo com Craig (2008),

o termo *disciplina prática* refere-se a um tipo de disciplina que cultiva de forma recorrente a própria prática social que constitui o assunto específico da disciplina. As disciplinas práticas dependem necessariamente da relevância sociocultural como uma fonte especialmente importante de legitimidade. Uma disciplina prática emerge tipicamente e é considerada importante não por causa de algum avanço intelectual que de repente revela toda uma nova gama de problemas de pesquisa.... Em vez disso, uma disciplina prática cresce porque se propõe, de forma verossímil, a ser útil para tratar de uma série de preocupações práticas já reconhecidas como tal na sociedade. (p. 9)

Ao considerar a comunicação como uma disciplina prática, uma possibilidade é transformar a comunicação em um campo acadêmico, a fim de torná-la mais relevante socialmente. Além disso, para que a comunicação seja considerada uma prática particular, “deve haver um conceito cultural de comunicação referente ao tipo geral de prática em que as pessoas estão envolvidas sempre que se comunicam” (Craig, 2006, p. 41). Quando vemos a comunicação como prática em nossa cultura, não é apenas normal assumir que nos comunicamos com outros ou que temos práticas comunicativas, mas também o fato de que essas práticas se tornaram significativas para nós (Craig, 2006). Entretanto, o reconhecimento da comunicação como uma prática significativa na sociedade é apenas o primeiro passo na construção de um campo acadêmico, já que o segundo passo, e talvez o mais importante, é a criação de explicações sobre essa prática em particular. Falamos de comunicação no nível do senso comum

e, depois disso, criamos discursos sobre esses discursos ou metadiscursos. Como Craig (2006) defende,

estas formas comuns de falar de comunicação dão à prática da comunicação a gama específica de significados que ela tem para nós. Em nossa cultura, este discurso normativo sobre comunicação se desenvolveu a tal ponto que uma disciplina acadêmica de estudos de comunicação, com suas práticas tecnicamente sofisticadas de metadiscursivo (compreendendo o que chamamos de teoria da comunicação), foi instituída e agora desempenha um papel ativo no cultivo da prática da comunicação na sociedade. (p. 41)

Há uma relação entre o bom senso e as maneiras que usamos para falar da comunicação de forma técnica e sofisticada, porém, este fenômeno tem sérios efeitos na pesquisa em comunicação, principalmente porque o que é usado na prática da pesquisa é precisamente o discurso originado no bom senso e não no contexto técnico e sofisticado (Bryant & Miron, 2004; Vidales 2013). Isto é o que foi anteriormente chamado de relativismo teórico. Portanto, é compreensível a necessidade de uma visão de segunda ordem da teoria da comunicação, e também por que é tão importante e pertinente continuar este tipo de reflexão no início do século XXI, reflexões que também estão relacionadas à ideia de comunicação como uma disciplina particular. E, como já foi dito anteriormente, isto supõe que o potencial da teoria da comunicação como campo pode ser melhor atingido. Porém, não em uma teoria unificada de comunicação, mas em uma matriz disciplinar dialógico-dialética, um conjunto de suposições comumente entendidas que permitiria uma argumentação produtiva através das diversas tradições da teoria da comunicação. De acordo com Craig (1999),

nenhum campo ativo de pesquisa tem uma teoria totalmente unificada. Um campo perfeitamente coerente seria um campo estático, um campo morto, mas a prática da comunicação em si está muito viva e em constante evolução em um cenário mundial de contingência e conflito. A teoria da comunicação, a teoria desta prática, muito provavelmente nunca chegará, portanto, a uma forma final e unificada. O objetivo, de fato, deveria ser.... diversidade teórica, argumento, debate, mesmo à custa de ocasionais lapsos acadêmicos. O objetivo não deve ser um estado no qual não temos nada a discutir, mas um estado no qual compreendemos melhor que todos nós temos algo muito importante para discutir. (pp. 123-124)

É por isso que Craig (1999) está interessado na reconstrução da teoria da comunicação como um metadiscorso teórico engajado no diálogo com

o metadiscurso prático da vida cotidiana, uma posição que também pode ser vista como potencial para a contribuição da teoria da comunicação no cultivo da comunicação como uma prática social e, finalmente, no desenvolvimento da comunicação como uma disciplina prática. E, é a partir desta posição que Craig (1999) sugere uma matriz teórica ou um modelo constitutivo de comunicação como metamodelo.

Tomo o modelo constitutivo como um modelo metamodelo que abre um espaço conceitual no qual muitos modelos teóricos diferentes de comunicação podem interagir. Logicamente, um modelo de comunicação de primeira ordem é uma perspectiva de comunicação que destaca certos aspectos do processo... Um modelo de segunda ordem, ou metamodelo, é uma perspectiva de modelos que ressalta certos aspectos dos modelos. Um metamodelo constitutivo de modelos de imagens de comunicação como diferentes formas de constituir simbolicamente o processo de comunicação para propósitos particulares. (Craig, 1999. pp. 126-127)

Ao construir seu metamodelo, Craig (1999) propôs dois princípios de citação relevante. O primeiro é a consideração do metamodelo como um modelo constitutivo de comunicação em contraste com seu oposto dialético, o modelo de transmissão ou informação de comunicação, um modelo que considera a comunicação como um processo de enviar e receber mensagens ou transferir informações de uma mente para outra. Como este modelo tem sido fortemente criticado ao longo dos anos devido à sua consideração linear dos processos de comunicação e à incompreensão de seus fundamentos matemáticos (Deetz, 1994; Martín-Serrano, 2007; Pearce, 1989; Peters, 1999; Ritchie, 1991; Taylor, 1997; Vidales, 2013), Craig (1999) considera que “ele deve pelo menos ser complementado, se não totalmente suplantado, por um modelo que conceitua a comunicação como um processo constitutivo que produz e reproduz um significado compartilhado” (p. 125). Como consequência, “um metamodelo constitutivo de modelos de imagens de comunicação como diferentes formas de constituir simbolicamente o processo de comunicação para fins particulares” (p. 127).

O segundo princípio é a consideração da teoria da comunicação como um metadiscurso, principalmente porque a comunicação não é apenas algo que fazemos, mas também algo a que nos referimos reflexivamente de maneiras praticamente interligadas com o que fazemos dela, como já foi explicado anteriormente. É então a partir destes dois princípios que Craig (1999) desenvolve seu modelo de segunda ordem para organizar o metadiscurso produzido sobre comunicação no qual ele sugere sete tradições como metadiscursos sobre comunicação: (1) a Tradição Retórica (comunicação como arte prática do discurso);

(2) a Tradição Semiótica (comunicação como mediação intersubjetiva por sinais); (3) a Tradição Fenomenológica (comunicação como experiência de alteridade); (4) a Tradição Cibernética (comunicação como processamento de informação); (5) a Tradição Sociopsicológica (comunicação como expressão, interação e influência); (6) a Tradição Sociocultural (comunicação como (re)produção da ordem social); e (7) a Tradição Crítica (comunicação como reflexão discursiva).

Com base no metamodelo proposto por Craig, é possível iniciar o processo de construção da teoria tomando como base fundamental a dimensão ontológica que a comunicação tem em cada tradição. Como resultado, temos sete conceptualizações de comunicação: (1) comunicação como arte prática do discurso; (2) comunicação como mediação intersubjetiva por sinais; (3) comunicação como experiência de alteridade; (4) comunicação como processamento de informação; (5) comunicação como expressão, interação e influência; (6) comunicação como (re)produção de ordem social; e (7) comunicação como reflexão discursiva. É importante mencionar que todas as dimensões não são independentes umas das outras, mas estão intimamente relacionadas. Temos então um caminho claro para identificar o que uma teoria geral de comunicação deve incluir se pretendemos cobrir todas as formas já reconhecidas de comunicação como um fenômeno humano, natural, mecânico e social. Além disso, é muito importante ressaltar que o metamodelo de Craig não é uma proposta de teoria da comunicação; ao contrário, é um princípio geral para organizar a teoria da comunicação com base na implicação prática que as teorias podem ter na prática social.

Entretanto, desta perspectiva é possível considerar que todas as definições de comunicação que Craig sugere são apenas diferentes formas nas quais a comunicação é expressa e fundamentada teoricamente, definições que também geram diferentes formas nas quais a comunicação é definida ontologicamente e estudada na prática. Da minha perspectiva, as sete definições de comunicação podem ser vistas num sentido mais geral como processos de criação de sentido. A comunicação como uma arte prática do discurso, como mediação intersubjetiva por sinais, como a experiência da alteridade, como processamento de informação, como expressão, interação e influência, como a (re)produção da ordem social e, como reflexão discursiva; todas estas são diferentes formas nas quais o processo de criação de sentido é expresso. Este é um passo muito importante para a constrição da comunicação como um conceito transdisciplinar. No entanto, algo importante a apontar é o fato de que a proposta de Craig está limitada ao processo humano de comunicação ou ao processo de comunicação nas sociedades humanas. A ideia de considerar expressões gerais como processo

de criação de sentido é um argumento epistemológico que poderia expandir o estudo dos processos de comunicação para além do âmbito humano.

Em resumo, Craig conceitua a comunicação como um processo constitutivo que produz e reproduz um significado compartilhado; portanto, o metamodelo propôs modelos teóricos de imagens de comunicação como diferentes formas de constituir simbolicamente o processo de comunicação para fins particulares. O modelo constitutivo da teoria da comunicação busca uma coerência dialógico-dialética, ou seja, uma consciência comum de certas complementaridades e tensões entre diferentes tipos de teoria da comunicação; e rejeita a ideia de uma teoria unificada da comunicação. O resultado de seu metamodelo é o delineamento de sete tradições a partir das quais a comunicação é definida, e sugere que é possível desenvolver mais tradições no futuro, como uma tradição feminista, uma tradição estética, uma tradição econômica, e uma tradição espiritual. A partir deste metamodelo, minha proposta é considerar todas estas definições em um sentido mais amplo, como expressão de um processo geral de criação de sentido.

A definição de comunicação como produção e reprodução de significado, e o metamodelo como modelo constitutivo de comunicação, são duas ideias intimamente relacionadas com a proposta de cibersemiótica feita por Brier. Entretanto, Brier não está interessado na comunicação como um campo nem como uma disciplina prática, mas no desenvolvimento de uma teoria integrada de comunicação, cognição e informação. Assim, explorarei a proposta do Brier com mais detalhes na seção seguinte.

A PROPOSTA CIBERSEMIÓTICA DA COMUNICAÇÃO

De acordo com Brier (2008), as ciências da informação sobre sistemas vivos e seres humanos não são capazes de explicar aspectos vitais de comunicação e cognição, nem aqueles relacionados ao surgimento de significado no domínio particular dos contextos sociais e no domínio central da reprodução e sobrevivência dos seres vivos. A omissão de uma explicação que explica a significação na cibernética e nas teorias da informação foi o que levou Brier a integrar a semiótica no quadro teórico da cibernética e da teoria da informação. Para o autor, o paradigma de processamento da informação (baseado na teoria da informação) tem sérios problemas para descrever as questões fundamentais relativas à mediação semântica de uma mensagem, pois também é incapaz de levar em conta os aspectos fenomenológicos e sociais da cognição. Portanto, a ideia de integrar a semiótica peirceana à cibernética de segunda ordem é uma

oportunidade para expandir nossas possibilidades de observar a própria natureza dos processos de comunicação. Em suas próprias palavras,

a cibersemiótica constitui uma base realista para uma compreensão abrangente das ciências naturais, da vida e sociais, bem como das ciências humanas, e que pode proporcionar uma compreensão mais profunda das diferenças nos tipos de conhecimento que produzem e mostrar por que cada um e todos são necessários. (Brier, 2013, p. 223)

Neste ponto, podemos dizer que existe uma clara conexão entre a tentativa de Brier de gerar uma consciência comum das complementaridades e tensões entre diferentes tipos de teorias e a proposta dialógico-dialética de Craig; no entanto, também encontramos uma das principais diferenças. Enquanto isso, o metamodelo de Craig pretende apontar e criar consciência dessas complementaridades e tensões entre diferentes teorias de comunicação dentro dos estudos de comunicação, Brier também pretende expandi-las através de diferentes campos e áreas de pesquisa. Nas palavras de Brier (2013),

Estou tentando traçar um mapa no qual uma infinidade de pontos de vista pode ser traçada e suas áreas temáticas caracterizadas e comparadas com outras abordagens. Ao fazer isso, espero expandir o diálogo entre as ciências exatas, as humanidades, as ciências sociais e a filosofia. (p. 223)

Do ponto de vista da cibersemiótica, uma teoria consistente de informação, cognição e comunicação deve integrar as ciências sociais e humanas, mas também as ciências biológicas e físico-químicas. Os problemas de produção de sentido e significado nos sistemas vivos tornaram evidentes alguns limites da cibernética, mas também abriram a possibilidade de uma integração epistemológica com outras ciências como a semiótica, criando então a cibersemiótica, uma teoria geral que pode ser sintetizada como a busca das raízes biológicas, psíquicas e sociais da necessidade humana e biológica de sentido e auto-organização no processo de observação e conhecimento do mundo, e as explicações feitas sobre ele (Brier, 2008). A cibersemiótica é uma visão nova e não-reducionista da cognição e da comunicação baseada no desenvolvimento da biossemiótica, o que implica ampliar nossa compreensão da evolução da informação em animais, máquinas e seres humanos, assim como os processos de organização sistêmica e auto-organização. Esta nova visão é um ponto de vista interdisciplinar que integra vários metadiscursos que fornecem as condições para a emergência de uma nova visão não apenas sobre a vida e os processos cognitivos, mas também sobre a comunicação e sua natureza epistemológica (Brier, 2008).

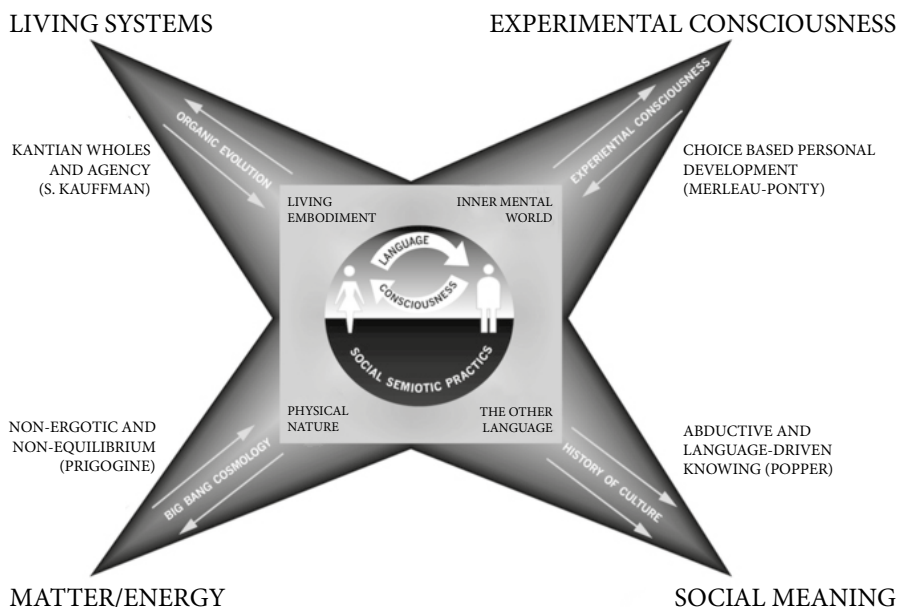
Mesmo quando a proposta da cibersemiótica parece promissora, é importante que nos perguntemos: esta é uma nova matriz para estudos de comunicação? Esta é uma nova meta-modelo da teoria da comunicação? Quais são seus limites? Esta é finalmente uma teoria geral e integradora da comunicação? Esta é uma proposta que integra as sete tradições já reconhecidas por Craig? Do meu ponto de vista, a cibernética é uma perspectiva teórica fundamental que constrói a comunicação como um conceito transdisciplinar fundamentado em sua consideração de um processo de criação de sentido. E talvez esta seja uma de suas principais características, já que, segundo Paul Copley (2010),

A cibernética é um projeto verdadeiramente transdisciplinar. Nem tanto que atravesse as ciências e as humanidades e invoque o conhecimento de ambas (embora o faça), mas é transdisciplinar porque explora, por meio da perícia em filosofia da ciência, conceitos que têm uma compra em toda a natureza e cultura. (p. 2045)

Para deixar claro este argumento, vou apresentar a estrela cibersemiótica, o diagrama que Brier constrói para expressar em forma gráfica sua proposta teórica.

Figure 1

A estrela cibersemiótica



Nota. Extraído de *Can cybersemiotics solve the paradox of transdisciplinary knowing?*, escrito por S. Brier, 2015, XI Cenoscopic Semiosis.

Em seu trabalho, Ole Nedergaard Thomsen (2011), explica a natureza da estrela cibersemiótica, um diagrama que resume a concepção cibernética da realidade e sua observação em quatro dimensões ou domínios epistemológicos irreduzíveis: natureza físico-química, vida e encarnação, mundo mental interior e sociedade e linguagem. Assim, o tema da primeira dimensão é baseado e evoluiu a partir da matéria, energia e informação,

o tópico da segunda dimensão é baseado na «vida e sistemas vivos», na evolução orgânica a partir da primeira célula, a origem das espécies; o tópico da terceira sobre vida interior anti-consciência no desenvolvimento existencial pessoal; e o tópico da quarta dimensão sobre sentido e significado na história da(s) cultura(s) humana(s). (Nedergaard Thomsen, 2011, p. 30)

As pernas da estrela estão unidas por um retângulo que representa a realidade tal como a conhecemos, e por trás dele encontramos a realidade do sistema observado, conseqüentemente, o círculo representa o sistema de observação com suas mentes encarnadas em interação. O retângulo, o universo do conhecimento e do discurso, é uma esfera de significação científica da comunidade científica, e finalmente, no círculo centralizado (o sistema científico observador) nós, os observadores e comunicadores, somos representados dentro dele como uma figura cultural em um terreno físico. Nas palavras de Nedergaard Thomsen:

Como foi dito acima, o conhecimento da realidade tem quatro dimensões epistemológicas irreduzíveis nos quatro cantos do retângulo, ou seja, novamente da esquerda para a esquerda: primeiro, Físico-químico-informacional (natureza "morta"); segundo, Biológico (natureza "viva"); terceiro, Fenomenológico-psicológico-existencial; e quarto, Sociológico-cultural-linguístico. Estas dimensões, também conhecidas como pesquisas tradicionais ou disciplinas/faculdades, "cobrem" os correspondentes aspectos ontológicos complementares da realidade. Nós, os observadores e usuários da linguagem, participamos assim deste universo, e através de nós o universo se observa. (Nedergaard Thomsen, 2011, pp. 32-33)

Para levar em conta as quatro pernas da estrela, a cibersemiótica integra em uma matriz transdisciplinar a cibernética e a semiótica e, mais particularmente, a cibernética de segunda ordem (a cibernética da cibernética) e a biossemiótica; sendo a cibernética a ciência dos sistemas circular e comunicacional autorreguladores, e a biossemiótica como a ciência dos processos de sinais vivos envolvendo mente e consciência (Nedergaard Thomsen, 2011). No entanto, esta integração está baseada nas possibilidades que a semiótica tem de fornecer

uma teoria de significado e produção de sinais à cibernética e às ciências da informação, pois, segundo Brier (2008), existe um problema primário em relação aos paradigmas da informação e da semiótica, uma vez que ambos estão relacionados à cognição, informação, significado e comunicação, mas com abordagens muito diferentes, o que torna necessário esclarecer essas perspectivas. O primeiro, frequentemente chamado de paradigma de processamento de informação, foi construído a partir de uma concepção objetivista da informação combinada com uma abordagem computacional em sentido algorítmico, o que o torna um paradigma mecanicista e racionalista. No entanto, Brier considera que esta abordagem mecanicista não pode oferecer uma compreensão do significado humano ou de suas relações biológicas, psicológicas ou sociais, o que torna evidente a necessidade de uma ciência universal da informação, incluindo sua capacidade de incluir, implicitamente, uma ciência universal de comunicação e cognição. Isto é o que levou Brier (2008) a questionar

se a pesquisa funcionalista e cibernética deve ser vista como complementar a uma linha fenomenológico-hermenêutico-semiótica de teorização sobre significação e significado que ignora questões ontológicas fora da cultura, ou se estas podem estar unidas dentro de uma estrutura paradigmática através de uma revisão dos fundamentos ontológicos e epistemológicos das ciências clássicas e modernas, como tenta Peirce. (p. 37)

A teoria matemática da comunicação, a primeira proposta integradora na história da teoria da comunicação, definiu a informação como uma propriedade estatística de uma determinada mensagem, mas foi muito claro ao apontar que a dimensão significativa de uma mensagem era irrelevante para a teoria. Em sua proposta, Shannon (1948) argumentou que o problema fundamental da comunicação era a reprodução em um ponto - exatamente ou aproximadamente - de uma mensagem selecionada em outro ponto, mas mais importante era seu reconhecimento de que mesmo quando a mensagem reproduzida ou transmitida tem significado, isto era irrelevante para a própria teoria, uma vez que ela se concentrava principalmente em um problema de engenharia. O aspecto significativo foi que a mensagem real é aquela selecionada a partir de um conjunto de mensagens possíveis, o que implica que um sistema deve ser projetado para operar para cada seleção possível e não apenas para aquela que será realmente escolhida, uma vez que isto é desconhecido no momento do projeto. Como consequência, o aspecto significativo das mensagens e da comunicação foi irrelevante para a teoria, que pode ser considerada como a primeira particularidade conceitual herdada pela teoria. Entretanto, ao mesmo

tempo, a teoria matemática propôs um conceito de informação dentro de uma estrutura muito clara, que pode ser vista como uma de suas contribuições mais importantes para as modernas ciências da informação.

Além disso, paralelamente ao desenvolvimento da teoria matemática da comunicação, Norbert Wiener propôs a cibernética em 1948, uma teoria alternativa que pode ser vista como o segundo antecedente na história da teoria e epistemologia da comunicação. Entretanto, esta proposta era muito diferente da matemática, pois mesmo quando a cibernética foi proposta como a ciência de controle e comunicação no animal e na máquina, seu propósito não era o estudo das coisas ou das máquinas reais, mas as formas como elas se comportam, ou seja, ela não estava interessada no que as coisas são, mas no que elas fazem (Ashby, 1957). A cibernética foi assim uma tentativa de gerar um princípio capaz de explicar tanto o funcionamento das máquinas quanto o funcionamento do sistema nervoso humano, a fim de criar uma teoria geral de comunicação e controle em máquinas e organismos vivos, pois, segundo Wiener (1954), não há uma diferença real quando damos uma ordem a uma máquina ou a um ser humano, pois é possível afirmar que a ordem foi emitida dado o sinal confirmando que a ordem foi recebida. Neste sentido, o fato de o sinal em seus estágios intermediários ter sido transmitido através de uma máquina ou através de um ser humano é irrelevante e não afeta nossa relação com o sinal em si. Além disso, segundo o autor, os sistemas nervosos e as máquinas automáticas são fundamentalmente parecidos, pois são estruturas que tomam decisões com base em decisões que tomaram no passado. Em suas palavras,

Minha hipótese é de que o funcionamento físico do indivíduo vivo e o funcionamento de algumas das máquinas de operação mais recentes são precisamente paralelos em suas tentativas análogas de controlar a entropia através de feedback. Ambas têm receptores sensoriais como uma etapa em seu ciclo de operação: ou seja, em ambas existe um aparelho especial para coletar informações do mundo exterior a baixos níveis de energia, e para disponibilizá-las na operação do indivíduo ou da máquina.... Em ambos, sua ação realizada no mundo exterior, e não apenas sua ação pretendida, é relatada de volta ao aparelho regulador central. Este complexo de comportamento é ignorado pelo homem comum e, em particular, não desempenha o papel que deveria desempenhar em nossa análise habitual da sociedade; pois assim como as respostas físicas individuais podem ser vistas deste ponto de vista, o mesmo pode acontecer com as respostas orgânicas da própria sociedade. Não quero dizer que o sociólogo desconheça a existência e a natureza complexa das comunicações na sociedade, mas até recentemente ele tendia a ignorar até que ponto elas são o cimento que une seu tecido. (Wiener, 1954, pp. 26-27)

Isto levou a Wiener (1945) a propor que a informação não está relacionada apenas à entropia, mas também à negentropia, um caso especial de ordem e organização, e a considerar que a informação é informação e não matéria ou energia. Este foi também o argumento no qual Tom Stonier (1997) baseou sua proposta de negentropia como o poder organizacional de criar sistemas e estruturas na natureza. Mais tarde, da perspectiva da cibernética surgiu o que Heinz von Foerster (2002) chamou de cibernética da cibernética, ou cibernética de segunda ordem, o que foi um passo importante na transformação do objeto de estudo do estudo dos sistemas para o estudo dos sistemas de observação, que também foi uma tentativa de incluir o observador no processo reflexivo. Segundo von Foerster, podemos considerar a cibernética de primeira ordem como a cibernética dos sistemas observados, e a cibernética de segunda ordem como a cibernética dos sistemas de observação. Então, enquanto a proposta da Wiener estava focada na comunicação e controle, a cibernética de segunda ordem está focada em questões relativas aos sistemas de observação e sua influência no próprio processo de produção de conhecimento, o que o levou a incluir conceitos como auto-referência, auto-organização e circularidade, o primeiro relacionado a uma operação lógica na qual uma operação é em si mesma um objeto de estudo, por exemplo, quando falamos de linguagem, quando pensamos em nosso pensamento, ou quando tomamos consciência de nossa própria consciência.

A transformação fundamental que a informação gerada no campo acadêmico, e a transformação cibernética gerada como epistemologia geral, implicou na necessidade de refletir não apenas sobre o mundo observado, mas sobre a importância dos sistemas que observam esse mundo, um grande passo no campo da epistemologia, já que, segundo Marcelo Pakman (1991, como citado em von Foerster, 2006), passamos de questionar o princípio da objetividade a assumir que todas as nossas noções não são independentes de nossa natureza como observadores, e também, que esta relação não é apenas uma condição geral para todos os observadores, mas uma condição para todos os sistemas observados. Além disso, foi isto que levou Ross Ashby (1957) a identificar duas virtudes científicas peculiares da cibernética:

A cibernética oferece um conjunto de conceitos que, por terem correspondência exata com cada ramo das ciências, podem assim trazê-los para as relações exatas entre si... E pode fornecer a linguagem comum pela qual as descobertas em um ramo podem ser prontamente utilizadas nos outros. (p. 4)

Em seu trabalho, von Foerster (2006) demonstra que se um organismo é modelado como uma máquina, não pode ser uma máquina trivial, uma vez

que não é possível gerar uma descrição matemática e determinista de seu comportamento e, como consequência, organismos e sistemas vivos devem ser descritos como máquinas não triviais: sistemas que se organizam e produzem seus próprios elementos. A capacidade de auto-organização dos sistemas vivos em sua dimensão histórica é uma condição muito importante para considerar os organismos como máquinas não-triviais. Então, para Brier (2008), este é um processo importante envolvido no surgimento de significado, porque quando observamos a linguagem em termos de informação, fica claro que o surgimento de significado depende da organização do sistema vivo e seu ambiente, o que é diferente no caso da linguagem de computador, onde o ambiente não desempenha um papel importante. É por isso que Brier (2008) reconheceu a necessidade de uma teoria diferente e mais sofisticada capaz de incluir o ponto de vista da cibernética, bem como uma teoria de significação em uma estrutura coerente e integrada, e esta é a proposta cibernética, uma estrutura geral que inclui a semiótica e a biossemiótica de Peirce. Em seguida, como Brier (2008) argumentou,

tal teoria deve ser complementada por uma teoria dos sinais e significados, bem como por teorias sobre aqueles sistemas biológicos e sociais para os quais a diferença pode fazer a diferença, já que a cibernética trata em grande parte da circularidade das diferenças nos sistemas auto organizados... para aprofundar a compreensão do processo, devemos analisar todo o processo de produção de sinais, como faz C. S. Peirce em sua semiótica. (p. 94)

Para que, após as propostas da cibernética e da cibernética de segunda ordem, no final do século XX Søren Brier desenvolveu a cibersemiótica, uma teoria geral que integra a cibernética de segunda ordem com uma teoria geral de significação. Nas palavras de Brier (2008),

As duas estruturas transdisciplinares da cibernética de segunda ordem e a semiótica triádica de Peirce parecem promissoras para desenvolver um diálogo entre sistemas sociais (Luhmann) e o conhecimento da cognição e produção de significação em sistemas biológicos (autopoiesis e acoplamento estrutural). A cibernética de segunda ordem abandonou a ideia objetivista da informação, mas ainda não desenvolveu um conceito de signo. A semiótica estuda cientificamente a significação como uma dimensão básica e universal da realidade humana. A semiótica de Peirce também aborda sinais não intencionais e tem um conceito de sinal triádico de segunda ordem, evolutivo e orientado a processos, ou seja, todas as partes dos sinais de semiose. No entanto, falta-lhe conhecimento da auto-organização da cognição e do acoplamento estrutural dos observadores. Sugere-se que estas duas estruturas poderiam ser

integradas através de algo como o conceito de jogos de linguagem de Wittgenstein, e que sistemas biológicos de prelinguagem produzem significação poderiam ser entendidos como jogos de sinais. *Os significados comunicativos são gerados por sistemas autopoieticos em jogos de linguagem e de sinais.* (p. 101)

A partir desta posição, a comunicação está intimamente associada ao próprio processo de produção de sinais e significados, mas não restrita ao escopo humano, mas conectada em um sentido mais geral com todas as formas vivas, uma posição consistente com a compreensão da biossemiótica da frente de vida, ou seja, como um fenômeno fundamentalmente fundamentado em processos semióticos (Hoffmeyer, 2008). Em resumo, o significado é um conceito-chave que devemos levar em conta no processo de construção da teoria da comunicação, e é o princípio básico que podemos utilizar para construir a comunicação como um conceito transdisciplinar. Além disso, a comunicação entendida como processo de fazer sentido é o que as propostas de Craig e Brier compartilham e é também uma condição que, para alguns autores, define a natureza humana (merrel, 2013). Em resumo, a cibersemiótica “oferece uma abordagem multi e transdisciplinar integradora, que usa o significado como princípio geral para compreender o complexo arca da ciência da informação cibernética para a natureza e as máquinas E a semiótica da cognição, comunicação e cultura de todo sistema vivo” (Brier, 2013, p. 222).

SIGNIFICADO E COMUNICAÇÃO NA CIBERSEMIÓTICA

Brier (2008) considera que algumas das pesquisas feitas em sistemas, cibernética e ciências da informação são construídas sobre noções metafísicas que levaram a resultados que são um tipo vago de funcionalismo, e que não tomam uma posição clara sobre a experiência na primeira pessoa, a qualia da percepção e das emoções, e o problema do livre arbítrio.

As versões modernas do paradigma pan-informacional frequentemente combinam o funcionalismo com termodinâmica não-equilibrada, dinâmica de sistemas não-lineares, teoria do caos determinista e matemática fractal como ferramentas descritivas. Mas novamente, raramente encontramos uma reflexão sistemática sobre como estas versões diferem das visões mecanicistas ... ou sobre a natureza de um conceito de significado e como a significação surge em mente. (Brier, 2008, pp. 39-40)

É por isso que uma teoria de significação é necessária e a razão pela qual Brier integra os paradigmas semióticos e informacionais, já que a semiótica,

como descrita por Peirce, é a doutrina da natureza essencial e das variações fundamentais da possível semiose (Peirce, 1998, EP 2:413).

A importância do paradigma semiótico é que ele se concentra nas possibilidades de comunicação significativa nos sistemas vivos e sociais através da busca de respostas sobre comunicação e produção de sentido na dinâmica cultural e histórica e também nas condições biológicas de emergência de sentido. Neste sentido, Peirce fundou a semiótica como uma lógica geral que integrou uma teoria geral de produção de sinais, que por sua vez tornou possível a expansão da semiótica além do escopo humano em processos de sinais dentro de todos os tipos de sistemas, incluindo, é claro, os sistemas vivos. Para Peirce,

Parece estranho, quando se trata de refletir sobre ele, que um sinal deixe seu intérprete para fornecer uma parte de seu significado; mas a explicação do fenômeno está no fato de que todo o universo, e não apenas o universo dos existentes, abarca todo aquele universo mais amplo, abraçando o universo das extensões como uma parte... é perfundido por sinais, se não for composto exclusivamente de sinais. (Peirce, 1998, CP 1.573 574)

Entretanto, Brier (2008) sugere que na filosofia semiótica de Peirce, sentimentos, qualia, formação de hábitos e significação são constituintes ontológicos básicos da realidade, o que significa que o paradigma semiótico deve ser capaz de penetrar além da química e da física, um movimento que foi seriamente desenvolvido na pesquisa biossemiótica (Hoffmeyer, 2008; Martinelli, 2007; merrel, 1996; Sebeok, 2001a, 2001b).

Segundo Brier (2008), informação, matéria e energia são os três elementos básicos da realidade, o que implica que a informação natural e objetiva tem que estar presente antes da emergência da mente humana e, neste sentido, a informação é algo independente do observador ou de seu intérprete. “A informação é vista como uma coisa objetiva e universal, determinada pela lei, que tanto o ser humano quanto as máquinas absorvem em suas mentes a partir da natureza, mudam pelo pensamento e a trazem à sociedade através da linguagem” (Brier, 2008, p. 54). Entretanto, a fim de explorar esta possibilidade, é necessário explorar a mente humana, a inteligência e a comunicação significativa em termos de informação, consciência e produção de sentido como reais, ou a realidade da consciência em primeira pessoa.

Isto implica que as ciências da informação devem incluir o que as ciências cognitivas já desenvolveram a fim de resolver alguns dos problemas epistemológicos gerados por esta integração empírica, especialmente porque as ciências da informação na área temática dos sistemas vivos não serão capazes de explicar

aspectos vitais dos fenômenos de cognição e comunicação, tais como o significado e as limitações do contexto social. Então, para Brier (2008), a diferença entre conhecimento e informação é o fato de que a informação é vista apenas como um aspecto dos sistemas de conhecimento, no entanto, eles precisam de um processo de interpretação semiótica para serem significativos, e assim não é possível considerar o significado da informação sem o processo de significação. “Poderíamos acrescentar à declaração da Wiener que (em si) ‘informação é informação, nem matéria nem energia’ - que informação também não significa até que tenha sido interpretada por um sistema vivo” (Brier. 2008, p. 76).

Como Brier (2008) argumentou, temos que nos aprofundar no entendimento do processo de criação de significados, uma maneira de fazê-lo é analisando todo o processo de criação de sinais, como faz C. S. Peirce em sua semiótica. Para Peirce, a única maneira de alcançar ou adquirir o pensamento é através da mediação de sinais, e assim, o único pensamento cognoscível existente é aquele em sinais; por extensão, o pensamento não cognoscível não existe. Isto é o que permite a Peirce organizar os diferentes modos em que as coisas (reais ou não) são apresentadas em relação aos elementos do que quer que seja a qualquer momento diante da mente, sob qualquer forma. Estes modos são, a) o ser de possibilidade qualitativa positiva, b) o ser ou fato real, e c) o ser de lei que governará os fatos no futuro, cada um relacionado a *a primeiridade, secundidade e terceiridade* respectivamente Peirce, 1955.

Para Peirce, a primeiridade é um modo de ser que consiste em uma mera possibilidade.

Primeiridade é o filme do ser que consiste no fato de seu tema ser positivamente tal como é, independentemente de qualquer outra coisa. Isso só pode ser uma possibilidade. Enquanto as coisas não agirem umas sobre as outras, não há sentido ou significado em dizer que elas têm qualquer ser, a menos que sejam tais em si mesmas que talvez possam entrar em relação com outras. O modo de ser uma *vermelhidão*, antes que qualquer coisa no universo fosse ainda vermelha, era, no entanto, uma possibilidade qualitativa positiva. (Peirce, 1955, p. 76)

A primeiridade está relacionada às possibilidades, mas também compreende as qualidades dos fenômenos e, como consequência, é possível argumentar que onde quer que haja fenômenos há qualidades, de modo que quase poderia parecer que não há mais nada nos fenômenos. Entretanto, não é possível dizer algo sobre uma determinada qualidade até que ela tenha sido atualizada, uma vez que antes desse momento é apenas uma possibilidade positiva referida às qualidades específicas dos fenômenos. Assim, a primeiridade é a categoria das qualidades.

Por outro lado, a secundidade está relacionada a fatos reais.

As qualidades, na medida em que são gerais, são um tanto vagas e potenciais... As qualidades são preocupadas em fatos, mas não constituem fatos. Os fatos também dizem respeito a assuntos, que são substâncias materiais. Não os vemos como vemos qualidades, ou seja, não estão na própria potencialidade e essência do sentido. (Peirce, 1955, p. 77)

Assim, a secundidade é um modo de estar relacionado a fatos reais e não a possibilidades ou qualidades como a Primeira Classe. De acordo com Peirce (1955), qualidade é um aspecto dos fenômenos, e fato, ação e atualidade são outros. Finalmente, a terceiridade está relacionada às leis.

A terceira categoria de elementos dos fenômenos consiste no que chamamos de leis quando as contemplamos apenas de fora, mas que quando vemos os dois lados do escudo, chamamos de pensamentos. Os pensamentos não são qualidades nem fatos... Assim como a ação requer um tipo peculiar de sujeito, matéria, que é estranha à mera qualidade, também neste caso é a mente, como um tipo peculiar de sujeito estranho à mera ação individual. O direito, portanto, é algo tão distante tanto da qualidade quanto da ação como estes são distantes um do outro. (Peirce, 1955, p. 78)

Desta perspectiva, é possível reconhecer possibilidades, qualidades, fatos reais e leis como as principais características da primeiridade, secundidade e terceiridade, e também como as principais características da produção de sinais.

Os modos de ser propostos por Peirce também são importantes para a compreensão dos três componentes dos sinais da proposta de Peirce, uma vez que ele considera que um sinal ou representação I é algo que representa alguém ou algo em algum aspecto ou capacidade, o que cria na mente de uma determinada pessoa um sinal equivalente ou um sinal mais desenvolvido que Pierce chama de interpretante (I) do primeiro sinal. Um sinal representa algo, seu objeto (O). Um sinal pressupõe uma relação triádica entre um representante (R), um objeto (O) e um interpretante (I) e três condições básicas: (1) que algo tem uma qualidade; (2) que algo está relacionado a um existente; e (3) que algo tem que ser compreendido ou traduzido por outra coisa. Um sinal também está relacionado com os três modos de ser, ou seja, a primeiridade está relacionada com o representado, a secundidade está relacionada com o objeto, e a terceiridade está relacionada com o intérprete, o que indica quais qualidades, fatos e leis são também propriedades dos componentes do sinal.

Então, se integrarmos a semiótica de Peirce com a cibernética de segunda ordem, é possível assumir a secundidade como a primeira distinção feita por um observador marcado por um sinal primário, o representado. Assim, para se tornar informação, as diferenças devem ser vistas como sinais pelo observador ou, num sentido diferente, as diferenças são informações quando um intérprete as vê como sinais. De acordo com Brier (2008), a cibernética vê a informação como um critério interno de um sistema autopoiético em resposta a uma perturbação, mas “somente no acoplamento estrutural estabelecido os sinais podem adquirir significado”. A cibernética de segunda ordem traz para a semiótica a ideia de fechamento, acoplamento estrutural, interpretação e linguagem” (Brier, 2008 p. 99). Aqui os sistemas autopoiéticos são entendidos da mesma forma que Maturana e Varela (1980) definem as máquinas autopoiéticas, ou seja,

uma máquina autopoiética é uma máquina organizada (definida como unidade) como uma rede de processos de produção (transformação e destruição) de componentes que produzem os componentes que a produzem: (i) através de suas interações e transformações regeneram e realizam continuamente a rede de processos (relações) que os produzem; e (ii) a constituem (a máquina) como uma unidade concreta no espaço em que eles (os componentes) existem, especificando o domínio topológico de sua realização como tal rede. (pp. 78-79)

Neste sentido, um paradigma de informação, cognição e comunicação também precisa integrar a consciência em primeira pessoa incorporada em um contexto social no processo de produção de sentido, em sua tentativa de construir uma estrutura capaz de integrar informação, cognição, sentido e comunicação significativa. Para conectar a informação e a consciência humana à sua natureza biológica, é necessária uma teoria de significação, assim como uma teoria de como o significado é produzido nos sistemas vivos. Este é exatamente o principal interesse da biossemiótica, uma proposta que integra a semiótica de Peirce com uma teoria biológica da vida e da evolução. A biossemiótica é uma resposta à impossibilidade da cibernética e das ciências da informação de incluir a consciência e o mundo fenomenológico, e pode ser declinada como um “projeto científico interdisciplinar que se baseia no reconhecimento de que a vida está fundamentalmente fundamentada em processos semióticos” (Hoffmeyer, 2008, p. 3). Nas palavras de Brier (2010),

Depois de trabalhar cerca de 30 anos dentro da cibernética e dos sistemas e seus conceitos de informação e evolução emergente, minha principal crítica é que eles não conseguiram teoricamente integrar uma abordagem fenomenológica

de primeira pessoa e consciência intersubjetiva em sua teoria transdisciplinar de sistemas direcionados por objetivos, nem mesmo na fraca forma de ter apenas a capacidade de ter aquelas experiências sensoriais que todos os sistemas vivos parecem possuir e os robôs parecem incapazes de ter. Assim, quanto a uma teoria transdisciplinar de informação, cognição, comunicação e interpretação deve ir em conexão com nossas atuais habilidades sociais às nossas origens físicas evolucionárias na natureza, não somos capazes de “fazer com que os fins se cumpram” de uma maneira consistente interna e externa. (p. 1905)

A consequência destas omissões é que as ciências humanas, naturais e sociais são transformadas em sistemas de conhecimento incapazes de explicar seus próprios fundamentos e ignorar as origens evolucionistas das habilidades humanas cognitivas e comunicativas e o papel que um observador desempenha no processo de observação, o que gera, por sua vez, um mundo sem o sujeito consciente. É por isso que é muito importante argumentar que consciência, significado e comunicação são também fenômenos naturais que estão intimamente relacionados dentro de um *continuum*, ou seja, dentro de um tipo particular de conexão entre mente e matéria, mas também entre natureza e cultura. Em seguida, para Brier (2010),

somos forçados a substituir a antiga versão da ciência cognitiva baseada no uso do modelo da ciência da informação física e desenvolver teorias que podem nos levar a um nível além dele, até sistemas vivos, sensíveis e dispostos a viver com cognição espontânea. O objetivo é desenvolver uma estrutura mais ampla, transdisciplinar e evolutiva para estudar o desenvolvimento da cognição, da comunicação e do conhecimento no mundo da vida humana. Isto é necessário para integrar o conhecimento das ciências com o conhecimento produzido nas ciências humanas e sociais sobre comunicação, significado e linguagem, a fim de obter uma compreensão mais profunda da produção social do conhecimento e da racionalidade. (p. 1912)

Como argumentado anteriormente, é possível assumir que o significado de um determinado tipo de informação é definido pela *diferença* que um sistema experimenta através dela, e diferença entendida no sentido batesoniano (Bateson, 1972). Ou seja, o significado pode ser concebido como um termo que implica a percepção de sinais e a compreensão da comunicação, o que implica, por sua vez, que o significado é uma diferença realizada no mundo por um sinal que representa algo em algum aspecto ou capacidade, como argumentado por Peirce. Então, o conceito de informação de Shannon é útil para a comunicação no campo da engenharia, mas não na tentativa de formular uma base científica

para uma teoria geral da informação. É por isso que Brier (2010) conclui que há um campo de informação no mundo cibernético, mas não há campo de significado, e também reconhece a importância da semiótica como uma teoria geral de emergência de significado e produção de sinais. Como resultado, a questão da emergência do significado foi deslocada das ciências sociais para a biologia edesenvolveu um novo campo sob o nome de *biossemiótica*, um projeto científico interdisciplinar que se baseia no reconhecimento de que a vida está fundamentada fundamentalmente nos processos semióticos (Hoffmeyer, 2008).

A questão do significado implica uma transformação na forma como é estudada, já que a reflexão passa de uma visão das condições físicas de sua produção para as condições comunicativas, sociais e cognitivas de seu surgimento. Os sinais emergem como processos parciais de produção de sentido, mas o sentido emerge como produto da ação dos sinais: o processo da *semiose*. Temos então, um princípio geral para construir a teoria da comunicação baseada na cibernética e sua noção de produção e emergência de significados nos sistemas vivos. E, portanto, isto pode nos levar ao desenvolvimento da comunicação como um conceito transdisciplinar, no sentido explicado acima, num futuro próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunicação é hoje uma palavra que implica significados diferentes, vários dos quais não só ambíguos, mas também contraditórios. Ela está associada a tantos fenômenos naturais e sociais que sua natureza explicativa parece desaparecer por trás de sua condição polissêmica. O bom senso adotou a comunicação como uma excelente metáfora para designar processos, situações, condições e até problemas sociais, todos eles ligados de alguma forma a uma determinada forma, manifestação ou expressão dos fenômenos comunicativos. Seu poder de nomear diferentes fenômenos foi estendido além do âmbito humano para incluir as formas gerais de vida, a interação entre humanos, objetos e ideias e, em um sentido geral, nas fronteiras de como um organismo conhece e se relaciona com o mundo que o cerca. No entanto, esta condição também gerou um sério problema em relação a sua natureza teórica. A teoria da comunicação parece extremamente ampla de um ponto de vista (Littlejohn & Foss, 2009) e muito restrita de outro (Vidales, 2013). Então, minha intenção neste artigo é apenas delinear as conseqüências que estas duas diferentes propostas podem ter no possível desenvolvimento da comunicação como um conceito transdisciplinar e não a comparação exaustiva entre as propostas teóricas ou a evolução da teoria da comunicação no tempo. Pelo contrário, minha intenção tem sido mostrar como a comunicação pode ser vista como um fenômeno geral ligado ao processo

de produção de sentido em sistemas vivos e como um meta-modelo, duas posições que estou certo que poderiam criar e um enorme consenso no campo da comunicação em relação a sua natureza ontológica, axiológica, epistemológica e metodológica. Ao definir a comunicação como um processo de significação (a partir da semiótica e da cibernética), estamos também definindo seus limites epistemológicos e ontológicos. A ideia é definir a comunicação de tal forma que sua natureza conceitual possa expandir seu escopo além do campo da comunicação para outros campos e disciplinas acadêmicas, mas de uma forma clara e lógica. Esse é o desafio, mas é também o convite. ■

REFERÊNCIAS

- Aguado, J. M. (2003). *Comunicación y cognición. Bases epistemológicas de la complejidad*. Comunicación Social.
- Ashby, W. R. (1957). *An introduction to cybernetics*. Chapman & Hall.
- Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution and epistemology*. Paladin.
- Brier, S. (2008). *Cybersemiotics. Why information is not enough*. University of Toronto Press.
- Brier, S. (2010). Cybersemiotics: An evolutionary world view going beyond entropy and information into the question of meaning. *Entropy*, 12(8), 1902-1920. <https://doi.org/10.3390/e12081902>
- Brier, S. (2013). Cybersemiotics: A new foundation for transdisciplinary theory of information, cognition, meaningful communication and the interaction between nature and culture. *Integral Review*, 9(2), 220-263. <https://bit.ly/3bese8Y>
- Bryant, J., & Miron, D. (2004). Theory and research in mass communication. *Journal of Communication*, 54(4), 662-704. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2004.tb02650.x>
- Cobley, P. (2010). Cybersemiotics and human modelling. *Entropy*, 12(9), 2045-2066. <https://doi.org/10.3390/e12092045>
- Craig, R. T. (1999). Communication theory as a field. *Communication Theory*, 9(2), 119-161.
- Craig, R. T. (2006). Communication as a practice. In G. J. Shepherd, J. St. John & T. Striphas (Eds.), *Communication as...: Perspectives on theory* (pp. 38-47). Sage.
- Craig, R. T. (2008). Communication in the conversation of disciplines. *Russian Journal of Communication*, 1(1), 7-23. <https://doi.org/10.1080/19409419.2008.10756694>

- Deetz, S. A. (1994). Future of the discipline: The challenges, the research, and the social contribution. In S. A. Deetz (Ed.), *Communication yearbook 17* (pp. 565-600). Sage.
- Donsbach, W. (2006). The identity of communication research. *Journal of Communication*, 56(3), 437-448. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00294.x>
- von Foerster, H. (2002). *Understanding understanding: Essays on cybernetics and cognition*. Springer-Verlag.
- von Foerster, H. (2006). *Las semillas de la cibernética*. Gedisa.
- François, C. (Ed.). (2004). *International Encyclopedia of Systems and Cybernetics*. K. S. Saur.
- Galindo, J. (Coord.). (2008). *Comunicación, ciencia e historia. Fuentes científicas históricas hacia una comunicología posible*. McGraw Hill.
- Hoffmeyer, J. (2008). *Biosemiotics. An examination into the signs of life and the life of signs*. University of Scranton Press.
- Lanigan, R. (1992). *The human science of communicology*. Duquesne University Press.
- Lanigan, R. (2008). Communicology. In W. Donsbach (Ed.), *The international encyclopedia of communication* (Vol. 1, pp. 855-856). Blackwell.
- Littlejohn, S., & Foss, K. (2009). *Encyclopedia of communication theory*. Sage.
- Martinelli, D. (2007). *Zoosemiotics: Proposals for a handbook*. Finnish Network University of Semiotics.
- Martín-Serrano, M. (2007). *Teoría de la comunicación, la vida y la sociedad*. McGraw-Hill.
- Maturana, H., & Varela, F. (1980). *Autopoiesis and cognition: The realization of the living*. D. Reidel.
- merrel, f. (2013). *Meaning making: It's what we do: it's who we are*. University of Tartu Press.
- Nedergaard Thomsen, O. (2011). A functional discourse pragmatics contribution to the cybersemiotics star. In T. Thellefsen, B. Sorensen & P. Cobley (Eds.), *From first to third via cybersemiotics. A festschrift honoring professor Søren Brier on the occasion of his 60th birthday* (pp. 27-76). Scandinavian Book.
- Pearce, W. B. (1989). *Communication and the human condition*. Southern Illinois University Press.
- Peirce, C. S. (1955). *Philosophical writings of Peirce*. Dover Publications.
- Peirce, C. S. (1998). *The essential Peirce. Selected philosophical writings (1893-1913)* (Vol. 2). Indiana University Press.
- Peters, J. D. (1999). *Speaking into the air. A history of the idea of communication*. The University of Chicago Press.

D

- Piñuel, J. I., & Lonzano, C. (2006). *Ensayo general sobre la comunicación*. Paidós.
- Ritchie, L. D. (1991). *Communication concepts 2: Information*. Sage.
- Sebeok, T. A. (2001a). *Global semiotics*. Indiana University Press.
- Sebeok, T. A. (2001b). *Signs. An introduction to semiotics*. University of Toronto Press.
- Shannon, C. (1948). A mathematical theory of communication. *The Bell System Technical Journal*, 27(3), 379-423. <https://doi.org/10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x>
- Shepherd, G. J., St. John, J., & Striphos, T. (2006). *Communication as...: Perspectives on theory*. Sage.
- Stonier, T. (1997). *Information and meaning: An evolutionary perspective*. Springer.
- Taylor, T. J. (1997). *Theorizing language*. Pergamon.
- Vidales, C. (2013). *Comunicación, semiosis y sentido. El relativismo teórico en la investigación de la comunicación*. Comunicación Social.
- Wiener, N. (1954). *The human use of human beings*. Doubleday Anchor Books.

Artigo recebido em 26 de junho de 2016 e aprovado em 5 de abril de 2017.

Deleuze e Merleau-Ponty: O Cinema em seu Renascimento Continuado

Deleuze and Merleau-Ponty: Cinema in its Continuous Rebirth

JÚLIO BEZERRA ^a

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Campo Grande – MS, Brasil

RESUMO

Algumas das ideias mais inovadoras e influentes da teoria do cinema nos últimos anos estão em dívida com as obras de Gilles Deleuze e Maurice Merleau-Ponty. É possível sentir a presença de suas filosofias e respectivos investimentos na teoria do cinema ao longo das reviravoltas afetivas e sensoriais que tomaram de assalto a reflexão sobre a sétima arte. Contudo, Deleuze e Merleau-Ponty são em geral vistos como opostos. Nossa aposta se faz no sentido contrário. Ao longo do artigo, traçamos um movimento escorregadio de aproximação e distanciamento que, ao final, esboça uma espécie de aliança. O que se vislumbra é uma maneira de ver e se aventurar pelo cinema em seu contínuo renascimento.

Palavras-chave: Cinema, Deleuze, Merleau-Ponty

ABSTRACT

Some of the most innovative and influential ideas in film theory in recent years are indebted to the works of Gilles Deleuze and Maurice Merleau-Ponty. It is possible to feel the presence of their philosophies and respective investments in the theory of cinema throughout the affective and sensory turns that have taken over the reflection on the seventh art. However, Deleuze and Merleau-Ponty are generally seen as opposites. Our bet is in the reverse direction. Throughout the article, we trace a slippery movement which draws the philosophers close and distances them and, at the end, outlines a kind of alliance. What is envisioned is a way of seeing and venturing through cinema in its continuous rebirth.

Keywords: Cinema, Deleuze, Merleau-Ponty

^a Professor dos cursos de Jornalismo e de Audiovisual e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Tem pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5163-0083>. E-mail: julioCarlosbezerra@hotmail.com

ALGUMAS DAS HIPÓTESES, caminhos e ideias mais inovadoras e influentes da teoria do cinema nos últimos anos estão em dívida com as obras de Maurice Merleau-Ponty e Gilles Deleuze. Focalizando a percepção como uma experiência encarnada e enraizada, o primeiro identificou uma convergência entre fenomenologia e cinema: uma intenção comum de nos fazer reaprender a ver o mundo. O segundo imaginou o cinema não como uma reflexão ou reprodução de algo que já existe, mas algo como o surgimento de uma atividade crítica visionária, aberta ao universo bergsoniano de energias, processos e intensidades. É possível sentir a presença de suas filosofias e respectivos investimentos na teoria do cinema ao longo das reviravoltas afetivas e sensoriais que tomaram de assalto a reflexão sobre a sétima arte.

O que não deixa de ser curioso é a falta flagrante de interesse em explorar um movimento de aproximação entre esses filósofos. Ao contrário: Deleuze e Merleau-Ponty são em geral vistos como opostos. O próprio Deleuze (1985, p. 77) enxergava o cinema como uma alternativa radical à teoria fenomenológica da percepção, rejeitando os relatos fenomenológicos da experiência cinematográfica, por, segundo ele, equipararem a *percepção cinematográfica* à *percepção natural*. A fenomenologia, nas palavras de Deleuze, seria *pré-cinematográfica*. O autor de *A Imagem-Movimento* (1985) e *A Imagem-Tempo* (1995) está certo em nos alertar para o aspecto fundacionalista que embaraça a fenomenologia inicial de Merleau-Ponty. E, de fato, a abordagem do filósofo em “O Cinema e a Nova Psicologia” (1983)¹ enfatiza a interação, a continuidade e a transição entre o cineasta, o cinema e o espectador, embora esteja sempre procurando um plano em que esses termos sejam entrelaçados – sem jamais significarem a mesma coisa.

A despeito dos comentários de Deleuze e suas referências à fenomenologia nos livros de cinema e em algumas entrevistas, este artigo argumenta que, embora, em geral, não siga uma lógica fenomenológica, em certos momentos Deleuze cruza com a fenomenologia. De inspiração bergsoniana e peirceana, a investida cinematográfica de Deleuze explora a imagem por dois prismas explicativos: a imagem-movimento e a imagem-tempo – as quais, por sua vez, são destrinchadas em diversas subdivisões (imagem-percepção, imagem-afecção, imagem-cristal etc.). Segundo o próprio Deleuze (1985), sua obra se afirma como um “ensaio de classificação das imagens e dos signos” (p. 7), como a elaboração de uma taxonomia, isto é, uma classificação das imagens e signos cinematográficos. Contudo, a fenomenologia, como nos diz Boaz Hagin (2011), “não está ausente da taxonomia bergsoniana de imagens de Deleuze”² (p. 264), e este chega até mesmo a afirmar que Bergson descaracterizou o cinema e que “a fenomenologia tem razão” (Deleuze, 1985, p. 12).

¹ Conferência que Merleau-Ponty proferiu no Institut des Hautes Études Cinématographiques (IDHEC), em Paris, em 13 de março de 1945, mesmo ano de publicação de sua obra mais famosa, *Fenomenologia da Percepção*. Este famoso ensaio compartilha com as duas primeiras obras – a outra é *A Estrutura do Comportamento* (2006b) do filósofo uma postura de interrogação sobre a herança deixada pelo racionalismo moderno, sobre a cisão entre o corpóreo e o pensamento reflexivo, sobre o abandono do ver e do sentir em nome do pensamento do ver e do sentir.

² No original: “is not absent from Deleuze’s Bergsonian taxonomy of images”. Esta e demais traduções, do autor.

Além disso, se tomarmos como ponto de partida os requisitos de Deleuze para uma boa filosofia transcendental – em miúdos, imanência e diferença –, seremos levados a reconhecer que a obra de Merleau-Ponty não é homogênea do início ao fim, que, ao final de sua vida, o fenomenólogo percebeu que suas primeiras obras não tinham sido capazes de conceber a unidade do corpo fenomênico e do corpo objetivo, e esboçou uma reaproximação diversa com o cinema. O sujeito, descentralizado na *Fenomenologia da Percepção* (1994), dissolve-se em *O Visível e Invisível* (2000) – essa é uma das razões pelas quais este último Merleau-Ponty deveria estar situado nos limites da fenomenologia (Barbaras, 2014) e seria melhor descrito como relacionado à ontologia.

Estou ciente de que propor essa aproximação/articulação é algo arriscado, e a todo momento vejo-me tentado a ver analogias – que, em um nível mais rigoroso, não se sustentam – ou a descrever as teorias de um com o idioma do outro – o que seria trair a ambos. Mas, por mais escorregadio que o cruzamento entre esses autores possa ser, o empreendimento é absolutamente fértil, não só por jogar uma nova luz sobre o alcance e o escopo dessas teorias, como também por elas, no que diz respeito ao cinema, mostrarem-se poderosas aliadas. O que se vislumbra no horizonte é a possibilidade de um relato ontológico do cinema, enfatizando, particularmente, o seu aspecto não mimético como uma abertura ambígua (Merleau-Ponty) e paradoxal (Deleuze) à simultaneidade ou coincidência parcial de todas as coisas.

UM EMPREENDIMENTO ESCORREGADÍO

Michel Foucault (1977, p.79) disse certa vez que *Lógica do Sentido* (1974), de Deleuze, “poderia ser lido como o livro o mais distante possível de *Fenomenologia da Percepção*”³. Se Foucault estiver certo, então as filosofias de Deleuze e Merleau-Ponty, pelo menos como expressas nessas duas obras, seriam radicalmente opostas. Esse texto visa, ainda que de maneira breve, questionar essa tese em uma investigação através das ressonâncias entre os dois pensadores. A tarefa está longe de ser óbvia, não apenas porque contradizemos a interpretação de Foucault, mas sobretudo porque também nos distanciamos de como o próprio Deleuze caracterizava sua relação com Merleau-Ponty em particular, e com a fenomenologia em geral. Na verdade, o filósofo de *Lógica do Sentido* raramente discute Merleau-Ponty: em todos os seus livros, há cerca de uma dúzia de referências, quase sempre negativas. Além disso, apesar de Deleuze ter publicado seu primeiro texto sobre Bergson em *Les Philosophes Célèbres*, de 1956, sob edição de Merleau-Ponty, nunca houve, até onde se sabe, qualquer outro contato significativo ou troca de ideias entre os dois pensadores – embora uma outra autoridade filosófica, mais próxima a Deleuze, Paul Virilio (1997, p. 42),

³No original: “can be read as the most alien book imaginable from Phenomenology of Perception”.

⁴ Livro no qual Merleau-Ponty trabalhava pouco antes de sua morte, em 1961, aos 53 anos.

Originalmente intitulada *A Origem da Verdade*, mas publicada sob o título que o autor adotou no final, a obra, da qual apenas a primeira parte e algumas notas se encontravam redigidas, testemunha um esforço para dar uma nova expressão ao pensamento do fenomenólogo.

tenha dito em entrevista que o autor de *A Imagem-Movimento* havia apreciado enormemente o último e inacabado livro de Merleau-Ponty, *O Visível e o Invisível*⁴.

Não é tampouco incomum recorrer aos diferentes panos de fundo conceituais a partir dos quais as obras destes dois filósofos se desenvolveram como uma forma de negar qualquer possível ressonância. Se Deleuze pertence a uma geração de pensadores que se inspiraram em Nietzsche, Marx e Freud, o quadro de referência de Merleau-Ponty é encabeçado por Hegel e Husserl. O que não quer dizer que o fenomenólogo não conhecesse Nietzsche, Marx ou Freud, nem que Deleuze não estivesse familiarizado com Hegel ou Husserl – ao contrário, entre 1943 e 1948, quando era estudante, os chamados “três Hs” (Hegel, Heidegger e Husserl) formavam o foco dominante da instrução filosófica nas universidades francesas. Sua fonte de inspiração, no entanto, mesmo tendo sido orientado por especialistas em Hegel (Jean Hyppolite) e Heidegger (Jean Beaufret), veio de outro lugar.

Um possível e curioso contra-argumento é o fato de que Deleuze (bem como Jacques Derrida e Michel Foucault) recorre a Marx, Nietzsche e Freud em um esforço para encontrar respostas para problemas levantados, entre outros, por fenomenólogos. Seria certamente um exagero alinhar-me a Alain Beaulieu (2004, p. 11), que afirma que a fenomenologia é o pano de fundo contra o qual todos os conceitos deleuzeanos são inteligíveis. Contudo, parece-me que a fenomenologia, os problemas que a movem e os buracos nos quais ela escorrega também serviram como inspiração, motivação e embate para os chamados “pensadores críticos”.

O argumento mais importante a favor da ressonância entre os dois pensadores deve ser – ao menos inicialmente – filosófico. Antes, portanto, de irmos ao cinema, parece-me necessário ao menos esboçarmos uma aproximação no que diz respeito ao pensamento de Merleau-Ponty e Deleuze. E, em geral, ambos os pensadores poderiam ser reunidos em torno de um mesmo projeto transcendental. Ambos examinaram as condições do pensamento, o que significa dizer que eles não são motivados por uma questão estritamente epistemológica. Além disso, seus interesses primários não são as causas empíricas do pensamento: eles não passam muito tempo discutindo, por exemplo, as regras segundo as quais o pensamento funciona, ou deveria funcionar, para alcançar a verdade. A questão central de suas obras gira em torno do que deve ser pressuposto para que um fenômeno como o pensamento seja possível.

O que estes dois projetos transcendentais compartilham é justamente o fato de situarem a condição do pensamento no empírico: são guiados pela imanência. Uma consequência ontológica desse entendimento é que, se a condição deve ser situada dentro do condicionado, não pode pertencer a um ser

que é fundamentalmente diferente do ser do condicionado. Suas filosofias são construídas sobre essa ideia da imanência da condição: aquilo que nos permite pensar que o ser não está situado além do ser, mas no mesmo plano do ser. Deleuze e Merleau-Ponty concordam: a condição não é transcendente, mas imanente ao condicionado. Ou seja: seus projetos evoluem para uma ontologia e rejeitam a concepção clássica da condição transcendental e o dualismo inerente a ela: a condição não pode mais ser associada ao perfeito, ao infinito, ao imutável ou ao original; nem pode continuar a se opor ao caráter imperfeito, finito, mutável e secundário do condicionado. Ambos os pensadores trocam esse dualismo em favor de um ser imanente, um ser sem hierarquias e diferenças fundamentais. Judith Wambacq (2017) complementa – não sem nos alertar para o curioso fato de que Merleau-Ponty e Deleuze usam a mesma noção, *expressão*, para descrever a relação imanente da condição com o condicionado.

Além disso, ambos compreendem a relação entre a condição e o condicionado como uma relação de expressão: a essência, que é como a condição é frequentemente entendida, é expressa pelo condicionado, ou expressa nele próprio. O que sugere que a primazia ontológica da condição é complementada pelo primado epistemológico do condicionado, e também que o poder ontológico é distribuído sobre a condição e o condicionado⁵. (Wambacq, 2017, p. 3)

É seguindo por este caminho que Merleau-Ponty e Deleuze chegam às suas noções talvez mais importantes, *carne* e *virtual*, respectivamente. A carne e o virtual combinam unidade e diferença: a carne/virtual é um evento de diferenças indefinidas, sempre aberto – por uma espécie de vazio fundamental. Ambos os autores enfatizam que esse vazio ou abertura (o que Deleuze considera como a natureza problemática do virtual e Merleau-Ponty como a natureza invisível ou divergente da carne) não é uma falta contingente. Não é algo que está realmente vazio, mas potencialmente completo, não é algo invisível para nós, mas visível para outra pessoa. É, pois, uma abertura que não se opõe ao fechamento, mas que vai além dessa oposição. É fundamentalmente aberto – deve permanecer aberto – porque é a condição do visível e do real. Uma abertura que implica necessariamente um processo ininterrupto de individuação.

O termo, “individuação”, não foi lançado aqui à toa. Merleau-Ponty e Deleuze descrevem a individuação, ou a produção de conceitos e coisas, sejam vivas ou inanimadas, da carne ou do virtual, como um processo de diferenciação de um campo pré-individual. Em vez de ser uma mera cópia ou concretização imitativa da base ontológica, o real/visível é uma criação verdadeira. Não deixa, portanto, de ser curioso o fato de ambos os pensadores também usarem a noção

⁵No original: “Moreover, both understand the relation between the condition and the conditioned as a relation of expression: the essence, which is how the condition is often understood, is expressed by or in the conditioned. As we will see, this suggests that the ontological primacy of the condition is complemented by the epistemological primacy of the conditioned, and also that the ontological power is distributed over the condition and the conditioned”.

de *cristalização* para denotar esse processo de diferenciação. Ao entender a individuação como cristalização, Merleau-Ponty e Deleuze indicam, portanto, que a relação entre o atual e o visível, por um lado, e o virtual e o invisível, por outro, implica criação, conservação, diferença e imanência.

É bem sabido que individuação e cristalização são termos centrais para Gilbert Simondon e que informam a obra de Deleuze. Mas também há uma ligação entre Simondon e Merleau-Ponty: Simondon foi seu aluno e dedicou a Merleau-Ponty a primeira parte de sua dissertação de doutorado, *O Indivíduo e Sua Gênese Físico-Biológica*. Essa dedicação envolve mais do que um gesto de reverência para com o mestre. Suas obras, embora aparentemente atravessem campos diferentes, ressoam em uma série de pontos. Barbaras (2004), por exemplo, refere-se ao fato de que ambos os pensadores descrevem o indivíduo como partindo da individuação, e não vice-versa. O que sugere uma *reversão ontológica radical*, a saber, o fato de que o Ser não pode mais ser caracterizado como uma substância sujeita ao princípio de identidade, mas deve, ao contrário, ser compreendido “com base na possibilidade dos processos individuant, que é, como ‘não consistindo apenas em si mesmo,’ ‘mais do que uma unidade,’ capaz de ‘estar fora de fase consigo mesmo, transbordando aqui e ali de seu centro’”⁶ (Barbaras, 2004, p. 185)⁷.

⁶ No original: “on the basis of the possibility of the individuating processes, that is, as ‘not consisting solely in itself,’ ‘more than a unity,’ capable of ‘being out of phase with itself, to overflow itself here and there from its center.’”

Dito de outra forma, nem Deleuze nem Merleau-Ponty veem essa imanência de ser como o aniquilamento da diferença. Isso é bem conhecido no caso de Deleuze – ele é, afinal de contas, o pensador da diferença –, mas Merleau-Ponty, ao contrário do que o próprio Deleuze por vezes deixou a entender, não está distante.

⁷ Barbaras (2004, p. 185) vai ainda mais longe e sublinha que a noção de transdução de Simondon, que designa algo como o processo de unificação dos seres à medida que esse processo procede da própria diferença entre eles, seria uma herança do termo “dimensionalidade”, de Merleau-Ponty.

Apesar das ressonâncias aqui apenas esboçadas⁸, é preciso jamais negligenciar os elementos irreconciliáveis de seus respectivos sistemas. Pode-se perguntar, por exemplo, se a unidade não idêntica de Merleau-Ponty é realmente semelhante à noção de Deleuze de uma unidade que só pode ser dita da diferença. De fato, encontramos em Merleau-Ponty (2006a) diversas passagens que confirmam a natureza diferencial da unidade da carne – o sensível é “ser por diferença e não por identidade” (p. 382) –, bem como momentos que parecem ir contra ela – “já que todos são diferenças, distâncias extremas de um mesmo algo” (Merleau-Ponty, 2000, p. 87). Não há como negar, por exemplo, que a ontologia de Merleau-Ponty se concentra mais na imanência do que, como é o caso com Deleuze, na diferença. Tampouco deveríamos ignorar que a teoria da individuação de Deleuze é muito mais desenvolvida do que a de Merleau-Ponty.

⁸ Para ler mais sobre esse diálogo, em um movimento de aproximação e distanciamento entre os projetos filosóficos de Merleau-Ponty e Deleuze, veja Wambacq (2017).

MERLEAU-PONTY, DELEUZE E O CINEMA

Vamos ao cinema. Afinal, o que nos interessa sobretudo é como esse movimento de aproximação e distanciamento entre Deleuze e Merleau-Ponty nos leva

inevitavelmente a Henri Bergson⁹ e à questão do tempo e do cinema. E, como defendo neste artigo, embora insistam ainda hoje em tê-las como opostas, as investidas de ambos na teoria cinematográfica permanecem próximas em muitos aspectos. Tanto a fenomenologia de Merleau-Ponty quanto o empirismo transcendental de Deleuze desmantelam sistemas epistemológicos baseados em atos não corporais de significação ou cognição. O impulso para determinar uma linha divisória clara entre sujeito e mundo, percepção e realidade percebida, experiência subjetiva e objetiva, é igualmente suspenso e conseqüentemente solapado. As investidas cinematográficas de Merleau-Ponty e Deleuze se fundam na continuidade do corpo humano e do mundo, na ênfase não representativa do cinema, em uma aproximação sensorial e afetiva ao mundo – substituindo os métodos puramente mentais e visuais do cogito desencarnado. O que se percebe após a influência duradoura dos livros de cinema de Deleuze e a redescoberta de uma teoria cinematográfica de inspiração fenomenológica¹⁰ é um certo protagonismo de noções como corpo, virtual, sensação, sensível e afeto, entre outras, substituindo em grande parte os modelos estruturalistas-semióticos, psicanalíticos, marxistas-ideológicos e cognitivistas na corrente principal da teoria do cinema.

Antes de mais nada: apesar das muitas afinidades, é mais uma vez importante reconhecer as diferenças entre Deleuze e Merleau-Ponty. O próprio Deleuze contrastou sua teoria bergsoniana do cinema com uma concepção fenomenológica do cinema em várias ocasiões no primeiro volume de seu trabalho sobre a sétima arte, *A Imagem-Movimento*. Diante dos comentários em algumas entrevistas de Deleuze em relação à fenomenologia, é comum até hoje uma leitura que negue a possibilidade de uma aproximação entre o filósofo de *A Imagem-Tempo* e Merleau-Ponty. Deleuze culpa a fenomenologia por compreender a experiência cinematográfica exclusivamente à luz da percepção natural, tomando como ponto de partida a ancoragem natural do sujeito no mundo e interpretando subsequentemente o movimento como uma pura “Gestalt” organizada no campo perceptivo de um sujeito.

Em geral, a grande maioria dos autores, tendo em vista, assim como faz Deleuze, apenas a primeira fase da obra de Merleau-Ponty, costuma reproduzir essa crítica: enquanto para Merleau-Ponty a sensação e o afeto são fenômenos subjetivos que surgem de um relacionamento intencional e individualizado com o mundo e a partir de uma noção não qualitativa do tempo, Deleuze considera o sensacional e o afetivo como fluxos materiais cuja individuação e troca não repousam sobre intenções subjetivadas, mas sim sobre o funcionamento de uma força ou vida anônima e não orgânica. Mas será que essa crítica realmente se sustenta? Em um olhar mais atento, não seria possível identificar momentos nos livros de cinema nos quais o próprio Deleuze parece tomar o lado da

⁹ Wambacq (2017) investe mais fundo neste diálogo entre Merleau-Ponty e Deleuze com a intercessão de Bergson. A autora chega inclusive a sublinhar que o que Merleau-Ponty avança como uma alternativa a Bergson, na verdade, corresponde ao que Deleuze afirma encontrar em Bergson. “Essa convergência encontra sua prova mais forte”, diz ela, “no fato de que em *Imagem-Tempo*, Deleuze situa sua compreensão da noção de profundidade na tradição que informa a compreensão de Merleau-Ponty sobre ela” (p. 127) – embora, para Wambacq, não haja equivalente merleau-pontiano para a concepção de tempo encontrada no segundo livro de cinema de Deleuze, fundamentado no *aion* (p. 129). No original: “This convergence finds its strongest proof in the fact that in *Cinema 2: The Time-Image*, Deleuze situates his understanding of depth in the tradition that informs Merleau-Ponty’s understanding of it”.

¹⁰ Para ler mais sobre o longo período de quarentena imposta à teoria cinematográfica de inspiração fenomenológica, ver Andrew (1978).

fenomenologia? Ademais, o próprio Merleau-Ponty, no final de sua vida, não estava empenhado em uma redescoberta do seu projeto rumo a uma ontologia?

Contribuindo para essa confusão estão os trabalhos que tentaram combinar as obras de Deleuze com a fenomenologia ou notaram uma semelhança entre eles, mas o fizeram de forma ambivalente ou sem se ater mais frontalmente às consequências de sua posição. Por exemplo, em seu trabalho sobre a experiência cinematográfica, Jennifer M. Barker (2009) sugere, muito brevemente, várias “intersecções”, “possíveis convergências” ou uma “possível sobreposição” entre Deleuze e fenomenólogos como Merleau-Ponty e Heidegger. No entanto, a autora também acrescenta que “qualquer alinhamento fácil” entre a abordagem da fenomenologia existencial e uma abordagem deleuziana seria “impossível” (p. 165).

Um exemplo adicional pode ser encontrado no primeiro capítulo do seminal *Address of the Eye*, de Vivian Sobchack (1992). Ela escreve que Deleuze afirma o significado do movimento cinematográfico e das imagens “fenomenologicamente” (p. 31) e que o seu trabalho “mantém alguma relação” e “paralelo” ao seu próprio estudo fenomenológico “em muitos aspectos” (p. 30). No entanto, ela dedica apenas um parágrafo a essa discussão, no qual admite que Deleuze critica a fenomenologia e encontra diferenças entre os dois projetos que parecem superar qualquer afinidade. Sobchack nunca elabora o valor que o trabalho de Deleuze pode ter para uma fenomenologia do cinema. O autor de *A Imagem-Movimento* nunca é mencionado novamente em *Address of the Eye* e será extremamente marginal em seu trabalho fenomenológico posterior.

Laura Marks (2000) talvez seja aquela que melhor se equilibra entre o trabalho de Deleuze e diversos insights fenomenológicos. Embora reconheça que seu trabalho é “profundamente teórico” (p. xiv), ela se diz longe do “rigor do conhecimento acadêmico” (p. xvii). Apesar de arcaísmos teóricos mais rígidos, que poderiam – ela receia – imprimir à sua obra um ímpeto totalizante, Marks não gosta da ideia de que seus compromissos com objetos e ideias precisem “eventualmente dar lugar a uma estrutura crítica coerente” (p. xiii). Ou seja: ela não vê nenhum problema em trabalhar com os conceitos de Deleuze em um parágrafo e depois enveredar por textos fenomenológicos no seguinte, e não se sente comprometida em investigar as implicações teóricas dessa conjugação metodológica e filosófica.

Uma boa maneira de desfazer esse emaranhado e atacar o problema é justamente explorar como ambos os autores leem e usam Bergson, um filósofo que eles conheciam muito bem e ao qual se referiam frequentemente em seus próprios trabalhos. Bergson está na base do pensamento deleuziano sobre o cinema. Sua filosofia tampouco poderia estar ausente das discussões sobre memória e tempo presentes em *Fenomenologia da Percepção* e *O Visível e o Invisível*. Contudo, pode parecer à primeira vista que essa tentativa de usar Bergson para

procurar ressonâncias entre as visões de cinema de Merleau-Ponty e Deleuze está ameaçada pela seguinte declaração do filósofo de *A Imagem-Movimento*:

Era necessário, a qualquer custo, superar essa dualidade de imagem e movimento, de consciência e coisa. Dois autores muito diferentes deveriam realizar essa tarefa mais ou menos ao mesmo tempo: Bergson e Husserl. Cada um tinha seu próprio grito de guerra: toda consciência é consciência de algo (Husserl), ou mais fortemente, toda consciência é algo (Bergson). (Deleuze, 1985, p. 83)

Nessa passagem frequentemente citada no quarto capítulo de *A Imagem-Movimento*, Deleuze descreve um nascimento quase mitológico da teoria de Bergson e da fenomenologia de Husserl, uma vez que ambas tentaram superar o conflito entre materialismo e idealismo, que, segundo o autor, havia chegado a um momento de crise. É justamente nesse contexto que Deleuze oferece seu breve comentário sobre a fenomenologia e o cinema – depois de sugerir enganosamente que Husserl nunca menciona o cinema¹¹, e incorretamente alegar que Sartre não cita a imagem cinematográfica em *O Imaginário*. E, de acordo com ele, a tentativa de Bergson de superar a “dualidade” da imagem (ou consciência) e movimento (ou corpo) é fundamentalmente cinematográfica, enquanto a tentativa fenomenológica de Husserl deve ser considerada pré-cinematográfica. A estratégia de Bergson, em outras palavras, seria radicalmente diferente da fenomenologia. Por quê?

A noção de imagem, definida como algo que age e reage a outras imagens em todas as suas partes elementares, é central no argumento de Bergson. Uma imagem é assim definida pelos movimentos que ela sofre e exerce. Uma imagem nada mais é que movimento. Para Bergson, as coisas e a consciência são imagens e, portanto, o dualismo entre elas seria dissolvido. E como as imagens em movimento são os instrumentos do cinema, Deleuze argumenta que essa superação do dualismo é absolutamente cinematográfica. Ao contrário de Bergson, que se mostrou avesso ao cinema e ao que ele enxergava como uma tentativa de restituir o tempo através de uma sucessão de posições no espaço, Deleuze acredita que, embora o movimento seja reproduzido pelo cinema de modo artificial, o espectador o percebe como “puro”. Se os meios de recomposição do movimento são artificiais, o resultado não o é. Ou seja: o movimento não pode ser visto como um acréscimo à imagem. Ele se encontra nela.

Merleau-Ponty, para Deleuze, pensa de maneira absolutamente diversa. Em *Fenomenologia da Percepção*, o fenomenólogo entende o movimento como a passagem de momentos imóveis e privilegiados, exceto que, para ele, esses momentos não são mais essenciais, mas existenciais. Ele não invoca formas inteligíveis, mas Gestalts perceptíveis, que organizam meu campo de percepção

¹¹ Como bem lembrado por Hagin, em uma coleção póstuma de artigos de Husserl (2005) publicada nos anos 1980, o pai da fenomenologia cita a sétima arte algumas vezes.

de acordo com meu ser-para-o-mundo, de modo que esse ser-para-o-mundo constitui o ponto de ancoragem da percepção. Para Deleuze, a fenomenologia negaria ao movimento qualquer caráter criativo. Afinal, de acordo com essa visão, a coisa movida só difere da coisa imóvel na medida em que ocupa uma posição espaçotemporal diferente. O tempo é assim reduzido a uma linha homogênea – é o mesmo em todos os momentos e evolui linearmente. O tempo é uma variável independente. É espacializado porque é entendido como a justaposição de momentos arbitrários, imóveis e externos. Em outras palavras, na opinião de Deleuze, a fenomenologia seria pré-cinematográfica.

Além dessa visão espacializada do tempo iniciada pelas modernas ciências da natureza, Bergson menciona outra concepção “errada” de movimento, a saber, aquela oferecida pelos antigos gregos. Os gregos, como os modernos, não atribuem um valor constitutivo ao tempo; em vez disso, eles o concebem como neutro, novamente como os modernos. Em última análise, o que importa para os gregos são Essências ou Ideias infinitas e imóveis, de modo que o movimento é reduzido à transição entre essas Essências. Ou seja: o tempo é irrelevante em si mesmo. Deleuze situa Merleau-Ponty nessa mesma tradição, e sublinha que, portanto, o fenomenólogo só poderia enxergar o cinema como um aliado ambíguo. O cinema surgiria na contracorrente da ancoragem do sujeito percipiente do mundo. Dessa forma, ao erguer em norma a percepção natural, a fenomenologia constituiria um foco estático, baseado em uma consciência intencional em situação. É o que Gilles Deleuze (1992) comenta em entrevista a *Cahiers du Cinéma*:

É muito curioso. Tenho a impressão de que as concepções filosóficas modernas da imaginação não levam em conta o cinema: ou elas creem no movimento, mas suprimem a imagem, ou elas mantêm a imagem, mas suprimem dela o movimento. É curioso que Sartre, em *L'Imaginaire*, considere todos os tipos de imagem, exceto a imagem cinematográfica. Merleau-Ponty se interessava pelo cinema, mas para confrontá-lo às condições gerais da percepção e do comportamento. (p. 64)

Esta noção privilegiada da percepção natural faria que o fenomenólogo visse o movimento como “poses” sucessivas que variariam de acordo com o sujeito fundador percipiente e em situação. Para Deleuze, a fenomenologia se atém a condições pré-cinematográficas – o que justificaria seu embaraço e ambiguidade em relação ao cinema, ora denunciando o movimento cinematográfico como infiel às condições da percepção, ora o exaltando como uma narrativa nova, capaz de aproximar o percebido e o percipiente, o mundo e a percepção. É o que o filósofo contesta em *A Imagem-Movimento*:

Ora, por mais que o cinema nos aproxime ou nos distancie das coisas, e gire em torno delas, ele suprime a ancoragem do sujeito tanto quanto o horizonte do mundo, de modo tal que substitui por um saber implícito e uma intencionalidade segunda as condições da percepção natural. Ele não se confunde com as outras artes, que visam antes um irreal através do mundo, mas faz do próprio mundo um irreal ou uma narrativa: com o cinema, é o mundo que se torna sua própria imagem, e não uma imagem que se torna o mundo. (Deleuze, 1985, p. 77)

O movimento que interessa a Merleau-Ponty é o do olhar focalizando um objeto (ou uma parte dele), que o autor compara com o movimento da câmera à medida que se aproxima de um objeto qualquer. E o autor, de fato, escreve que a tela não tem horizonte e que o horizonte torna as coisas significativas e lhes dá sua identidade (Merleau-Ponty, 1994, p. 82). Em *Fenomenologia da Percepção*, o cinema aparece em uma discussão sobre a percepção dos objetos no que ele chama de percepção natural. Nela, direciono meu olhar para uma área para revelá-la. Esta revelação traz a área e seus objetos para a vida, excluindo outras áreas, relegando-as ao plano de fundo ou periferia, tornando-as dormentes. Merleau-Ponty (1994) diz:

Ver um objeto é ou possuí-lo à margem do campo visual e poder fixá-lo, ou então corresponder efetivamente a essa solicitação, fixando-o. Quando eu o fixo, anoro-me nele, mas esta “parada” do olhar é apenas uma modalidade de seu movimento: continuo no interior de um objeto a exploração que, há pouco, sobrevoava-os a todos, com um único movimento fecho a paisagem e abro o objeto. (p. 82)

No entanto, para Merleau-Ponty, no cinema algo mais ocorre, e a percepção que oferece é completamente diferente. Enquanto na percepção natural, de acordo com Merleau-Ponty, quando meu olhar mergulha em um objeto, os objetos circundantes, sobre os quais meu olhar pairava antes, recuam para a periferia e se tornam um horizonte, no cinema, quando a câmera se aproxima de um objeto, os objetos ao redor não são mais visíveis na periferia de nosso olhar. Numa, o horizonte garante a identidade do objeto. Noutra, a tela “não tem horizontes”.

Quando, em um filme, a câmera se dirige a um objeto e aproxima-se dele para apresentá-lo a nós em primeiro plano, podemos muito bem lembrar-nos de que se trata do cinzeiro ou da mão de um personagem, nós não o identificamos efetivamente. Isso ocorre porque a tela não tem horizontes. (Merleau-Ponty, 1994, p. 104)

Não deixa de ser curioso. Várias obras escritas na sequência dos livros de cinema de Deleuze criticaram abordagens cinematográficas de inspiração fenomenológica

e apontaram particularmente que a experiência humana é incomensurável com a percepção no cinema – enquanto uma fenomenologia do cinema argumentaria o contrário. Steven Shaviro (1993), por exemplo, pune André Bazin por tomar como certas “as estruturas antropocêntricas da reflexão fenomenológica” e o confronta com outros teóricos que insistem que “o cinema desaloja a sensação de suas supostas condições naturais”¹² (p. 30). Jean Ungaro (2000, pp. 52-53), por sua vez, explica que a forma como percebemos as coisas, segundo Husserl, está em desacordo com a forma como percebemos as coisas no cinema; a percepção de uma coisa se dá por meio de um fluxo de diferentes esboços que experimento ou apreendo durante a percepção. No cinema, ao contrário, os esboços não são mais meus, mas criados pelo diretor do filme.

¹²No original: “the anthropocentric structures of phenomenological reflection” e “film dislodges sensation from its supposed ‘natural’ conditions”.

O próprio Deleuze afirma que Merleau-Ponty distingue muito claramente a percepção natural e a percepção cinematográfica, que o fenomenólogo jamais tenta eliminar essa distinção. E é justamente este entendimento que leva Deleuze a não somente dizer que Merleau-Ponty enxerga o cinema de forma dúbia (para sempre contrastando-o com a percepção natural), como também é o que faz tomar o partido da fenomenologia em detrimento de Bergson. O cinema não é uma afronta ao projeto merleau-pontiano e não há dificuldade ou conflito entre o cinema e análises que levem em consideração as diferenças entre os dois tipos de percepção. Deleuze deixa claro que os fenomenólogos não tentam impor a percepção natural ao filme ou a seus espectadores, e é Bergson quem erroneamente acredita que o cinema reproduz a mesma ilusão que a percepção natural. De acordo com Deleuze (1985), “a fenomenologia está certa” (p. 12) a este respeito, e foi Bergson (embora, não é demais repetir, o filósofo de *Matéria e Memória* seja o condutor de Deleuze pelo cinema) quem entendeu mal a verdadeira natureza da visualização cinematográfica.

Curiosas também são algumas das razões que Deleuze descreve para explicar sua discordância com Bergson. Ele afirma que os meios técnicos pelos quais o cinema funciona – fotogramas imóveis em uma certa velocidade – não são o que é dado a “nós” espectadores. Nunca vemos os fotogramas imóveis individuais, mas sim uma imagem intermediária à qual o movimento pertence como “dado imediato”. O que aparece, para nós, espectadores, é “imagem-movimento” (Deleuze, 1985, p. 12). Esse recurso dado ao espectador é surpreendente, entre outras razões, porque costuma-se dizer, repetidamente, que os livros de cinema de Deleuze não parecem ter muito interesse nos espectadores. Em um livro lançado no início dos anos 2000 e muito bem recebido no mundo anglo-saxônico dos estudos cinematográficos, Barbara Kennedy afirma, por exemplo, que os argumentos de Sobchack são “perigosos”, por ainda manterem o privilégio geralmente concedido a noções como “significação” e priorizarem a “subjetividade”. Kennedy (2000) explica:

O trabalho de Sobchack é predominantemente uma explicação fenomenológica da experiência cinematográfica, baseia-se em uma teoria de “percepção natural” (o corpo e a mente sendo entidades separadas) em vez de uma coagulação molecular da percepção e da materialidade da imbricação cérebro/mente/corpo. Sobchack, no entanto, quebra as oposições tradicionais entre sujeito e objeto, mental e corporal, argumentando que o cinema sempre foi um engajamento dialético e dialógico de sujeitos visíveis e videntes. Mas isso ainda mantém uma preocupação com a subjetividade. Ainda se encontra bloqueado pelo pensamento identitário e interessado nas construções psíquicas da subjetividade como elemento fundamental da experiência fílmica Ela diz, por exemplo, que “qualquer filme, não importa o quão abstrato, pressupõe que será compreendido como significação”. Eu quero ir mais longe do que a “significação” e ver os filmes como “evento”, como afeto, ou como “devir”¹³. (pp. 56-57)

Este trecho revela nada mais do que a pouca familiaridade da autora não somente com a fenomenologia e suas diversas ramificações como também com a tradição da teoria cinematográfica que bebeu nesta fonte. Sem falar em uma certa arrogância intelectual presente na sugestão de que seria necessário superar a preocupação com subjetividade ainda existente na obra de Sobchack. Kennedy desfila ao longo de seu livro uma aversão absolutamente inexplicável em relação a qualquer análise que atravesse o tema da subjetividade, como se este fosse um ponto de partida não aplicável ao cinema, à experiência de ver um filme, ou talvez, sem nenhum interesse.

A questão da subjetividade não é certamente a origem nem o fim dos livros de cinema de Deleuze, contudo, é possível identificar momentos em que a questão da percepção subjetiva do cinema e de alguns filmes em específico se tornam nortes importantes para o autor¹⁴. Ou seja: diferentemente do que ainda hoje é amplamente dito, a fenomenologia não está ausente da taxonomia bergsoniana de imagens de Deleuze. Ao contrário: ela desempenha um papel importante em *A Imagem-Movimento*, quando Deleuze discute os espectadores e onde ele alega – conjugando um argumento fenomenológico sobre a passividade dos espectadores com uma compreensão bergsoniana do movimento – que os espectadores cinematográficos não são presas fáceis da “ilusão cinematográfica”. Deleuze ainda faz uso de conceitos fenomenológicos em várias passagens. A noção heideggeriana de *estar com*, por exemplo, é empregada para discutir o status da imagem-percepção em relação à percepção dos personagens (Deleuze, 1985, pp. 72, 74).

Deleuze tem razão em chamar nossa atenção para o aspecto fundacionista que embaraça a fenomenologia inicial de Merleau-Ponty. Este embaraço, contudo, não põe em risco as asserções do fenomenólogo sobre o caráter cinestésico da percepção. Em nenhum momento, seja em “O Cinema e a Nova Psicologia” ou em *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty faz ressalvas à arte cinematográfica ou denuncia seu

¹³ No original: “Sobchack’s work is predominantly a phenomenological explanation of the cinematic experience and whilst it provides a stepping stone in my argument, it does not go far enough because it is based on a theory of ‘natural perception’ (that is the body and mind being separate entities) rather than a molecular coagulation of perception and the materiality of the brain/body/mind imbrication. Sobchack does, however, break down the traditional oppositions between subject and object, mind and body, the visual and the visible object, arguing that the film has always been both a dialectical and a dialogical engagement of viewing subjects. But this still maintains a concern with subjectivity, with ‘viewing subjects.’ It still is locked into identitarian thinking and concern with psychic constructions of subjectivity as a fundamental element of the filmic experience. Nonetheless, her argument is still in danger of maintaining a prioritisation of ‘signification’ and ‘meaning’ and the fundamental importance of subjectivity. She says, for example, ‘any film, however abstract or structural-materialist presupposes that it will be understood as signification. I want to move further away from signification to seeing film as ‘event’ as ‘affect’ or as ‘becoming’”.

¹⁴ Joe Hughes (2008) chega até mesmo a dizer “que o estudo do cinema de Deleuze é, em igual medida, um estudo da subjetividade” (p. 25). No original: “it seems that Deleuze’s study of cinema is just as much a study of subjectivity”.

movimento como infiel às condições da percepção. Tampouco concebe o movimento no cinema como uma sucessão de poses. Ao contrário, assim como Deleuze, Merleau-Ponty considera inseparáveis a imagem e o movimento. A imagem cinematográfica, diz o fenomenólogo, é uma forma temporal em movimento, uma “realidade nova” que não se reduz a uma simples soma dos elementos utilizados.

Em seu único texto dedicado exclusivamente ao cinema, “O Filme e a Nova Psicologia”, Merleau-Ponty insiste que a singularidade da sétima arte reside em seu poder de reunir visões diferentes. O autor descreve longamente o efeito Kulechov¹⁵ (a que se refere como “efeito Pudovkin”¹⁶) e faz um elogio desmedido à montagem, entendida como a característica essencial do cinema. Em nenhum momento Merleau-Ponty se aproxima de uma crítica à decupagem clássica e, muito menos, de uma defesa do uso da profundidade de campo ou do plano-sequência. Ao contrário, o fenomenólogo celebra a convergência de sua filosofia com as reflexões dos teóricos da montagem, algo que será debatido apenas como negação em outros autores importantes como Bazin, Ayfre e Michel Moullet. “O Cinema e a Nova Psicologia” é um dos primeiros ensaios a travar um diálogo entre cinema e fenomenologia. Sua originalidade, como observa Fernão Ramos (2012), se manifesta inclusive por uma ausência: o neorealismo. Se, por um lado, podemos dizer que o texto de Merleau-Ponty é anterior à explosão desse movimento pela Europa, do outro, não é lá muito difícil enxergar a pouca familiaridade do filósofo com a produção cinematográfica contemporânea.

Na verdade, o alvo de Merleau-Ponty em seu ensaio não era exatamente o cinema, e sim a nova psicologia, tema que abriria caminho para sua obra mais famosa, *Fenomenologia da Percepção*, publicada naquele mesmo ano. O cinema neste ensaio é sempre tratado em sua generalidade, e Merleau-Ponty cita poucos filmes, sem jamais travar embates mais francos com eles. Embora a noção de que a sétima arte decifra tacitamente o mundo e os homens tenham criado alargadas raízes, é nítido o “balanceamento desigual que leva o cinema a servir como contrapeso, numa brilhante análise da psicologia contemporânea” (Ramos, 2012, p. 54).

Mas será que a apresentação, feita por Deleuze, da concepção de tempo de Merleau-Ponty – como um recipiente neutro que se deve pressupor para pensar a transição de uma Gestalt fixada existencialmente para outra – de fato procede? Será que o tempo em Merleau-Ponty não tem realidade ontológica, nenhuma relação intrínseca com as coisas que se movem e com o modo como elas se movem? Parece-nos definitivamente incorreto apresentar a visão de Merleau-Ponty do tempo como um contêiner, como algo em que as coisas acontecem. Para o autor, não é que as coisas estejam no tempo, é o tempo que está nas próprias coisas – assim como a percepção deve estar situada não no observador, mas no percebido. Tampouco se pode dizer que o tempo de Merleau-Ponty é meramente

¹⁵O mesmo close inexpressível de um ator é montado sucessivamente com diferentes planos (uma mesa servida, uma criança, uma mulher nua etc.). A montagem leva o espectador a perceber e interpretar diferentemente a expressão do ator.

¹⁶Ismail Xavier, organizador do livro *A Experiência do Cinema* (1983), em que consta a tradução em português do texto de Merleau-Ponty realizada por José Lino Grünwald, explica que Pudovkin foi quem divulgou os trabalhos de Kulechov na França, onde havia realizado uma série de conferências. Daí viria o equívoco do filósofo.

uma noção conceitual, algo que se deve pressupor para pensar a transição no espaço. E, embora o tempo de Merleau-Ponty tenha uma função unitária, funcionando como ponto de ancoragem, de referência e distribuição, ele próprio não é uma unidade. Quer dizer: o tempo de Merleau-Ponty é certamente mais imanente do que Deleuze o apresenta. Se considerarmos a filosofia de Deleuze como uma articulação desenvolvida da filosofia do tempo de Bergson, talvez tenhamos de reconhecer uma diferença entre o antidualismo de Merleau-Ponty e o de Bergson/Deleuze, mas essa não é a diferença citada por Deleuze.

Se em *Fenomenologia da Percepção* a análise do fenômeno perceptivo permite a Merleau-Ponty descrever a experiência assinalando o acoplamento entre sujeito e objeto, entre o corpo e o mundo, partindo da dualidade entre estes polos e os reconciliando na unidade do campo experiencial, em *O Visível e o Invisível*, essa formulação será revista. Em seu livro inacabado, a experiência é descrita como deiscência, como fissão que, a partir da unidade primordial da carne, faz surgir, um para o outro, corpo e mundo, observador e observado, eu e outro. Dito de outro modo, da identidade ele chega à diferença. Com a introdução da noção de carne – de cunho propriamente ontológico – Merleau-Ponty radicaliza seu movimento de recusa dos dualismos. Essa noção indica ao mesmo tempo a natureza reversível do corpo (que transita entre as posições de corpo-sujeito e corpo-objeto) e a unidade primordial entre corpo e mundo. A reversibilidade torna-se então mais do que uma marca das relações entre sujeito e objeto, passando a ser descrita como aquilo que define a carne.

É justamente com o conceito de carne que Merleau-Ponty inscreve a temporalidade no centro de sua reflexão sobre o ser – e o faz utilizando um termo resistente à abstração que o termo “tempo” facilmente induz. A dimensão temporal da carne é desvelada por meio de uma longa e curiosa lista de metáforas temporais que descrevem a carne como gênese: “emergência”, “transcendência”, “deiscência”, “gravidez de possibilidades”. Com a introdução do tempo como dimensão estrutural da experiência, Merleau-Ponty contorna o efeito indesejável do vocabulário espacializante, que nos leva tão facilmente a concepções bidimensionais do ser. E, dessa forma, a temporalidade ganha um lugar de destaque na descrição merleau-pontiana da experiência. Talvez possamos dizer que ela se torna basicamente seu centro de gravidade fundamental, pois a temporalidade é o campo no qual as dimensões de mundo e sujeito se encontram implicadas.

“É preciso compreender o tempo como sujeito e o sujeito como tempo”, afirma Merleau-Ponty (1994, p. 566). O sujeito não pode ser compreendido como uma entidade que preexista ao tempo e se relacione com ele “de fora”, ele só é no tempo. Assim, o tempo não é apenas uma noção sobre a qual eu reflito, ou um fluxo de acontecimentos nos quais me localizo, ele é “uma dimensão do nosso ser” (p. 557). O tempo tampouco é um processo real, uma sucessão

de eventos que o sujeito se limitaria a registrar. Ele nasce da relação do sujeito com as coisas no mundo. Sem esta presença do sujeito o tempo não pode ser reconhecido como tal. O tempo, em outras palavras, não é o container onde os eventos acontecem: ele mesmo é o lugar dos eventos. É a produção de diferenças qualitativas, não de variação quantitativa.

Embora Merleau-Ponty tenha sido injusto em suas críticas a Bergson, devemos notar que a concepção de tempo do fenomenólogo depende muito de alguns insights bergsonianos cruciais. Bergson ocupa um lugar central nas reflexões de Merleau-Ponty sobre o tempo em *O Visível e o Invisível*. Assim como Bergson, Merleau-Ponty opõe-se à explicação da passagem do tempo em termos de uma sucessão de instantes. E, novamente, como Bergson, Merleau-Ponty reflete sobre a coexistência de presente e passado e chega mesmo a sugerir que o tempo é aquilo que explica todas as diferenças, sendo ele mesmo nada mais do que diferenciação. Merleau-Ponty usa até metáforas bergsonianas, como subtração, para explicar a relação entre o tempo e suas diferentes atualizações. Juntos, esses elementos mostram que Merleau-Ponty não pode ser facilmente assimilado ao grupo de filósofos que pensam o tempo com um recipiente neutro.

E é nesta redescritção do sensível, neste movimento na direção de uma nova ontologia, que Merleau-Ponty também esboça uma outra abordagem em relação ao cinema. Em algumas de suas últimas notas de trabalho, é possível identificar seu desejo de incorporar o cinema às reflexões que vinha desenvolvendo sobre a literatura e a pintura. Essa reaproximação atravessa a questão da visão como a reversibilidade da carne, “essa precessão do que é sobre o que se vê e faz ver, do que se vê e faz ver sobre o que é, [como] encontro, como numa encruzilhada, de todos os aspectos do Ser” (Merleau-Ponty, 2004, p. 44). Embora não aprofunde seus comentários sobre o cinema, as notas e os últimos ensaios do fenomenólogo parecem vislumbrar, ou pelo menos nos fazem inferir, as orientações através das quais a última fase do pensamento de Merleau-Ponty teria podido desenvolver uma consideração ontológica do cinema, enfatizando, sobretudo, seu caráter não mimético, como apresentação de um inapresentável.

Vislumbramos, assim, mais uma afinidade: a arte tem como referência básica as forças invisíveis que movem nosso mundo. Deleuze (2007) escreve: “Em arte, tanto em pintura quanto em música, não se trata de reproduzir ou inventar formas, mas de captar forças” (p. 62). Merleau-Ponty (2004) concorda: a pintura, diz ele, “dá existência visível ao que a visão profana crê invisível” (p. 16). É notável que ambos citem Cézanne. De acordo com Deleuze (2007), Cézanne não pinta como é uma montanha, mas como “a força de dobradura das montanhas” está ativa nela; nem pinta como é uma maçã, mas a “força germinativa da maçã” (p. 68). Merleau-Ponty (2004), por sua vez, elogia Cézanne por não ter pintado uma maçã ao determinar seus contornos e assim fixar sua essência, mas considerando o contorno “o limite ideal

em cuja direção os lados da maçã fogem em profundidade” (p. 103). O pintor poderia dizer que pintou o evento maçã. Merleau-Ponty e Deleuze, em suma, consideram Cézanne um pintor que consegue tornar visível o processo invisível que dá origem a algo, em vez de contentar-se em tornar a essência estática que delinea algo.

É este o cinema que Deleuze deseja e que o segundo Merleau-Ponty, em suas análises sobre a pintura e a visão, nos faz inferir: um cinema que manifeste o desejo de restaurar a confiança no mundo e redescobrir as possibilidades de um corpo em um encontro com o impensado. A questão que está em jogo aqui não é a da presença dos corpos, mas, como o filósofo de *A Imagem-Tempo* explica por meio de Jean-Louis Schefer, descrever as maneiras pelas quais é possível restituir no cinema mundo e corpo a partir da ausência deles. Quer dizer: o cinema não tem como objetivo a reconstituição de uma presença dos corpos, em percepção e ação, mas sim a efetuação, a colocação em movimento, de uma gênese primordial dos corpos, em nome de algo como o começo do visível – que ainda não é nem figura, nem ação.

Não é muito diferente o que busca o último Merleau-Ponty: um regresso à fé perceptiva. A partir de uma adesão inabalável às certezas sensíveis, ele visa suspender a visão instrumental do mundo, rompendo com a tradição filosófica do ponto de partida e levando o filósofo a perder sua soberania, para restituir a experiência como iniciação aos mistérios do mundo. A experiência tem como potência nos abrir ao que não é nós. É exercício do que ainda não foi submetido à separação sujeito-objeto. É promiscuidade das coisas, dos corpos, das palavras, das ideias.

É a elaboração de uma teoria que mantém um efeito de busca que está na agenda de ambos os filósofos. A imagem como um princípio dinâmico dotado de certos poderes e potências que engendram formas de vida e pensamento. A imagem como um amálgama indivisível, indecível, que faz nascer, irradiar o mundo, reorganizando o concreto e o abstrato, o animado e o inanimado, o atual e o virtual, o geral e o particular. Um cinema que mais molda (o termo, mais associado a Deleuze, não está aí à toa) do que reflete a realidade, que não esclarece uma realidade que já existe, mas lança luz sobre uma realidade que está em processo de tomar forma. Um cinema que não é uma apreciação, nem um julgamento do mundo, mas crença e fé no nascimento continuado deste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, embora o princípio geral de organização dos livros de cinema de Deleuze não siga uma lógica fenomenológica, parece-me cada vez mais um erro entender os comentários de Deleuze como uma rejeição pura e simples da corrente de Merleau-Ponty. Ao contrário, o bergsonismo cinematográfico de Deleuze não é nem exatamente fenomenológico nem totalmente avesso à fenomenologia,

como muitas vezes foi argumentado. As duas abordagens podem se encontrar e forjar conexões adicionais entre elas. Isto porque Deleuze e Merleau-Ponty definitivamente não examinam a arte em função do que ela diz sobre o ser, tampouco para analisarem o que a arte significa ou diz sobre si mesma. Na verdade, poderíamos ir ainda mais longe e dizer que para ambos não há diferença fundamental entre todas as artes e todas as ciências humanas. Todas elas são formas de pensamento. Mais especificamente, são todas formas de pensamento criativo, de pensamento pensante.

É bem verdade, como vimos, que existem divergências no que diz respeito aos princípios filosóficos que orientam as investidas destes autores na sétima arte. Seus interesses e recortes, contudo, não são necessariamente excludentes. Ler Merleau-Ponty com Deleuze em mente e vice-versa revela claramente uma continuidade possível entre as duas filosofias. E isso implica curiosamente mudanças em relação a como a tradição apresenta essas filosofias individualmente, seja afirmando a imanência ontológica como tema central em seus relatos de percepção, arte e linguagem – o que contraria a ideia de pensar ou vivenciar o sujeito como condição de possibilidade de percepção, arte e linguagem, mas também substitui a questão da relação entre pensamento e experiência, por um lado, e ser, por outro, com a questão da relação entre pensamento e experiência –, seja extraindo Deleuze do triunvirato em que ele é usualmente mencionado (Foucault, Deleuze e Derrida) e oferecendo novas maneiras de expandir o seu alcance.

Apesar da inspiração imanente e diferencial da filosofia de Merleau-Ponty, devemos reconhecer que, aparentemente, Deleuze não considera esta inspiração o suficiente para simpatizar com o fenomenólogo. Deleuze, certamente, nem sempre é o leitor mais cuidadoso – ou justo – de Merleau-Ponty, tendo deixado escapar alguns elementos que tornariam o autor de *O Visível e o Invisível* um aliado. Ainda assim, não é inimaginável, por exemplo, que Deleuze tenha percebido a importância de uma teoria diferencial da individuação devidamente desenvolvida ao criticar o que ele chamou de teorias “pervertidas” da imanência – incluindo aí a obra de Merleau-Ponty. Contra essa luz, o fato de que Deleuze substitui “estrutura” por “máquina”, que ele abandone “langue” e “parole” completamente, que ele desenvolva o conceito de “força”, que defina o tempo como o poder de se diferenciar como tal, e assim por diante, deve ser considerada apenas um ajuste fino das teorias anteriores de imanência e diferença. Tudo isso para dizer, com a ajuda de Wambacq (2017), que, apesar dos pesares, “em última análise, Deleuze foi mais longe em uma trajetória que, como tentei mostrar neste livro, eles estiveram juntos em pelo menos parte do caminho”¹⁷ (p. 223).

Em suma, ambos, Merleau-Ponty e Deleuze, investiram em uma filosofia da imanência. Essa imanência, entretanto, não implica, em nenhum dos dois projetos (embora a questão esteja mais elaborada em Deleuze), que a diferença entre a condição e o condicionado seja dissolvida. É, digamos, curioso: na impossibilidade

¹⁷No original: “ultimately, Deleuze travels further down a road that, as I have tried to show in this book, they shared for at least part of the way”.

de uma coincidência absoluta entre fundamento e fundado, a natureza parcial dessa “coincidência” é justamente o que nos permite o acesso ao fundamento, como diria Merleau-Ponty. Deleuze não estaria tão longe dessa formulação, embora com outros termos. Quer dizer, a impossibilidade de apreender o virtual em sua totalidade é exatamente o que permite que o fluxo infinito de atualizações continue. “A diferença entre a base dinâmica, aberta, não idêntica, não positiva e a base estática, fechada, idêntica e positiva não é imposta de fora, mas tem uma razão transcendental”¹⁸, explica Wambacq (2017, p. 216). É justamente neste sentido que se pode dizer que a filosofia de Merleau-Ponty tem uma inspiração “diferencial”. Em seu pensamento, assim como em Deleuze, a diferença desempenha um papel central, pois explica por que as expressões que dão forma ao fundo não podem, e não devem, coincidir com ele. Há uma fenda que deve permanecer aberta, “uma dinâmica”, complementa Wambacq, “que não pode ser interrompida e uma ambiguidade (Merleau-Ponty) ou paradoxo (Deleuze) que não pode ser desemaranhado porque são a base das expressões”¹⁹ (p. 216).

A filosofia, para Deleuze e Merleau-Ponty, existe no modo interrogativo. Ela responde a uma questão que deve permanecer para sempre aberta; deve rejeitar qualquer possível ponto final – perguntar e responder, novamente. E assim, toda e qualquer obra possui um certo impensado, quer dizer, aquilo que, através dela, somente dela, nos chega como ainda não pensado. Este impensado não pertence a Merleau-Ponty ou Deleuze, muito menos aos seus fervorosos e respectivos seguidores. Pensar, como nos diz o fenomenólogo, provavelmente com o aval do filósofo de *A Imagem-Tempo*,

não é possuir objetos de pensamento, é circunscrever através deles um domínio por pensar, que, portanto, ainda não pensamos. Assim como o mundo percebido só subsiste mediante os reflexos, as sombras, os níveis, os horizontes entre as coisas, que não são coisas e não são nada, que, ao contrário, apenas delimitam os campos de variação possível na mesma coisa e no mesmo mundo – também a obra e o pensamento de um filósofo são feitos igualmente de certas articulações entre as coisas ditas, a cujo respeito não há dilema entre a interpretação objetiva e o arbitrário, já que aí não se trata de objetos de pensamento, já que, como a sombra e o reflexo, seriam detruídos se fossem submetidos à observação analítica ou ao pensamento isolante, e apenas podemos ser-lhes fiéis e reencontrá-los pensando-os outra vez (Merleau-Ponty, 1991, p. 176). ■

REFERÊNCIAS

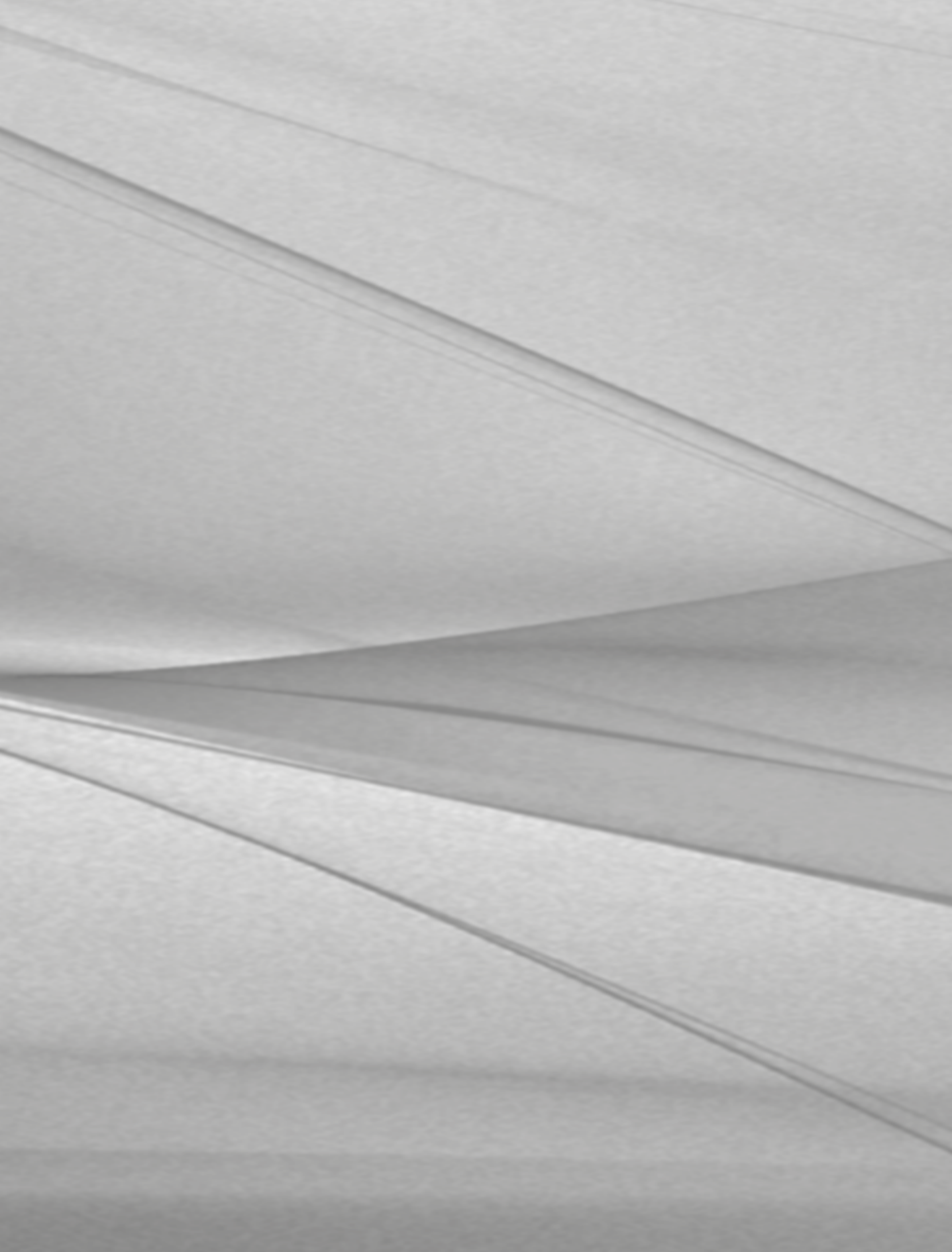
- Andrew, D. (1978). The neglected tradition of phenomenology in film theory. *Wide Angle*, 2(2), 44-49.
- Barbaras, R. (2004). *The being of the phenomenon: Merleau-Ponty's ontology*. Indiana University Press.

¹⁸No original: “the difference between the dynamic, open, nonidentical, non-positive ground and the static, closed, identical, and positive grounded is not imposed from outside but has a transcendental reason”.

¹⁹No original: “a dynamics that cannot be stopped, and an ambiguity (Merleau-Ponty) or paradox (Deleuze) that cannot be disentangled because they are the ground of the expressions.”

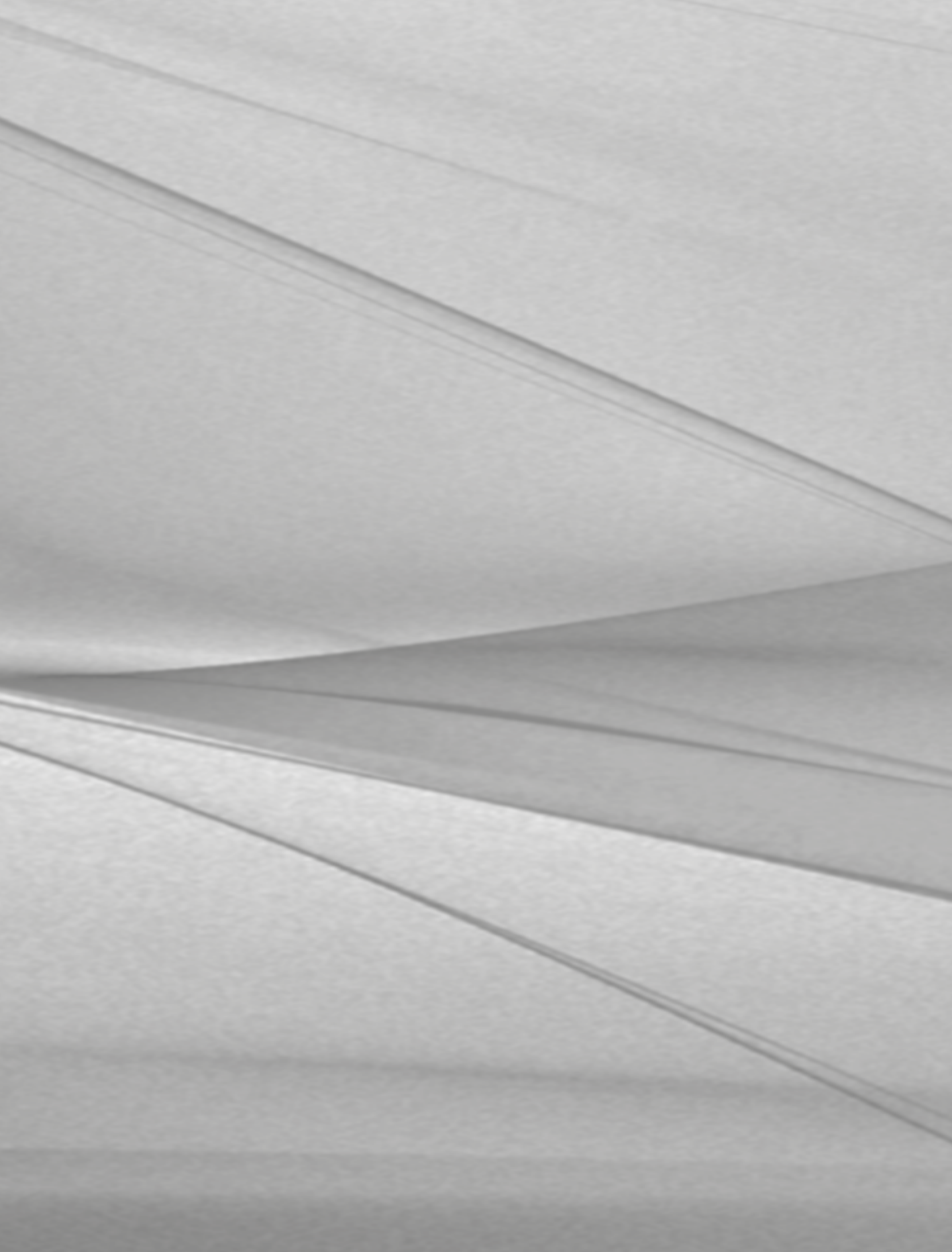
- Barbaras, R. (2014). *The being of the phenomenon: Merleau-Ponty's ontology*. Indiana University Press.
- Barker, J. (2009). *The tactile eye: Touch and the cinematic experience*. University of California Press.
- Beaulieu, A. (2004). *Gilles Deleuze et la phénoménologie*. Sils Maria.
- Deleuze, G. (1974). *Lógica do sentido*. Perspectiva.
- Deleuze, G. (1985). *A imagem-movimento*. Brasiliense.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Editora 34.
- Deleuze, G. (1995). *A imagem-tempo*. Brasiliense.
- Deleuze, G. (2007). *Francis Bacon: Lógica da sensação*. Jorge Zahar.
- Foucault, M. (1977). *Theatrum Philosophicum*. In M. Foucault, *Language, counter-memory, practice* (D. F. Bouchard, Ed., pp. 165-196). Cornell University Press.
- Hagin, B. (2011). Inverted identification: Bergson and phenomenology in Deleuze's cinema books. *New Review of Film and Television Studies*, 11(3), 262-287.
- Hughes, J. (2008). Schizoanalysis and the phenomenology of cinema. In I. Buchanan & P. MacCormack (Eds.), *Deleuze and the Schizoanalysis of Cinema* (pp. 15-26). Continuum.
- Husserl, E. (2005). *Phantasy, image consciousness, and memory (1898-1925)*. Springer.
- Kennedy, B. (2000). *Deleuze and cinema: The aesthetics of sensation*. Edinburgh University Press.
- Marks, L. (2000). *The skin of film*. Duke University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1983). O cinema e a nova psicologia. In I. Xavier (Org.), *A experiência do cinema* (pp. 103-118). Graal.
- Merleau-Ponty, M. (1991). *Signos*. Martins Fontes.
- Merleau-Ponty, M. (1994). *Fenomenologia da percepção*. Martins Fontes.
- Merleau-Ponty, M. (2000). *O visível e o invisível*. Perspectiva.
- Merleau-Ponty, M. (2004). *O olho e o espírito*. Cosac Naify.
- Merleau-Ponty, M. (2006a). *A natureza*. Martins Fontes.
- Merleau-Ponty, M. (2006b). *Estrutura do comportamento*. Martins Fontes.
- Ramos, F. P. (2012). *A imagem-câmera*. Papirus.
- Shaviro, S. (1993). *The cinematic body*. University of Minnesota Press.
- Sobchack, V. (1992). *The address of the eye: A phenomenology of film experience*. Princeton University Press.
- Ungaro, J. (2000). *Andre Bazin: Genealogies d'une theorie*. L'Harmattan.
- Virilio, P. (1997). *Voyage d'hiver*. Parenthèses.
- Wambacq, J. (2017). *Thinking between Deleuze and Merleau-Ponty*. Ohio University Press.

Artigo recebido em 10 de maio de 2021 e aprovado em 17 de abril de 2022.



ENTREVISTA

EL



Norval Baitello Junior: da iconofagia à ecologia da comunicação – as imagens e o corpo na comunicação e na cultura

Norval Baitello Junior: From Iconophagia to Ecology of Communication – the Images and the body in communication and culture

Entrevista com NORVAL BAITELLO JUNIOR^a
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP, Brasil

Por LEÃO SERVA^b
Escola Superior de Propaganda e Marketing. São Paulo – SP, Brasil

Por LUCIANO GUIMARÃES^c
Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, Brasil

O PROFESSOR NORVAL BAITELLO JUNIOR, doutor pela Universidade Livre de Berlim, tem sido há mais de três décadas referência nas ciências da comunicação, ciências da cultura e teorias da mídia, com centralidade em temas como a imagem e o corpo na comunicação. As reflexões, os conceitos e as proposições teóricas derivadas de seus estudos podem ser considerados como teorias que proporcionam um necessário arejamento para a área da comunicação. Tal arejamento não se dá somente pelo trabalho dedicado de pensar esses dois temas e relacioná-los de forma inovadora, mas também por promover uma verdadeira arqueologia de conceitos, revivificando-os para atender a demanda por compreender a comunicação contemporânea e seus efeitos. Por isso, o professor tem se voltado com ênfase para uma ecologia da comunicação.

Podemos também considerar que, desde o início de seu trajeto como estudioso e teórico, Baitello tem contribuído para os estudos da comunicação no Brasil, apresentando autores pouco estudados por aqui, tendo criado diálogos frequentes com muitos deles em centros como Berlim, Viena e Japão, e promovendo eventos e cursos em que ele proporcionou o acesso direto no Brasil a importantes teóricos das ciências da comunicação, ciências da cultura ou antropologia da imagem, como Harry Pross, Ivan Bystrina, Hans Belting, Gunter Gebauer, Christoph Wulf, Dietmar Kamper, Ryuta Imafuku, entre outros. Não podemos deixar de ressaltar, o que está evidenciado também nesta conversa que teve com **MATRIZES**, que Norval Baitello Junior faz emergir continuamente os projetos como os de Aby Warburg e de Vilém Flusser, revelando a importância de mantê-los hoje na mira dos estudos sobre comunicação.

^aDoutor em Comunicação pela Universidade Livre de Berlim. Professor titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisador do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7814-7633>. E-mail: norvalbaitello@pucsp.br

^bDoutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor na Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo. Diretor de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0530-2481>. E-mail: leao.servas@espm.br

^cDoutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7302-3201>. E-mail: lucianoguimaraes@usp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p123-133>

O professor nos recebeu para esta entrevista com a mesma generosidade com que tem criado espaços e estruturas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) para compartilhar conhecimentos com toda a comunidade acadêmica, como o Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia (CISC), em 1992, os cursos de comunicação e artes do corpo e comunicação e multimeios, criados em 1999 quando foi diretor da Faculdade de Comunicação e Letras da PUC-SP, e o Arquivo Vilém Flusser São Paulo, aberto em 2016.

MATRIZES: Seu livro *A era da iconofagia* (2014), também publicado na Espanha, trouxe para o debate sobre a mídia uma abordagem nova. De que forma o conceito de iconofagia dialoga com o tema do corpo que você traz para a reflexão da comunicação?

Norval Baitello Junior: Iconofagia significa: corpos devoram imagens. Vivemos em uma época de proliferação desenfreada e, conseqüentemente, grande consumo de imagens. Os números dessa produção são hoje astronômicos, graças às novas tecnologias de produção e distribuição de imagens (sobretudo visuais, mas não apenas). Basta olharmos para o número de postagens de imagens e mensagens nas redes sociais e nos depósitos de imagens nos dispositivos e nas memórias gigantescas denominadas “nuvens”. Evidentemente, essa tendência ascendente não começa no século XX, mas no Renascimento e no surgimento de técnicas de reprodução mecânica de palavras e imagens. Mas atinge hoje proporções inimagináveis. Isso interfere diretamente em nossa percepção de nós mesmos, quem somos, como somos, como agimos. Consumir significa incorporar. Se consumimos imagens (e isso o fazemos desde o CroMagnon em proporções infinitamente menores), desenvolvemos um novo tipo de metabolismo que interfere em nossa existência, um metabolismo cultural. E com ele também uma dependência.

A partir daí a iconofagia passa a ser reversa: as imagens é que devoram as pessoas. Elas ditam padrões de corpos, forma, peso, traços fisionômicos, altura, postura, cor de pele. Elas exercem uma enorme coerção sobre a vida, gerando até mesmo problemas graves de saúde, estudados hoje na área médica como “distúrbios de imagem corporal”. Por isso é importante entendermos hoje mais a fundo o impacto das imagens sobre a vida.

O tema do corpo é, portanto, fundamental para as ciências da comunicação. Ele é o nosso ponto de partida e de chegada. Ele não é um meio ou uma mídia, é começo e fim de toda sociabilidade.

MATRIZES: Essa é uma contribuição que você tem trazido há mais de três décadas. Quais são as raízes desse pensamento?

NBJ: A principal raiz é a Teoria da Mídia, inaugurada no início dos anos 1970 em Berlim por Harry Pross, jornalista, cientista político e psicólogo. Pross foi aluno de Alfred Weber, da área de Sociologia da Cultura, e do médico Viktor von Weizsäcker, proponente dos princípios da Psicossomática. Ao trazer tal legado para as ciências da comunicação, anuncia alguns dos princípios de uma Teoria da Mídia. Como fundamento: “Toda comunicação começa no corpo e termina no corpo”. Com base nisso, define três graus de mediação: meios primários (que não requerem recursos além do próprio corpo para que haja comunicação); meios secundários (que requerem o uso de um suporte para transmitir mensagens entre dois corpos); meios terciários (que necessitam aparatos de transmissão e de recepção para criar mediações entre corpos).

A partir dessa base, tenho procurado aprofundar alguns conceitos, a começar por Jakob von Uexküll, que trouxe o conceito de *Umwelt* (ambiente) para a biologia. Depois, a contribuição da Etologia, de Konrad Lorenz, e da Etologia Humana, com Irenäus Eibl-Eibesfeldt. São autores que nunca foram estudados dentro da área de comunicação e que, no entanto, pesquisaram fundamentos da comunicação. Hoje, dentro da primatologia, há exemplos notáveis, com as pesquisas de Diane Fossey e Jane Goodall e, mais recentemente, Frans De Waal. Os grandes símios nos ensinam sobre a arqueologia dos ambientes sociais da comunicação lá em sua origem mais remota.

Com base nessas pesquisas, tenho buscado estudar a filogênese da comunicação humana, por um lado, estabelecendo paralelos entre outras espécies, sua sociabilidade e suas relações, mais hedônicas ou agonísticas, e a comunicação humana como campo de tensão igualmente agonístico ou hedônico. Não apenas as manifestações de agressão devem ser consideradas, mas também a pacificação de conflitos e a construção da paz, a empatia e a percepção do outro. E, por outro lado, desponta a necessidade de se compreender melhor também a ontogênese da comunicação humana, os desenvolvimentos da sociabilidade desde o nascimento até o fim da vida. A comunicação de um recém-nascido ou de um idoso com Alzheimer, a comunicação de jovens moradores de favelas, à margem das suntuosidades urbanas, há uma comunicação possível com pacientes em coma? Tais objetos vêm desafiando nossa jovem ciência da comunicação e requerem, evidentemente, trabalho interdisciplinar e coletivo. O Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Semiótica da Cultura e da Mídia (CISC) foi palco para muitas dessas pesquisas. Fundado há 30 anos, ofereceu o espaço para muitos eventos nacionais e internacionais, com apoio de inúmeras instituições culturais, estimulando o desenvolvimento de uma ampla gama de pesquisas mencionadas acima.

MATRIZES: Quanto a esse alargamento do campo de pesquisa e da área da comunicação, como você vê a aceitação desses estudos, nos grandes fóruns de comunicação ou pela área, enquanto organização acadêmica?

NBJ: O desenvolvimento da ciência é feito também das resistências. Houve no primeiro momento uma resistência maior a temas como, por exemplo, comunicação do corpo, essa resistência vem sendo vencida pelos fatos. Já há muitos trabalhos sendo feitos no mundo todo, sobretudo em alguns centros da Europa e da Ásia, com esse enfoque mais antropológico e ecológico dentro não só da comunicação, mas das ciências da cultura de um modo geral. As ciências da comunicação não são somente ciências sociais, são também ciências da cultura, pois lidamos com o imaginário, com a *segunda natureza do homem*, segundo a expressão do Edgar Morin, ou *segunda realidade*, segundo o tcheco Ivan Bystřina. Então sempre há resistência, assim como houve resistência à própria Teoria da Relatividade, ao princípio da indeterminação, às descobertas de Darwin.

A tendência é que a ciência tem que se expandir e está se expandindo assim como a ciência da comunicação também está. Muitos desses temas foram trazidos por mestrados e doutorandos, com problemas reais para solucionar na sua vida prática e na vida profissional. Muitas das inovações surgem (essa foi minha experiência ao longo de nove anos na Coordenação de Área da Fapesp) até mesmo a partir de projetos de iniciação científica, que nos surpreendem com sua coragem de olhar fatos novos e por ângulos antes impensáveis.

MATRIZES: A ciência da comunicação está mais aberta hoje do que já foi? Há também um olhar crítico para o conhecimento produzido no passado visando reavaliar contribuições esquecidas?

NBJ: Está mais aberta hoje do que já foi e vai se abrir ainda mais. Por exemplo, a aceitação de Aby Warburg como uma referência necessária dentro da ciência da comunicação não encontra resistência e Aby Warburg (1866-1929) foi um pioneiro. Ele desenvolveu uma biblioteca da ciência da cultura embasada em sua Teoria da Cultura muito peculiar e que ficou esquecida por meio século. Warburg foi um pesquisador da imagem, compreendeu como ninguém que uma imagem não é apenas um objeto estético atemporal e inerte. Ela possui um lastro histórico e um potencial para gerar ambientes, criar impactos, despertar “paixões” (ele dizia que uma imagem é uma fórmula de “pathos”). Isso nos oferece uma pista importante para os estudos do dilúvio de imagens que constitui a mídia terciária (aquela que requer o uso de aparatos elétricos ou eletrônicos em suas duas pontas) em suas manifestações mais atuais (redes sociais, web, aplicativos etc.), mas já nos ajuda a estudar também outros ambientes de imagens como o cinema, a televisão, a fotografia.

MATRIZES: Em muitos momentos você aborda questões específicas acerca de imagens quando trata de comunicação ou de mídia. Como você relaciona Teoria da Comunicação e Teoria da Imagem? Você as separa como vertentes ou as trata como uma combinação quando desenvolve sua própria abordagem?

NBJ: A Teoria da Imagem é uma parte da Teoria da Mídia. Lidamos o tempo todo com imagens táteis, imagens olfativas, proprioceptivas, gustativas, imagens auditivas e imagens visuais. E por isso uma teoria da imagem trabalhará com todas essas imagens, buscando compreender a dinâmica dos ambientes criados por essas imagens. Há imagens táteis para cegos, por exemplo. As teses e pesquisas feitas sobre a comunicação dos deficientes auditivos e visuais têm se desenvolvido significativamente. No entanto, é inegável que a imagem visual é hegemônica na nossa civilização mundial. Por um motivo muito simples: nós somos primatas que têm na visão o seu principal sentido de alerta. É pelos olhos que entra o primeiro medo que está a distância. Portanto, vamos considerar a visão um sentido fóbico, por princípio.

Por outro lado, temos a consciência de que vivemos hoje em uma era da mídia, que sucedeu a era da arte (desde o Renascimento) e que sucedeu a era do culto (Idade Média). São grandes ambientes da cultura humana ocidental. A era da mídia trouxe uma explosão das imagens que se tornam onipresentes, em todos os lugares, públicos ou privados, em nossas casas, em nossa roupa, em nossos bolsos, em nossa pele. A era da mídia criou um ambiente de capilaridade universal para as imagens visuais. E é importante dizer que muitos outros pensadores contribuíram para a atual Teoria da Mídia: Dietmar Kamper, Hans Belting, Vilém Flusser e Vicente Romano. Todos eles nos ajudam a entender a mídia (e as imagens) como codeterminantes de uma ecologia planetária.

MATRIZES: Um recurso da comunicação mediática é explorar o medo. Qual é o papel do medo? Como lidar com as imagens como “o medo do comunismo”, “o medo dos judeus” etc.?

NBJ: O medo é constitutivo da vida. Lembro a frase de Federico Fellini que dizia “Sai omo senza paura mi sembra che sai uno stupido”, “um homem sem medo me parece que seja um estúpido”. Então o medo, claro, é defesa da própria vida, da vida animal, todo animal tem medo, medo é estratégia de sobrevivência. Mas não é apenas a nossa época que joga com esse medo para impulsionar e apresentar imagens e palavras, ideias e sistemas de crenças. Warburg escreveu sobre a disseminação de imagens astrológicas e monstrológicas ameaçadoras no tempo de Lutero como estratégia propagandística contra e a favor da Reforma. O que vemos hoje não é diferente: colocar o medo no alto falante é um recurso de mobilização do outro. O próprio Orson Welles com um programa de rádio

a partir do romance *A guerra dos mundos* de H. G. Wells mostrou o poder disso ao colocar uma cidade em pânico. Isso continua sendo usado hoje e deveria ser o papel da mídia esclarecida desmontar esses mecanismos. É importante o papel da comunicação, de uma ciência da comunicação, também ensinar a desmontar esses mecanismos de medo fantasioso.

MATRIZES: Você também tem se dedicado ao estudo dos ambientes de forte polarização cultural e política que Warburg analisou em seu famoso ensaio sobre “Profecia da antiguidade pagã em palavra e imagem nos tempos de Lutero”, publicado em 1920? Ocorreu algo semelhante na Primeira Guerra Mundial, o seu tempo? Estaríamos vivendo agora um momento parecido?

NBJ: É assustador e nos tira o fôlego perceber como nós humanos repetimos padrões culturais arcaicos, às vezes mesmo primitivos. Naquele momento da Reforma Protestante e do Renascimento, afirma-se que houve uma grande revolução no pensamento ocidental, um avanço daquilo que costumamos chamar de racionalidade. Warburg estudou muito esse assunto e ressaltou que, ao lado dessa racionalidade, havia também uma irracionalidade arraigada. Em sua análise das imagens e das palavras usadas em panfletos a favor e contra a Reforma, ele reconstrói esse embate que usava dados falseados para espalhar o pavor na população. Ele cria uma palavra para designar o discernimento racional: *Denkraum* (ambiente do pensamento ou espaço do pensamento). E verifica que há um avanço no espaço do pensamento que se choca com o espaço da crença, da superstição e da irracionalidade humana geral. Isso aconteceu também no seu tempo de vida, durante a Primeira Guerra Mundial, a racionalidade científica não foi suficiente para deter a irracionalidade de uma guerra que matou um número absurdo de seres humanos e de seus principais auxiliares, os cavalos. Há pesquisas e dados sobre esse assunto, de que o cavalo era fator da produção, como a produção agrícola, necessária para a alimentação da população, e que foram usados doze milhões de cavalos na guerra, sendo que seis milhões morreram. Isso foi também tratado por um warburguiano, Ulrich Raulff, na belíssima obra *Farewell to the horse* (2018) (*A despedida do cavalo*). Warburg não só estudou, como colecionou fotos e recortes de jornais sobre essa irracionalidade e adoeceu possivelmente em virtude daquele momento histórico tóxico.

O que nós vemos hoje é similar: um choque entre o espaço da racionalidade (o espaço do pensamento, o *Denkraum*) e o crescimento da irracionalidade, hoje difundida até mesmo pelos meios eletrônicos, gerando fenômenos como o Brexit, como Trump, como os retrocessos na legislação norte-americana sobre temas como aborto e liberação de armas. A mesma irracionalidade se manifestou também no Brasil nos últimos anos, no desmonte do investimento em ciência

e em educação, na destruição do patrimônio florestal, no ataque mortal contra o patrimônio da diversidade étnica e cultural, na liberação do uso de pesticidas e venenos, no falseamento de notícias, na propagação de pavores infundados.

MATRIZES: Por falar em veneno, você esteve recentemente no Warburg Institute em Londres, pesquisando um aspecto muito específico da obra de Warburg, o seu “armário do veneno”, tema inédito nas pesquisas warburgianas. Como você chegou lá? E que resultados obteve?

NBJ: Warburg tinha uma seção em sua biblioteca que denominava “armário do veneno” (*Giftschrank*). Era uma seção de livros e pensadores que ele considerava venenosos, ou seja, difundidores de irracionalidades, de credídes, de teorias e propostas daninhas. Na mudança da biblioteca para Londres, em 1933, não se manteve essa rubrica explícita (ou provavelmente nem havia essa rubrica e ele só apresentava “aqui é meu armário do veneno”). Apenas o depoimento escrito de um jovem estudante, Carl Georg Heise, que recebia uma orientação informal do mestre, testemunha com ênfase a existência de tal setor de obras tóxicas. Ninguém mais estudou e nem mencionou, não existe uma região geograficamente delimitada na biblioteca. Nem mesmo Ernst Gombrich, que escreveu a biografia de Warburg, a mencionou.

Apenas a mais recente biografia, excelente trabalho de Marie-Anne Lescourret (2015), dedica algumas linhas ao assunto, apoiada em Carl Georg Heise (2005), nas suas *Recordações pessoais de Aby Warburg*. Com apoio da Fapesp e do CNPq, fui pesquisar nos incríveis fichários (*Zettelkästen*) reunidos por Warburg por toda a sua vida, na sua correspondência e na própria biblioteca, encontrando referências seguras de que de fato havia tal seção. Estou agora preparando um livro, *Os venenos de Warburg*, com as reflexões, as descobertas e algumas hipóteses sobre o que seria para o Warburg um ambiente tóxico da cultura. Como estamos vivendo hoje em uma época de ambientes muito tóxicos no mundo, acho que pode ser uma contribuição interessante o que Warburg construiu com seu pequeno “armário do veneno”.

MATRIZES: Você chegou a conhecer algum conteúdo específico dos venenos ali constantes?

NBJ: Talvez o veneno mais eloquente que estava lá era a obra do Conde Joseph Arthur de Gobineau. Coincidentemente, Gobineau fora embaixador da França no Brasil, sob D. Pedro II, durante um ano. Nessa condição, virou amigo do imperador e tentou convencê-lo de que o Brasil nunca daria certo enquanto não branqueasse sua população. Correspondeu-se até o fim da vida com Pedro II. E quando voltou à França publicou o seu *Tratado sobre a desigualdade*

das raças humanas, que teve grande repercussão na Alemanha no século XIX e início do XX. Gobineau estava lá na estante do veneno. Mas havia outros venenos explícitos que estou expondo melhor no livro.

MATRIZES: Vamos conversar um pouco sobre o Arquivo Flusser e suas pesquisas mais recentes sobre o pensamento desse autor?

NBJ: Recebi um convite da viúva, Edith Flusser, para trazer o arquivo para o Brasil. Com o apoio da Fapesp e do Instituto Goethe, digitalizamos em 2012-2013 todo o acervo, com os documentos que corriam o risco de se perder na Alemanha, compreendendo 35 mil páginas. Construímos, em parceria com a Universidade das Artes de Berlim, um arquivo-espelho. Tudo o que está lá também está aqui e vice-versa, incluindo novos achados e novos materiais que venha a ser coletados.

Os documentos impressos estão hoje na PUC do Ipiranga, mas já totalmente online. O Arquivo Vilém Flusser São Paulo traz imensas surpresas e a pesquisa que vem sendo feita hoje em dia por muitos alunos, mestrands e doutorandos, partindo sobretudo da correspondência dele, tem nos mostrado um pensador muito mais complexo do que aquele que escreveu sobre a fotografia. Embora a própria *Filosofia da Fotografia* – ou aqui *Filosofia da Caixa Preta* (2018) – já trate de ambientes (em antecipação a uma ecologia da cultura), vemos em sua correspondência algo inclusive politicamente muito mais complexo do que aquilo que se divulgou sobre Flusser até hoje. Há uma pesquisa que ainda está para ser feita, por exemplo, sobre os cursos que ele ministrava aqui em São Paulo. Todas as aulas eram datilografadas e cuidadosamente preservadas. São todos ainda inéditos. Isso é um material incrível, mas sua volumosa correspondência com todo mundo, incluindo a correspondência com Harry Pross, é o que traz mais surpresas.

Tudo isso é uma preciosa contribuição para a constituição de uma ciência brasileira da comunicação, um patrimônio da ciência brasileira. Embora nunca citasse ninguém, Flusser interagiu com os maiores pensadores europeus da comunicação: Harry Pross, Vicente Romano, Dietmar Kamper, Hans Belting, Abraham Moles, Lev Kopelev, Ivan Bystrina e muitos outros.

MATRIZES: Como o pensamento de Flusser dialoga com o tema da iconofagia? Ele escreveu muito sobre as imagens e as imagens técnicas. As pessoas estão consumindo imagens em larga escala, devorando imagens recicladas, repetidas e repisadas. Há com isso a geração de um detrito de imagens excrementais? Ou a inflação das imagens pode bloquear a visão do mundo?

NBJ: Aqui temos várias linhas cruzadas que produzem uma bela pluralidade de diálogos, praticando algo que para Flusser era muito caro, a construção de intersubjetividade.

Publiquei em 2007 na Alemanha um dos volumes das *International Flusser Lectures* com o título de *Flussers Völlerei* (A gula de Flusser). Apresento ali elementos do pensamento antropofágico brasileiro em alguns conceitos flusserianos. E ele próprio escreveu em um artigo sobre filosofia brasileira, nos anos 1970, que Oswald de Andrade foi o maior filósofo brasileiro de todos os tempos.

A questão das “imagens excrementais” ele tocou indiretamente. Em seu conceito do terceiro reino: ao lado dos reinos da natureza e do reino da cultura surge o reino do lixo. Aqui está implícita a ideia de que a humanidade está produzindo, além do lixo material, também lixo imaterial, lixo das não coisas. Esse é um tema muito importante que o aproxima das reflexões de Dietmar Kamper. E a questão do bloqueio do mundo pelas imagens, Flusser menciona em alguns ensaios a ideia de que imagens podem se tornar biombos ao invés de janelas, elas podem esconder ao invés de mostrar o mundo.

MATRIZES: Em continuidade aos temas de devoração e detritos, vemos que você recentemente lançou o livro: *A fotografia e o verme* (2021). Tem aí uma inspiração flusseriana?

NBJ: Sem dúvida, o texto foi publicado originalmente em alemão e inglês no catálogo da exposição *Something Other Than Photography* (2013), do museu alemão Edith-Russ-Haus für Medienkunst, organizado por Claudia Giannetti. Ao receber o convite para publicá-lo no Brasil, propus fazê-lo juntamente com doze artistas da fotografia, em um diálogo do texto com as fotos. Ampliei e atualizei o texto, acrescentando um post scriptum sobre o verme e o vírus. Trata-se do desenvolvimento de uma metáfora usada por Flusser, que compara a sanha devoradora do humano com os vermes. O tema da devoração (e da iconofagia) é central para o verme (e para o humano). O tema dos detritos e da produção de lixo aparecem igualmente aí.

MATRIZES: Vamos falar um pouco de sua escrita. Seu texto cuida muito bem da palavra, busca etimologias, mantém o rigor e a profundidade dos conceitos, mas também nos parece ser um tanto imagético e poético. Poderia nos contar um pouco também sobre essa forma de tratar a sua escrita acadêmica?

NBJ: Uma palavra é uma imagem. As escrituras sagradas dizem “Cristo é imagem e palavra. Imagens e palavras são uma coisa só; as duas foram crucificadas”. Quem citou isso foi o dadaísta-chefe de Zurique, Hugo Ball. Respondendo diretamente à sua questão, Vilém Flusser foi um dos primeiros a dizer que a palavra nasceu da imagem, que ela é imagem rasgada em tiras para construir uma linha. Em um certo sentido, ele mostra uma continuidade de ambientes: a palavra é mais ideogramática no Oriente, mais imagem, e é mais abstrata no Oriente Médio, onde nasceu a escrita

alfabética, e no Egito, onde ela representa um som, mas a palavra representa o som que também é imagem, e a imagem é acústica, é imagem do sopro.

Então, nesse sentido, cuidar da palavra como uma imagem significa não banalizá-la, porque ela tem uma história, tem uma densidade de camadas imagéticas, e por isso o recurso da etimologia acaba sendo importante. Busco uma escrita estética e imagética, mas que não seja cifrada e impenetrável. A palavra deve seduzir por ser imagem e sopro ao mesmo tempo. Dois de meus livros recentes, *O pensamento sentado* (2012) e *Existências penduradas* (2019), são escritos intencionalmente para jovens leitores, com capítulos ou segmentos breves e diversificados, para leitores acostumados a ler pequenos textos em pequenas telas. Tentei praticar uma miniaturização do texto, sem abrir mão da profundidade e da poesia.

MATRIZES: A densidade do texto e a profundidade dos conceitos não exigem uma maior participação do leitor?

NBJ: Um maior envolvimento, sem dúvida. Por isso é que devemos adicionar à escrita camadas imagéticas e sonoridades. Esse tipo de escrita foi também praticado por Dietmar Kamper. Um colega indicou a seus alunos de graduação a leitura de *Estrutura temporal das imagens* (2002), com a instrução: “Não adianta ler o texto de Kamper uma vez, tem que ler vinte vezes, uma vez aqui, outra vez você lê para seu cachorro, outra vez você lê para o espelho, outra vez você lê na praia, outra vez embaixo da cama etc.” Na aula seguinte, uma aluna trouxe o resultado: “Professor, eu li o texto e não entendi nada, vinte vezes, e não entendi nada, continuei lendo e de repente comecei a chorar”. Kamper não é para ser lido com a cabeça, é para ser lido com o corpo.

MATRIZES: Os temas da ecologia das imagens e da cultura como ecossistema têm sido cada vez mais presentes em seus cursos e palestras. Já pensou em uma ecologia cultural ameríndia, em um diálogo com Viveiros de Castro?

NBJ: Tenho muito interesse na questão de um ecossistema cultural ameríndio, tal como o apresenta Viveiros de Castro. Uma ecologia da cultura deve pensar e tentar entender a diversidade cultural como patrimônio humano a ser preservado. Nesse sentido, tenho estudado também o pensador japonês Tetsuro Watsuji (2017), que fala de uma antropologia da paisagem. Tetsuro nos apresenta três grandes ambientalidades que geram três grandes ecossistemas culturais ou padrões de cultura: a ambientalidade monçônica, a ambientalidade desértica e a ambientalidade pastoril.

Na ambientalidade monçônica, o homem é parte da natureza; na ambientalidade desértica, o homem luta contra a natureza ou a natureza combate o homem e ele tem que lutar para sobreviver; e na ambientalidade pastoril,

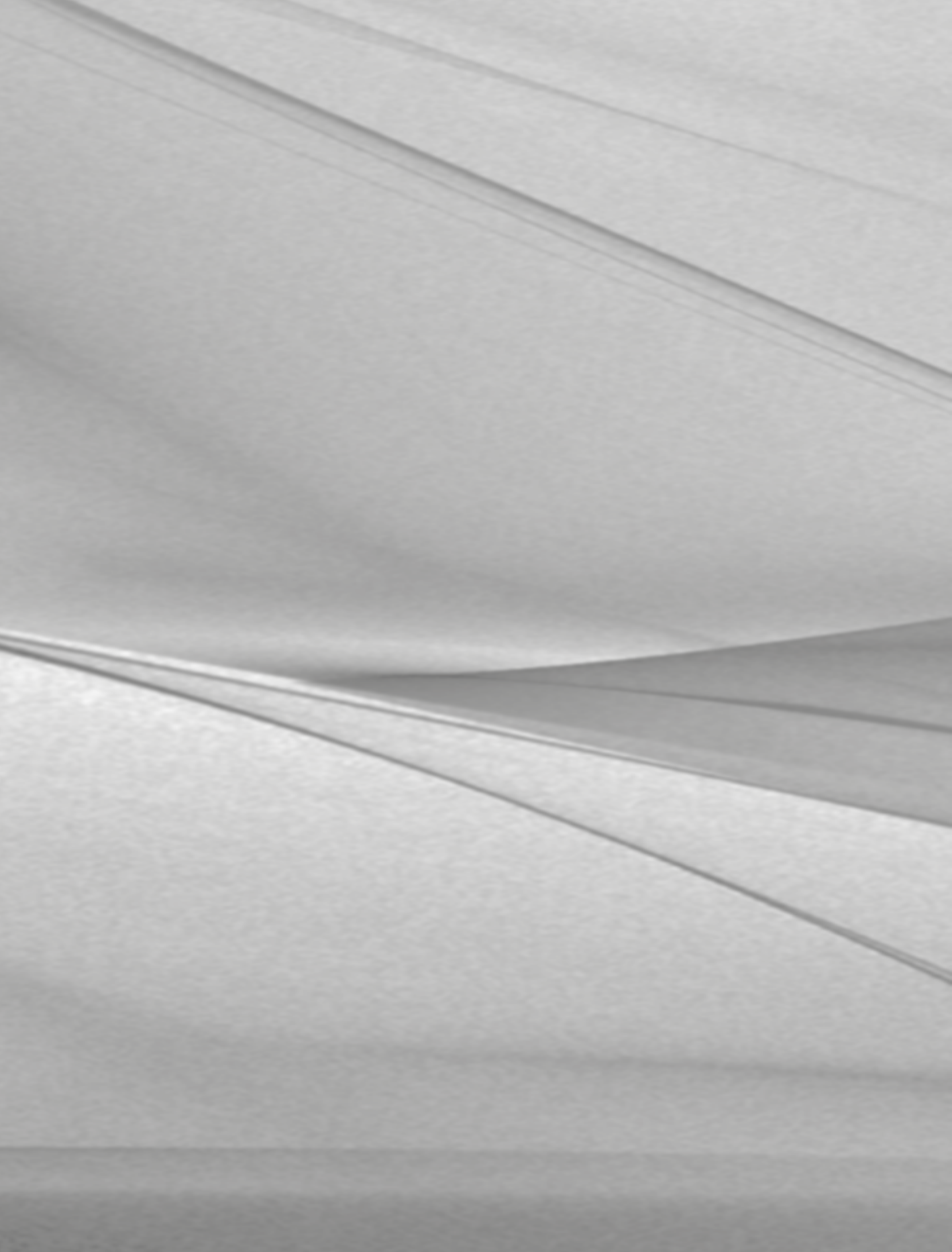
o homem se alia com a previsibilidade da natureza. Cada ambientalidade cria divindades de um tipo específico e direciona a ação humana de uma maneira distinta. Sua obra, chamada *FuDo* (terra e vento), escrita em 1929, oferece temas instigantes para a compreensão de uma ecologia da cultura.

Ao final, por sugestão do professor Norval, incluímos entre as referências citadas uma das obras de Harry Pross (1989), que foi publicada em espanhol, a versão também em espanhol do livro de Tetsuro Watsuji (2016) e um dos livros de Dietmar Kamper (2016) disponível em português. ■

REFERÊNCIAS

- Baitello, N. (2007). *Flussers Völlerei: wie der der nulldimensionale Raum die anderen Dimensionen verschlingen kann: über die Verschlingung der Natur, die Treppe der Abstraktion, die Auflösung des Willens und die Weiblichkeit*. Verlag der Buchhandlung Walther König.
- Baitello, N. (2008). *La era de la iconofagia*. ArCiBel Editores.
- Baitello, N. (2012). *O pensamento sentado: Sobre glúteos, cadeiras e imagens*. Editora Unisinos.
- Baitello, N. (2014). *A era da iconofagia: Reflexões sobre imagem, mídia e cultura*. Paulus.
- Baitello, N. (2019). *Existências penduradas: Selfies, retratos e outros penduricalhos. Por uma ecologia das imagens*. Editora Unisinos.
- Baitello, N. (2021). *A fotografia e o verme*. Fotô Editorial.
- Flusser, V. (2018). *Filosofia da caixa preta: Ensaio para uma filosofia da fotografia*. É Realizações.
- Giannetti, C. (Org.). (2013). *Something other than photography*. Edith-Russ-Haus für Medienkunst.
- Heise, C. G. (2005). *Persönliche Erinnerungen an Aby Warburg*. Harrassowitz.
- Kemper, D. (2002). Estrutura temporal das imagens. *CISC*. <https://bit.ly/3R18rZS>
- Kemper, D. (2016). *Mudança de horizonte: o sol novo a cada dia, nada de novo sob o sol, mas....* Paulus.
- Lescourret, M.-A. (2015). *Aby Warburg ou la tentation du regard*. Hazan.
- Pross, H. (1989). *La violencia de los símbolos sociales*. Anthropos.
- Raulff, U. (2018). *Farewell to the horse: A cultural history*. Liveright.
- Watsuji, T. (2016). *Antropología del paisaje: climas, culturas y religiones*. Sígueme.
- Watsuji, T. (2017). *Fudo: Wind und Erde – Der Zusammenhang zwischen Klima und Kultur*. Matthes & Seitz.

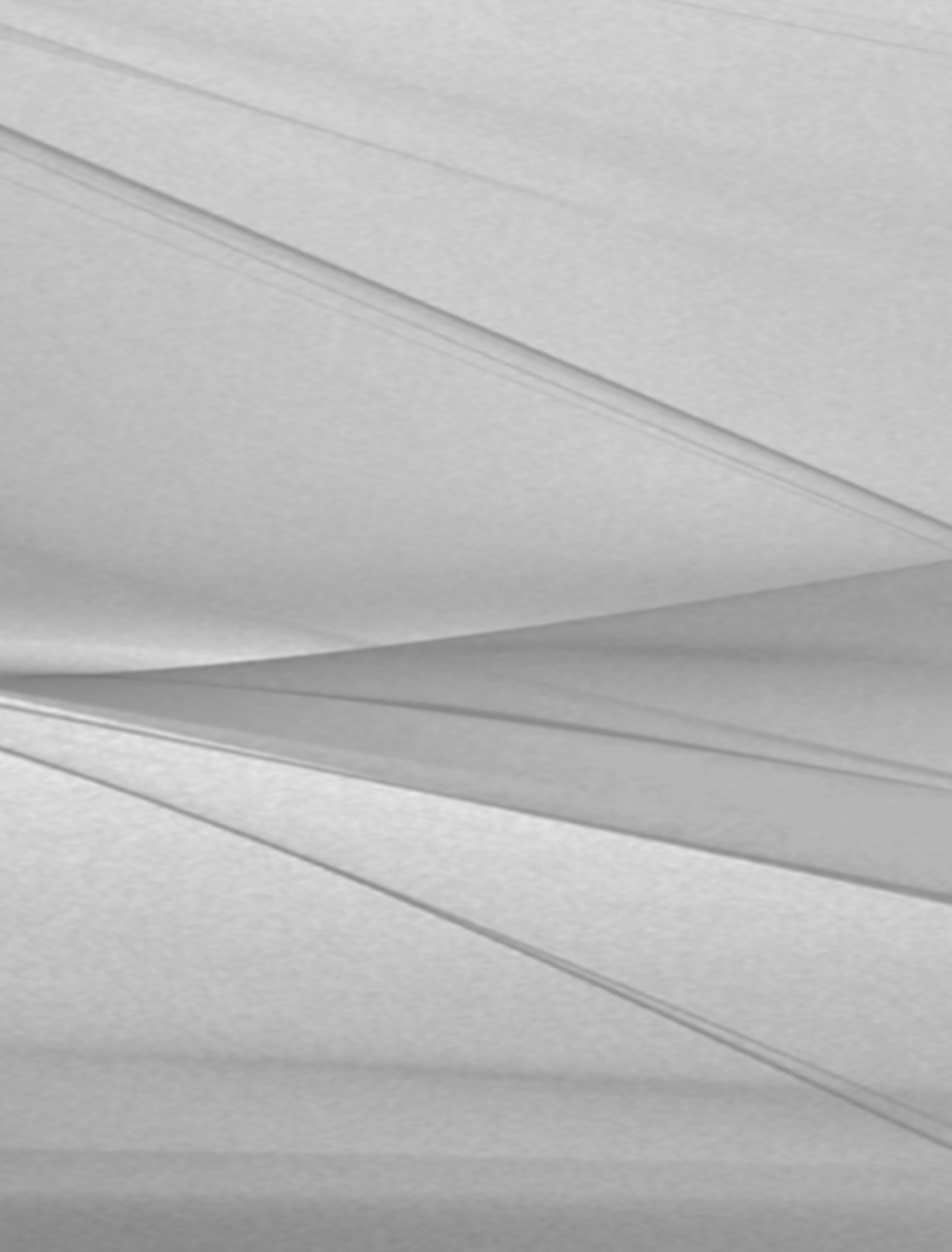
Artigo recebido em 14 de agosto de 2022 e aprovado em 22 de agosto de 2022.



EM PAUTA

NAS PESQUISAS DE COMUNICAÇÃO





Mediatização da Memória^a

The Mediatization of Memory

SAMUEL MATEUS^b

Universidade da Madeira, Labcom. Funchal – Portugal

RESUMO

Em tempos de intensa mediatização, aparece o problema da potencial desfragmentação da memória perante um espaço virtual aberto e infinito. Compreender o papel da memória nas sociedades contemporâneas implica contemplar sua expansão mediatizada, responsável pela profusão e aceleração da produção de traços memoriais pelas sociedades. Este artigo apresenta as principais correntes de pensamento dos estudos da memória e traça as atuais implicações políticas e sociais da memória. Além disso, analisa o papel dos media sobre a noção de memória, nomeadamente, o paradoxo da memória digital, o encurtamento e a poluição da memória provocada pelos media digitais, e a internet como uma espécie de memória palimpséstica da atualidade.

Palavras-chave: Memória coletiva, memorialização, Halbwachs, media, internet

^a *MATRIZES* optou por adaptar o texto à nova ortografia da Língua Portuguesa, mantendo, porém, as características do Português europeu.

^b Doutor em Ciências da Comunicação. Professor na Universidade da Madeira. Investigador no Labcom. Autor de *Discurso Mediático* (Livros Labcom, 2021). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1034-6449>. E-mail: samuelmateus@uma.pt

ABSTRACT

In times of intense mediatization, we face the problem of the potential defragmentation of memory in the face of an open and infinite virtual space. Understanding the role of memory in contemporary societies implies contemplating its mediatized expansion, responsible for the profusion and acceleration with which societies produce memorial traces. This paper presents the main schools of thought in memory studies and traces the current political and social implications of memory. Also, it analyzes the role of media on the very notion of memory, namely, the paradox of digital memory, the shortening and pollution of memory caused by digital media, and the Internet as a kind of palimpsestic memory of the present time.

Keywords: Collective memory, memorialization, Halbwachs, media, internet

A CIBERCULTURA É O conjunto de técnicas, práticas, modos de pensamento, atitudes e valores instituídos com a emergência do ciberespaço (Lévy, 1999), entendido como um dispositivo de comunicação interativo e comunitário que surge a partir das tecnologias de informação. Ela remonta à década de 1950, resultando da intersecção da cibernética e da informática (Lemos, 2002), e coincide com a expansão das redes telemáticas à escala global, sendo, por isso, instrumento privilegiado para o desenvolvimento de uma inteligência coletiva (Lévy, 2000).

Entendida como uma rede, a cibercultura designa as novas possibilidades de criação, armazenamento, disseminação e partilha de informação e conhecimento com base na interconexão de computadores e assinala um novo momento na organização mediatizada das sociedades. A ideia de “rede” aponta a abertura, flexibilidade e interdependência contidas na própria cibercultura a que a infraestrutura de comunicação digital – o ciberespaço – dá origem.

Nessa medida, o ciberespaço e os media digitais, em especial, podem ser vistos como uma verdadeira tecnologia da memória, em que potencialmente todos os registos da humanidade se encontram em vias de ser digitalizados e disponibilizados online. Trata-se de uma memória humana exteriorizada e objetivada que é, pois, uma memória técnica (Stiegler, 2009, p. 11).

É como se todas as bibliotecas (registros, centros de documentação, vídeos, comentários, partilhas, jornais, documentos etc.) convergissem para o ciberespaço, tornando a internet uma biblioteca gigantesca que recolhe todos os vestígios da atividade humana. Há, assim, uma reformulação das relações entre o homem e a memória na qual aparentemente se conflituam uma memória fraca (que, por ser difusa e superficial, desorganiza o sentido) e uma memória forte (massiva, coerente e compacta que organiza o sentido) (Candau, 2011, p. 44).

Ora, o problema que se coloca é o da potencial desfragmentação da memória no tempo de uma forte mediatização, especialmente perante as mnemotecnologias (imprensa, televisão, medias digitais), incluindo a internet como potencial espaço virtual aberto e infinito.

A mera existência de infraestruturas de transmissão de memória não promove necessariamente os laços sociais. A partilha e a interconexão de memórias através dos media – uma memória artificial e menos orgânica – pode não levar aos mesmos sentidos partilhados (Candau, 2011, p. 115) capazes de funcionar como cimento agregador da sociedade.

Compreender, por isso, o papel da memória nas sociedades contemporâneas leva-nos a contemplar a sua expansão mediatizada, responsável pela profusão e aceleração com que as sociedades produzem traços memoriais

(desde a patrimonialização, passando pelos monumentos e às comemorações até à dimensão mnemónica da internet).

A MEMÓRIA ENQUANTO FATOR IDENTITÁRIO

Para Schopenhauer, tal como é impossível conceber um indivíduo sem passado, é impossível conceber um povo sem história. Uma sociedade desprovida de conhecimentos históricos – se quisermos, de uma memória partilhada – é incapaz de refletir sobre o presente e de tirar ilações para o futuro. O cânone ocidental perspetiva a memória como uma capacidade pessoal, individual e única, e este carácter singular e irrepitível distinguiria os indivíduos entre si. O sentido de identidade moderna está, assim, ligado às memórias que os indivíduos possuem (Giddens, 2002). Esta suposição encontra-se, hoje, posta em causa pela própria literatura de ficção científica.

Por exemplo, o cyberpunk – subgénero de ficção científica que trabalha questões relativas à inteligência artificial e à cibernética – questiona a noção de que as identidades sejam definidas pelas memórias pessoais. Um número muito significativo de obras descreve a implantação de memórias no cérebro humano (Cavallaro, 2002, p. 205). O conto de “We Can Remember it for You Wholesale”, de Philip K. Dick, ou os filmes *Blade Runner*, de Ridley Scott, *Total Recall*, de Paul Verhoeven, ou *Johnny Mnemonic*, de Robert Longo, retratam mundos onde as memórias podem ser simuladas, revistas e artificialmente criadas. O romance *The Artificial Kid*, de Bruce Sterling, fala de uma personagem cujas memórias não foram experienciadas, mas sim transferidas e descarregadas. Além disso, o cyberpunk insistentemente sublinha o quanto as memórias humanas são vulneráveis a contaminações e distorções. Nos seus vários livros, William Gibson questiona a possibilidade de as memórias serem intocáveis e irrepitíveis. Afinal, elas não são dotadas da experiência vivida, mas antes conjuntos de dados manipulados para simular a experiência vivida.

Em todas essas histórias, a ficção interroga a natureza da memória – individual e coletiva –, contrariando a suposição de uma estável e inabalável correlação entre memória e identidade pessoal. Em muitos sentidos, o cyberpunk ilustra algumas das alterações que a cibercultura, os computadores e a internet impuseram à questão da memória, deixando-nos intrigantes interpelações. Por exemplo, no mundo da reprodução técnica generalizada, qual o lugar reservado à autenticidade? Até que ponto podemos acreditar e verificar essas memórias? Como conceber o exercício de rememoração quando as memórias se externalizam diante do indivíduo?

Todas estas perguntas acentuam a importância de refletir acerca da memória e adquirem renovado interesse com a emergência da cibercultura e o papel incontornável dos media na experiência contemporânea.

OS ESTUDOS SOBRE A MEMÓRIA

Os estudos acerca da memória possuem uma dimensão transdisciplinar e remontam ao início do século XX, quando diferentes académicos se interessaram pelas intersecções entre cultura e memória, como Sigmund Freud, Henry Bergson, Arnold van Gennep, Émile Durkheim, Maurice Halbwachs, Aby Warburg e Walter Benjamin. A década de 1980 viu nascer um renovado interesse pela forma como indivíduos e sociedades acedem à memória e recordam. Surgem, assim, os “novos estudos culturais da memória” (*new cultural memory studies*), impulsionados pela obra *Lieux de Mémoire*, de Pierre Nora, a qual ofereceu uma nova forma de pensar os repertórios nacionais de construção da memória coletiva. As mudanças históricas e políticas ofereceram o pano de fundo para uma viragem nos estudos da memória. Quarenta anos após a II Guerra Mundial e o Holocausto, sem memórias orgânicas e autobiográficas para auxiliar o processo de memorialização, as sociedades tornaram-se mais dependentes dos media (incluindo os monumentos e os memoriais) para transmitir a experiência (Erll, 2008a, p. 1).

Maurice Halbwachs é o autor mais reconhecido e citado dentro dos estudos da memória. As obras *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (1925) e, sobretudo, *La Mémoire Collective* (1950) revolucionaram o nosso entendimento da memória ao salientar os contextos sociais que servem de base para a recordação. Inspirando-se no conceito de consciência coletiva de Durkheim e nos dois tipos de memória (habitual e pura) propostos por Henry Bergson, Halbwachs desafia as ideias prevalentes da psicologia, sublinhando que a memória não pode ser considerada apenas em termos subjetivos e individuais, mas que se trata de um processo socialmente estruturado. Os indivíduos não apenas adquirem suas memórias na sociedade como também as relembram e reconhecem socialmente. “Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (Halbwachs, 2013, p. 72). Halbwachs sugere, assim, a existência de uma memória coletiva, partilhada entre os membros de uma sociedade, que existe externamente à consciência do indivíduo, mas que é parte integrante da vida social. Isto significa

que as sociedades podem inclusivamente produzir memórias de acontecimentos em indivíduos que nunca as experienciaram diretamente. Em outras palavras, a memória coletiva é uma via de acesso à consciência coletiva, e é encarada de modo muito durkheiminiano (Misztal, 2003, p. 138), de forma semelhante a um facto social. Porém, enquanto Durkheim supõe uma sociedade unificada, Halbwachs dá conta da constituição múltipla e plural das memórias coletivas.

Enquanto Halbwachs propõe a memória coletiva como uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, Jan Assman está mais interessado em considerar as estruturas sociais e comunicativas que os grupos sociais usam para avaliar as representações sociais objetificadas em diversas formas simbólicas (arquitetura, escrita, imagem, objetos) as quais auxiliam o processo de memorialização. Assman (1995, p. 126) propõe, deste modo, o conceito de *memória comunicativa* para designar as variedades da memória coletiva que se baseiam exclusivamente nas comunicações quotidianas. Ele discrimina, assim, subvariantes anteriormente agrupadas sob a noção genérica de memória coletiva, dando conta das realizações orais que contribuem para constituir socialmente a memória. Segundo o autor, a comunicação cotidiana é caracterizada pela não-especialização, reciprocidade de papéis e instabilidade temática. Através destas interações mundanas, cada indivíduo compõe uma memória socialmente mediada e inserida num grupo social. Todavia, a partir do momento em que entramos no mundo da cultura objetificada (textos, edifícios, monumentos, estátuas etc.), afastamo-nos do conceito de memória comunicativa e temos diante de nós uma *memória cultural*.

Tal como a memória comunicativa se caracteriza pela proximidade ao quotidiano, a memória cultural é caracterizada pelo seu distanciamento do quotidiano. . . . Possui um ponto fixo: o seu horizonte não muda com o passar do tempo. Estes pontos fixos são fatídicos acontecimentos do passado cuja memória é prolongada através de formações culturais e (textos, ritos, monumentos) e comunicação institucional (recitação, prática, observância). (Assman, 1995, pp. 128-129)

Tal como Assman, Joël Candau (2011) decompõe o conceito de memória discriminando e detalhando os aspetos gerais constantes na noção de memória coletiva. Ele descreve três memórias: a protomemória, muito próxima ao *habitus* de Bourdieu, expressa uma memória social incorporada (por exemplo, nos gestos e nas práticas de linguagem), realizando-se automaticamente, “quase sem tomada de consciência” (Candau, 2011, p. 23); a memória propriamente dita, que se realiza por intermédio da evocação voluntária; e a metamemória, a forma de uma memória reivindicada que versa a construção identitária e lida com a

representação que fazemos das nossas próprias recordações. Para Candau, a protomemória e a memória situam-se ao nível das faculdades individuais e por isso não podem ser partilhadas. Para o antropólogo, apenas a metamemória pode ser partilhada, uma vez que assume um conjunto de representações da memória. É, pois, a metamemória que recobre o conceito de Halbwachs de memória coletiva e que pode ser objeto de uma estruturação social do passado. Deve-se, contudo, salientar que, para Halbwachs, a memória coletiva forma uma unidade mnemónica (simultaneamente individual e social) enquanto a protomemória de Candau se situa particularmente ao nível dos agenciamentos coletivos e de uma memória organizadora.

Como se constata, o conceito de memória em Ciências Sociais e Humanas é esguio e composto por muitas matizes, tal como as várias decomposições que sofreu comprovam. As dificuldades presentes nas propostas de Halbwachs, Assman e Candau em discernir aquilo que deve ser incluído (ou excluído) da memória coletiva demonstram também a enorme amplitude (conceptual e prática) da expressão. Tal atributo encontra-se igualmente refletido na importância da memória na cibercultura, como veremos de seguida.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS DOS MEDIA SOBRE A MEMÓRIA

O modo como atualmente os indivíduos e as sociedades recordam e se esquecem é, em grande medida, afetado por mudanças políticas, sociais, culturais, mas também tecnológicas. Com efeito, um dos fatores mais influentes na configuração da nossa memória coletiva são os modernos meios de comunicação de massas. A mediatização da memória (Hoskins, 2009) torna-se, assim, uma dimensão incontornável dos estudos da memória, suscitando um renovar do exame da natureza da memória, do lembrar e do esquecer no contexto das novas tecnologias. Na era dos media, a questão da memória deve ser avaliada de acordo com os media digitais e as práticas sociotécnicas, como a cibercultura.

A incorporação dos estudos mediáticos (*Media Studies*) nas teorias contemporâneas da memória leva Erlil (2008b, p. 4) a referir uma memória medial (*material or medial memory*) a qual versa o alargamento que a escrita, o filme, a televisão ou a internet provocaram no horizonte espacial e temporal da memorialização. Cada meio de comunicação possui as suas formas específicas de desenvolver o processo de recordação e de deixar os seus próprios traços na memória coletiva para a qual contribui. Em particular as dinâmicas intramediais, intermediais e plurimediais têm o poder de produzir e moldar a memória cultural (Erlil, 2008b, p. 390). Na prática, a memorialização é um processo trans-mediático: a representação dos acontecimentos não está circunscrita a um único meio,

mas extravasa-se através de um espectro alargado de meios. É isto, precisamente, que torna tão pertinente a ponderação dos media nos processos de memorialização: os media são agentes poderosos de memória (individual e coletiva). Eles não apenas assumem um papel decisivo na estabilização da memória de certos eventos, como também possuem um potencial de criação de memórias. Eles fornecem-nos determinados esquemas mentais que nos permitem recordar e, simultaneamente, providenciam uma plataforma de reprodução do sentido desses mesmos processos de memorialização. Eles disseminam memórias, mas, ao fazê-lo, dadas as suas particularidades sociotécnicas, (re)criam ou retraçam os percursos de sentido da memória, remodelando e dirigindo o próprio desenvolvimento desta.

Em particular, os meios digitais, ao permitirem a gravação, produção, edição e disseminação, abrem caminhos simultâneos – por vezes conflitantes – no processo de memorialização.

Com as novas tecnologias da comunicação e da informação, com o digital e os dispositivos pessoais de comunicação, a mediação tecnológica do ecrã e a reprodutibilidade da imagem (e do acontecimento) tornam-se modos de sensação e percepção – de sentir e ver o mundo –, de retenção e de memória. (I. Babo, 2018, pp. 89-90)

No século XXI, existem duas consequências principais na articulação da memória com os media (cf. Hoskins, 2009, pp. 28-30). Em primeiro lugar, os media confrontam as memórias com a sua exposição permanente. Fruto de uma cultura confessional exacerbada pela televisão de realidade, os media digitais intensificam a visibilidade do privado e do passado remoto dos indivíduos, tornando-os novos dispositivos de vigilância social. A relação com o esquecimento é agora mais complexa, já que este movimento de revelação parece apontar justamente para essa impossibilidade. Se tudo pode ser resgatado, a memória controla o esquecimento. Em segundo lugar, os novos media tornam a memória não apenas mais visível e acessível, como também mais fluida e dispersa. Em *La Mémoire Collective*, Halbwachs (1950, p. 50), ao referir-se a uma memória de grupo, salienta que ela não implica a presença física dos membros desse grupo social. Ora, é precisamente isso que observamos nos media digitais. A virtualidade e o diferimento espacial e temporal que surgem como a *remediação* (no sentido que Bolter e Grusin lhe conferem) demonstram novos modos de reproduzir e criar memórias. O conceito dispensa agora a copresença dos indivíduos, perdendo uma dimensão física e adquirindo uma natureza líquida (para parafrasear Bauman). As conexões horizontais tais como *peer-to-peer* permitidas pelos novos media tornam as memórias espaços des-territorializados, globais e difusos, para além de transformar a memorialização num processo imediato e prolixo.

Os media agilizam igualmente memórias que são partilhadas, mas que podem não ter sido diretamente experienciadas pelos indivíduos, dando origem a memórias protésicas, isto é, “memórias que não têm origem na experiência vivida [*lived experience*] de uma pessoa em sentido estrito”¹ (Landsberg, 1995, p. 175). Uma vez que os media e a cibercultura possuem uma enorme influência sobre aquilo que experienciamos, eles são arenas privilegiadas para a produção e circulação de memórias protésicas. Ao operacionalizarem o processo de memorialização, os meios de comunicação de massas reencenam e estimulam memórias que a maior parte dos indivíduos nunca experienciou diretamente (por exemplo, a alunagem da missão *Apollo 13* ou o entusiasmo esfuziante de um campeonato do mundo de futebol). As memórias são, assim, originadas nos media, e por isso estes funcionam, à boa maneira de McLuhan, como extensões ou próteses da memória. Partilhamos coletivamente memórias que nunca existiriam sem a interferência dos media. A nossa relação com o mundo e os acontecimentos tornou-se tão mediatizada que a experiência real (*real experience*) ou o tempo real (*real time*) estão inseparavelmente associados à cibercultura e às mediações sociotécnicas. Por outro lado, esta ubiquidade dos media torna difícil discernir a experiência diretamente vivida e a experiência vivida (através dos media). A memória protésica tende, assim, a substituir a própria memória experienciada.

¹No original: “memories which do not come from a person’s lived experiences”. Esta e demais traduções, do autor.

²Entendemos arquivo no sentido que M. A. Babo (2009) lhe dá: uma “forma que toma a prótese exterior da memória” (p. 50) em que a ordem temporal pode reverter-se em ordem topológica. No caso dos media digitais, estamos perante uma ordem atopológica (sem lugar físico), baseada em conexões em que a ubiquidade e a aceleração se tornam predominantes.

O facto de a internet operar como uma espécie de colossal arquivo² e uma gigantesca base de dados autoriza-nos a descrevê-la como exercitando uma memória transactiva, isto é, um sistema pelo qual os indivíduos coletivamente codificam, armazenam e recuperam conhecimento (Wegner & Ward, 2013). A internet é um arquivo no sentido de um dispositivo de armazenamento de informação, mas também da recuperação desta. E até interage com os indivíduos (por exemplo, dando-lhe os parabéns no dia do seu aniversário ou respondendo a comandos de voz). A internet parece saber tudo acerca de todos, e é dessa eficiência que empresas e indivíduos tiram vantagem para perseguirem os seus objetivos. Com o Google, a Wikipedia ou bases de dados como a IMDb, a informação é recuperada, usada e partilhada de maneira muitíssimo mais rápida do que se usássemos somente a nossa memória. A imediatez com que surge o resultado de uma pesquisa online esbate, de forma arrebatadora, as fronteiras entre as memórias pessoais e as memórias transactivas.

Na verdade, a internet funciona hoje como memória externa ou memória transactiva onde a informação é coletivamente depositada fora de nós mesmos (Sparrow et al., 2011), e é um dos melhores exemplos de especialização funcional e alocação de recursos. Ao dependermos cada vez mais do ciberespaço para realizar as nossas tarefas quotidianas, já não temos de recordar a informação; tudo que necessitamos é saber onde a encontrar e recuperar. Grande parte da

nossa memória coletiva advém destas memórias baseadas na internet e da nossa simbiose com os computadores e o ciberespaço. Movemo-nos, hoje, por entre sistemas interconectados e transactivos que transformaram a memória coletiva numa memória reticular e externa. Uma memória protésica, semelhante aos discos-rígidos, que nos oferece a vantagem de aceder a vastos mananciais de informação sem que isso implique possuir ou conhecer aprofundadamente essa informação (por exemplo, a internet ensina-nos percurso para o restaurante sem que tenhamos de conhecer a sua morada). Isto significa uma adaptação em relação ao nosso ambiente tecnológico, uma vez que tentar lembrar muitas informações específicas é menos eficiente do que lembrar como aceder a essas informações específicas.

Sparrow et al. (2011) concluíram, num estudo empírico, que os estudantes esperavam ter acesso futuro à informação (através da internet) e, por esse motivo, era menos provável que se lembrassem de informação específica, embora recordassem como encontrar essa informação. Num outro estudo empírico, Fisher et al. (2015) determinaram que pesquisar informação na internet aumentava a confiança do indivíduo no seu próprio conhecimento. Por outras palavras, inflacionava a estimativa do seu conhecimento interno – ainda que essa dilatação de confiança se devesse a uma memória extrínseca ao indivíduo.

Por outro lado, há que se considerar os efeitos da sobrecarga informacional na própria ideia de memória. O século XXI acentuou a emergência de uma nova ecologia, na qual a informação constitui um novo ambiente. Virilio (1996), por exemplo, menciona que vivemos numa espécie de acidente de Tchernóbil da informação. A ideia de catástrofe associada prende-se ao seu potencial poluidor. A infopoluição (Sutter, 1998) designa o conjunto de perturbações relacionadas com a qualidade dos dados e da informação. Faz uma analogia entre a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX) e a Revolução da Informação (século XX), em que a informação é equiparada à poluição ambiental gerada pela industrialização.

Em especial, a infopoluição refere o paradoxo de vivermos em sociedades de informação quantitativamente ricas, mas qualitativamente pobres, isto é, pouco enriquecedoras e que mais têm a ver com entretenimento do que com esclarecimento. Em contraste com a fraca substância informativa, temos conteúdos massificados que inundam os nossos dispositivos digitais e ocupam grande parte da nossa atenção, como anúncios de publicidade, spam ou *clickbait*s. Encontramo-los em diversos portais online, que nos apresentam conteúdos qualitativamente depauperados como: “Empate a zero – veja a reacção de Ronaldo” ou “A atriz Kristen Stewart diz que ‘usar vestido de noiva da princesa Diana foi assustador’”. Se colocamos a ênfase no aspeto qualitativo da informação, falamos em infopoluição. Em oposição, a noção de *obesidade informacional* aponta

para a dimensão quantitativa e destaca os problemas causados pelo excesso de informação, quer ao nível da sua produção, quer ao nível da sua acessibilidade.

A noção de memória não pode ser, pois, dissociada do excesso e da contaminação da informação, uma vez que estas terão repercussões diretas sobre aquilo que rememoramos (e aquilo que, por excesso, somos impossibilitados de recordar). Infopoluentes como a repetição exaustiva exatamente das mesmas peças noticiosas ou as mensagens instantâneas dos chats das redes sociais distorcem os processos de memorialização ao colonizarem o espaço cognitivo dos indivíduos e das sociedades. Com tanta informação disponível e com a aceleração abismal da atualidade, a memória tem de ser equacionada de acordo com os efeitos perversos do excesso (obesidade) e da pobreza qualitativa (poluição) da informação. Quanto mais sabemos, menos parecemos saber a respeito dos pormenores e detalhes que formam a rede densa da memória. As particularidades são engolidas pela voracidade da informação. A saturação que os media acentuam torna, então, o processo de memorialização cada vez mais rarefeito, visto que os indivíduos se veem afogados na tecnologização da memória que tornou isso possível à partida. Tal como a poluição deixa resíduos na atmosfera, este novo ecossistema da informação deixa resíduos inconvenientes na superfície da nossa memória social.

Considerem-se os efeitos imprevistos de duas práticas cada vez mais presentes no quotidiano: o *zapping* e o *browsing*, comportamentos surgidos no contexto desta nova ecologia da informação com os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica como a televisão ou os meios digitais. Perante a imensidão de estímulos e o dilúvio de informação que os media trouxeram consigo, o *zapping* e o *browsing* firmam-se como estratégias cognitivas. Em vez de apreender o conteúdo por inteiro, os indivíduos acedem a uma parcela da informação fazendo *browsing* por sucessivos títulos, janelas, imagens, vídeos etc. Por outro lado, perante a incapacidade de lermos, consultarmos e analisarmos exaustiva e integralmente a informação atualmente produzida, nós, enquanto sociedade, desenvolvemos esta capacidade prodigiosa de fazer *zapping*. Este consiste em visionar apenas alguns minutos (ou mesmo segundos) de um programa de televisão, ler somente as capas dos jornais para se estar a par da atualidade ou ouvir trechos entrecortados de estações de rádio. Na internet, as redes sociais e o YouTube organizam-se em torno do *browsing* de uma massa indistinta e volumosa de conteúdos e, simultaneamente, de um *zapping* (o indivíduo pode visionar 5 minutos de cada vídeo de 60 minutos, por exemplo).

Tudo isto sublinha as consequências individuais e coletivas da mediatização da memória e de como as novas práticas sociotécnicas surgidas com o ciberespaço alteraram fundamentalmente a nossa relação coletiva com a

memória. Como explica I. Babo, nas interconexões das redes digitais vigoram a presença, o número e a aceleração; as coordenadas espáciotemporais da ação (e do acontecimento) esvaem-se e, desse modo, esbate-se a relação ao tempo e ao lugar. Nessa medida, a narração ou a *mise-en-intrigue* da ação não tem lugar na rede e, por aí, dissipa-se também o sentido da história (I. Babo, 2018, p. 79).

Nesse sentido, os media digitais tendem a ser hipertextuais aditivos (número de postagens e de novas informações impera em leitura não linear), em vez de narrativos³ (leitura linear e sucessiva).

A internet e a sua dimensão transactiva vieram apenas intensificar o primeiro passo, já tomado pelos meios de comunicação, para tornar as memórias dispositivos protésicos.

³No sentido tradicional de *mise-en-scène*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar, deixamos três linhas de reflexão futura sobre o lugar da memória nos media (logo, na sociedade em geral).

A primeira linha de reflexão diz respeito ao paradoxo da memória digital: quanto mais informação armazenamos no ciberespaço, de menos informação dispomos. Ao confiar, em absoluto, nos arquivos digitais e nos percursos transactivos da internet, acabamos por saber muitas coisas coletivamente, mas individualmente o risco é de diminuição do conhecimento. Sabemos como chegar à informação, e depositamo-la em dispositivos externos à nossa memória pessoal; porém, não a podemos recordar sem a intervenção tecnológica. “O advento da era da informação parece ter criado uma geração de pessoas que sentem saber mais do que nunca – quando, na verdade, a sua confiança na internet significa que sabem cada vez menos acerca do mundo que os rodeia”⁴ (Wegner & Ward, 2013). Com a internet, transcendemos o limite orgânico da nossa memória. E com esse limite surge este risco de uma amnésia, o qual exige novos modos de interagir com a informação. O ciberespaço pode, assim, paradoxalmente fazer com que, em simultâneo, a memória se expanda e se contraia, se fortaleça ou se enfraqueça. O ciberespaço pode incluir este risco de esquecimento, mas cabe a nós, enquanto sociedade, lidar e ultrapassar este paradoxo.

⁴No original: “The advent of the ‘information age’ seems to have created a generation of people who feel they know more than ever before – when their reliance on the internet means that they may know ever less about the world around them”.

A segunda linha de reflexão tem a ver com a aceleração da produção de memórias que os media digitais tornaram possível. Em redes partilhadas de conhecimento, em que a informação é instantânea, as memórias tornam-se céleres. Os acontecimentos sucedem-se, os discursos multiplicam-se e as memórias parecem estar constantemente em vias de reformulação ou atualização. A sensação, nos media digitais, é que existe apenas o agora e que o presente recupera o passado. Perante a imposição do presente, o perigo é de formarmos

apenas memórias de curta duração. A memória longa, histórica, antropológica precisa de tempo para se construir, desconstruir e reconstruir. Numa rede em que se acumulam informações, a memória pode tender a ser curta, sintagmática ou extemporânea, alinhada com as modas (o *trending* das redes sociais). Isso representa um desafio para as sociedades, que devem prever formas mediatizadas de produção de uma memória coletiva, longa, histórica e paradigmática.

Em terceiro lugar, e em jeito de síntese, caracterizamos a natureza da memória. Se tivéssemos de destacar a ideia central deste artigo seria a de que a memória é palimpséstica. Todas as decomposições aqui enumeradas apontam para essa natureza polifacetada, coletiva e partilhada em práticas sociotécnicas das sociedades mediatizadas. O desafio é, então, perceber se com a hiperindustrialização da memória (Stiegler, 2009) que os media representam as operações de memorialização se esvaziam ou se, pelo contrário, se enriquecem nas novas configurações a que são sujeitadas reiteradamente. A dispersão e a aceleração das memórias técnicas desmaterializadas tanto pode levar ao desenraizamento da experiência como à sua reconfiguração positiva e otimizada em novos quadros da memória coletiva.

As diversas abordagens teóricas e empíricas dos estudos da memória aqui referenciadas partilham da ideia de que ela é uma espécie de reescrita a múltiplas mãos. A internet veio, pois, exponenciar essa possibilidade geradora e regeneradora que a memória contém em si mesma. Defronte do perigo de diluição e esvaziamento memorial há que opor estratégias de criação de uma memória histórica e narrativa. Cabe às sociedades mediatizadas em que vivemos decidir qual dessas possibilidades se tornará predominante. ■

REFERÊNCIAS

- Assman, J. (1995). Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, (65), 125-133. <https://doi.org/10.2307/488538>
- Babo, I. (2018). Média, tempo e memória. *Vista*, (2), 77-95. <https://doi.org/10.21814/vista.2995>
- Babo, M. A. (2009). Escrita, memória, arquivo. *Revista de Comunicação e Linguagens*, (40), 45-51.
- Candau, J. (2011). *Memória e identidade*. Contexto.
- Cavallaro, D. (2002). *Cyberpunk and cyberculture: Science fiction and the work of William Gibson*. The Athlone Press.
- Erl, A. (2008a). Cultural memory studies: An introduction. In A. Erl & A. Nünning (Eds.), *Cultural memory studies: An international and interdisciplinary handbook* (pp. 1-17). De Gruyter.

- Erlil, A. (2008b). Literature, film and the mediality of cultural memory. In A. Erlil & A. Nünning, *Cultural memory studies: An international and interdisciplinary handbook* (pp. 389-398). De Gruyter.
- Fisher, M., Goddu, M. K., & Keill, F. C. (2015). Searching for explanations: How the internet inflates estimates of internal knowledge. *Journal of Experimental Psychology*, 144(3), 674-687. <https://doi.org/10.1037/xge0000070>
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Zahar.
- Halbwachs, M. (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Librairie Félix Alcan.
- Halbwachs, M. (1950). *La mémoire collective*. Presses Universitaires de France.
- Halbwachs, M. (2013). *A memória coletiva*. Centauro.
- Hoskins, A. (2009). The mediatisation of memory. In J. G. Hansen, A. Hoskins & A. Reading (Eds.), *Save as... Digital memories* (pp. 27-43). Palgrave Macmillan.
- Landsberg, A. (1995). Prosthetic memory: Total Recall and Blade Runner. In M. Featherstone & R. Burrows (Eds.), *Cyberspace/cyberbodies/cyberpunk: Cultures of technological embodiment* (pp. 175-189). Sage.
- Lemos, A. (2002). *Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Sulina.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.
- Lévy, P. (2000). *A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço*. Loyola.
- Misztal, B. (2003). Durkheim on collective memory. *Journal of Classical Sociology*, 3(2), 123-143. <https://doi.org/10.1177/1468795X030032002>
- Sparrow, B., Liu, J., & Wegner, D. M. (2011). Google effects on memory: Cognitive consequences of having information at our fingertips. *Science*, 333(6043), 776-778. <https://doi.org/10.1126/science.1207745>
- Stiegler, B. (2009). Anamnese e hipomnese. *Revista de Comunicação e Linguagens*, (40), 11-26.
- Sutter, E. (1998). Pour une écologie de l'information. *Documentaliste - Sciences de l'Information*, 35(2), 83-86.
- Virilio, P. (1996). *Velocidade e política*. Estação Liberdade.
- Wegner, D. M., & Ward, A. F. (2013, 1º de dezembro). The internet has become the external hard drive for our memories. *Scientific American*. <https://bit.ly/3bgTMKh>

Artigo recebido em 12 de novembro de 2021 e aprovado em 9 de junho de 2022.

Dos Meios às Mediações (Algorítmicas): Mediação, Recepção e Consumo em Plataformas Digitais^a

From Media to (Algorithmic) Mediations: Mediation, Reception and Consumption on Digital Platforms

KÉRLEY WINQUES^b

Faculdade Bom Jesus IELUSC. Joinville – SC, Brasil

RAQUEL RITTER LONGHI^c

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Florianópolis – SC, Brasil

RESUMO

Algoritmos tornaram-se vetores sociais e constituidores de sentidos, pois tensionam e são tensionados pelas dinâmicas sociais da web. O artigo discute consumo e recepção online, e apresenta o *Mapa do Sistema de Mediações Algorítmicas*, a partir das proposições de Jesús Martín-Barbero, como um instrumento de apoio à reflexão sobre pesquisas em plataformas. O mapa é uma tentativa de alinhar os estudos culturais à contemporaneidade, permeada por fluxos algorítmicos, em que as plataformas digitais ganham importância como categoria de análise das mediações institucionais na recepção. Investiga-se como os conteúdos são consumidos em um cotidiano atravessado pelas práticas sociais originadas de outras mediações do sujeito.

Palavras-chave: Algoritmos, mediação, recepção, estudos culturais

ABSTRACT

Algorithms have become social vectors and constituents of meanings as they apply tension and are tensioned by the social dynamics of the web. This article discusses online consumption and reception and presents the *Algorithmic Mediation System Map*, based on the propositions by Jesús Martín-Barbero, as an instrument to support reflections on platform studies. The map attempts to align cultural studies with contemporaneity, permeated by algorithmic flows, in which digital platforms gain importance as a category of analysis of institutional mediations in reception. We investigate how the contents are consumed in a daily life that is overcome by social practices originated from other mediations of the subject.

Keywords: Algorithms, mediation, reception, cultural studies

^a Este artigo é uma versão revista e ampliada do trabalho apresentado no GT Recepção, Circulação e Usos Sociais das Mídias, do XXIX Encontro Anual da Compós, realizado em novembro de 2020.

^b Professora nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Bom Jesus IELUSC. Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Produção Hiperídia Aplicados ao Jornalismo (Nephi-Jor). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7571-281X>. E-mail: ker.winqes@gmail.com

^c Professora do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora do Nephi-Jor. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7302-1994>. E-mail: raqlonghi@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p151-172>

V.16 - Nº 2 maio/ago. 2022 São Paulo - Brasil WINQUES | LONGHI p. 151-172

MATRIZES

AS ESTRUTURAS BASEADAS em algoritmos tornaram-se indissociáveis das práticas cotidianas de qualquer sujeito conectado. Motores de busca, redes sociais, aplicativos de conversa, serviços de streaming, sistemas de recomendação e assistentes virtuais estão cada vez mais no centro da economia, da política e da cultura. As plataformas digitais, apesar de serem estruturas privadas, tornaram-se espaços nos quais ocorrem importantes debates públicos e onde se verifica o confronto de visões e a articulação de opiniões.

Os algoritmos, indo além da razão instrumental, tornaram-se vetores sociais e constituidores de sentidos, pois tensionam e são tensionados pelas dinâmicas sociais estabelecidas na web. Couldry e Hepp (2020) apontam que a natureza essencialmente mediada do social também se baseia nos objetos materiais – interligações, plataformas, infraestruturas etc. – “por meio dos quais a comunicação, assim como a produção de sentidos, tem lugar” (p. 14). Todavia, não se deve abandonar o termo “social” e analisar sentidos e tecnologias de forma separada, pois simultaneamente a infraestrutura das mídias, que auxilia na construção do social, na visão dos pesquisadores, se torna mais complexa.

As tecnologias digitais conectadas à internet aumentaram consideravelmente o fluxo de conteúdo e possibilitaram a uma gama muito maior de indivíduos criar e divulgar informações, por isso, é muito mais difícil controlar o fluxo de conteúdos simbólicos na web. Desta forma, na perspectiva dos estudos culturais, além da pluralidade e hibridez de perfis presentes na rede, os usos, apropriações e produções de sentidos ocasionadas por esse trânsito complexo de informações impulsionadas pelos algoritmos é dependente do contexto familiar, histórico, institucional, cultural, social e político em que o indivíduo está inserido.

Com uma abordagem sociocultural, este artigo constitui-se a partir de dois objetivos: (1) discutir o cenário do consumo, recepção e circulação nas plataformas digitais, que definimos como *mediações algorítmicas*; e (2) introduzir o *Mapa do Sistema de Mediações Algorítmicas* (Winques, 2020), a partir das proposições de Jesús Martín-Barbero, em uma tentativa de alinhar os estudos culturais ao contexto contemporâneo, permeado por fluxos algorítmicos. O trabalho está dividido em três partes principais: a primeira, discussão e reflexão teórica e conceitual a respeito das teorias da recepção em um campo mais culturalista e no cenário da sociedade do algoritmo. Na segunda, definimos o algoritmo e analisamos de que forma repercute nos modos de consumo e distribuição da informação, especialmente no âmbito das redes sociais. Na terceira parte, apresentamos o mapa do sistema de mediações algorítmicas como instrumento de apoio à reflexão sobre as pesquisas em plataformas digitais.

RECEPÇÃO E MÚLTIPLAS CONVERGÊNCIAS

A análise de recepção pode ter uma perspectiva mais inclusiva, compartilhando com os estudos culturais “a concepção sobre a mensagem dos meios, considerando-a como formas culturais abertas a distintas decodificações, e sobre a audiência, definindo-a como composta por agentes de produção de sentido” (Jacks & Escosteguy, 2005, pp. 41-42). Portanto, os indivíduos são ativos, com liberdade para atuarem de diversas maneiras com os meios de comunicação – do simples consumo e uso a uma aplicação social mais relevante.

Na ótica de Ronsini (2010), a ênfase da recepção se faz presente na análise da constituição do cultural pelas mediações comunicativas. Elas permeiam a relação do receptor com o meio, e este não existe fora desta conexão: “classes sociais, gênero, etnia, família, escola, grupos de amigos, indivíduos estão sendo modelados pela cultura da mídia” (p. 11). A mesma autora acentua ainda a *socialidade*, relativamente conectada com as relações sociais, os sujeitos e seus diversos pertencimentos identitários baseados em referentes individuais, como etnia, geração ou gênero. Os movimentos de recepção, ainda, na avaliação de Lopes (2014), são parte integrante das práticas culturais e “articulam processos tanto subjetivos como objetivos, tanto de natureza micro (o ambiente imediato controlado pelo sujeito) como macro (a estrutura social que escapa a esse controle)” (p. 67). Por isso, a recepção é multidimensional, as pessoas vivem suas vidas diárias e “ao mesmo tempo, se inscrevem em relações de poder estruturais e históricas que extrapolam suas atividades cotidianas” (p. 67).

Os estudos de recepção podem ser classificados, a partir de Denis McQuail (1997, citado por Jacks & Escosteguy, 2005), nos níveis *estrutural*, *comportamental* e *sociocultural*. No primeiro inserem-se as pesquisas de mensuração da audiência, no segundo são avaliados os efeitos e os usos dos meios, e o terceiro é representado pelas pesquisas realizadas pelos estudos culturais e pela análise de recepção. A abordagem sociocultural é vista por Escosteguy (2004) como aquela que envolve um olhar mais amplo e complexo do processo de recepção das narrativas midiáticas. Nesse caso, “são consideradas múltiplas relações sociais e culturais. Mais do que o estudo do fenômeno de recepção em si mesmo, pretendem problematizar e pesquisar, seja do ponto de vista teórico ou empírico, sua inserção social e cultural” (p. 135). Os trabalhos dessa vertente olham para os receptores como produtores de sentidos, que negociam, reinterpretem e reelaboram as mensagens midiáticas segundo características individuais, assim como por ação de agentes sociais (Jacks, 2014). Também podem aparecer determinadas mediações e práticas culturais, tais como a identidade cultural e as vivências cotidianas.

As sociedades contemporâneas têm como característica a formação de múltiplas audiências de mídia e tecnologias da informação. Ao assumir essas

¹No original: “Cómo se está constituyendo el sujeto individual y colectivo como ciudadano de un país y del mundo, cuando la mayor parte de su constitución está mediatizada por sus múltiples vínculos con medios y tecnologías de información?”.

Esta e demais traduções, das autoras.

peculiaridades, Orozco Gómez (2003) avalia que o campo dos estudos de recepção deve fazer a seguinte pergunta: “Como o sujeito individual e coletivo está sendo constituído como cidadão de um país e do mundo, quando a maior parte de sua constituição é mediada por seus múltiplos elos com as mídias e as tecnologias da informação?”¹ (p. 11). Esse é um desafio a ser enfrentado, pois os espaços marcados pelos países, regiões e o mundo não são mais produtos de experiências diretas, mas sim o resultado de representações, grande parte eletrônicas, digitais e virtuais, feitas a partir do ecossistema dos meios de comunicação. Nessa perspectiva, o autor argumenta que recepção é sinônimo de interação, e as interações com os mediadores se multiplicam e reestruturam, no que lhe concerne, em múltiplas convergências.

No cenário das manifestações e mediações pelas redes, Orozco Gómez (2003) auxilia na compreensão de que a atividade do público não é uma mera reação a estímulos – suas ações obedecem, nem sempre de maneira consciente, a padrões socioculturais estabelecidos, aprendidos e desenvolvidos ao longo da historicidade *particular*. Além disso, todo processo de comunicação é necessariamente mediado – por diversas fontes, contextos e situações. É o *jogo de mediação* que define a interação e molda seu resultado. É preciso assumir que existem interações diretas e indiretas com a mídia. Assim, é importante entender a diversidade de cenários que permitem compreender a diversidade de mediações possíveis nos processos de recepção. “É pertinente ter em mente que a interação com um meio, além de outras coisas, é um catalisador para identidades profundas e memórias individuais e coletivas que precisamente emergem e são desencadeadas por referências da mídia”² (p. 9).

²No original: “es pertinente tener presente que la interacción con un medio además de otras cosas es un catalizador de identidades profundas y memorias individuales y colectivas que precisamente afloran detonadas por los referentes mediáticos”.

Com a introdução das redes de mídia social, a partir de meados dos anos 2000, Couldry e Hepp (2020) apontam que as mídias passaram a ser muito mais do que canais específicos de conteúdos centralizados: elas compreendem plataformas que, para muitos sujeitos, literalmente são os espaços em que, através da comunicação, encenam o social. Para entender o lugar da recepção nesse contexto, concordando com Fausto Neto (2010), é preciso pensar o papel da circulação. Antes, contudo, deve-se lembrar que os processos e articulações reúnem marcas nas quais se formalizam as interfaces entre estratégias de ofertas e apropriações de discursos. Para o autor, o domínio da circulação não é apenas um conceito que remete à noção de intervalo, ou defasagem, conforme se supunha nos primeiros estudos de recepção ou efeitos. É no âmbito da complexa articulação que o autor enxerga a circulação entre as propriedades do discurso proposto e as estratégias de apropriação do indivíduo. Ainda, o avanço das transformações sociotécnicas engendradas “pela midiática e suas repercussões sobre a organização social permite compreender a saída de parte de

sua problemática, de uma região invisível, para se transformar em dispositivos (com visíveis marcas) sócio-técnico-discursivos” (Fausto Neto, 2010, p. 63). Esses dispositivos vão reformular os processos de interação, especialmente o lugar do conceito de recepção.

A partir da ampliação dos canais de comunicação na internet, em uma tentativa de definir o sujeito conectado, surgiram diversos conceitos: *prosumidor*³ (Castells, 2003); *gatewatchers*⁴ (Bruns, 2003); *interagente*⁵ (Primo, 2007); *internauta*⁶ (García Canclini, 2008); *leitor-produtor*⁷ (Brignol, 2010) etc. Todos esses termos, em geral, apontam para o usuário/cidadão como agente participativo no processo produtivo nos mais variados níveis da construção de narrativas e informações em rede. Os receptores tornaram-se cooperadores dos processos que integram a cena produtiva midiática, nos mais variados formatos e gêneros. No campo científico, Stuart Hall inaugurou, pela perspectiva dos estudos culturais e ainda na década de 1980, a ideia de que o sujeito é ativo no processo de comunicação. Os estudos latino-americanos de recepção, na esteira de Hall, conferiram ao receptor lugar de protagonista, afirmando sua cooperação nos processos de formação de sentidos. Os deslocamentos dos meios às mediações, abordagem elaborada por Jesús Martín-Barbero, em *De los Medios a las Mediaciones*, publicado em 1987; e os processos de hibridização cultural, tema desenvolvido por Néstor García Canclini, em *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*, de 1990, representam dois destes principais eixos de reflexão.

Nesta diversidade de cenários, as plataformas digitais são adicionadas como uma estrutura fundamental no jogo de mediações. Essa relação é considerada como pertinente por Bucher (2020), pesquisadora que tem se destacado no estudo dos algoritmos. Questionada se a produção de sentidos em relação aos algoritmos relaciona-se aos estudos de recepção e consumo midiáticos, a autora apontou para a perspectiva de ser um trabalho de relação de sentidos e de interpretações. Ela introduziu a ideia de *imaginários algorítmicos*, para dar conta dessa relação entre produção e consumo, ou seja, como as pessoas experimentam e entendem suas interações com os algoritmos em sua vida cotidiana. Tais relações, na percepção de Bucher, são muito mais cíclicas e multidimensionais do que pensavam os tradicionais estudos de audiência.

SUJEITO CONECTADO, CIRCULAÇÃO E A PULVERIZAÇÃO DO ALGORITMO

A adaptação de conceitos da teoria da comunicação para compreender como os algoritmos atuam – e são percebidos – nos processos comunicacionais em

³ O termo se refere aos sujeitos que são receptores, criadores, ressignificadores e distribuidores das informações na comunicação, e tudo ocorre ao mesmo tempo.

⁴ O conceito trata de indivíduos envolvidos em organizar e realizar uma curadoria da variedade de conteúdos disponíveis em uma multiplicidade de canais. O objetivo não é controlar os “portões” dos canais, mas participar de um esforço distribuído e organizado de observar quais informações passam por eles.

⁵ O termo abarca a participação e a troca entre tecnologia-sujeito – homem-máquina – e sujeitos entre si na web.

⁶ Ser internauta, segundo García Canclini (2008), “aumenta, para milhões de pessoas, a possibilidade de serem leitores e espectadores” (p. 54).

⁷ A concepção trata dos indivíduos que se apropriam das mídias a partir de suas necessidades e interesses, ressignificando-as em suas práticas cotidianas.

plataformas digitais, de fato, parece ter um lugar de destaque nas discussões mais recentes que envolvem as relações dos indivíduos com a informação. Lomborg e Kapsch (2019) procuraram adaptar o conceito de *decodificação*, de Stuart Hall, como um dispositivo para sondar como as pessoas conhecem e entendem algoritmos. Para os autores, este conceito é útil porque destaca uma característica fundamental da comunicação: as lacunas que devem ser preenchidas pela mobilização de nosso conhecimento semiótico e sociocultural em processos de interpretação, o que se dá antes que qualquer comunicação faça sentido.

Ao não sermos capazes de abrir essa caixa preta, nós podemos estudar as relações que as pessoas experimentam com algoritmos, e por extensão, como e em que medida essas relações se tornam significativas e estão entrelaçadas com as reflexões dos usuários sobre poder, transparência e justiça nos meios digitais⁸. (Lomborg & Kapsch, 2019, p. 2)

⁸No original: "If we cannot open the black box itself, we can study the relationships that people experience with algorithms, and by extension how and to what extent these experienced relationships become meaningful and are interwoven with users' reflections of power, transparency, and justice in digital media".

Os autores reforçam que, como parte das infraestruturas digitais da vida cotidiana, os algoritmos também se tornam produtivos e poderosos por meio dos significados atribuídos a eles em cenários concretos. No contexto dos modos de interação com os meios digitais, dessa forma, eles identificam:

várias práticas dos indivíduos, como o uso de táticas de proteção e tentativas deliberadas de influenciar ou contornar sistemas algorítmicos através de interações com eles, sublinhando que, enquanto os algoritmos fazem coisas às pessoas, as pessoas também fazem coisas aos algoritmos⁹. (Lomborg & Kapsch, 2019, p. 11)

⁹No original: "However, we did find several accounts of users performing protective tactics and deliberate attempts to influence or circumvent algorithmic systems through interactions with them, underlining that while algorithms do things to people, people also do things to algorithms".

O estudo mostra que os sujeitos passam a ter maior consciência da existência de objetos técnicos e invisíveis, como os algoritmos, e de suas consequências nas mediações e formações de sentidos.

As mídias sociais não têm uma fronteira específica, ou seja, um início, meio e fim. Isso se deve à forma como elas são operadas pelos sujeitos, que mantêm relações contínuas, internas e externas. Os limites da circulação, no âmbito das plataformas digitais, podem estar nos algoritmos. Fausto Neto (2019) avalia que as plataformas impõem suas próprias regras e prescrições, organizam enunciações e circulam, na forma de enunciados, a sistematização de novas mensagens. Logo, o lugar da recepção não está somente nas métricas, nos comentários e compartilhamentos que os conteúdos recebem. O lugar da recepção também está nos rastros digitais, que se estabelecem pelo espaço social e cultural que o sujeito ocupa ao construir seus diálogos online e offline, ou seja, pelas dimensões do cotidiano e suas interações.

Algoritmos, como instrumentos técnicos, constroem e implementam regimes de poder e de conhecimento (Beer, 2009; Gillespie, 2018), e o seu uso tem implicações normativas e performativas porque os indivíduos atribuem sentidos às informações que recebem. De fato, ao assumirmos as ferramentas computacionais como nossa forma primária de expressão, como observa Gillespie (2018), o discurso e o conhecimento humanos são submetidos às lógicas de procedimentos que sustentam a computação – lógicas que, além de técnicas, são demarcadas por interesses comerciais (Couldry & Mejias, 2018; Srnicek, 2017; Zuboff, 2020) e políticos (O’Neil, 2016; Silveira, 2019), e, ainda, por vieses humanos (Benjamin, 2019; Crawford, 2021; Noble, 2021; Silva, 2021). Sendo assim, não somente é preciso questionar os algoritmos como elementos-chave dessa configuração do sistema informacional, como também as formas culturais que emergem de suas sombras. Nas palavras Gillespie (2018), existem “implicações específicas quando usamos algoritmos para selecionar o que é mais relevante a partir de um corpus de dados composto por rastros de nossas atividades, preferências e expressões” (p. 97).

Para Uricchio (2017), o algoritmo atingiu um ponto de inflexão ao impactar e mesmo redefinir as relações sujeito-objeto. Ao fazê-lo, levanta algumas questões epistemológicas bastante fundamentais. Combinado com dados, em um cenário que junta o surgimento de *big data*, poder de processamento e redes de alta velocidade, pode estar definindo uma era epistêmica emergente.

Como os dados, os algoritmos podem ser gerados por humanos ou por máquinas. E embora seja uma ideia antiga, o algoritmo ... atingiu um ponto de inflexão em termos de suas operações culturais: agora está sendo implantado de maneiras que redefinam as relações sujeito-objeto de longa data e, ao fazê-lo, apresenta algumas questões epistemológicas bastante fundamentais¹⁰. (Uricchio, 2017, p. 125)

Considerado um agente que configura a vida coletiva de diversas formas, o algoritmo é visto por Kitchin (2016) como um instrumento que guia e molda a maneira como pessoas, animais e objetos técnicos interagem e atravessam diversos sistemas. Beer (2009) observa os algoritmos como agentes poderosos, capazes de moldar formações culturais e sociais. Aliando-se a esses autores, neste horizonte de análise sociológica dos algoritmos, é que Gillespie (2018) percebe o algoritmo não apenas como abstração. O autor observa que as análises devem salientar e revelar as escolhas humanas e institucionais que estão por trás de suas elaborações. Essa argumentação leva ao centro da questão discutida neste artigo: os algoritmos que compõem a rede também devem ser vistos pela perspectiva das mediações, com uma visão que não perca de vista o poder

¹⁰No original: “Like data, algorithms can be human- or machine-generated. And although an ancient idea, the algorithm has . . . reached a tipping point in terms of its cultural operations: it is now being deployed in ways that redefine long-held subject-object relationships and, in so doing, it poses some rather fundamental epistemological questions?”

político, social e econômico que se revela por meio dos códigos que conduzem experiências e interações.

Os algoritmos, especialmente os de aprendizagem da máquina¹¹, fazem classificações por meio de formas e conjuntos de modelos variados: histórico de navegação, informações geográficas, sexo, idade, comportamento, preferências políticas, profissão, rendimento, trabalho, informações temporais etc. Outras análises contam dias da semana de acesso aos conteúdos, intervalos de tempo, permanência, engajamento, assiduidade, frequência etc. – um sistema de sinais construído com base nas informações resultantes da interseção de estratégias sociais, culturais, políticas, econômicas e informativas. Sinais claros de vigilância. Uma vigilância digital que se configura fundamentada no “monitoramento sistemático, automatizado e à distância de ações e informações de indivíduos no ciberespaço, com o fim de conhecer e intervir nas suas condutas ou escolhas possíveis” (Bruno, 2008, p. 11). Quanto mais tempo um sujeito se detiver em um aplicativo ou plataforma digital, mais dados sobre seus hábitos, gostos e comportamentos serão coletados (Beer, 2009; Couldry & Mejias, 2018; O’Neil, 2016; Silveira, 2019, Srnicek, 2017).

Posto isso, o tópico final apresenta o *Mapa Sistema de Mediações Algorítmicas* (Winques, 2020). Trata-se de um mapa que assume uma releitura dos mapas noturnos de Martín-Barbero, enquanto traz uma conexão com o cenário contemporâneo, permeado por plataformas digitais, diversidade de mídias e algoritmos.

MAPA DO SISTEMA DE MEDIAÇÕES ALGORÍTMICAS

As mediações de Martín-Barbero são o *lugar* em que é possível compreender as interações entre o espaço da recepção e o da produção. Conforme Lopes (2018), “a cartografia barberiana diz respeito a um *método estratégico-rizomático* e as mediações devem ser vistas como dispositivos que se entrecruzam em constante movimento de mutação, renovação e atualização” (p. 51). A leitura das mediações feita por Martín-Barbero se dá por meio de quatro mapas, apresentados nas diferentes reedições da obra *De los Medios a las Mediaciones*. O resgate é feito por Lopes (2018), e as publicações são marcadas pelos anos: 1987, 1998, 2010 e 2017¹². O método de cartografar mostra uma epistemologia que se utiliza dos rastros. Uma mirada mais abrangente sobre Martín-Barbero e os mapas na sua integralidade podem ser vistos nas análises de Lopes (2018), Jacks e Escosteguy (2005) e Jacks et al. (2019).

No cenário contemporâneo, os meios digitais deslocam os saberes. Tais dispositivos estão “modificando tanto o estatuto cognitivo como institucional das condições do saber, conduzindo a um forte borramento das fronteiras

¹¹Na aprendizagem de máquina (*machine learning*) as funções são executadas pelo próprio algoritmo, em outras palavras, existe uma ação humana na elaboração dos códigos, porém, posteriormente, à medida que novos inputs são adicionados, a máquina passa a agir conforme as interações acontecem.

¹²O mapa de 2017 não faz parte de uma introdução de uma reedição da obra do autor; foi apresentado em uma entrevista de Martín-Barbero a Omar Rincón, em 22 de maio de 2017 (Rincón, 2017).

entre razão e imaginação, saber e informação, arte e ciência, saber especializado e conhecimento comum” (Lopes, 2018, p. 58). Essa mutação tecnológica passou a configurar o ecossistema comunicacional, e tal historicidade auxiliou na elaboração do último mapa proposto por Martín-Barbero (Figura 1). Neste mapa, interpretado por Rincón (2019) e Lopes (2018), aparecem dois novos eixos – *tecnicidades* e *sensorialidades* – e três novas submediações – *narrativas*, *redes* e *cidadanias*.

Figura 1

Quarto mapa metodológico das mediações (2017)



Nota. De “A Teoria Barberiana da Comunicação”, por M. I. V. Lopes, 2018, *MATRIZES*, 12(1), p. 58. (<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p65-80>).

As *tecnicidades* implicam uma reconfiguração da sensorialidade e da socialidade. Lopes (2018) observa que Martín-Barbero propõe pensar a teoria da *sensibilidade* em diálogo com Jacques Rancière e a *partilha do sensível*. Isso ocorre de duas formas: primeiro, o autor recusa reduzir a estética a uma reflexão meramente especulativa; de maneira oposta, aponta para a necessidade de alargá-la a uma reflexão vinculada aos diversos regimes de sensibilidade que coexistem em uma sociedade; segundo, a cartografia deixa exposto que a disposição das posições e das competências dos indivíduos têm como pilar o olhar descentralizado do pesquisador, que observa as margens e a valorização do fluxo comunicacional e do intercâmbio cultural.

Rincón (2019) observa que uma das chaves é ler o sensorio atual habitado pela instabilidade e caos no indivíduo, na política e na sociedade. Isso porque se observa a existência de diversas crises, tais como a ambiental e a política, e, ao mesmo tempo, assiste-se a um certo otimismo tecnológico. Já a mediação da socialidade “revela traçados que vão demarcar as diferentes experiências com o

sensível, ou com o ‘tomar parte na partilha’ mencionado por Rancière. Portanto, a cartografia pode ser um instrumento para promover novos parâmetros de representação da partilha do sensível” (Lopes, 2018, p. 60).

As *narrativas* se conjugam conceitualmente pelo amálgama do ritual. Enquanto histórias da vida cotidiana moldadas por rituais, as narrativas produzem histórias que permanecem na memória coletiva, segundo Rincón (2019). No caso das *redes*, trata-se do modo como o mundo natural e o ecossistema podem ser lidos. Para o autor, a rede é a linguagem contemporânea e os fluxos são a profundidade.

Rincón (2019) observa que as *cidadanias*, que se referem aos cidadãos, são mais perenes. Elas moram nas cidades, nos direitos e nas formas de ganhar poder na vida cotidiana. Já as *identidades* são as formas assumidas pelas performances sociais. Há ainda as figuras e os personagens que tratam do efêmero, do fragmentário, mas com o poder da performance e da enunciação. Por fim, em relação aos eixos de espaço e tempo, na contemporaneidade é possível habitar o tempo da cidade e o tempo virtual. Na visão do autor, a relação é espaço-tempo, os espaços habitam os tempos.

A *crise de identidade* do conhecimento na sociedade contemporânea, na visão de Martín-Barbero (2011), está estruturalmente conectada à sociedade do mercado, que norteia a lógica e a dinâmica da produção e circulação de saberes. Essa questão se intensifica se observamos, por exemplo, o cenário do capitalismo de plataformas (Couldry & Mejias, 2018; Srnicek, 2017). Em contrapartida, as novas tecnologias de comunicação e informação colocam a necessidade de investigar o sentido da *mutação cultural* que elas introduzem em todos os campos da sociedade. Na perspectiva de Martín-Barbero (2011), quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser instrumental para se tornar estrutural, é o próprio lugar da cultura na sociedade que muda. Portanto, a tecnicidade, termo cunhado pelo antropólogo André Leroi-Gourhan no século XX, refere-se hoje à tecnologia que não está só nos dispositivos, mas nos novos modos de percepção e linguagem, em novas sensibilidades e escritos.

A questão da técnica, para o autor, torna-se cada vez mais crucial, à medida que o tecnicismo ameaça a diversidade cultural das técnicas, tornando-se um conector universal do global. Um tecnicismo mundial diz respeito não somente ao mundo dos objetos, mas também aos sujeitos e aos seus laços sociais; conseqüentemente, a sociedade não está somente diante de avatares da economia, mas também de outras premissas de cultura e política. Apesar de a tecnologia sempre ter sido avaliada como um mero instrumento, Martín-Barbero (2011) atenta para a necessidade de enxergá-la como razão no sentido proposto por Martin Heidegger, em uma dimensão constitutiva

das mudanças socioculturais, o que paradoxalmente revela o processo inverso sofrido pela política: a “perda da densidade simbólica”, que é a perda da capacidade de convocar e manter os sujeitos unidos. Portanto, na visão do autor, o atual estágio tecnológico está abalando as imagens do mundo e as coordenadas da experiência sensível.

Desta forma, à luz dos mapas de mediações de Martín-Barbero e dos autores citados anteriormente, propõe-se o *Mapa do Sistema de Mediações Algorítmicas* (Figura 2), que possui como mediações básicas: *institucionalidade* e *tecnicidade*, no eixo horizontal; e *temporalidades* e *fluxos*, no vertical. Como eixos de sub-mediações aparecem: *narrativas*, *algoritmos*, *socialidade* e *cidadania*.

Figura 2

Mapa do Sistema de Mediações Algorítmicas



Nota. De Mediações Algorítmicas e Espiral do Silêncio: As Dimensões Estruturantes Igreja e Sindicato na Recepção de Conteúdos Noticiosos em Plataformas Digitais, por K. Winkes, 2020, p. 160.

No que se refere ao eixo horizontal da institucionalidade, considera-se que é preciso reconhecer a institucionalização das formações midiáticas na sociedade contemporânea. Jacks (1999) observa que as mediações são realizadas pelas instituições às quais o sujeito pertence ou possui algum tipo de contato: partido político, bairro, religião, empresa, escola etc. Outro ponto é que a autora, assim como Orozco Gómez (2005), considera a televisão como uma instituição que, juntamente com as mencionadas acima, medeia a relação do sujeito que produz e reproduz sentidos e significados a partir do discurso televisivo.

Por isso, a aplicação da dimensão institucional abarca pensar que instituições como igreja, escola, família, partidos e sindicatos têm importância na formação das mediações, porém, é preciso considerar as diversas mídias, especialmente as plataformas digitais, como instâncias mediadoras dos modos

de ver, pensar e agir. É preciso caracterizá-las dessa forma pois se tornaram parte indispensável do cotidiano dos sujeitos. Seus gêneros comunicativos, narrativas, códigos e símbolos passam pela digitalização, entretanto, não são apenas algoritmos e trocas vazias de sentido, são formas institucionalizadas de interação social. Ao optar pela perspectiva institucional, concorda-se com Hjarvard (2015) e Couldry e Hepp (2020), quando afirmam que é importante considerar as diversas mídias – especialmente as novas. Em uma visão mais sociológica, Hjarvard (2015) pondera que uma instituição é um campo da vida social ou um domínio identificável, governado por um conjunto de regras formais e informais determinadas, e ainda “apresenta uma estrutura particular, desempenha determinadas funções sociais, e aloca recursos para a ação social de maneiras variadas” (p. 56).

Os novos formatos de mídia, propagação e interação, tais como a internet e os dispositivos móveis, em comparação com as mídias de massa, possuem uma inserção diferente nas práticas cotidianas. Isso se deve à integração de uma variedade de contextos institucionais privados, semi-privados e públicos. No processo de institucionalização dos padrões de interação social, na concepção de Hjarvard (2015), a mídia pode servir a uma variedade de usos, mas são suas *affordances*, quer dizer, suas possibilidades comunicativas, estéticas e sociais, que determinam quais padrões de interação social serão dominantes. Entretanto, no que tange às formas privadas de interação, o ponto central é que a influência das mídias utilizadas “decorre mais das *affordances* das mídias e menos de um *modus operandi* da instituição da mídia semi-independente” (p. 57). Falar de institucionalização envolve uma alocação de recursos, tanto em termos de investimentos econômicos como de aprendizado social de utilização da mídia. O autor cita como exemplo o Facebook, que inicialmente era moldado por desenvolvedores particulares e sistema de mídia, mas que, após atingir uma posição dominante, passou a estruturar a interação dos indivíduos de uma maneira difícil de contornar – especialmente porque existem algoritmos que auxiliam na circulação e que contribuem para uma lógica baseada no capitalismo de plataforma e colonialismo de dados (Couldry & Mejias, 2018; Srnicek, 2017).

Na avaliação de García Canclini (2020), empresas como Google, Apple, Facebook e Amazon não são apenas os maiores complexos de negócios tecnológicos, mas também reconfiguram os significados de coexistência e de interações. Por isso, optou-se por manter a socialidade e a cidadania conectadas à dimensão institucional; pois a atuação das instituições auxilia na formação das relações cotidianas e dos laços sociais e nos modos de o cidadão desenvolver a sua participação política e identidade.

A socialidade faz parte da construção e desconstrução da sociedade. Cogo e Brignol (2011) entendem as redes como um espaço de interação social, “de intercâmbios flexíveis, dinâmicos e em constante movimento, que não deixam de comportar relações de poder expressas nas disputas, hierarquias e assimetrias que constituem a esfera da comunicação e da cultura” (p. 82). As redes manifestam um modo de formar laços e estar junto e, de maneira conjunta, podem implicar formas de participação e integração social. É possível pensar também na *sociabilidade programada*, conceituada por Bucher (2012), que considera que as plataformas e as suas dinâmicas algorítmicas possuem um papel importante nas dimensões que auxiliam na construção do espaço comum. A visão tecida pela autora permite considerar a socialidade como um processo contínuo de montagem e reconfigurações que envolve atores humanos e não-humanos.

A cidadania emerge como uma dimensão problematizada sobretudo pelas inter-relações que estabelece e que envolvem as instituições e a identidade cultural. As inter-relações entre o tecnicismo e a constituição das novas cidadanias no campo cultural devem ser problematizadas em uma perspectiva que leve em consideração a pluralidade de cenários comunicacionais. Bonin e Morigi (2019) observam a relevância em se considerar as novas formas de monitoramento, vigilância e controle introduzidas pelos conglomerados tecnológicos. Outros aspectos se referem ao uso de algoritmos que limitam significativamente as possibilidades de desenvolver interações estendidas em rede, bem como o fenômeno da disseminação de conteúdos falsos, que expressa o uso deliberado de desinformações como uma manobra de poder e controle dos cidadãos.

A formulação de tecnicidade se adequa à visão mais recente de Martín-Barbero (2011); o autor avalia que há um novo tipo de técnica, cuja peculiaridade está na sua associação com uma nova economia cognitiva governada pelo deslocamento do número que, como sinal de domínio sobre a natureza, gradualmente se torna o mediador universal do conhecimento. Por esse ângulo, o autor observa que as redes de computadores transformaram a relação com o tempo e o espaço, pois mobilizam figuras de conhecimento que escapam à razão dualista: “trabalhando interativamente com sons, imagens e textos escritos, o hipertexto hibridiza a densidade simbólica com a abstração numérica e faz que as duas partes (até agora ‘opostas’) do cérebro sejam redescobertas”¹³ (p. 113). Fica claro que na visão do autor o computador não é uma máquina tradicional de produção de objetos simbólicos, mas sim um dispositivo portador de um novo tipo de tecnicidade, constituída pelo processamento de informações, pela produção simbólica e pelas relações entre a ordem do discursivo (lógica) e a do visível (a forma). Apesar da mudança de olhar, Martín-Barbero não assume a prioridade dos meios, apenas reconhece que a comunicação “se adensa” com

¹³No original: “al trabajar interactivamente con sonidos, imágenes y textos escritos, el hipertexto hibrida la densidad simbólica con la abstracción numérica, y hace que se reencuentren las dos (hasta ahora ‘opuestas’) partes del cerebro”.

as novas dimensões da tecnicidade, que o comunicativo está se tornando mais forte e que as novas mídias são parte das experiências simbólicas – o que envolve pensar as diversas interfaces de multimediasções.

Essas experiências simbólicas são formuladas também pelas narrativas e pelos algoritmos. Para Silva e Baseio (2019), “a mediação narrativa sugere analisar processos comunicativos sob a perspectiva das práticas, lidando com fragmentos, rituais e repetições reproduzidos no tempo e no espaço cotidianos”¹⁴ (p. 180). A complexidade social, coberta por tecnologias digitais, fornece novos meios de criar, recriar, ler e reler narrativas. Assim, é preciso considerar a experiência do sujeito que, em termos de suas expectativas, cria novas possibilidades de narração. Fotos, vídeos, textos e áudios compõem as narrativas do cotidiano. Cogo e Brignol (2011) observam que a hibridação de diferentes formas discursivas traz consequências para a recepção. O mesmo acontece com o hipertexto, composto por uma estrutura não sequencial, que “faz pensar também sobre o conteúdo e as mensagens construídos através de fluxos heterogêneos, num contexto de processos inter-relacionados” (p. 85).

Se o modelo das plataformas de redes sociais, busca, relacionamento, compras, mobilidade etc. envolve mudanças significativas nas relações institucionais e nas práticas culturais emergentes, os algoritmos podem ser considerados agentes que medeiam, de modo intenso e acelerado, a transformação da sociedade. Como dispositivos de organização, modulação e performatividade, deixam o campo de objeto numérico para se apropriar dos referenciais culturais dos usuários. Os objetos aparentemente técnicos encontram nas regularidades de acesso, cliques, comentários e compartilhamentos os referenciais dos sujeitos que vão auxiliar na condução da experiência que se desenvolve por meio da interatividade e do hipertexto, que, conseqüentemente, auxiliam no encontro com as narrativas presentes na rede. É assim que os algoritmos se referem à tecnicidade, pois não estão restritos às gramáticas discursivas formuladas por práticas de enunciação, mas servem para compreender a destreza discursiva e seus operadores performativos.

Os ritos cotidianos não se restringem mais ao ato de ligar a TV ou ler o jornal, eles são marcados por diversos espaços tecnológicos. A ritualidade perpassa atos como abrir o Instagram, checar as mensagens de WhatsApp, ligar o rádio ou assistir a um filme na Netflix. Como apontado por Fausto Neto (2010), não existe mais “programação”, o próprio indivíduo é o operador/programador. Por isso não é possível encontrar a dimensão exata da tecnicidade e suas conexões com as narrativas, a socialidade, a cidadania e os algoritmos, mas é viável pensar nas produções, reproduções e reelaborações de sentidos, que podem ser contempladas e compreendidas por meio de metodologias

¹⁴No original: “La mediación narrativa sugiere analizar los procesos comunicativos en la óptica de las prácticas, ocupándose de los fragmentos, de los ritos y de las repeticiones reproducidas en el tiempo y espacio cotidianos”.

ligadas ao processo de *escuta* dos sujeitos (Bonin, 2013) – tais como entrevistas, grupos focais, etnografia etc., ou, ainda, por meio de técnicas de análise de redes sociais (Sloan & Quan-Haase, 2016); que visam, sobretudo, a um mapeamento dos rastros deixados na rede. O emergente campo da análise de redes sociais dedica-se a investigar cenários nos quais as redes, especialmente as de mídia social, passam a ser reconhecidas como epicentro de relações interpessoais. Isso inclui consumo de informações, acompanhamento de coletividades e individualidades, análise de sentimentos, fortalecimento de agendas específicas, entre outros.

Finalmente, o eixo vertical é marcado pelas temporalidades e pelos fluxos. Martín-Barbero (2017) observa que a *nova era do sensível* envolve a superação da sequência linear ininterrupta do tempo da informação e potencializa novas temporalidades, que rompem velhas fronteiras de conhecimento e pertencimento. Assim, os novos cenários de dispositivos e de diálogos abrem espaço para as discussões sobre os migrantes do tempo: homens e mulheres localizados no presente a partir de temporalidades múltiplas e até distantes, configurando uma nova espécie de comunidade mundial sem mapas. Ao tratar da nova era do sensível, o autor argumenta que se trata menos de dispositivos e mais de captar como, articulando técnica e cultura, os indivíduos estão diante de novas formas de perceber, sentir e estar no meio. São temporalidades mais precárias, mas também mais flexíveis. Isso porque estão na base da experiência da cultura de fragmentação que se expressa por meio da crescente identificação com histórias fragmentadas em vídeos, áudios, textos, fotos etc. São ambientes de temporalidades e espacialidades mais efêmeras.

As temporalidades estão diretamente conectadas aos fluxos, que são os espaços descentralizados e os de múltiplas espacialidades. Martín-Barbero (2018) propõe que as múltiplas espacialidades são o espaço: (1) *habitado*: de território, proximidade e pertencimento; (2) *produzido*: que tece as redes eletrônicas; (3) *imaginado*: da nação e de sua identidade; e (4) *praticado*: que envolve a subjetividade emergente da nova relação com a cidade e dos modos de sua apropriação. Essa relação permite a discussão sobre as tecnologias de comunicação e as espacialidades possibilitadas por elas, gerando novas socialidades e cidadanias em um mundo de fragmentação espacial e de isolamento de indivíduos. Adotar o termo fluxos é pensar sobre a posição de uma geografia que reconheça a espacialidade, também presente na virtualidade, como um lugar de contradições e disputas.

É a partir dos fluxos, temporalidades, tecnicidades, algoritmos, narrativas e instituições que as mediações cognitivas e situacionais propostas por Orozco

Gómez (2005) podem ser observadas ou desencadeadas. A primeira ocorre por meio de scripts, tratados pelo autor como roteiros mentais que indicam os enquadramentos e a relevância cultural de determinados temas, situações e modos de percepção postos em negociação na comunicação. A mediação cognitiva é, portanto, um conjunto de fatores que influem na percepção, apropriação e processamento de elementos e acontecimentos diretamente relacionados à aquisição de conhecimento – que pode acontecer tanto por meio do processamento da lógica da informação quanto pelos sistemas de crenças de valores (racionais ou irracionais) do indivíduo. Um roteiro, conseqüentemente, resulta da interação do sujeito com os demais e com o seu meio. Por isso, essa percepção pode ser avaliada também pela formação de esquemas no ambiente das plataformas digitais, que ocorrem por uma maior atenção ou sensibilidade para certos temas e desprezo por outros.

Já as mediações situacionais envolvem um tipo de relação específica com os meios, conectada ao tipo de espaço em que esse encontro ocorre, à forma pela qual esses disputam atenção de seus usuários – que podem estar sozinhos ou em grupo. Por esse ângulo, também podem ser observadas as *comunidades de apropriação* através das quais a mensagem transita dentro de um mesmo público, até receber uma interpretação final – porém não definitiva. Assim, o sujeito “leva a mensagem às diferentes comunidades a que pertence, nas quais esta vai ganhando ou perdendo sentido, gerando produção de novos significados ou a reprodução de significados propostos” (Jacks, 1999, p. 58). As comunidades de apropriação também podem variar conforme o indivíduo; dentro de uma mesma audiência podem ocorrer apropriações específicas. “O pertencer a diversas comunidades de apropriação faz com que o receptor tenha diversas *comunidades de referência*, cuja relevância no processo de recepção vai ser determinada pela situação empírica do objeto de análise” (Jacks, 1999, p. 58). Ao visualizar um conjunto de informações, uma pessoa terá a possibilidade de confrontar o material com a própria personalidade e com outras comunidades de referência; por esses motivos, sua identidade é construída reiteradamente por comunidades de apropriação.

Os *mediadores socioculturais*, segundo Martín-Barbero (2015), são “tanto ... figuras institucionais e tradicionais – a escola, a família, a igreja, o bairro” (p. 20), quanto “os novos atores e movimentos sociais emergentes que, como organizações ecológicas ou de direitos humanos, os movimentos étnicos ou de gênero, introduzem novos sentidos do social e novos usos sociais dos meios” (p. 20). Portanto, os algoritmos, diante do exposto, se inserem como mediadores culturais e infraestruturais que precisam ser enfrentados política, técnica e expressivamente. Além disso, sugere-se o reconhecimento das mediações algorítmicas

como parte da complexidade contemporânea que envolve os processos e os meios de comunicação. As mediações e o mapa descrito acima vinculam-se ao pressuposto de que a recepção não se dá apenas durante o ato de acessar os conteúdos na web, usar plataformas de mídia social como Facebook, Instagram, TikTok, Twitter ou fazer uma pesquisa em buscadores como o Google. Ela começa antes e termina depois. A produção de sentidos se dá por meio da combinação das diversas mediações que intervêm no processo de recepção.

A utilização dos mapas noturnos, conforme Jacks (1999) e Lopes (2018), não requer uma aplicação explícita de todas as categorias analíticas. Porém, esses mapas são fundamentais para o desenho da investigação, objeto de estudo e todo o processo analítico de conjuntura em que o estudo em desenvolvimento está inserido. Por fim, o *Mapa do Sistema de Mediações Algorítmicas* é um modelo que reúne as concepções teóricas dos estudos culturais, das teorias da recepção, dos estudos de plataformas e dos estudos críticos sobre algoritmos. Ao fazer uma releitura dos mapas noturnos de Martín-Barbero, trata-se de uma tentativa de alinhar os estudos culturais ao contexto contemporâneo, permeado por fluxos algorítmicos e múltiplas temporalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange às pesquisas de recepção com foco na internet no Brasil, Pieniz et al. (2017), a partir da análise de teses e dissertações defendidas entre 2010 e 2015, identificaram um aumento exponencial na quantidade de estudos – comparação feita com os achados de Pieniz e Wottrich (2014), na primeira década dos anos 2000¹⁵. No trabalho mais recente, os autores apresentaram 235 pesquisas, das quais 11 tratam somente da internet, 41 investem na convergência midiática, 52 observam as conversações em rede e 131 focam nos usos e competências das plataformas – com predominância do Facebook, Twitter e YouTube. Sobre os temas, destaque para: política, cultura, religião, identidade e moda. Os conceitos com maior incidência são: cibercultura, ciberespaço, mídias digitais e a definição de interação. A principal crítica é que os trabalhos estão mais focados nos descritivismos das manifestações dos sujeitos: “novos estudos podem realizar uma análise mais profunda dos fenômenos e do próprio processo de comunicação” (Pieniz et al., 2017, p. 33).

Os algoritmos, diante do exposto, também devem ser considerados pela perspectiva das mediações, sem perder de vista o poder político e econômico que se revela por meio dos códigos que conduzem experiências e interações, signos e símbolos. Christin (2020), Lomborg e Kapsch (2019) e Winques (2020) enfrentam essa problemática e caminham na perspectiva de reconhecimento dos

¹⁵Pieniz e Wottrich (2014) analisam que as pesquisas de recepção dos anos 2000 manifestam mudanças, “ora com trabalhos referentes a um cenário midiático tradicional, com fronteiras bem determinadas entre emissores e receptores, ora com trabalhos referentes a um cenário midiático em reconfiguração, com análises de espaços empíricos da internet” (p. 74). Dessa forma, percebem que nesse processo de entrada da recepção nos estudos de internet, entre 2000 e 2009, são 31 trabalhos que envolvem o meio online.

algoritmos como objetos simbólicos de negociações, representações, contradições e de produções de sentidos.

Christin (2020) analisou as maneiras como os jornalistas lidam com os dados do público. Com base em quatro anos de trabalho de campo em redações nos Estados Unidos e na França, a autora descobriu diferenças cruciais e paradoxais em como os jornalistas americanos e franceses entendem a análise do público e como isso afeta as notícias produzidas. Ao contrário da crença de que os algoritmos são forças homogeneizadoras, a pesquisadora mostrou que as tecnologias computacionais podem ter ramificações divergentes e que os sujeitos podem desenvolver apropriações contestatórias. Lomborg e Kapsch (2019), no seu estudo exploratório de como as pessoas decodificam algoritmos a partir de diferentes modos de engajamento, atestam as maneiras pelas quais os indivíduos reforçam ou subvertem tacitamente as lógicas algorítmicas por meio de sua agência comunicativa. Por fim, Winques (2020), por meio de um estudo de recepção de matriz sociocultural com fiéis evangélicos e professores sindicalizados, buscou entender as relações de poder a partir das produções de sentidos dos sujeitos, levando em consideração as mediações algorítmicas como parte dessa estrutura de poder. Nesse sentido, a autora explorou, a partir do *Mapa do Sistema de Mediações Algorítmicas*, os processos sociais que envolvem algoritmos e sujeitos, e investigou as implicações dessa relação na recepção e na circulação de informações jornalísticas nas plataformas digitais.

Uma perspectiva comum entre os estudos citados é a *escuta* dos indivíduos, que se dá por meio de métodos como a etnografia e a entrevista. São metodologias que auxiliam no processo de *ouvir* o que os usuários dizem e pensam. Portanto, oferecem pistas importantes de como os sujeitos se relacionam entre si e com as informações nas plataformas digitais. Diante disso, propõe-se que pesquisas que visam compreender as mediações, o consumo ou a recepção no espaço das plataformas digitais, ao utilizar do *Mapa do Sistema de Mediações Algorítmicas*, devem levar em consideração os aspectos técnicos, circulatórios e de recepção/consumo no ambiente mediado por algoritmos. É nessa perspectiva que as plataformas digitais ganham importância como categoria de análise das mediações institucionais no processo de recepção – trata-se de investigar como os conteúdos são consumidos em um cotidiano atravessado pelas práticas sociais originadas de outras mediações do sujeito que auxiliam na formação das opiniões, ações e memórias. ■

REFERÊNCIAS

- Beer, D. (2009). Power through the algorithm? Participatory web cultures and the technological unconscious. *New Media & Society*, 11(6), 985-1002. <https://doi.org/10.1177/1461444809336551>
- Benjamin, R. (2019). *Race after technology: Abolitionist tools for the new Jim Code*. Polity Press.
- Bonin, J. A. (2013). *Notas metodológicas relativas à pesquisa de recepção midiática* [Apresentação de trabalho]. 22º Encontro Anual da Compós, Salvador, BA, Brasil.
- Bonin, J. A., & Morigi, V. J. (2019). Ciudadanía: En las interrelaciones entre comunicación, medios y culturas. In N. Jacks, D. Schmitz & L. Wottrich (Eds.), *Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero* (pp. 215-240). Ciespal.
- Brignol, L. (2010). *Migrações transnacionais e usos sociais da internet: Identidades e cidadania na diáspora latino-americana* [Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <https://bit.ly/2X3aGkK>
- Bruno, F. (2008). Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. *FAMECOS*, 15(36), 10-16. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.36.4410>
- Bruns, A. (2003). Gatewatching, not gatekeeping: Collaborative online news. *Media International Australia*, 107(1), 31-44. <https://doi.org/10.1177/1329878X0310700106>
- Bucher, T. (2012). *Programmed sociality: A software studies perspective on social networking sites* [Tese de doutorado, University of Oslo]. Repositório institucional da University of Oslo. <https://bit.ly/3KYJqvm>
- Bucher, T. (2020, 12 de julho). Imaginários e políticas dos algoritmos: Entrevista com Taina Bucher. *DigiLabour*. <https://bit.ly/39z018U>
- Castells, M. (2003). *A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Zahar.
- Christin, A. (2020). *Metrics at work: Journalism and the contested meaning of algorithms*. Princeton University Press.
- Cogo, D., & Brignol, L. (2011). Redes sociais e os estudos de recepção na internet. *MATRIZES*, 4(2), 75-92. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v4i2p75-92>
- Couldry, N., & Hepp, A. (2020). *A construção mediada da realidade*. Unisinos.
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2018). Data colonialism: Rethinking big data's relation to the contemporary subject. *Television & New Media*, 20(4), 1-14. <https://doi.org/10.1177/1527476418796632>

- Crawford, K. (2021). *Atlas of AI: Power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence*. Yale University Press.
- Escosteguy, A. C. (2004). Notas para um estado da arte sobre os estudos brasileiros de recepção nos anos 90. In J. Machado, A. Lemos & S. P. Sá (Eds.), *Mídia.Br* (pp. 130-144). Sulina.
- Fausto Neto, A. (2010). As bordas da circulação. *ALCEU*, 10(20), 55-69. <https://bit.ly/2lYw7EZ>
- Fausto Neto, A. (2019). *Política entre ações comunicativas e circulações disruptivas*. 28º Encontro Anual da Compós, Porto Alegre, RS, Brasil.
- García Canclini, N. (2008). *Leitores, espectadores e internautas*. Iluminuras.
- García Canclini, N. (2020). *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Bielefeld University Press.
- Gillespie, T. (2018). A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, 6(1), 95-121. <https://bit.ly/3fCjLvW>
- Hjarvard, S. (2015). Da mediação à midiaticização: A institucionalização das novas mídias. *Parágrafo*, 3(2), 51-62. <https://bit.ly/3sNMnpJ>
- Jacks, N. (1999). *Querência: Cultura regional como mediação simbólica*. Editora UFRGS.
- Jacks, N. (2014). *Meios e audiências II: A consolidação dos estudos de recepção no Brasil*. Sulina.
- Jacks, N., & Escosteguy, A. C. (2005). *Comunicação e recepção*. Hacker.
- Jacks, N., Schmitz, D., & Wottrich, L. (Eds.). (2019). *Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero*. Ciespal.
- Kitchin, R. (2016). Thinking critically about and researching algorithms. *Information, Communication & Society*, 20(1), 14-29. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1154087>
- Lomborg, S., & Kapsch, P. H. (2019). Decoding algorithms. *Media, Culture & Society*, 42(5), 745-761. <https://doi.org/10.1177/0163443719855301>
- Lopes, M. I. V. (2014). Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. *MATRIZES*, 8(1), 65-80. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p65-80>
- Lopes, M. I. V. (2018). A teoria barberiana da comunicação. *MATRIZES*, 12(1), 39-63. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p39-63>
- Martín-Barbero, J. (2015). *Dos meios às mediações*. Editora UFRJ.
- Martín-Barbero, J. (1998). De la comunicación a la filosofía y viceversa: Nuevos mapas, nuevos retos. In M. C. L. Toscano & R. Reguillo (Eds.), *Mapas nocturnos: Dialogos con la obra de Jesús Martín-Barbero*. Siglo del Hombre; Universidad Central.

- Martín-Barbero, J. (2011). La pertenencia en el horizonte de las nuevas tecnologías y de la sociedad de la comunicación. In M. Hopenhayn & A. Sojo (Eds.), *Sentido de pertenencia en sociedades fragmentadas: América Latina desde una perspectiva global* (pp. 105-126). Siglo Veintiuno.
- Martín-Barbero, J. (2017). *Jóvenes. Entre el palimpsesto y el hipertexto*. NED.
- Martín-Barbero, J. (2018). Dos meios às mediações: Três introduções. *MATRIZES*, 12(1), 9-31. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p9-31>
- Noble, S. U. (2021). *Algoritmos da opressão: Como os mecanismos de busca reforçam o racismo*. Rua do Sabão.
- O'Neil, C. (2016). *Weapons of math destruction: How big data increases inequality and threatens democracy*. Crown.
- Orozco Gómez, G. (2003). Los estudios de recepción: De un modo de investigar, a una moda, y de ahí a mucho modos. *Intexto*, 2(9), 1-13. <https://bit.ly/2m0M8dG>
- Orozco Gómez, G. (2005). O telespectador frente à televisão. Uma exploração do processo de recepção televisiva. *Communicare*, 5(1), 27-42. <https://bit.ly/2VXc9M3>
- Pieniz, M. B., & Wottrich, L. H. (2014). Receptores na internet: Desafios para o contexto de trânsito das audiências. In N. Jacks (Ed.), *Meio e audiências II: A consolidação dos estudos de recepção no Brasil* (pp. 73-94). Sulina.
- Pieniz, M. B., Silva, R. T., & Matos, L. S. (2017). Sujeito em trânsito na internet. In N. Jacks, E. Piedras, M. Pieniz & V. John (Eds.), *Meios e audiências III: Reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil* (pp. 19-40). Sulina.
- Primo, A. (2007). *Interação mediada por computador: Comunicação, cibercultura, cognição*. Sulina.
- Rincón, O. (2017). Una conversa con el autor De los medios a las mediaciones 30 años después. In M. Moragas, J. L. Terrón & O. Rincón (Eds.), *De los medios a las mediaciones de Jesús Martín-Barbero, 30 años después* (pp. 96-99). InCom-UAB.
- Rincón, O. (2019). Mapa Insomne 2017: Ensayos sobre el sensorium contemporáneo. Un mapa para investigar la mutación cultural. In N. Jacks, D. Schmitz & L. Wottrich (Eds.), *Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero* (pp. 17-23). Ciespal.
- Ronsini, V. V. M. (2010). *A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção)*. 19º Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

- Silva, L. A. P., & Baseio, M. A. F. (2019). Narrativa(s): Como estratégia(s) de comunicabilidad. In N. Jacks, D. Schmitz & L. Wottrich (Eds.), *Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero* (pp. 161-188). Ciespal.
- Silva, T. (2021). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos* (2a ed.). LiteraRUA.
- Silveira, S. A. (2019). *Democracia e os códigos invisíveis*. Edições Sesc.
- Sloan, L., & Quan-Haase, A. (2016). *The Sage handbook of social media research methods*. Sage.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Polity Press.
- Uricchio, W. (2017). Data, culture and the ambivalence of algorithms. In M. Schäfer & K. van Es (Eds.), *The datafied society: Studying culture through data* (pp. 125-138). Amsterdam University Press.
- Winques, K. (2020). *Mediações algorítmicas e espiral do silêncio: As dimensões estruturantes igreja e sindicato na recepção de conteúdos noticiosos em plataformas digitais* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://bit.ly/2OoXIOk>
- Zuboff, S. (2020). *A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Intrínseca.

Artigo recebido em 13 de abril de 2021 e aprovado em 13 de junho de 2022.

Reconhecimento e Redistribuição nas Mídias Digitais do Projeto Común Tierra

Recognition and Redistribution in the Digital Media of the Común Tierra Project

■ GUILHERME OLIVEIRA CURI^a

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Santa Maria – RS, Brasil

■ VENEZA MAYORA RONSINI^b

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Santa Maria – RS, Brasil

RESUMO

O artigo discute questões de reconhecimento, sustentabilidade e redistribuição a partir do monitoramento e análise das mídias digitais do projeto Común Tierra, empreitada itinerante originada a partir de uma viagem de seis anos pela América Latina com o objetivo de documentar comunidades sustentáveis e projetos ecológicos em diferentes países. Tomamos como base analítica a categoria de *paridade participativa*, partindo da hipótese de que as mídias do projeto podem ser consideradas processos comunicacionais comunitários responsáveis por divulgar pedagogicamente práticas ecológicas e promoverem um modo de vida sustentável como alternativa no sistema capitalista.

Palavras-chave: Sustentabilidade, comunicação comunitária, mídias digitais, reconhecimento, redistribuição

ABSTRACT

This article discusses issues of recognition, sustainability, and redistribution by monitoring and analyzing the digital media of the Común Tierra project, an itinerant undertaking that originated from a six-year journey through Latin America with the aim of documenting sustainable communities and ecological projects in different countries. We take as a starting point the analytical category of participatory parity. We also start from the hypothesis that we could understand the media produced at the project as community communication processes responsible for pedagogically disseminating ecological practices and promoting sustainable ways of life as an alternative to the capitalist system.

Keywords: Sustainability, community communication, digital media, recognition, redistribution

^a Professor substituto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Maria (Capes PrInt/UFSM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9464-4231>. E-mail: curi.guilherme@gmail.com

^b Professora titular do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. Pesquisadora PQ2 do CNPq. Estágio sênior na Loughborough University (Capes PrInt). Coordena o grupo de pesquisa Usos Sociais da Mídia (CNPq). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8669-3148>. E-mail: venezar@gmail.com

¹Forma pela qual é conhecido o documento “Nosso Futuro Comum” (*our common future*). Coordenada pela então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento buscava propagar a ideia de desenvolvimento sustentável.

NO INÍCIO DO novo milênio, assim como nos lembra Henry Acelard (2009), diferentes tipos de matrizes discursivas foram associadas à noção de sustentabilidade desde 1987, quando o “Relatório Brundtland”¹ (Brundtland, 1987) a colocou no debate mundial. Entre essas matrizes discursivas, Acelard (2009) destaca a da eficiência, que teria como objetivo combater o desperdício material do desenvolvimento, abrangendo também a racionalidade econômica ao espaço mercantil planetário; a da escala, que defende um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele desempenha sobre o meio ambiente; a da igualdade, que busca relacionar e articular princípios de justiça e ecologia; a da autossuficiência, que propaga a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais das transações financeiras do mercado global como estratégia direcionada para assegurar a capacidade de autorregulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; e a da ética, que se insere na apropriação social do mundo material em constante diálogo sobre os valores morais e coloca em evidência “as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade de vida do planeta” (Acelard, 2009, p. 43).

De fato, as diferentes noções de sustentabilidade e as respectivas matrizes discursivas relacionam-se aos resultados sociais desejados e às funções e articulações que determinados discursos pretendem tornar realidade. Ou seja, “é sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras de sustentabilidade no futuro” (Acelard, 2009, p. 46). E neste campo encontra-se a luta – simbólica, discursiva, comunicacional – de grupos e organizações pelo reconhecimento de ser sustentável e pelo direito de ser sustentável em um mundo em que impera a lógica hegemônica de consumo.

Este artigo propõe apresentar o caso de comunidades sustentáveis situadas no meio rural, no Brasil e em países latino-americanos, que têm em comum com outros tipos de comunidades intencionais ao redor do mundo a defesa de um modo de vida autossuficiente, baseado na permacultura (Arruda, 2018; Capello, 2013; Nery, 2017). Em termos práticos, esse modelo caracteriza-se pela adoção da alimentação vegana ou vegetariana; produção agrícola de subsistência; rejeição à sociedade de consumo e ao uso de combustíveis fósseis; inspiração no modo de vida dos povos originários ou de comunidades tradicionais; e constante interação econômica com parceiros locais e regionais.

Fruto de uma pesquisa de pós-doutoramento, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), este estudo tem como objetivo principal investigar o projeto Común Tierra, responsável pelo mapeamento de comunidades sustentáveis e de ecovilas na América Latina. Para isso, em 2020, monitoramos e analisamos as plataformas digitais do projeto,

responsáveis por difundir práticas sustentáveis na internet, com atenção especial à presença do projeto no YouTube e no Facebook, redes em que conta com expressivo número de seguidores e visualizações, ou seja, possuem mais popularidade e capacidade de disseminação dos ideais do projeto e, consecutivamente, das práticas sustentáveis.

A categoria de *paridade participativa*, que tomamos como base, está relacionada a noções de sustentabilidade e parte das discussões teóricas sobre *reconhecimento e distribuição*, de Nancy Fraser. Além da análise das mídias digitais do projeto Común Tierra e das suas relações com as questões de reconhecimento e justiça distributiva, questionamos, como objetivo específico, se essas mídias digitais podem ser concebidas como mídias comunitárias, à luz da discussão de Muniz Sodré, Raquel Paiva e Círcia Peruzzo.

Como introdução ao tema proposto, Capello (2013) aponta que o conceito de *ecovila*, um dos principais focos deste estudo, não deveria se resumir ao estabelecimento de uma lista de “soluções verdes” ou equipamentos e formas de interações socioambientais que colaborem para aumentar gradativamente as práticas ecológicas dos moradores. Entretanto, tais práticas não se restringem a benefícios internos às ecovilas e adjacências, pois fazem parte de ações vinculadas a organizações globais que promovem os valores das diferentes vertentes do ambientalismo (Castells, 2000; Leis, 1999) em função da grave crise ambiental que ameaça o planeta.

As contradições que envolvem o conceito de *desenvolvimento sustentável* (Leis, 1999) – em um continuum que se estende desde uma modalidade de gestão empresarial até a convergência entre ambientalismo e espiritualidade – parecem se reproduzir nas comunidades sustentáveis, pressionadas pela necessidade de sobreviver economicamente com a prestação de serviços coletivos e individuais e de manter os ideais utópicos de uma vida que priorize o bem-estar coletivo de seus membros e de todos os seres vivos.

Uma das críticas a estas comunidades diz respeito ao relativo isolamento social e ao seu elitismo de classe (Nery, 2017). No entanto, parece difícil responsabilizá-las por não incluir pessoas de baixa renda ou de minorias étnicas quando são escassas as políticas públicas para financiamento dos seus projetos de sustentabilidade. Logo, as comunidades sustentáveis representam hoje um modo alternativo de vida aos parâmetros de consumo atual, diante de um mundo onde a acumulação de riquezas sem distribuição igualitária de benefícios sociais exacerbou contradições e conflitos em áreas rurais e nos grandes e médios centros urbanos latino-americanos.

Segundo dados lançados em janeiro de 2020 pela organização não governamental (ONG) Oxfam, entre junho de 2018 e junho de 2019, a riqueza global,

além de aumentar, permanece densamente concentrada “no topo da pirâmide de distribuição: o 1% mais rico, em termos de perfil patrimonial, detinha, em meados de 2019, mais do que o dobro da riqueza líquida possuída por 6,9 bilhões de pessoas” (“Desigualdades...”, 2020). Desigualdade que ficou ainda mais evidente com a pandemia da covid-19, que se alastrou por todo o planeta e já vitimou mais de 6,32 milhões de pessoas, além de deixar mais de 115 milhões de pessoas vivendo em condição de miséria em todo mundo enquanto a fortuna dos bilionários cresceu 27% em 2020 (“Os cálculos...”, 2020).

Diante desse quadro, a chave principal para interpretar as comunidades sustentáveis seria observá-las como “uma tentativa de encontrar um sistema de valores que defina a justa medida humana” (Silva, 2013, p. 19). Em sentido semelhante, para Capello (2013), é necessário perceber que as comunidades sustentáveis seriam amostras de possibilidades de novos assentamentos humanos e vida comunitária, mas que não constituem “uma saída universal” para os problemas do mundo. Para a autora, trata-se de um empreendimento que é “fruto de uma opção grupal e comunitária ou de uma filosofia de vida, uma entre tantas que marcam a sociedade ocidental moderna e pluralista . . . um ideário e uma pedagogia” (p. 14).

Em outras palavras, as comunidades sustentáveis apresentam-se como formas de ação comunitária, social e ecológica, voltadas para pedagogia de mudanças que engloba as relações dos seres humanos com a natureza, em termos da preservação e regeneração do meio ambiente, na qual a lógica de redistribuição, como veremos, está inserida.

A partir destas primeiras reflexões, apresentamos três hipóteses, uma delas, teórica: (1) as ideias sobre a harmonia entre humanos e natureza, contrárias à lógica capitalista da maximização dos lucros, podem ser adotadas para além dos limites espaciais das comunidades sustentáveis; (2) as mídias digitais demonstram ser adequadas para disseminar ideais ecológicos e práticas sustentáveis, ou seja, são responsáveis pela ampliação e propagação destas ideias; e (3) podemos considerar as mídias digitais do projeto Común Tierra mídias comunitárias responsáveis pelo compartilhamento de práticas sustentáveis.

A partir das hipóteses, formulamos as seguintes questões: pode esse modo de vida comum a um número pequeno de comunidades, através das mídias comunitárias, fazer frente à devastação ambiental e à desigualdade social na sociedade capitalista? Como pode a ideia da harmonia entre humanos e não humanos frutificar via mídias digitais, ou seja, para além dos limites espaciais das comunidades sustentáveis? Em que medida as mídias digitais do projeto são mídias comunitárias, visto que são planejadas e produzidas por pessoas externas às comunidades?

Argumentamos aqui que as comunidades sustentáveis visitadas pelo projeto Común Tierra representam ações comunitárias que envolvem a possibilidade de um intercâmbio cultural, econômico e social no qual o comum não significa a redução das diferenças a um mesmo denominador (García Canclini, 2004). Ao refletir sobre o significado da apreensão do comum na cultura latino-americana, a par de todas as diferenças e desigualdades entre grupos e etnias, García Canclini (2004) defende que a integração política e cultural continua tão necessária quanto a autonomia dos grupos para a construção de um projeto sociopolítico para a superação das desigualdades.

Em raciocínio semelhante, para Sodré (2014), a comunica o revela-se como principal forma organizativa e política na sociedade contemporânea, porque a significa, de fato, em sua radicalidade, “o fazer organizativo das media es imprescindíveis ao comum humano, a resolu o aproximativa das diferenças pertinentes em formas simbólicas” (p. 15).

Para a discussão e análise propostas, dividimos o artigo em três t picos principais, além da introdu o e das considera es finais. O primeiro descreve o projeto Común Tierra como objeto de estudo e a metodologia aplicada na investiga o; o segundo apresenta as discussões teóricas e as categorias de análise aplicadas. Em um terceiro momento, é descrita a análise do objeto de estudo, com objetivo específico de respondermos se estamos diante de uma forma de m dia comunitária.

OBJETO DE ESTUDO E METODOLOGIA APLICADA

O Común Tierra   uma empreitada nômade, itinerante, que existe desde 2010, com o objetivo de documentar comunidades sustentáveis e projetos ecológicos de comunidades intencionais. O projeto foi criado pelo casal de jovens de classe média Letícia Riggati, formada em Comunica o Social, brasileira, e Ryan Luckey, estadunidense. Eles viajaram por seis anos pela América Latina, e até 2016 visitaram 150 aldeias de povos originários e diferentes comunidades sustentáveis. Entre os países visitados estão México, Nicarágua, Chile, Equador, Peru, Argentina, Uruguai e Brasil, onde circularam durante os últimos seis meses da viagem.

Pelo fato de o casal ter entrado pelo sul, na fronteira do Brasil com o Uruguai, na cidade do Chu , as comunidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram as primeiras visitadas e documentadas. Entre elas estão as comunidades agroecológicas assentadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul, e a Ecovila São José, em Santa Catarina.

Depois de alguns poucos meses nesses locais, o casal rumou para a comunidade de Serra Grande, no sul da Bahia. L , eles se instalaram com os filhos e,

em meados de 2017, construíram uma nova casa. Neste local, eles começaram o processo de assentamento com outras famílias da região, onde residem até hoje.

Toda experiência foi documentada com a utilização de dispositivos tecnológicos, câmeras, computadores, telefones celulares e mídias itinerantes, compartilhadas em redes sociais, com guias multimídias, fotos e vídeos. O casal conta, em entrevista disponível nas mídias digitais do projeto, que o registro foi feito através do que eles chamam de *jornalismo de pés descalços*, com “uma mão na horta e a outra filmando e documentando”.

Começamos por definir os locais visitados pelo projeto Común Tierra como comunidades que vivem local e internamente e se conectam global e externamente, através de redes pessoais e digitais; na sequência, discorreremos sobre a importância da comunicação online na própria constituição e manutenção econômica e simbólica, ou seja, como formas de reconhecimento social destas comunidades. Como mídias digitais, consideramos todos os conteúdos produzidos e disponibilizados em ambiente virtual de forma multimídia nos canais de comunicação do projeto, no ano de 2020. Ou seja, os conteúdos disponíveis nas redes sociais na internet e plataformas online tais como YouTube, Facebook, blog e site (Figura 1).

Figura 1

Site do projeto Común Tierra



Nota. Reprodução da tela inicial do site do projeto Común Tierra.

A metodologia utilizada foi a de observação, monitoramento e análise qualitativa das mídias digitais a partir das categorias de análises descritas no próximo item. Segundo Depexe (2015), o monitoramento pressupõe o acompanhamento e a observação dos fluxos de conteúdo nas redes e as atividades,

demarcadas temporalmente. Assim, o período observado e monitorado se estendeu de março a dezembro de 2020, quando foram coletadas as informações que proporcionaram percepções sobre os usos e apropriações da internet como plataforma de interação e divulgação de determinados conteúdos e participação individual e coletiva.

Além disso, é importante ressaltar que o estudo foi, em parte, guiado pela análise de redes, método proposto por Malini (2017), em que se busca identificar, processar e interpretar os pontos de vista expressos nas interações em espaços virtuais e redes sociais online, produzidos ou moderados pelos organizadores do projeto em questão. Do ponto de vista empírico, o método apresenta conceitos de perspectiva topológica e temporal nas análises de redes sociais e meios digitais, a partir da produção de mensagens escritas e imagens produzidas pelos perfis.

CATEGORIAS DE ANÁLISE E CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

Axel Honneth (2003), filósofo e sociólogo que desenvolveu a teoria do reconhecimento, afirma que “a dependência distintamente humana do reconhecimento intersubjetivo é sempre moldada pela maneira particular pela qual a concessão mútua de reconhecimento é institucionalizada em uma sociedade” (p. 138). Desta forma, essa institucionalização da concessão mútua de reconhecimento social se dá em diferentes instâncias, incluindo a midiática. Neste sentido, as plataformas digitais do Común Tierra estão inseridas na sociedade em rede (Castells, 2000), que enfrenta a desanimadora perspectiva de uma incessante crise de proporções catastróficas para a vida no planeta, privilegiando as redes digitais como forma de estruturar o sistema de ganância econômica, enquanto este promete conexões para aumentar o consumo e a participação cidadã por um conjunto de narrativas produzidas na mídia, no Estado e nas instituições.

Aqui, o reconhecimento, quase que inevitavelmente, acaba ocupando um lugar-chave no debate teórico para aqueles que se propõem a discutir novas perspectivas socioculturais de organização das comunidades sustentáveis dentro destas redes. Para Nancy Fraser (2006), que expande as discussões de Honneth, o reconhecimento cultural tem substituído a redistribuição econômica como remédio e solução para a injustiça social e ocupado lugar de destaque na luta política em níveis local e global.

Segundo a autora, é necessário desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento que identifique e assuma a defesa de versões da política cultural da diferença, as quais possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade. Fraser demonstra o objetivo de conectar duas problemáticas até então

dissociadas, o reconhecimento e a redistribuição, pois somente integrando ambas chegaríamos a um quadro conceitual adequado às demandas contemporâneas.

Capello (2013), por sua vez, aponta que as comunidades sustentáveis e intencionais possuem a particularidade de aliar a preocupação com os problemas ambientais ao aumento da consciência a respeito da necessidade de experimentar novos modos de vida, pautados na distribuição justa dos bens materiais e culturais. Podemos interpretar, então, que as comunidades sustentáveis estariam preocupadas em associar as questões de reconhecimento à redistribuição.

Neste sentido, Fraser (2006) aponta que é necessário atentar para duas formas de injustiça: a econômica, que cada vez mais se aprofunda na estrutura econômico-política das sociedades atuais; e a cultural ou simbólica, que se aprofunda “nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação” (p. 231). Vale dizer, a filosofia política de Fraser captura a sinergia entre desigualdades econômicas, cultura e discurso (Dahl et al., 2004), enfatizando o perigo de análises que simplesmente ignoram as políticas de redistribuição em troca da sobressaliência das políticas de identidade.

Para Fraser, diferentemente de Honneth, o reconhecimento deve ser concebido como uma questão de justiça. Segundo a autora, é injusto que a alguns grupos e indivíduos seja negada a *condição de parceiros integrais na interação social* meramente em virtude de padrões institucionalizados de valoração cultural – de cujas construções eles não participaram em condições isonômicas – que deprecia as características distintivas que possuem ou que lhes são atribuídas. Deve-se dizer, então, “que o não reconhecimento é errado porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada – e, portanto, uma séria violação da justiça” (Fraser, 2007, p. 112).

Logo, para tratar o reconhecimento como uma questão de justiça, ainda segundo Fraser, deveríamos perceber o não reconhecimento como subordinação de status², ou seja, localizar o equívoco nas relações sociais, não na psicologia social ou interindividual.

Ainda na concepção da autora, o centro normativo deve ser a noção de *paridade de participação*. De acordo com este parâmetro, a justiça requer arranjos sociais que permitam aos membros da sociedade interagir como parceiros. Primeiro, a distribuição dos recursos materiais deve acontecer de modo que assegure a independência e voz dos participantes, denominada *condição objetiva* da paridade participativa. Ainda, a segunda condição, para Fraser, requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural expressem igual respeito aos participantes e assegurem igual oportunidade para alcançar estima social, que ela chama de *condição intersubjetiva* da paridade participativa. Tais condições servem de parâmetro teórico para as análises propostas.

² Não concordamos com Fraser que seja necessário desconsiderar as validações das identidades em troca das validações pela igualdade de status, pois pensamos que a afirmação das diferenças identitárias não impede essa igualdade. Nem todas as lutas identitárias se encaixam no que ela designa como comunitarismo repressivo.

É necessário ressaltar que tanto a condição objetiva quanto a condição intersubjetiva são necessárias para a paridade de participação e não podem ser tratadas isoladamente. A condição objetiva tem como foco as preocupações tradicionalmente associadas com a teoria da justiça distributiva e relacionadas à estrutura econômica da sociedade e às diferenciações de classes sociais, como a demarcação de terras indígenas. Já a condição intersubjetiva relaciona-se à ordem de status da sociedade (que é diferente de identidades), e às hierarquias de status culturalmente definidas. Assim, uma concepção ampla da justiça, guiada pela norma da paridade participativa, considera mutuamente redistribuição e reconhecimento.

Como, então, as reivindicações por reconhecimento podem ser analisadas nas mídias digitais do projeto Común Tierra e em outras ações que buscam conscientizar a população sobre as diferentes noções de sustentabilidade? A abordagem proposta aqui, como já exposto, considera a paridade participativa como um padrão avaliativo, categoria principal de análise desta investigação.

Segundo Fraser (2007), aqueles que reivindicam redistribuição devem mostrar que o cenário econômico vigente lhes nega as condições objetivas para a paridade participativa. Já os reivindicantes do reconhecimento devem mostrar que os padrões institucionalizados de valoração cultural lhes negam as condições intersubjetivas necessárias. Em ambos os casos, portanto, a norma da paridade participativa é o modelo para justificar a reivindicação. Em ambos os casos, também, a paridade participativa serve para avaliar as soluções propostas contra a injustiça. Isso significa que, “independentemente de estarem demandando redistribuição ou reconhecimento, os reivindicantes devem mostrar que as mudanças sociais que eles perseguem irão, de fato, promover a paridade de participação” (p. 125).

Destarte, temos também como hipótese que as mídias digitais do projeto Común Tierra podem ser consideradas como processos comunicacionais comunitários responsáveis por reivindicar tanto questões de redistribuição quanto de reconhecimento.

Paiva (2007) destaca dois atributos que servem para qualificar um processo comunicativo como comunitário. O primeiro está relacionado aos conteúdos comunicados. Segundo a autora, este tipo de comunicação surge da percepção do caráter enviesado e deslocado dos conteúdos veiculados pelos canais convencionais de massa e, a partir daí, do desejo de produzir informações que tratem de problemas locais e regionais de modo mais fidedigno. Outro atributo destacado seria a participação da comunidade na elaboração da programação a ser veiculada. Por mais que o veículo seja de propriedade particular, só poderá ser caracterizado como comunitário caso as pessoas da localidade tenham uma participação ativa na definição dos conteúdos e dos enfoques a serem adotados.

Portanto, um veículo comunitário seria aquele que trata de temas relevantes à comunidade, de modo formativo (e não meramente informativo), e que conta com a participação da própria comunidade em seu funcionamento cotidiano.

Peruzzo (2007), por sua vez, destaca o caráter pedagógico dos processos comunicacionais comunitários, que possuem a responsabilidade de difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania. Tais características, assim como as condições objetivas e subjetivas da paridade participativa, serão observadas a seguir.

ANÁLISE DAS MÍDIAS DIGITAIS DO PROJETO COMÚN TIERRA

A partir dos conceitos teóricos de reconhecimento, redistribuição e comunicação comunitária trabalhados até aqui, partimos para análise dos conteúdos midiáticos produzidos pelo projeto Común Tierra.

Nos mais de 70 vídeos e documentos disponíveis nas plataformas digitais do projeto, estão as entrevistas e os trabalhos desenvolvidos nas comunidades sustentáveis, ecovilas e centros de permacultura. No site do projeto – que está disponível em português, espanhol e inglês –, além de diferentes materiais, links e documentos, o principal atrativo é um mapa da América Latina com todas as comunidades sustentáveis visitadas e a descrição de cada uma. Além disso, dentro do próprio site, existe um blog, atualizado até 2018, com as atividades do projeto depois da viagem.

A última postagem do blog aborda uma roda de debates ocorrida em Ilhéus, Bahia, sobre os “Direitos da Mãe Natureza”, com a pesquisadora Vanessa Hasson, especialista no tema, que atua na gestão e desenvolvimento de projetos socioambientais junto com o poder público e o terceiro setor. Trata-se, na verdade, de um movimento que trabalha na implementação de legislações que conferem direitos legais ao meio ambiente no Brasil e no mundo. Na ocasião, estiveram presentes moradores de comunidades sustentáveis da região, representantes do legislativo e executivo baiano, além de pesquisadores da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), o que demonstra o caráter político e representativo do movimento relacionado às questões de reconhecimento e redistribuição e às condições objetiva e intersubjetivas de paridade participativa (Fraser, 2006, 2007). Ou seja, ao inserirem o projeto em discussões com o poder público, os participantes passam a reivindicar mudanças tanto de ordem econômica e social quanto culturais e representativas.

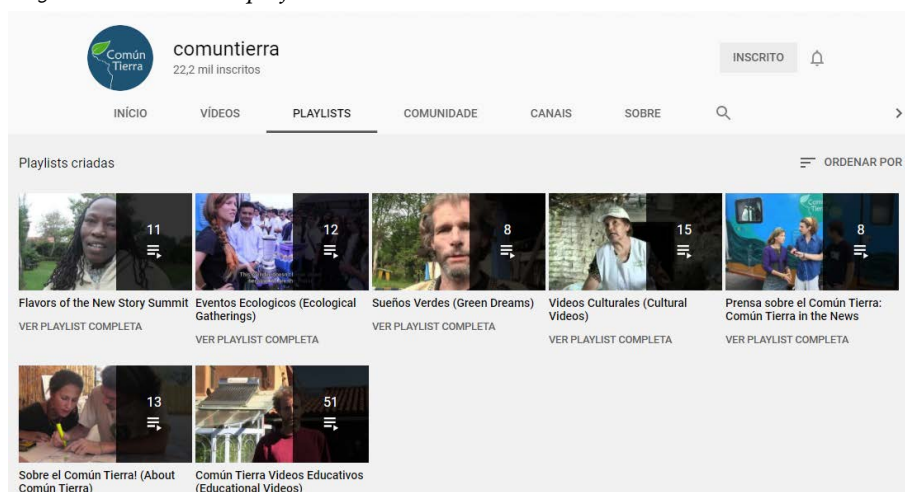
Ainda, a descrição no site afirma que o objetivo principal do projeto é difundir informações educativas para o aprimoramento de técnicas e ferramentas com enfoque sustentável, através de visitas em diferentes localidades, o que nos permite

argumentar que estamos diante de um processo comunicacional comunitário. Segundo Paiva (2007), a comunicação produzida por estes novos meios gera, a todo momento, novas formas de linguagem, produzindo efetiva interferência na alteração de posturas sociais. Ou seja, tem por característica principal atuar com o propósito primeiro da educação. Para a pesquisadora, “a perspectiva educacional é prerrogativa primária de um veículo comunitário e, por esta razão mesmo, sua atividade não se esgota na mera produção de mensagens noticiosas” (p. 144).

Nesta mesma lógica, na página do YouTube (<https://bit.ly/3adwNQd>), que, em 2022, conta com 25,6 mil inscritos (no começo de nossa análise, em março de 2020, eram 20,9 mil inscritos), encontra-se uma vasta quantidade de material produzido pelo projeto. Este espaço midiático é a plataforma mais importante do Común Tierra, em que estão vinculados todos os materiais audiovisuais produzidos pelo casal. Por estes motivos, foi dada uma maior atenção para as análises desta plataforma (Figura 2).

Figura 2

Página no YouTube do projeto Común Tierra



Nota. Reprodução do canal do projeto Común Tierra no YouTube.

Optamos, assim, por dividir as seções dos vídeos do projeto disponíveis no YouTube em cinco subgrupos para realizar as análises:

(1) Vídeos educativos: Aqui estão disponíveis registros audiovisuais com enfoque educacional, ou seja, comunitário, técnico ou demonstrativo e que abordam questões de sustentabilidade encontradas nos diferentes assentamentos e comunidades que o projeto documentou na América Latina e no mundo. Os vídeos dessa seção utilizam músicas ao fundo, com linguagem coloquial, que mesclam

falas do casal a depoimentos das pessoas que trabalham e vivem nas ecoaldeias latino-americanas visitadas, com duração média de cinco a seis minutos.

Na página, encontram-se disponíveis 51 vídeos educativos que tratam sobre práticas voltadas para sustentabilidade, como: construção de moradias com barro e palha, na chamada técnica de adobe; produção de pasta de dente com insumos naturais; montagem de um forno com energia solar e de um *motor home* ecológico; elaboração de tinturas medicinais; dicas de permacultura em escala familiar; e construção de um biodigestor de baixo custo. Praticamente todos os vídeos contam com a participação dos integrantes das comunidades visitadas que compartilham diferentes tipos de ensinamentos de práticas sustentáveis. Aqui constatamos mais uma característica de comunicação comunitária presente, que seria a participação da própria comunidade na elaboração dos conteúdos.

Outra importante questão a ser destacada são os vídeos que tratam da promoção de redes de diálogo entre as comunidades e de como organizá-las internamente. Ao todo são dez vídeos nessa seção, concebidos como educativos. Aqui percebemos a condição intersubjetiva de paridade participativa relacionada à ordem de status da sociedade, em uma concepção pedagógica de justiça social ambiental compartilhada e organizada coletivamente nas comunidades latino-americanas visitadas. Percebe-se que há a intenção de dar voz aos líderes de cada comunidade e, assim, através das redes sociais, buscar uma possível interação entre eles.

(2) Vídeos dedicados a eventos ecológicos: a segunda seção documenta encontros internacionais voltados à sustentabilidade e a ecovilas de que o projeto Común Tierra participou ou realizou durante a viagem e depois dela. Nesta parte, estão disponibilizados 12 vídeos produzidos entre os anos de 2010 e 2014, como o “Pepena Fest: Festival de Reciclagem na Capital do México”, de 2010, sobre um encontro que tem como tema principal a reciclagem, práticas e soluções para o lixo e resíduos descartáveis. Nesta seção, está também um vídeo sobre o Terceiro Encontro Argentino de Permacultura, realizado em Junin, Mendoza, Argentina, em outubro de 2013, e as conferências da Rede Global de Ecovilas (GEN), em 2013 e 2014, realizadas na Suíça e Alemanha, respectivamente. Estes encontros reúnem cerca de 300 ativistas de 51 países e lideranças de diferentes movimentos de comunidades confessionais e ecovilas de todo o mundo. Nesta seção, assim como ressaltado nos vídeos educativos, evidencia-se também a noção de reconhecimento e redistribuição dentro da categoria de paridade participativa defendida por Fraser, na qual o discurso de igualdade e justiça ambiental está presente, uma vez que as comunidades se apresentam como formas organizativas de combate às disparidades ecológicas em nível global, formando redes de apoio mútuas, ainda que em diferentes escalas

hierárquicas e eurocênicas. A GEN, por exemplo, é coordenada por europeus, e as lógicas organizacionais, mesmo que na tentativa de se contrapor ao sistema capitalista através da promoção de práticas ecológicas e sustentáveis, contêm também características mercadológicas do racionalismo moderno ocidental, o que deixa claro os limites estruturais de algumas mudanças propostas.

(3) Vídeos culturais: na terceira seção analisada, estão os vídeos que tratam sobre expressões artísticas das culturas populares, povos originários e tradicionais da América Latina visitados pelo casal Letícia e Ryan. Neste espaço, estão videoclipes produzidos durante as viagens com artistas locais. São, ao todo, 15 vídeos disponíveis, alguns deles com apresentações musicais de artistas que integram as aldeias visitadas, como canções *Kichwa*, música autóctone de Rio Blanco, Equador, e um registro audiovisual sobre o processo de confecção de artesanato em *cabuya*, do cultivo à tecelagem, com uma integrante da Asociación Mujer y Medio Ambiente de Plaza Gutierrez, Equador.

(4) Imprensa: nesta seção está disponível uma coletânea de notícias sobre o projeto, veiculadas em diferentes emissoras de televisão. Aqui estão disponibilizados oito vídeos sobre a representação do projeto pelas mídias tradicionais, universitárias e também hegemônicas corporativas, no Brasil e outros países na América Latina. Neste espaço estão reportagens da TVE Brasil, da CNN em espanhol, exibida no México, do programa *Tierra Viva*, do Canal 7, na Argentina, e da TV Universitaria, da Bolívia. Aqui, a questão do reconhecimento cultural ou simbólico fica mais latente, pois se constata que os integrantes do Común Tierra estão preocupados com a representatividade do projeto em diferentes canais, não importando o seu perfil, como uma forma de legitimação midiática e cultural das causas ecológicas defendidas por eles.

(5) “Sueños Verdes”: essa seção conta com oito vídeos filmados no Encuentro Llamado de la Montaña com depoimentos de ativistas e líderes de comunidades sustentáveis latino-americanas. Cada integrante fala sobre as diferentes perspectivas de um futuro sustentável, um “sonho verde” para o mundo a partir de práticas aplicadas em seus territórios. Aqui se confirma aquilo que Acselard (2009) sugere, ou seja, o sustentável hoje seria a conjugação de práticas portadoras de sustentabilidade no amanhã, um sonho, uma quase utopia em um mundo repleto de disparidades e injustiças sociais e ecológicas.

Por fim, a terceira plataforma monitorada do projeto foi a página do Facebook (<https://www.facebook.com/ComunTierra>), que, no momento de nosso último mapeamento, contava com 8.633 seguidores (Figura 3). Durante esse último mapeamento das redes sociais do projeto, analisamos uma das poucas postagens realizadas durante a pandemia, de 5 de setembro de 2020: o vídeo de uma entrevista que durou cerca de 1h30min, concedida pelo casal Riggati e Luckey, para o

coordenador do projeto Una Nueva Eco, Carlos Rojas, responsável por um centro de informação e encontros para criação de aldeias ecológicas na América Latina.

Figura 3

Facebook do projeto Común Tierra



Nota. Reprodução da página do projeto Común Tierra no Facebook.

O vídeo possuía, até o presente momento, 2.100 visualizações e 70 comentários, a maioria com perguntas sobre permacultura e experiências dos registros, além de elogios e saudações. Nenhum comentário ofensivo foi constatado.

A conversa aconteceu toda em espanhol, e o que mais se destacou foi a atenção dada às formas de relações sociais dentro das ecovilas, ou seja, o aspecto comunitário e comunicacional do projeto. Como podemos constatar no seguinte relato de Rigatti:

O trabalho das comunidades rompe muitos paradigmas. Em algumas das aldeias ficou claro a parte de relações sociais, de construir confiança entre os integrantes. O fator limitante de uma ecoaldeia é o limite da força dos vínculos pessoais, o que permite ou não movimentar uma energia maior. A comunidade é um ser em crescimento, é algo que deve colocar muita atenção e cuidado. . . . A valorização de colocar no centro das funções as relações entre as pessoas, vital para todos os processos, diferente o que acontece no mundo individualizado (informação verbal). (Común Tierra, 2020)

Além dos fatores comunicacionais comunitários, outro assunto preponderante na entrevista foi a questão da autossuficiência nas comunidades sustentáveis, algo muito presente também nos depoimentos registrados no YouTube

a partir das diferentes lideranças dos assentamentos visitados. O casal também ressaltou a necessidade de desenvolver a interdependência econômica e compreender as relações das comunidades sustentáveis como redes de apoio, cadeias sociais e culturais que necessitam dialogar umas com as outras, o que pode ser interpretado também como uma legítima reivindicação de redistribuição, ao questionar as condições econômicas que lhes negam as condições objetivas para a paridade participativa, e de reconhecimento, ao salientar a valoração cultural necessária. Portanto, a norma da paridade participativa é justificada a partir desta reivindicação.

Por fim, também a partir do monitoramento do Facebook do projeto, mesmo que fora de nosso escopo temporal, encontramos duas postagens de apoio e difusão à causa de demarcações de terras indígenas em território nacional. Uma das postagens, de 4 de fevereiro de 2019, por exemplo, é de um vídeo do canal do YouTube Vozes Tupinambá (2019), do cacique Ramon Tupinambá, que traz a palavra do povo Tupinambá sobre a campanha nacional “Sangue Indígena: Nenhuma Gota a Mais!” durante mobilização em Olivença, Bahia, com a hashtag *demarcaçãojá*. Aqui, o projeto mais uma vez demonstra uma ação que habita os campos do reconhecimento e da redistribuição, em diálogo com as reivindicações de luta e justiça ambiental dos povos originários brasileiros, para além das questões internas e de ordem práticas dos assentamentos visitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto de partida para as considerações finais, ressaltamos que o próprio nome do projeto nos remete ao comum, prefixo de comunicação e comunidade, e, assim como nos lembra Paiva (2007), comunidade seria, então, “o que permite aos indivíduos e aos grupos vislumbrar e perceber a abertura para estender criativamente novas pontes sobre a dissociação humana” (p. 10). Logo, as comunidades sustentáveis, chamadas também de comunidades intencionais, são motivadas pela ânsia de transpor barreiras para além dos próprios assentamentos no ato de primar pela educação e compartilhar de forma pedagógica, através das mídias digitais, diferentes caminhos de sustentabilidades dentro dos limites possíveis, mesmo que de forma restrita e, por vezes, contraditórias nas práticas. Ou, como os próprios interlocutores propõem, “um jornalismo de pés descalços”, no intuito de disseminar tais ações, urgentes em um mundo hegemonicamente capitalista.

Ao longo das análises, as três hipóteses foram confirmadas, duas delas parcialmente. A primeira, sobre a harmonia entre humanos e natureza, por vezes antagonica à lógica capitalista da maximização dos lucros, poder ser adotada

para além dos limites espaciais das comunidades sustentáveis, foi confirmada parcialmente, pois constatamos, a partir das análises e leituras teóricas, que as mudanças somente serão generalizadas se tivermos a transformação do modo de produção capitalista ou a radical mudança em termos de justiça distributiva. Em suma, poderíamos responder que somente no ecossocialismo isso seria possível (Camargo, 2020; Löwy, 2005) e que essa transformação nos parece muito distante, pois, como argumentam esses autores, ela não pode existir sem mudança interseccional. Na relação ecológica entra a ação política, que produz transformações coletivas que contenham em si uma consciência ambiental de classe, tema que pretendemos abordar em futuras análises e que, por opção metodológica e por questões de espaço, não foi discutido neste artigo.

Já sobre a segunda hipótese, atrelada ao argumento anterior, identificamos que, nas mídias digitais do Común Tierra, o que Fraser (2006, 2007) aponta como o reconhecimento cultural e a tentativa de preencher lacunas no lugar da redistribuição socioeconômica é percebido como uma busca por solução para injustiças sociais e objetivo de luta política, por mudança de paradigmas, no caso, ecológicas e de consumo, a partir das ações propostas. Por isso a hipótese é também confirmada parcialmente, ou seja, o que temos agora a nosso alcance é a possibilidade de mudança de padrões de trabalho e de consumo dos grupos humanos reunidos nas comunidades sustentáveis, presumindo que mediação da comunicação digital é condição para a existência e manutenção delas, de uma real paridade participativa.

Por fim, confirmou-se a hipótese de que estamos diante de um processo comunicacional comunitário. Mesmo que seja um projeto itinerante, justifica-se a constatação a partir dos pressupostos de Peruzzo (2009), que chama a atenção para o fato de haver mudanças substanciais nas concepções de comunidade ao mesmo tempo que alguns de seus princípios ainda se verifiquem. Segundo a autora, o sentimento de pertença, a participação, a união de interesses e a interação são características que persistem ao longo da história, enquanto a noção de “locus territorial específico como elemento estruturante de comunidade está superada pelas alterações provocadas pela incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação” (p. 57). De acordo com a pesquisadora, em consonância com aquilo que argumentamos até aqui, não podemos menosprezar a questão do espaço geográfico como importante fator de agregação social em determinados contextos e circunstâncias, no entanto, constatamos que existe uma constante busca por encontrar conexões e semelhanças entre os diferentes locais registrados pelos integrantes do projeto e as respectivas reivindicações por justiça ambiental. Percebemos também que as mídias comunitárias exercem

um papel fundamental na contemporaneidade para a paridade participativa e para as condições objetivas e intersubjetivas de sua aplicação.

Ainda, é necessário ressaltar que, além das análises, estavam previstas também entrevistas presenciais com os integrantes do projeto e uma pesquisa de campo em comunidades sustentáveis no Sul do Brasil, impossibilitadas pela pandemia da covid-19. Outro limite da pesquisa também se deu pelo fato de a comunicação com os organizadores do projeto acontecer de maneira muito restrita, pois prevíamos a realização de uma entrevista semiestruturada, ainda que online, com eles, algo que não aconteceu, mesmo após algumas tentativas. No entanto, tais limitações sanitárias e restrições impostas permitiram maior concentração nas mídias digitais e nas práticas comunicacionais aqui analisadas, que demonstram ser um rico campo para ciências da comunicação e que possuem a capacidade de contribuir para possíveis desenvolvimentos humanitários e ecológicos. ■

REFERÊNCIAS

- Acseard, H. (Org.). (2009). *A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Lamparina.
- Arruda, B. M. (2018). *O fenômeno das ecovilas no Brasil contemporâneo* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. Repositório institucional PUC-Campinas. <https://bit.ly/3bDsj5H>
- Brundtland, G. H. (1987). *Our common future*. World Commission on Environment and Development.
- Camargo, J. (2020). Ecosocialismo, uma ideia cujo tempo chegou. In C. R. S. Machado, T. F. Machado, G. L. Tortelli & J. Camargo (Orgs.), *Ação dos oprimidos contra o vírus capitalista: Reflexões desde o vivido* (pp. 131-141). Lutas Anticapital.
- Capello, G. (2013). *Meio ambiente & ecovilas*. Senac.
- Castells, M. (2000). *A sociedade em rede* (Vol. 1). Paz e Terra.
- Común Tierra [@ComúnTierra]. (2020, 5 de setembro). Hola Gente! En un momento de crisis está la oportunidad de cambiar... Aquí compartimos la charla de Común Tierra que [Vídeo]. Facebook. <https://bit.ly/3R2qAqS>
- Dahl, H. M., Stoltz, P., & Willig, R. (2004). Recognition, redistribution and representation in capitalist global society: An interview with Nancy Fraser. *Acta Sociologica*, 47(4), 374-382. <https://doi.org/10.1177/0001699304048671>
- Depexe, S. D. (2015). *Distinção em 140 caracteres: Classe social, telenovela e Twitter* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório digital da UFSM. <https://bit.ly/3ONgXKX>

- Desigualdades, Oxfam: “2.153 super-ricos possuem mais do que outros 4,6 bilhões de pessoas. Enquanto os 50% mais pobres têm menos de 1%”. (2020, 21 de janeiro). *Revista IHU On-line*. <https://bit.ly/3yaCUg2>
- Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, 15(14-15), 231-239. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>
- Fraser, N. (2007). Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, (70), 101-138. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000100006>
- García Canclini, N. (2004). *Diferentes, desiguales y desconectados: Mapas de la interculturalidad*. Gedisa.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.
- Leis, H. R. (1999). *A modernidade insustentável*. Vozes.
- Löwy, M. (2005). *Ecologia e socialismo*. Cortez.
- Malini, F. (2017). Um método perspectivista de análise de redes sociais: Cartografando territórios e tempos na rede. In R. Reis & D. Zanetti (Orgs.), *Comunicação e territorialidades: Poder e cultura redes e mídias* (pp. 83-106). Edufes.
- Nery, D. (2017). *Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca digital de teses e dissertações da USP. <https://bit.ly/3OVem1D>
- Os cálculos que preveem mais 115 milhões de pessoas na miséria no mundo, enquanto fortuna de bilionários cresceu 27%. (2020, 11 de outubro). *BBC Brasil*. <https://bbc.in/3R2JRbZ>
- Paiva, R. (2007). *O retorno da comunidade: Os novos caminhos do social*. Mauad X.
- Peruzzo, C. M. K. (2007). Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina*, 1(1), 1-29. <https://bit.ly/3QUZORp>
- Peruzzo, C. M. K. (2009). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Revista ECO-Pós*, 12(2), 46-61. <https://bit.ly/3OwsuP7>
- Silva, M. (2013). Prefácio. In G. Cappello, *Meio ambiente & ecovilas* (pp. 9-12). Senac.
- Sodré, M. (2014). *Ciência do comum*. Vozes.
- Vozes Tupinambás. (2019, 4 de fevereiro). *Cacique Ramon Tupinambá – “Sangue indígena: Nenhuma gota a mais!”* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=hYww85OGmbc>

Artigo recebido em 13 de abril de 2021 e aprovado em 17 de março de 2022.

A vacina em dois jornais brasileiros antes e durante a covid-19^a

The vaccine in two Brazilian newspapers before and during COVID-19

LUIZ FELIPE FERNANDES NEVES^b

Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde.
Rio de Janeiro – RJ, Brasil

LUIZA MASSARANI^c

Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia.
Rio de Janeiro – RJ, Brasil

RESUMO

Neste artigo, analisamos 2.120 matérias sobre vacina publicadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* em 2019 e 2020 – antes e durante a pandemia da covid-19 – com o objetivo de compreender as mudanças na abordagem desse tema pela imprensa. Com uma metodologia de análise de conteúdo assistida por computador, identificamos os principais elementos das matérias nos dois períodos. Os resultados mostram que o aumento na produção de conteúdo sobre vacina foi acompanhado pela passagem de um jornalismo de serviço para uma abordagem mais científica e pela inserção de uma diversidade de atores, organizações e países – características reveladoras dos aspectos políticos, econômicos e ideológicos que permeiam a ciência.

Palavras-chave: Jornalismo científico, vacina, covid-19

ABSTRACT

In this article, we analyze 2,120 news stories on vaccine published by the newspapers *O Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo* in 2019 and 2020 – before and during the COVID-19 pandemic – in order to understand the changes in the approach to this topic by the press. Using a computer-assisted content analysis methodology, we identified the main elements of the stories in both periods. The results show that the increase in the production of vaccine content was accompanied by the shift from service journalism to a more scientific approach and by the insertion of a diversity of actors, organizations and countries – revealing characteristics of the political, economic and ideological aspects that permeate the science.

Keywords: Science journalism, vaccine, COVID-19

^a Este estudo foi realizado no escopo do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) – que conta com apoio do CNPq e da Faperj – e do projeto sobre vacinas nas redes sociais – que conta com apoio do edital Proep/Casa de Oswaldo Cruz-CNPq.

^b Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (IOC-Fiocruz). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5994-9494>. E-mail: l Luiz.Felipe@ufg.br

^c Doutora em Gestão, Educação e Difusão em Biociências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem pós-doutorado pela University College London e pela Oregon State University. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5710-7242>. E-mail: luisa.massarani8@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p191-216>

V.16 - Nº 2 maio/ago. 2022 São Paulo - Brasil NEVES | MASSARANI p. 191-216

MATRIZES

191

HÁ QUASE CINCO décadas, o Brasil conta com um bem-sucedido Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973 para coordenar a política de vacinação no país. Nesse período, o PNI foi responsável pela uniformização do calendário de imunização, a introdução de novas vacinas, a padronização técnica e a adoção de estratégias inovadoras, como a combinação da vacinação de rotina com as grandes campanhas (Silva Jr., 2013). Na esteira da erradicação da varíola, no início da década de 1970, e da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), na Constituição de 1988, o programa consolidou-se como uma importante política pública de saúde, responsável pela erradicação de doenças como a poliomielite e, durante um período, o sarampo.

Com a pandemia da covid-19, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – em que o Brasil se tornou o segundo país em número de mortes pela doença –, e o contexto político do país, a disponibilização das vacinas contra a enfermidade para todos os brasileiros e brasileiras foi além da expertise do país nesse setor. As primeiras vacinas foram aprovadas no cenário mundial no fim de dezembro daquele ano, mas os entraves criados pelo próprio governo brasileiro atrasaram o início da campanha e provocaram desigualdades nos critérios e no andamento da vacinação entre os estados. Até maio de 2021, o Brasil havia vacinado pouco mais de 22 milhões de pessoas com as duas doses da vacina contra a covid-19, o que representa apenas 10,5% da população (“Brasil já...”, 2021), em um evidente contraste com as experiências anteriores de imunização em larga escala¹.

Intervenções sanitárias são processos sociais complexos, e seu sucesso se deve a uma série de fatores. Quando parte do resultado também depende de uma disposição individual, como no caso da vacina, um dos fatores primordiais é a comunicação, tanto a institucional quanto a mediada pelos veículos de imprensa nas mais diversas plataformas. Muitos estudos atestam o potencial de mobilização social da comunicação e, mais especificamente, do jornalismo, para a percepção de risco e a adoção de medidas de proteção (Chen & Stoecker, 2020; Goldstein et al., 2015; Vai et al., 2020). Portanto, abordagens, enquadramentos e decisões editoriais da mídia podem exercer um papel fundamental na compreensão pública de temas científicos e de saúde e no comportamento dos cidadãos. O cenário se complexifica ainda mais em um ambiente comunicacional caracterizado pela *desordem da informação* (Wardle & Derakhshan, 2017), com a circulação de notícias falsas e teorias da conspiração, em grande parte disseminadas por negacionistas ou integrantes dos chamados movimentos antivacina (Hussain et al., 2018; Johnson et al., 2020).

¹ Para se ter uma ideia, as campanhas anuais contra a poliomielite conseguem vacinar 15 milhões de crianças em um único dia. Na primeira campanha nacional de vacinação contra o sarampo para a população de 9 meses a 14 anos, em 1992, mais de 48 milhões de crianças foram vacinadas em um período de dois meses. Em 2001 e 2002, a campanha de vacinação para mulheres em idade fértil distribuiu a vacina dupla viral (rubéola e sarampo) para aproximadamente 29 milhões de mulheres (Ministério da Saúde, 2003).

Em virtude da centralidade da comunicação, torna-se necessário compreender como a imprensa brasileira tem tratado a temática da vacina em sua cobertura. Além disso, estamos diante da oportunidade de investigar fenômenos e processos comunicacionais no contexto de uma emergência de saúde pública global sem precedentes na história recente. Sendo assim, neste estudo empreendemos uma análise exploratória, comparativa e longitudinal de todas as matérias sobre o tema das vacinas publicadas por dois dos principais jornais brasileiros – *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* (aqui denominados *Estadão* e *Folha*) – nos anos de 2019 e 2020, ou seja, antes e durante a pandemia da covid-19.

CRISES SANTÁRIAS, VACINAS E COMUNICAÇÃO

Surtos, epidemias e pandemias não motivam apenas pesquisas nas áreas médica e biológica. Nos campos da comunicação e da divulgação científica, há uma tradição de estudos que abordam o papel desempenhado pela mídia nesses contextos, demonstrando sua importância como fonte de informação e sua contribuição ao posicionar o assunto na esfera pública (Dudo et al., 2007; Ihekweazu, 2016; Medeiros & Massarani, 2010; Tian & Stewart, 2005). Portanto, os interesses e as escolhas editoriais que orientam a cobertura de uma emergência em saúde podem atuar de forma significativa na compreensão do problema pelo público (van den Bulck & Custers, 2009), nas atitudes individuais e comunitárias (Rezza et al., 2004) e até em questões mais amplas, relacionadas, por exemplo, à adoção de políticas públicas em resposta ao problema (Bonneux & van Damme, 2006). Tais aspectos revelam-se especialmente importantes na atual crise, visto que o mundo se viu obrigado a adotar rigorosas medidas de isolamento social e de proteção individual, como o uso de máscaras, e a promover uma vacinação em massa em escala global, tida como a forma mais eficaz de controle da pandemia.

Essa relação foi identificada em outros momentos da história, como mostra a pesquisa de Nascimento (2018), com artigos de divulgação científica sobre a vacinação contra a poliomielite publicados pelos jornais *O Globo*, *Estadão* e *Folha* nas décadas de 1970 e 1980. O pesquisador nota que a baixa procura da população foi acompanhada pelo surgimento de novos formatos de artigos que apresentavam as vacinas como instrumentos benéficos para a sociedade e imunologia como uma ciência de ponta. Inserida no cotidiano das pessoas ao longo dos anos, a cobertura jornalística relacionada às vacinas passou a assumir funções sociais relevantes, como a prestação de serviço, a divulgação científica e a promoção da saúde. Essas funções foram identificadas em diferentes graus em uma pesquisa que analisou 132 matérias publicadas pela *Folha* entre 2018

e 2019 (Massarani, Leal et al., 2021). O estudo mostra que o enquadramento relacionado a políticas públicas foi predominante, com enfoque nas ações públicas para a imunização da população.

Entretanto, mesmo políticas públicas consolidadas, baseadas em evidência científica, não fogem às controvérsias. Uma delas foi abordada por Quevedo et al. (2016) em relação à campanha de vacinação contra o HPV, em 2014. Como a doença é transmitida sexualmente, a campanha acionou valores morais da sociedade por ter sido direcionada a adolescentes. As pesquisadoras observam que, enquanto a comunicação institucional não conseguiu promover um debate amplo sobre os benefícios e riscos da vacina, a comunicação produzida pela esfera midiática abordou questões procedimentais da imunização e deu voz a públicos críticos à vacinação. Ainda sobre questões morais, a pesquisa de Sacramento e Paiva (2020) mostra que, mesmo entre as pessoas que decidem se vacinar, há o acionamento de valores religiosos como uma “âncora de segurança e de proteção diante de tantos paradigmas, informações, verdades e mentiras em constante profusão” (p. 102).

Projeções estatísticas sugerem inclusive uma possível correlação entre comunicação e cobertura vacinal, como no estudo de Chen e Stoecker (2020) em jornais dos Estados Unidos. Os autores estimaram que cada 100 matérias sobre a gripe publicadas no mês de outubro (quando tem início a “temporada da gripe” no país), entre 2010 e 2017, estavam associadas a um aumento de 0,3 pontos percentuais na taxa de vacinação contra a doença por pessoas com mais de 65 anos. O inverso foi verificado por Wilson e Wiysonge (2020), mas em relação às redes sociais. Eles utilizaram uma *escala de desinformação* com cinco pontos e, a partir da análise de 250 mil postagens relacionadas à vacinação entre 2018 e 2019, estimaram que cada ponto adicional na escala estava associado a uma queda de aproximadamente dois pontos percentuais na média de cobertura vacinal.

Por isso, é preciso ficar atento à articulação dos grupos antivacina na internet. A pesquisa de Almeida (2019) verificou que 22% dos links compartilhados na página de um desses grupos no Facebook usavam uma fonte jornalística. Esses conteúdos, no entanto, eram apropriados pelos participantes e ganhavam uma nova interpretação, de modo a reforçar os valores do grupo. Com a pandemia da covid-19, esses grupos passaram a mirar a nova doença. De acordo com um levantamento da União Pró-Vacina, da Universidade de São Paulo (USP), 78,4% das postagens feitas nessas páginas disseminavam teorias da conspiração, utilizavam informações falsas ou sem evidência, distorciam informações confiáveis e sugeriam o uso ou comercialização de produtos e tratamentos sem comprovação científica (Rafael Jr., 2020).

Para além de seus achados específicos, esses estudos mostram que os processos comunicacionais relacionados à vacina são reflexo da midiaticização da ciência de uma forma geral, em que diferentes atores competem não só pela relevância da informação, pela legitimação do saber e pela mercantilização do conhecimento (Oliveira, 2018), mas também pelas próprias noções de verdadeiro e falso. Um desses atores, o jornalismo, mesmo tendo historicamente construído um status de autoridade informativa, vem sendo continuamente colocado à prova, o que ficou ainda mais evidente com a grave crise sanitária iniciada em 2020. Trata-se, sem dúvida, de um acontecimento que torna mais sensíveis quaisquer questões ligadas à comunicação da ciência e da saúde da atualidade, sobre a qual nos debruçamos com as ferramentas metodológicas e de análise apresentadas a seguir.

METODOLOGIA

Seleção e coleta

O objetivo deste estudo foi analisar a cobertura jornalística brasileira sobre o tema vacina, antes e durante a pandemia da covid-19. Iniciamos a composição do corpus pela seleção dos veículos de comunicação. Priorizamos aqueles da chamada mídia impressa, cujo conteúdo estivesse disponível na internet. Optamos pela mídia tradicional – ou mídia legada (*legacy media*), em uma tradução livre do termo utilizado por Casero-Ripollés (2020) – dado o seu histórico de credibilidade e a sua predominância como fonte de informação confiável em situações críticas, como a atual pandemia.

Folha de S. Paulo e *O Estado de S. Paulo* podem ser considerados o que a literatura define como jornais de elite (Carpenter, 2007) ou de prestígio (Lacy et al., 1991): publicações comerciais de grande circulação, com noticiário de abrangência nacional, com tendência a uma cobertura mais equilibrada e que atuam no agendamento (*agenda-setting*) de outros veículos de comunicação (Carpenter, 2007; Lacy et al., 1991). Além disso, *Estadão* e *Folha* disponibilizam todo o conteúdo em suas páginas na internet, além de uma ferramenta de pesquisa com possibilidade de busca por palavra-chave e delimitada por data. Esses diferenciais foram decisivos para a seleção dos dois jornais, uma vez que a análise da totalidade das matérias e a divisão temporal foram os dois critérios previamente estabelecidos.

Nos respectivos sites, buscamos pelas publicações com a palavra-chave “vacina” (o que inclui as variações com o mesmo radical), de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020. Coletamos as URL de cada publicação com a extensão Web Scraper, do Google Chrome, e as armazenamos em planilhas do Excel, divididas por

ano. Para a extração do conteúdo das URL, utilizamos o NewsPlease, um módulo de raspagem de dados desenvolvido para a linguagem de programação Python.

Em seguida, excluímos desse corpus inicial as matérias cujo conteúdo não foi possível extrair com a técnica utilizada, por se tratar de informações não textuais, como carrossel de fotos, infográficos, vídeos e podcasts. Para não enviesar a análise quantitativa, também retiramos o conteúdo composto por notas muito curtas (como algumas colunas e comentários de leitores), de modo a considerar apenas textos de notícias, reportagens e artigos. Um último refinamento foi feito para que fossem incluídas no corpus somente as publicações cujo tema central fosse a vacina. Dessa forma, foram mantidas apenas as matérias em que essa palavra (ou suas derivações) constasse no título. A aplicação desse protocolo resultou em 2.120 matérias: 1.352 do *Estadão* (122 em 2019 e 1.230 em 2020) e 768 da *Folha* (79 em 2019 e 689 em 2020).

Processamento e análise

Definimos esta pesquisa como quali-quantitativa, a partir da análise de conteúdo assistida por computador das 2.120 matérias que compõem o corpus, com a utilização do software WordStat 8, desenvolvido pela Provalis Research. Essa abordagem é similar à análise de conteúdo tradicional, ou seja, em que um texto é sistematicamente classificado em categorias de interesse e inferências são feitas a partir das características identificadas (Bengston & Xu, 1995). No software, isso é feito por meio da criação de um dicionário de categorização (Deng et al., 2017, 2018), também chamado de esquema de codificação ou sistema de classificação (Bengston & Xu, 1995). De forma indutiva ou dedutiva, são criadas categorias e subcategorias temáticas, no interior das quais são incluídos elementos textuais (palavras, trechos e regras de proximidade), para que suas frequências no corpus sejam calculadas pelo programa.

Para a construção do dicionário de categorização deste estudo, utilizamos o Processo Semiautomatizado de Construção de Dicionário (S-DBP, na sigla em inglês), elaborado por Deng et al. (2018), que define seis etapas: definição do objetivo; criação do corpus; pré-processamento; identificação e categorização dos elementos; extensão e simplificação; validação. Uma das vantagens é que, para testar o protocolo proposto, esses autores empregaram exatamente o mesmo software que aqui utilizamos.

Em relação a este estudo, já apresentamos as duas primeiras etapas do processo. A terceira etapa inclui o refinamento e limpeza dos dados e a escolha de um critério de recorte. Para isso, aplicamos o recurso do WordStat de remoção de palavras irrelevantes (*stopwords*), como preposições e conjunções, e uniformizamos

grafias inconsistentes (Butantan em vez de Butantã, por exemplo). Já o critério de recorte escolhido foi o TFXIDF (frequência do termo ponderada pela frequência inversa do documento). Trata-se de um cálculo estatístico que mede a “importância” de uma palavra no corpus.

Após o cálculo do TFXIDF pelo WordStat para cada subconjunto de matérias (divididas por jornal e por ano, ou seja, quatro subconjuntos), partimos para a etapa de identificação e categorização das palavras e trechos com maior TFXIDF em categorias criadas *a priori* ou a partir dos próprios resultados. Isso foi feito com as 100 palavras e os 100 trechos de maior peso em cada subgrupo – 800 no total. No levantamento bibliográfico, percebemos que a definição da quantidade de palavras e trechos a serem categorizados é aleatória (Lo et al., 2019; Wallace, 2018) e que, quanto maior, mais abrangente e preciso será o dicionário.

A categorização é um processo imersivo, iterativo e criterioso. Embora algumas palavras sejam óbvias (“Bolsonaro” refere-se necessariamente ao presidente do Brasil, Jair Bolsonaro), outras necessitam ser diferenciadas por um trecho maior ou pelo contexto (“Ministério” deve ser classificado de acordo com sua denominação, como Ministério da Saúde, Ministério da Economia etc.). Com essa técnica, as categorias são feitas e desfeitas ao longo do processo. Por exemplo, trechos como “aprovação da Anvisa”, “aprovação da vacina” e “autorização para uso emergencial”, entre outros, foram classificados na subcategoria “Aprovação e Registro”, que por sua vez compõe a subcategoria “Aspectos Técnicos e Científicos”, que está inserida na categoria maior “Abordagens”. Ao aplicar o dicionário de categorização ao corpus, o programa é capaz de calcular em quantas matérias e em que período cada um desses tópicos esteve presente. Ao fim desse processo, chegamos a um dicionário com três grandes categorias: doenças e vacinas; abordagens; organizações, países e atores. Cada uma delas é composta por diversas subcategorias, apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1

Dicionário de categorização

| DOENÇAS E VACINAS | ABORDAGENS | ORGANIZAÇÕES ² , ATORES E PAÍSES |
|-------------------|------------------------|---|
| Covid-19 | Prestação de serviço | Organizações |
| Difteria | Campanhas de vacinação | Entidades e órgãos governamentais |
| Febre amarela | Público-alvo | Anvisa |
| Febre tifoide | Locais e horários | CDC |
| Gripe | Posologia | EMA |
| Hepatites | | FDA |

²Utilizamos o conceito amplo de organização de Maximiano (2000) – “uma combinação de recursos que procura deliberadamente realizar algum tipo de objetivo” (p. 91) – para nos referir aos diversos órgãos, entidades, instituições, empresas e organismos identificados no corpus.

Continua...

³ Embora essas instituições também estejam ligadas ao poder público, as classificamos separadamente por estarem envolvidas diretamente nas pesquisas relacionadas à vacina contra a covid-19.

| DOENÇAS E VACINAS | ABORDAGENS | ORGANIZAÇÕES ³ , ATORES E PAÍSES |
|-------------------|--|---|
| HPV | Aspectos técnicos e científicos | Judiciário |
| Meningite | Aprovação e registro | Legislativo |
| Pentavalente | Pesquisa e desenvolvimento | Ministério da Economia |
| Poliomelite | Mecanismos de ação | Ministério da Saúde |
| Raiva | Testes | Ministérios Públicos |
| Rinite | Fases | Secretarias de Saúde |
| Sarampo | Eficácia e segurança | Instituições de pesquisa ³ |
| Tétano | | Instituto Butantan |
| Tríplice viral | Produção e Comercialização | Fiocruz |
| Tuberculose | | Instituto Gamaleya |
| | Desinformação e Negacionismo | Oxford |
| | Obrigatoriedade | Universidades (geral) |
| | Fake news | Laboratórios e empresas farmacêuticas |
| | Movimento antivacina | Astrazeneca |
| | Vacina e autismo | Bharat Biotech |
| | | Biontech |
| | | Cansino |
| | | Inovio |
| | | Janssen |
| | | Jhonson&Jhonson |
| | | Moderna |
| | | Novavax |
| | | Pfizer |
| | | Serum |
| | | Sinopharm |
| | | Sinovac |
| | | Vaxart |
| | | Organismos/iniciativas internacionais |
| | | Covax |
| | | OMS |
| | | OPAS |
| | | Sociedades médicas/científicas |
| | | SBI (Imunologia) |
| | | SBI (Infectologia) |
| | | SBIm |
| | | SBP |
| | | Sociedades (geral) |
| | | Atores |
| | | Antonio Barra Torres |
| | | Joe Biden |

Nota. Elaborado pelos autores.

Consideramos que a última etapa do processo proposto por Deng et al. (2018) – a validação – foi realizada com a aplicação do dicionário no corpus deste estudo. Os resultados escolhidos para análise foram as frequências relativas (percentuais) da presença das categorias e subcategorias nas matérias (como houve um aumento muito grande de matérias entre 2019 e 2020, não seria representativo fazer comparações com números absolutos). Dessa forma, foi possível identificar os tópicos mais ou menos abordados por cada jornal e as mudanças na cobertura do tema vacina antes e durante a pandemia da covid-19.

RESULTADOS

Intensidade da cobertura

A pandemia da covid-19 intensificou a produção jornalística relacionada à vacina nos dois veículos analisados. Em 2019, a média mensal de publicações foi de 17 matérias (10 no *Estadão* e 7 na *Folha*). Esse número foi quase 10 vezes maior em 2020, quando foram publicadas, em média, 160 notícias, reportagens e artigos por mês sobre o tema. A diferença entre os dois jornais também aumentou sensivelmente – naquele ano, o *Estadão* produziu em média 103 matérias, e a *Folha*, 57, o que representa quase o dobro (1,8 vezes) em relação a 2019.

Ao longo de 2019, não é possível delinear uma tendência na cobertura em termos quantitativos, ou seja, os números oscilam em cada mês. No *Estadão*, o mês de julho registrou a maior quantidade de matérias (19), enquanto na *Folha* o ápice ocorreu em março, com 11 matérias. Ao analisar as publicações nesses meses, verifica-se que, no primeiro jornal, o incremento deveu-se à prorrogação da campanha de vacinação contra o sarampo no estado de São Paulo em decorrência do aumento de casos da doença. No segundo jornal, não houve um assunto que tivesse dominado a cobertura no referido mês com mais publicações.

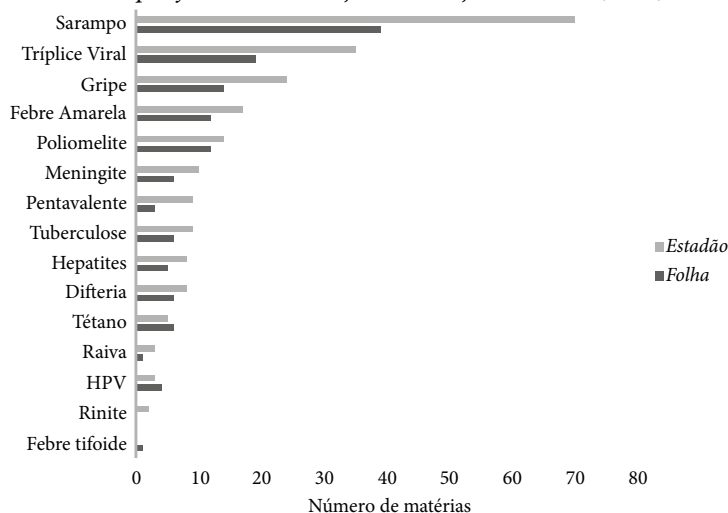
Já em 2020, é possível traçar uma linha de tendência ascendente ao longo dos meses, sobretudo a partir do segundo semestre. Nos dois veículos, o salto mais acentuado ocorreu em dezembro, com o registro de 429 matérias no *Estadão* e 256 na *Folha*. Entre os assuntos presentes na cobertura daquele mês estavam: aprovação para uso emergencial das primeiras vacinas contra a covid-19; início da vacinação em países da Europa, nos Estados Unidos e em Israel; julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a obrigatoriedade da vacinação; prognósticos para a aquisição de imunizantes e para o início da campanha de vacinação contra a covid-19 no Brasil.

Doenças e vacinas

Em 2019, a cobertura dos dois veículos abordou majoritariamente o sarampo (Figura 1). Menções à doença ou à vacina que a previne estiveram presentes em mais da metade das matérias do *Estadão* (57,4%) e em quase metade das matérias da *Folha* (49,4%). A vacina tríplice viral surge em segundo lugar, presente em 28,7% das publicações do primeiro jornal e em 24,1% do segundo. Com menos de 20% das menções aparecem gripe (incluindo as doenças causadas pelos subtipos do vírus influenza), febre amarela e poliomielite. Outras doenças e vacinas foram mencionadas em menos de 10% da cobertura. São elas: meningite, vacina pentavalente, tuberculose, hepatites, difteria, tétano, raiva, HPV, rinite e febre tifoide.

Figura 1

Número de matérias por jornal com menções a doenças e vacinas (2019)



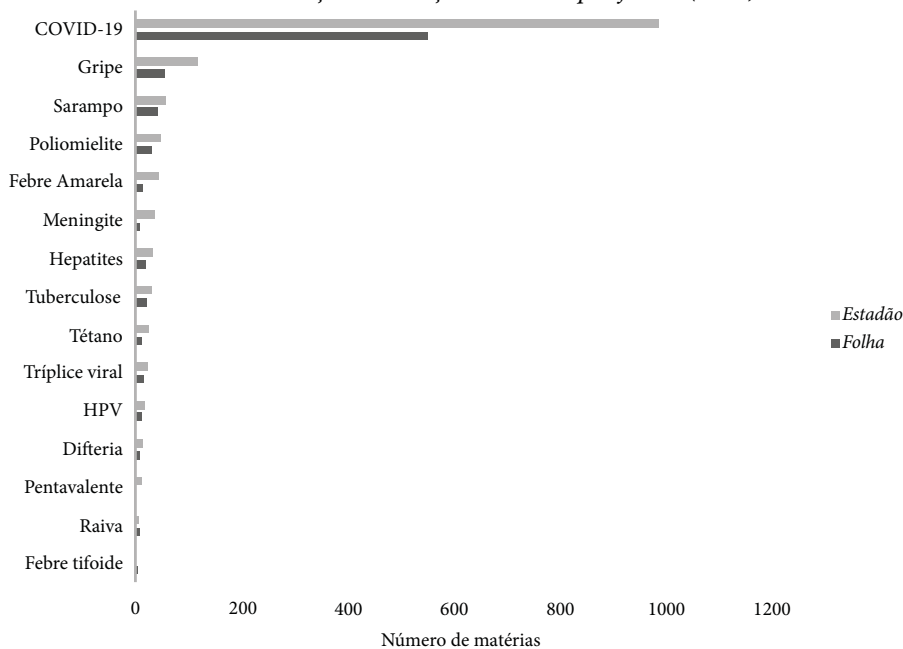
Nota. Elaborado pelos autores.

No ano seguinte, a cobertura relacionada à vacina foi dominada pela covid-19 (Figura 2). Cerca de 8 em cada 10 matérias dos dois jornais sobre esse tema mencionaram a nova doença. Todas as demais enfermidades e vacinas apareceram em menos de 10% das publicações. Porém, é preciso registrar que, em números absolutos, houve um aumento geral da abordagem dessas outras doenças entre os dois períodos. No *Estadão*, por exemplo, o número de matérias com menções à gripe saltou de 24 para 117. Também houve aumento em relação à febre amarela (de 17 para 42) e à poliomielite (de 14 para 47), entre outras. Na *Folha*, o aumento em termos absolutos se deu principalmente em

relação à gripe (de 14 para 55), à poliomielite (de 12 para 31) e à tuberculose (de 6 para 20). Esse crescimento também foi registrado em relação à meningite, hepatites, tétano, HPV, difteria, raiva e vacina pentavalente. Já o sarampo, amplamente abordado em 2019, teve uma presença menor no *Estadão* em 2020 (de 70 para 56 matérias) e levemente maior na *Folha* (de 39 para 41). A diminuição também pôde ser verificada nas menções à vacina tríplice viral, embora de forma menos acentuada.

Figura 2

Número de matérias com menções a doenças e vacinas, por jornal (2020)



Nota. Elaborado pelos autores.

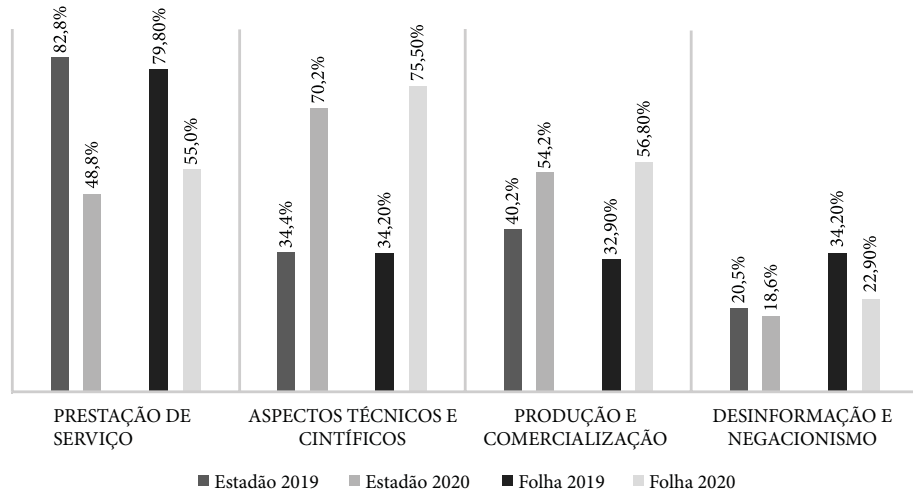
ABORDAGENS

A variação das abordagens na cobertura sobre vacina também seguiu um padrão similar nos dois jornais, antes e durante a pandemia da covid-19. A tendência foi de queda na cobertura voltada à prestação de serviço e aumento do conteúdo relacionado a aspectos técnicos e científicos e à produção e comercialização de imunizantes (Figura 3). Observa-se que a primeira abordagem era predominante nas matérias de 2019 (82,8% no *Estadão* e

79,8% na *Folha*), passando a ocupar apenas metade das publicações do ano seguinte. Já os outros dois temas, que antes da pandemia estavam em patamares inferiores a 40% das publicações, em 2020 superaram os 70% no caso dos aspectos científicos e os 50% dos aspectos comerciais. Houve pouca variação na proporção de matérias com elementos de desinformação e negacionismo, com pequena tendência de queda nos dois jornais.

Figura 3

Frequência relativa das abordagens identificadas na cobertura sobre vacina, por jornal e por ano



Nota. Elaborado pelos autores.

Também é possível verificar, dentro de cada uma dessas dimensões, quais aspectos foram mais ou menos abordados pelos veículos. Em 2019, o jornalismo de serviço concentrou-se principalmente nas informações sobre as campanhas de vacinação promovidas pelo governo e o público-alvo para o qual estavam voltadas. As campanhas continuaram sendo o conteúdo de serviço mais abordado em 2020, embora em proporção bem menor que no ano anterior e concentrado principalmente no mês de dezembro, ou seja, quando a imprensa passou a ecoar a expectativa da campanha de vacinação contra a covid-19. Ainda nessa perspectiva, informações sobre aplicação das diferentes doses da vacina (posologia), sintomas de doenças e locais e horários de vacinação, que estiveram presentes em mais de um quarto das matérias de 2019, representaram apenas uma pequena proporção das publicações de 2020.

A relação é inversa ao se observar os assuntos técnicos e científicos apresentados pelos jornais antes e durante a pandemia. Tanto *Estadão* quanto *Folha*

abordaram aspectos relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento de vacinas em cerca de 34% de suas matérias em 2019. Um ano depois, essa proporção saltou para 66,7% no primeiro jornal e 71,8% no segundo, com ênfase nos testes da vacina contra a covid-19 realizados por empresas farmacêuticas e instituições de pesquisa em todo o mundo. Nesse recorte específico, os jornais noticiaram com mais frequência as fases de testes pré-clínicos (em animais) e clínicos (em humanos) pelas quais um imunizante em potencial é submetido para que sejam avaliadas sua eficácia e segurança.

Ainda em relação ao conteúdo técnico e científico, houve a inserção, na cobertura dos jornais, de informações sobre a aprovação e o registro de vacinas por entidades sanitárias reguladoras. Menções a esse assunto não foram verificadas em nenhuma matéria de 2019. O tema surgiu no noticiário somente em maio de 2020, na época ainda de forma tangencial, atingindo uma cobertura sustentada no segundo semestre. No total daquele ano, informações sobre aprovação e registro foram mencionadas em 18,6% das publicações do *Estadão* e 21,5% da *Folha*.

No que diz respeito à parcela da cobertura que trata de desinformação e negacionismo, embora não tenha havido grandes variações entre um ano e outro, é possível observar uma mudança de foco nessa abordagem. Em 2019, as fake news, o movimento antivacina e, mais especificamente, a falsa alegação de que a vacina tríplice viral poderia causar autismo estiveram entre os principais assuntos desse tópico, com um pouco mais de destaque na cobertura da *Folha* em relação ao *Estadão*. Em 2020, vieram à tona as discussões sobre a obrigatoriedade de tomar a vacina. Esse tópico, praticamente não abordado no ano anterior, surgiu das controvérsias levantadas pelo próprio presidente Jair Bolsonaro. Ele defendeu publicamente a não obrigatoriedade da imunização, sobretudo ao colocar em xeque a vacina CoronaVac, na época ainda em desenvolvimento pela empresa chinesa Sinovac. A farmacêutica havia firmado um acordo com o Instituto Butantan, de São Paulo, por iniciativa do governador João Doria, antagonista político do presidente.

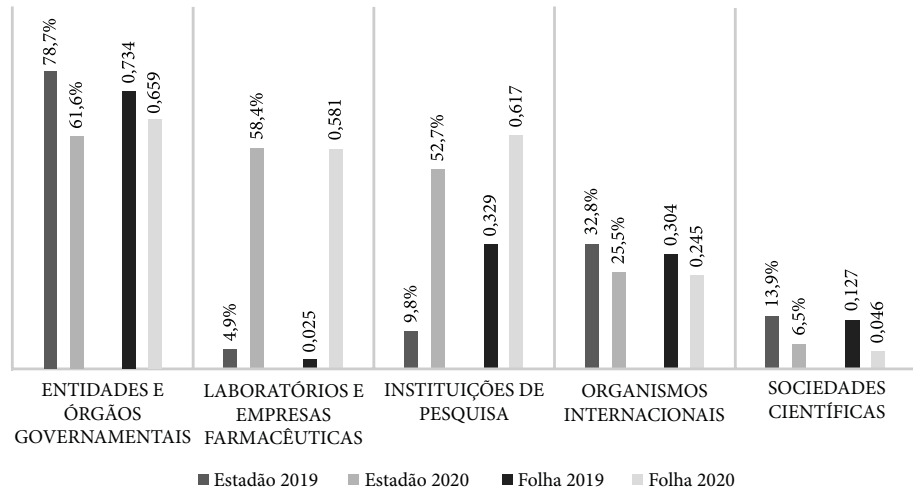
ORGANIZAÇÕES, PAÍSES E ATORES

Também observamos mudanças nas diversas organizações mencionadas nas matérias sobre vacina publicadas por *Estadão* e *Folha* durante os dois anos analisados. A Figura 4 mostra que o protagonismo dos órgãos governamentais, principalmente do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, passou a ser disputado com laboratórios, empresas farmacêuticas e instituições de pesquisa do Brasil e do mundo, cujas menções aumentaram

expressivamente em 2020. Pode-se dizer que a presença dos órgãos de governo continuou alta na cobertura após a pandemia da covid-19 (ficou acima de 60% nos dois jornais), mas foi superada pelas instituições públicas e privadas envolvidas nas pesquisas para o desenvolvimento de uma vacina contra a doença. Já as proporções das menções a organismos internacionais e a sociedades científicas diminuiu entre os anos.

Figura 4

Frequência relativa das organizações mencionadas na cobertura sobre vacina, por jornal e por ano



Nota. Elaborado pelos autores.

Aqui também houve alterações na frequência com que as organizações foram retratadas no noticiário. Em 2020, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsável por avaliar e autorizar (ou não) medicamentos e vacinas no Brasil, subiu posições como a entidade governamental mais citada, chegando a ultrapassar o Ministério da Saúde na cobertura do *Estadão*. Também chama a atenção o fato de que, depois dessas duas organizações, as referências mais frequentes foram a entidades e órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário (Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado, Supremo Tribunal Federal e Tribunais de Justiça). Essas organizações tiveram uma expressão mínima em 2019 – abaixo dos 7% no caso do Legislativo e dos 2% do Judiciário.

Já em relação aos laboratórios, empresas farmacêuticas e instituições de pesquisa, a pandemia foi responsável pela inserção de uma grande variedade de nomes pouco frequentes no noticiário. Enquanto nas matérias de 2019 as

poucas menções a essas organizações referiam-se a universidades e, em número ainda menor, à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Butantan, em 2020 houve referências bem mais frequentes tanto a essas instituições nacionais quanto às de outros países, como a Universidade de Oxford, no Reino Unido, e o Instituto Gamaleya, da Rússia (que desenvolveu a vacina Sputnik V). Além disso, empresas farmacêuticas estiveram presentes em mais de 15% das matérias, como Astrazeneca, Sinovac, Pfizer, BioNTech e Moderna. Importante lembrar que a Universidade de Oxford e a Astrazeneca desenvolveram em conjunto uma vacina contra a covid-19 – a Covishield – e fizeram um acordo de transferência tecnológica com a Fiocruz para a fabricação do imunizante no Brasil. Outro acordo foi firmado entre a Sinovac, da China, e o Instituto Butantan, para a produção da vacina CoronaVac.

Da mesma forma, países que foram pouco ou nenhuma vez mencionados na cobertura ao longo de 2019 ganharam expressividade ou surgiram nas matérias do ano seguinte. Os Estados Unidos saíram de percentuais menores de 20% para quase 40% das matérias de 2020. Em seguida, China e Reino Unido, praticamente ausentes na cobertura de 2019, estiveram presentes em mais de 20% das publicações. Já a Rússia, que não foi citada nenhuma vez no noticiário pré-pandemia, apareceu em 11,5% das matérias do *Estadão* em 2020 e em 11,3% das matérias da *Folha* nesse mesmo ano.

Por fim, na análise dos atores presentes nas matérias, os dados mostram que a cobertura anterior à pandemia da covid-19 fez pouca referência a nomes específicos. As referências mais frequentes foram a Jair Bolsonaro e ao então ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta, mas ainda assim muito baixas – 13,9% e 9,8% nas matérias do *Estadão*, respectivamente, e 8,9% e 5,1% nas matérias da *Folha*. No ano de 2020 o nome do presidente brasileiro foi bem mais frequente, chegando a figurar em 36,3% das publicações do *Estadão* e em 49,1% da *Folha*. Na sequência surgem os nomes de João Doria e Eduardo Pazuello, terceiro a assumir o posto de ministro da saúde desde o início da pandemia no Brasil. Outros atores aparecem no levantamento, mas com expressão proporcional reduzida.

DISCUSSÃO

A atenção da imprensa internacional à covid-19 cresceu na proporção de sua gravidade. Nosso estudo retrata esse fato ao comparar a cobertura sobre vacina em dois dos principais jornais brasileiros antes e durante a pandemia. Embora o tema esteja rotineiramente presente no noticiário, torna-se foco de

especial atenção por ser uma das principais formas de controlar a crise sanitária, refletindo toda a ansiedade e expectativa do momento. Mudanças tão drásticas têm implicações inevitáveis no processo produtivo dos meios de comunicação, que envolvem, segundo a teoria do *newsmaking* (Wolf, 2008), a seleção dos fatos que se tornam notícias, a abordagem e a angulação das matérias. No caso da vacina contra a covid-19, consideramos mais um aspecto, que é a resposta que os jornais precisaram dar a uma demanda do público por informações confiáveis. Nesse sentido, o aumento da cobertura aqui verificado pode ser, em parte, um efeito da tendência constatada em diferentes pesquisas de recepção (Casero-Ripollés, 2020; Vai et al., 2020), que mostram a confiança do público em veículos de comunicação tradicionais como fontes de credibilidade, sobretudo em um contexto de isolamento das atividades sociais.

Ao contrário da curva ascendente de publicações em 2020, a falta de uma linha de tendência no ano anterior mostra que, em tempos não pandêmicos, a cobertura sobre vacina obedece, em primeiro lugar, à factualidade jornalística. O cruzamento entre número de publicações e doenças mais mencionadas revela como o aumento nos casos de sarampo e as ações tomadas para conter os surtos estão fortemente presentes nas publicações de 2019, a exemplo das matérias “Casos de Sarampo Disparam para 384 em SP e Vacinação é Prorrogada” (Carvalho, 2019) e “Sarampo Soa o Alarme para Baixa Cobertura Vacinal no País” (Pasquini, 2019). Esses exemplos chamam a atenção pelo tom de preocupação imprimido pelos dois jornais, que certamente reflete o contexto de ressurgimento da doença em território nacional e o surto de sarampo que já havia sido registrado em 2018, principalmente na região Norte do país.

As outras doenças e vacinas apresentam frequências bem mais diluídas, também em consonância com a sazonalidade com que são abordadas, sobretudo em virtude das campanhas anuais de vacinação, como a tríplice viral, a gripe, a febre amarela e a poliomielite. Dessa forma, caracterizamos a cobertura sobre vacina em 2019 como sendo essencialmente de prestação de serviço (Eide & Knight, 1999), ao indicar para os leitores o período de imunização e o público para o qual ela é destinada. Nesse ponto, nosso estudo corrobora os resultados encontrados por Massarani, Leal et al. (2021) na análise das matérias sobre vacina publicadas pela *Folha* entre 2018 e 2019.

Observa-se que a inserção das vacinas como questões do *cotidiano* é predominante, o que demonstra que a vacinação é compreendida como um recurso incorporado à vida das pessoas, destacando-se a função do jornal de prestação de serviço sobre campanhas e ações governamentais. (Massarani, Leal et al., 2021)

Avançamos nesse aspecto na análise comparativa com o ano pandêmico, de onde surge talvez a grande mudança em termos jornalísticos: a passagem de uma abordagem da vacina na perspectiva da prestação de serviço para a do jornalismo científico de forma mais estrita. Com um tema dominante na agenda pública dos meios de comunicação, entram em cena detalhes sobre o desenvolvimento de um novo imunizante, como as fases de testes, a eficácia e segurança, os mecanismos de ação de uma vacina e os processos de aprovação e registro. Também há aumento na abordagem econômica, que envolve capacidade de produção, custos e acordos para aquisição de doses. Em matérias como “Entenda as Regras da Anvisa para o Uso Emergencial de Vacinas Contra a Covid-19” (Machado, 2020) e “Como Está Sendo Desenvolvida a CoronaVac, a Vacina Chinesa Contra o Vírus” (Santos, 2020), os jornais se propõem a explicar detalhes técnicos e científicos relacionados ao assunto.

Dos exemplos acima, nota-se como ainda em dezembro o *Estadão* refere-se ao imunizante desenvolvido pela empresa Sinovac como “vacina chinesa”, em uma escolha lexical incorporada nas discussões sobre procedência e segurança e sobre a obrigatoriedade de tomar a vacina – essa última inserida com mais frequência na cobertura relacionada à desinformação e ao negacionismo em 2020. São questões que remontam à própria história da imunização no Brasil, marcada pela Revolta da Vacina, em protesto contra a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola em 1904, e o debate público instaurado na então capital Rio de Janeiro diante do receio da população em relação à novidade científica (Benchimol, 2003; Chalhoub, 1996). Ao analisar a cobertura das edições dos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias* nos meses que antecederam a revolta, Salgado (2018) conclui que o destaque dado à ciência foi atingido pelo intenso debate público acerca da vacina antivariólica e do projeto de lei que instituiu sua obrigatoriedade.

Apesar dos avanços ao longo de mais de um século, as controvérsias ainda não estão totalmente pacificadas, como evidenciam nossos resultados. Em 2019, *Estadão* e *Folha* repercutiram um amplo e conclusivo estudo que constatou não haver relação entre a vacina tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola) e o autismo em crianças, pondo fim a uma informação falsa que já havia sido desmentida em outras ocasiões (Hviid et al., 2019). Em 2020, questionamentos sobre a segurança e a obrigatoriedade da vacina contra a covid-19 encontram voz no presidente Jair Bolsonaro, cuja gestão da pandemia no Brasil foi marcada pelo negacionismo das evidências científicas (“COVID-19 in...”, 2020).

Esses também são os assuntos mais frequentes em grupos antivacina no Facebook, como verificou Almeida (2019). Sua pesquisa mostra que nas discussões

desses grupos há desconfiança sobre os imunizantes e a quem recai a culpa dos efeitos das vacinas – exatamente a questão levantada por Bolsonaro no fim de 2020, ao explicar por que havia recusado um contrato de compra da vacina da Pfizer/BioNTech: “Lá no contrato da Pfizer está bem claro: ‘nós [a empresa] não nos responsabilizamos por qualquer efeito secundário’. Se você virar um jacaré, é problema seu” (Valadares, 2020). Ocorre que, na época, a última etapa de testes dessa vacina, conduzidos inclusive no Brasil, já havia sido concluída, e ela já tinha sido aprovada para uso emergencial em países como Estados Unidos, Reino Unido e México.

Dos resultados apresentados, destaca-se ainda a diversidade de organizações, países e atores na cobertura dos dois jornais entre um ano e outro. Os imunizantes agora têm nome e nacionalidade, mas essa atribuição varia de acordo com as escolhas editoriais, como mostrado no exemplo anterior da “vacina chinesa” e nos seguintes títulos: “Governo de SP Festeja Sucesso de *Vacina da Pfizer* [ênfase adicionada], mas diz que *Corona Vac* [ênfase adicionada] está ‘mais adiantada’” (Resk, 2020); “*Vacina Russa* [ênfase adicionada] Produz Imunidade Contra Novo Coronavírus, Mostram Primeiros Dados Publicados” (Batista, 2020). Nesse cenário, estão em disputa os interesses de autoridades, grandes potências mundiais e gigantes da indústria farmacêutica na “corrida pela vacina” – uma metáfora da velocidade e da competição identificada em nossa pesquisa anterior com jornais do Brasil, Estados Unidos e Reino Unido (Massarani & Neves, 2021).

Portanto, a vacina, enquanto um produto que segue as regras da economia de mercado, caracterizada pela demanda mundial a um item escasso, sai de um contexto local para um contexto de interesse internacional, no âmbito de um sistema globalizado de produção do conhecimento científico, como mostram as seguintes matérias: “Pressa Russa por Vacina Expõe Disputa Geopolítica Capaz de Atrasar Cura da Covid-19” (Turrer, 2020); “China e Rússia Estão à Frente na Disputa pela Vacina da Covid Fugindo de Regras já Consagradas” (Dou & Khurshudyan, 2020); “Rússia Diz que Sputnik V é Segura e Escancara Geopolítica da Vacina” (Gielow, 2020); “China Está para Bater os EUA com Vacina em seu Quintal, diz Militar Americano” (Sá, 2020). Trata-se de um ponto sensível, já que a possível correlação entre a comunicação e a adoção de medidas individuais de proteção à saúde já foi constatada em outros estudos (Chen & Stoecker, 2020; Wilson & Wiysonge, 2020). Embora necessitemos de mais pesquisas para estimar essa relação no caso da vacina contra a covid-19, levantamentos feitos no Brasil e nos Estados Unidos mostraram uma diminuição na disposição das pessoas em se vacinar quando a vacina estava associada à China ou à Rússia (“Brasileiros resistem...”, 2020; Kreps et al., 2020).

Já no cenário interno, apesar de uma razoável redução das menções a entidades e órgãos governamentais como um todo, a presença bem mais expressiva

do Legislativo e, principalmente, do Judiciário, revela como a pandemia no Brasil envolveu as diferentes esferas do poder público. Em 2019, menções a órgãos do poder Judiciário não chegavam a 2% das matérias; esse índice superou os 10% no ano seguinte. Importante ressaltar que, logo no início da crise sanitária, em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os governos estaduais e municipais tinham autonomia para determinar o isolamento social, ao contrário do que estabelecia uma medida provisória que concentrava essa determinação no governo federal. A narrativa de que a corte retirou do Executivo o poder de atuar no combate à pandemia foi apropriada pelo presidente Jair Bolsonaro como justificativa para a não adoção de medidas mais efetivas.

Outro desdobramento jurídico da questão teve como um dos principais motivadores, mais uma vez, a discussão sobre a obrigatoriedade da vacinação, que também precisou ser pacificada pelo STF em dezembro de 2020. Esses e outros assuntos correlatos também tramitaram pela esfera legislativa, como a aprovação do auxílio emergencial para trabalhadores afetados pela pandemia e as pressões pela responsabilização do presidente por má condução da crise. Vale notar que o Legislativo viria a assumir um protagonismo ainda maior nos meses seguintes, já em 2021, com a instalação, pelo Senado Federal, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os fatores que levaram ao grande número de mortes por covid-19.

Os atores que passam a ganhar mais destaque também são indícios de uma cobertura mais personalizada e politizada, caracterizada pela presença de autoridades do mundo político (Chinn et al., 2020). Antes da pandemia, o noticiário do *Estado* e da *Folha* sobre vacina faz pouca menção a nomes específicos, o que muda com o antagonismo público e declarado entre Bolsonaro e Doria no ano seguinte. Os jornais chegam a classificar a disputa interna como um embate bélico: “Guerra da Vacina’ Pode Ajudar a Unir Forças do Centro Democrático Contra Bolsonaro” (Frazão, 2020); “Em Meio à ‘Guerra da Vacina’, Doria Diz que Governo Bolsonaro Insiste no Negacionismo” (Amâncio, 2020). Atualmente, sabe-se que o embate político e ideológico teve consequências diretas no andamento da vacinação contra a covid-19 no Brasil, como o atraso no início da campanha, a escassez de doses e o descontrole da pandemia, que viria a atingir um novo pico de contaminações e mortes no início de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vacinas são responsáveis pelo controle ou erradicação de doenças e pela diminuição nos custos em assistência médica e nas desigualdades entre os países (Andre et al., 2008). Com a pandemia da covid-19, esses fatores ficaram

ainda mais evidentes, o que nos motivou a conduzir este estudo comparativo sobre a cobertura da temática em dois dos mais importantes jornais brasileiros, tendo como ponto de inflexão uma grave emergência de saúde pública mundial. Com o objetivo de realizar uma pesquisa abrangente e que pudesse considerar a totalidade das publicações, utilizamos a metodologia da análise de conteúdo assistida por computador, que permite explorar grandes bases de dados textuais e associar resultados quantitativos a inferências qualitativas. Com isso, criamos um dicionário de categorização para identificar os principais elementos de 2.120 matérias sobre vacina publicadas por *Estadão* e *Folha* nos anos de 2019 e 2020.

Nossos resultados mostram como a pandemia provocou um aumento expressivo na produção de conteúdo pelos jornais, o que representa um desafio e uma responsabilidade adicionais. Isso nos leva a questionar se os veículos e os profissionais de comunicação estavam preparados para tal impacto, tanto em termos de qualificação para lidar com assuntos científicos complexos quanto nas relações de trabalho em condições adversas. Uma pesquisa com trabalhadores de comunicação brasileiros revela que a pandemia agravou um setor já em crise, marcado por demissões, contratos precários, rebaixamento salarial, densificação do trabalho, estresse e incertezas sobre o futuro (Figaro, 2020).

Por outro lado, do ponto de vista do conteúdo, há que se ressaltar a ampliação da abordagem científica sobre a vacina, para além da importante e necessária prestação de serviço realizada pelos jornais na cobertura anterior à covid-19. Embora essa mudança tenha como pressuposto um evento extremamente penoso para a sociedade, refletimos se a substituição de uma abordagem episódica por uma mais aprofundada pode contribuir para a superação de um jornalismo científico calcado exclusivamente no sensacionalismo (Teixeira, 2002) ou, nas palavras de Adeodato (2002), que “reforça as fantasias futurísticas de fantásticas descobertas” (p. 223). Vale dizer, por exemplo, que embora a covid-19 tenha dominado a pauta dos jornais em 2020, em números absolutos a frequência de outras doenças e vacinas também aumentou em relação a 2019, o que representa um importante avanço.

A inserção de outras dimensões e atores no noticiário relacionado à vacina também fez ela deixar de ser vista como um produto acabado, prontamente disponível nas unidades de saúde, para ser uma tecnologia científica em constante desenvolvimento, na qual são empregados esforços de pesquisadores de todo o mundo e que, até sua disponibilização para a sociedade, passa por um longo processo que envolve ainda aspectos políticos, econômicos e ideológicos. Nesse sentido, a cobertura em tempo integral e a necessidade de refutar e esclarecer informações falsas ou distorcidas abriram espaço para outras vozes na cobertura de ciência (Massarani, Brotas et al., 2021). Por outro lado,

expressamos a mesma preocupação de Bolsen et al. (2014) em relação ao risco de o que tem sido chamado de *politização da pandemia* interferir negativamente na adoção de medidas baseadas em evidência científica, ainda mais quando ela captura o debate público promovido pela mídia, como revelam alguns de nossos resultados. As características dessa politização têm sido investigadas em diferentes contextos (Hart et al., 2020; Ward et al., 2020), mas o fato de, no Brasil, ela ter sido caracterizada pela imprensa como uma guerra entre dois dos mais importantes adversários da cena política contribui para explicar os rumos da crise no país.

Tais reflexões podem ser estendidas à ciência de uma forma geral, compreendida não apenas em seus resultados, mas sobretudo em seus processos, o que contribui para a percepção de que, como atividade humana, ela não está isolada do restante da sociedade, exercida somente nos limites dos laboratórios. Além disso, todos esses aspectos passam a constituir o arcabouço de informações disponíveis para a sociedade, que, associadas a outras fontes e relações sociais, são apropriadas em diferentes graus e com diferentes interpretações. De todo modo, ainda é cedo para falar de uma mudança de paradigma no jornalismo científico e na compreensão pública da ciência, e os impactos da atual pandemia no campo da comunicação representam um campo fértil de investigação, inclusive com a aplicação, em outros veículos e períodos, do dicionário de categorização aqui construído. ■

REFERÊNCIAS

- Adeodato, S. (2002). Jornalismo científico e as fantasias futurísticas. In L. Massarani, I. C. Moreira & F. Brito (Eds.), *Ciência e público: Caminhos da divulgação científica no Brasil* (pp. 223-224). Casa da Ciência da UFRJ.
- Almeida, A. M. (2019). *Movimento antivacinas na internet: Da apropriação e recirculação do jornalismo de saúde ao empoderamento de grupos no Facebook* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Biblioteca digital de teses e dissertações da UFPR. <https://bit.ly/3Axh49s>
- Amâncio, T. (2020, 14 de dezembro). Em meio à “guerra da vacina”, Doria diz que governo Bolsonaro insiste no negacionismo. *Folha de S.Paulo*. <https://bit.ly/3bSTCt9>
- Andre, F. E., Booy, R., Bock, H. L., Clemens, J., Datta, S. K., John, T. J., Lee, B. W., Lolekha, S., Peltola, H., Ruff, T. A., Santosham, M., & Schmitt, H. J. (2008). Vaccination greatly reduces disease, disability, death and inequity worldwide. *Bulletin of the World Health Organization*, 86(2), 140-146. <https://bit.ly/3P202Es>

- Batista, E. L. (2020, 4 de setembro). Vacina russa produz imunidade contra novo coronavírus, mostram primeiros dados publicados. *Folha de S.Paulo*. <https://bit.ly/3OWoS8O>
- Benchimol, J. (2003). Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In J. Ferreira & L. A. N. Delgado (Eds.), *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente – Da Proclamação da República à Revolução de 1930* (pp. 231-286). Civilização Brasileira.
- Bengston, D. N., & Xu, Z. (1995). *Changing national forest values: A content analysis*. United States Department of Agriculture.
- Bolsen, T., Druckman, J. N., & Cook, F. L. (2014). How frames can undermine support for scientific adaptations: Politicization and the status-quo bias. *Public Opinion Quarterly*, 78(1), 1-26. <https://doi.org/10.1093/poq/nft044>
- Bonneux, L., & van Damme, W. (2006). An iatrogenic pandemic of panic. *BMJ*, 332(7544), 786-788. <https://doi.org/10.1136/bmj.332.7544.786>
- Brasil já aplicou a primeira dose de vacinas contra covid em mais de 45,6 milhões de pessoas. (2021, 31 de maio). *G1*. <http://glo.bo/3Ilup6x>
- Brasileiros resistem a vacinas da China e da Rússia. (2020, 21 de outubro). *Centro de Pesquisa em Comunicação Política e Saúde Pública da UnB*. <https://bit.ly/3yDB1ZV>
- Carpenter, S. (2007). U.S. elite and non-elite newspapers' portrayal of the Iraq War: A comparison of frames and source use. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 84(4), 761-776. <https://doi.org/10.1177/107769900708400407>
- Carvalho, M. A. (2019, 16 de julho). Casos de sarampo dispararam para 384 em SP e vacinação é prorrogada. *O Estado de S. Paulo*. <https://bit.ly/3bQOISK>
- Casero-Ripollés, A. (2020). Impact of COVID-19 on the media system. Communicative and democratic consequences of news consumption during the outbreak. *Profesional de La Información*, 29(2). <https://doi.org/10.3145/epi.2020.mar.23>
- Chalhoub, S. (1996). *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Companhia das Letras.
- Chen, W., & Stoecker, C. (2020). Mass media coverage and influenza vaccine uptake. *Vaccine*, 38(2), 271-277. <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2019.10.019>
- Chinn, S., Hart, P. S., & Soroka, S. (2020). Politicization and polarization in climate change news content, 1985-2017. *Science Communication*, 42(1), 112-129. <https://doi.org/10.1177/1075547019900290>
- COVID-19 in Brazil: "So what?". (2020). *The Lancet*, 395(10235), 1461. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(20\)31095-3](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(20)31095-3)
- Deng, Q., Hine, M. J., Ji, S., & Sur, S. (2017). *Building an environmental sustainability dictionary for the IT industry* [Apresentação de trabalho].

- 50th Hawaii International Conference on System Sciences, Hilton Waikoloa Village, HI, United States.
- Deng, Q., Hine, M. J., Ji, S., & Sur, S. (2018). Inside the black box of dictionary building for text analytics: A design science approach. *Journal of International Technology and Information Management*, 27(3), 119-159. <https://scholarworks.lib.csusb.edu/jitim/vol27/iss3/7>
- Dou, E., & Khurshudyan, I. (2020, 23 de setembro). China e Rússia estão à frente na disputa pela vacina da covid fugindo de regras já consagradas. *O Estado de S. Paulo*. <https://bit.ly/3ygL4Uh>
- Dudo, A. D., Dahlstrom, M. F., & Brossard, D. (2007). Reporting a potential pandemic: A risk-related assessment of avian influenza coverage in U.S. newspapers. *Science Communication*, 28(4), 429-454. <https://doi.org/10.1177/1075547007302211>
- Eide, M., & Knight, G. (1999). Public/private service: Service journalism and the problems of everyday life. *European Journal of Communication*, 14(4), 525-547. <https://doi.org/10.1177/0267323199014004004>
- Figaro, R. (2020). *Relatório dos resultados da pesquisa: Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da covid-19*. ECA-USP.
- Frazão, F. (2020, 27 de outubro). “Guerra da Vacina” pode ajudar a unir forças do centro democrático contra Bolsonaro. *O Estado de S. Paulo*. <https://bit.ly/3nEYwwe>
- Gielow, I. (2020, 9 de setembro). Rússia diz que Sputnik V é segura e escancara geopolítica da vacina. *Folha de S.Paulo*. <https://bit.ly/3akHocj>
- Goldstein, S., MacDonald, N. E., & Guirguis, S. (2015). Health communication and vaccine hesitancy. *Vaccine*, 33(34), 4212-4214. <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2015.04.042>
- Hart, P. S., Chinn, S., & Soroka, S. (2020). Politicization and polarization in COVID-19 news coverage. *Science Communication*, 42(5), 679-697. <https://doi.org/10.1177/1075547020950735>
- Hussain, A., Ali, S., Ahmed, M., & Hussain, S. (2018). The anti-vaccination movement: A regression in modern medicine. *Cureus*, 10(7), Artigo e2919. <https://doi.org/10.7759%2Fcureus.2919>
- Hviid, A., Hansen, J. V., Frisch, M., & Melbye, M. (2019). Measles, mumps, rubella vaccination and autism. *Annals of Internal Medicine*, 170(8), 513. <https://doi.org/10.7326/m18-2101>
- Ihekweazu, C. (2016). Ebola in prime time: A content analysis of sensationalism and efficacy information in U.S. nightly news coverage of the Ebola outbreaks. *Health Communication*, 32(6), 741-748. <https://doi.org/10.1080/10410236.2016.1172287>

- Johnson, N. F., Velásquez, N., Restrepo, N. J., Leahy, R., Gabriel, N., Oud, S. E., Zheng, M., Manrique, P., Wuchty, S., & Lupu, Y. (2020). The online competition between pro- and anti-vaccination views. *Nature*, 582, 230-233. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2281-1>
- Kreps, S., Prasad, S., Brownstein, J. S., Hswen, Y., Garibaldi, B. T., Zhang, B., & Kriner, D. L. (2020). Factors associated with US adults' likelihood of accepting COVID-19 vaccination. *JAMA Network Open*, 3(10), Artigo e2025594. <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2020.25594>
- Lacy, S., Fico, F., & Simon, T. F. (1991). Fairness and balance in the prestige press. *Journalism Quarterly*, 68(3), 363-370. <https://doi.org/10.1177/107769909106800306>
- Lo, W. H., Lam, B. S. Y., & Cheung, M. M. F. (2019). The dynamics of political elections: A big data analysis of intermedia framing between social media and news media. *Social Science Computer Review*, 627-647. <https://doi.org/10.1177/0894439319876593>
- Machado, R. (2020, 4 de dezembro). Entenda as regras da Anvisa para o uso emergencial de vacinas contra a covid-19. *Folha de S.Paulo*. <https://bit.ly/3IIYDXq>
- Massarani, L., & Neves, L. F. F. (2021). Communicating the “race” for the COVID-19 vaccine: An exploratory study in newspapers in the United States, the United Kingdom, and Brazil. *Frontiers in Communication*, 6. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2021.643895>
- Massarani, L., Brotas, A., Costa, M. C. R., Neves, L. F. F. (2021). Vacinas contra a covid-19 e o combate à desinformação na cobertura da Folha de S.Paulo. *Fronteiras*, 23(2), 29-43. <https://doi.org/10.4013/fem.2021.232.03>
- Massarani, L., Leal, T., Waltz, I., Modesto, M., & Brotas, A. M. P. (2021). A vacina em pauta: A produção de sentidos na cobertura da Folha de S.Paulo. *Contracampo*, 40(1). <https://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.47457>
- Maximiano, A. C. A. (2000). *Introdução à administração*. Atlas.
- Medeiros, F. N. S., & Massarani, L. (2010). Pandemic on the air: A case study on the coverage of new influenza A/H1N1 by Brazilian prime time TV news. *Journal of Science Communication*, 9(3), Artigo A03. <https://doi.org/10.22323/2.09030203>
- Ministério da Saúde. (2003). *Programa nacional de imunizações – 30 anos*. Ministério da Saúde.
- Nascimento, C. M. R. B. (2018). *A divulgação científica e as campanhas de vacinação contra a poliomielite: Um estudo de caso relativo aos principais jornais em circulação na cidade de São Paulo (1970-1980)* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica]. Repositório institucional da PUC-SP. <https://bit.ly/3Pav7WL>

- Oliveira, T. M. D. (2018). Miatização da ciência: Reconfiguração do paradigma da comunicação científica e do trabalho acadêmico na era digital. *MATRIZES*, 12(3), 101-126. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p101-126>
- Pasquini, P. (2019, 7 de setembro). Sarampo soa alarme para baixa cobertura vacinal no país. *Folha de S. Paulo*. <https://bit.ly/3up5k4T>
- Quevedo, J. P., Inácio, M., Wiczorkiewicz, A. M., & Invernizzi, N. (2016). A política de vacinação contra o HPV no Brasil: A comunicação pública oficial e midiática face à emergência de controvérsias. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 12(24). <https://doi.org/10.3895/rts.v12n24.3206>
- Rafael, J. H., Jr. (2020, 31 de março). Grupos antivacina mudam foco para covid-19 e trazem sérios problemas à saúde pública. *IEA-USP*. <https://bit.ly/3bUJDDF>
- Resk, F. (2020, 9 de novembro). Governo de SP festeja sucesso de vacina da Pfizer, mas diz que CoronaVac está “mais adiantada”. *O Estado de S. Paulo*. <https://bit.ly/3usnOlo>
- Sá, N. (2020, 3 de dezembro). China está para bater os EUA com vacina em seu quintal, diz militar americano. *Folha de S. Paulo*. <https://bit.ly/3bYZvVO>
- Sacramento, I., & Paiva, R. (2020). Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. *MATRIZES*, 14(1), 79-106. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i1p79-106>
- Salgado, A. S. (2018). *A Revolta contra a vacina: A vulgarização científica na grande imprensa no ano de 1904* [Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. Repositório institucional da Fiocruz. <https://bit.ly/3NNAIHO>
- Santos, D. P. (2020, 12 de dezembro). Como está sendo desenvolvida a CoronaVac, a vacina chinesa contra o coronavírus. *O Estado de S. Paulo*. <https://bit.ly/3bNu5RX>
- Silva, J. B. D., Jr. (2013). Quarenta anos do Programa Nacional de Imunizações: Uma conquista da saúde pública brasileira. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 22(1), 7-8. <https://bit.ly/3ymOa9f>
- Superiore di Sanità, I., Rezza, G., Marino, R., Farchi, F., & Taranto, M. (2004). SARS epidemic in the press. *Emerging Infectious Diseases*, 10(2), 381-382. <https://doi.org/10.3201/eid1002.030743>
- Teixeira, M. (2002). Pressupostos do jornalismo de ciência no Brasil. In L. Massarani, I. C. Moreira & F. Brito (Eds.), *Ciência e público: Caminhos da divulgação científica no Brasil* (pp. 133-142). Casa da Ciência da UFRJ.
- Tian, Y., & Stewart, C. M. (2005). Framing the SARS crisis: A computer-assisted text analysis of CNN and BBC online news reports of SARS. *Asian Journal of Communication*, 15(3), 289-301. <https://doi.org/10.1080/01292980500261605>
- Turrer, R. (2020, 15 de agosto). Pressa russa por vacina expõe disputa geopolítica capaz de atrasar cura da covid. *O Estado de S. Paulo*. <https://bit.ly/3bPCJiW>

- Vai, B., Cazzetta, S., Ghiglino, D., Parenti, L., Saibene, G., Toti, M., Verga, C., Wykowska, A., & Benedetti, F. (2020). Risk perception and media in shaping protective behaviors: Insights from the early phase of COVID-19 Italian outbreak. *Frontiers in Psychology, 11*. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.563426>
- Valadares, J. (2020, 17 de dezembro). Bolsonaro volta a defender cloroquina e diz que ninguém pode obrigar aplicação da vacina contra Covid. *Folha de S.Paulo*. <https://bit.ly/3ReOQWR>
- van den Bulck, J., & Custers, K. (2009). Television exposure is related to fear of avian flu, an ecological study across 23 member states of the European Union. *The European Journal of Public Health, 19*(4), 370-374. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckp061>
- Wallace, R. (2018). Contextualizing the crisis: The framing of Syrian refugees in Canadian print media. *Canadian Journal of Political Science, 51*(2), 207-231. <https://doi.org/10.1017/s0008423917001482>
- Ward, J. K., Alleaume, C., Peretti-Watel, P., Peretti-Watel, P., Seror, V., Cortaredona, S., Launay, O., Raude, J., Verger, P., Beck, F., Legleye, S., L'Haridon, O., & Ward, J. (2020). The French public's attitudes to a future COVID-19 vaccine: The politicization of a public health issue. *Social Science & Medicine, 265*, Artigo 113414. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113414>
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe.
- Wilson, S. L., & Wiysonge, C. (2020). Social media and vaccine hesitancy. *BMJ Global Health, 5*(10), Artigo e004206. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2020-004206>
- Wolf, M. (2008). *Teorias da comunicação*. Martins Fontes.

Artigo recebido em 9 de setembro de 2021 e aprovado em 21 de junho de 2022.

Imagens de *Amor de Mãe*: Quadriculamentos e Escapatórias

Images of Amor de Mãe: Gridlines and Escapes

SANDRA FISCHER^a

Universidade Tuiuti do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens.
Curitiba – PR, Brasil

ALINE VAZ^b

Universidade Tuiuti do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens.
Curitiba – PR, Brasil

RESUMO

O estudo discute enquadramentos/quadriculamentos na telenovela *Amor de Mãe*, analisando a imagética de vínculos/convívios familiares, a labilidade com que se articulam entre paisagens anestésicas/espacos estésicos e os intercâmbios entre ficção e realidade. Examinam-se, em tal contexto: (1) efeitos de sentido e brechas sensíveis facultativas de apropriações estésicas; e (2) escapatórias que possibilitam a corpos ativos assumirem disposições afetivas e sustentarem relações sinestésicas. Conclui-se que os enquadramentos que dão a ver personagens quadriculadas em práticas cotidianas estruturadas a partir de apesamentos revelam, não obstante, fissuras que permitem a construção de saídas físicas e simbólicas.

Palavras-chave: Telenovela *Amor de Mãe*, quadriculamento e escapatória, paisagens anestésicas e espacos estésicos

ABSTRACT

The essay discusses framings and gridlines in images of the telenovela *Amor de Mãe*. The analysis lies on the functioning of family bonds/convivialities, their labile articulations amid anesthetic landscapes/aesthetic spaces, and fiction/reality interchanges. In this context, the following issues are examined: (1) meaning effects and sensorial gaps which may provide aesthetic appropriations; (2) escapes that enable active bodies to assume affective dispositions and sustain synesthetic relationships. It is concluded that the framings that show checkered characters immersed in restrictive practices and routines also reveal fissures that allow physical and symbolic exits.

Keywords: Telenovela *Amor de Mãe*, *quadrillage* and escape, anesthetic landscapes/aesthetic spaces

^a Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Docente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Docente Colaboradora do Mestrado em Cinema e Artes do Vídeo da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Vice-líder do Grupo de Pesquisa TELAS: Cinema, Televisão, Streaming, Experiência Estética (UTP/CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7891-6420>. E-mail: sandrafischer@uol.com.br

^b Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da UTP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicações e Linguagens da UTP. Líder do Grupo de Pesquisa TELAS: Cinema, Televisão, Streaming, Experiência Estética (UTP/CNPq). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2416-200X>. E-mail: alinevaz900@gmail.com

¹ Em 21 de março de 2020 a exibição de *Amor de Mãe* foi interrompida devido à pandemia da covid-19. Com a proliferação do vírus no país, os estúdios da Rede Globo foram fechados, e as gravações, suspensas por tempo indeterminado. A emissora passou, então, a reprisar telenovelas veiculadas anteriormente. Após cinco meses dedicados à definição de protocolos de segurança sanitária, em agosto, foram retomadas as gravações das novelas em hiato – *Amor de Mãe* e *Salve-se Quem Puder*. *Malhação: Toda Forma de Amar* e *Éramos Seis*, já em seus últimos capítulos quando as atividades foram suspensas, conseguiram finalizar suas histórias. A segunda parte de *Amor de Mãe* foi ao ar em 15 de março de 2021, quase um ano após sua interrupção.

A TELENOVELA *AMOR DE Mãe* (Dias & Villamarim, 2019-2021) estreou na Rede Globo de Televisão em 25 de novembro de 2019¹, no horário das 21h, tendo como tema de abertura a canção “É”, do cantor e compositor brasileiro Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (conhecido como Gonzaguinha). É também com esta música que, no segundo capítulo da telenovela, a personagem Camila (Jéssica Ellen), professora recém-formada em História, inicia sua primeira aula em um estabelecimento público de ensino: “É, a gente quer valer o nosso amor, a gente quer valer nosso suor, a gente quer valer o nosso humor, a gente quer do bom e do melhor, a gente quer carinho e atenção”. Após cantarolar este trecho e ganhar os olhares atentos da turma antes dispersa, a professora conta aos alunos adolescentes que a música foi lançada em 1988, pouco depois de o Brasil se livrar da ditadura militar imposta em 1964. Na sequência do capítulo, a aula é interrompida pelos sons de disparos de fuzil e de motores de helicópteros que sobrevoam a escola.

Considerando a ficção como um documento de sua época, a narrativa telenovelística em análise adota uma linguagem imagético-discursiva que revela estreita relação com a realidade social do Brasil contemporâneo, viabilizando uma *leitura documentarizante* (Odin, 1985). No caso dos tiros e zunidos que assolam a escola, a trama, ambientada na cidade do Rio de Janeiro, resgata a polêmica ação policial ordenada em 2019 pelo então governador Wilson Witzel (“Helicóptero...”, 2019) na comunidade do Morro do Alemão. À época, noticiou-se: “Ao menos três pessoas teriam sido agredidas e duas mortas. Por conta da operação, pelo menos 14 creches e escolas da região tiveram as aulas suspensas. Algumas áreas da favela ficaram sem luz, porque os tiros acertaram transformadores de energia elétrica” (“Helicóptero...”, 2019). Nesta perspectiva, as imagens de histórias particulares vivenciadas pelas personagens da novela passam a funcionar como metonímia e metáfora da sociedade; são relatos de um povo, de uma nação, que tomam forma, no caso, a partir de “uma narrativa caleidoscópica, multidimensional do cotidiano vivido pelos brasileiros”, como observa Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2009, p. 24).

A telenovela tem como gênero predominante o melodrama, o qual Peter Brooks (1976), partindo da análise de peças teatrais do século XVIII, particulariza, considerando-o como o *drama do reconhecimento*. Jesús Martín-Barbero (2003) atribuiu ao recurso um dos motivos de sucesso do melodrama entre os latino-americanos, pois as tramas desenvolvem “o desconhecimento de uma identidade e a luta contra as injustiças, as aparências, contra tudo o que se oculta e se disfarça: uma luta por se fazer reconhecer” (p. 317). Em outras palavras, Martín-Barbero observou como o drama do reconhecimento pode figurar processos históricos e culturais, origens suprimidas e ausências de partes de quem somos. *Amor de Mãe* aborda diversos temas problemáticos, que perturbam as

sociedades contemporâneas, desdobrando-se em conflitos narrativos: tráfico de crianças, ataques ao ecossistema, violência contra a mulher, racismo, comércio de drogas, corrupção generalizada etc. São as contraordenações, perversões e distorções sociais que interligam as vidas das personagens – viabilizando relações e construções afetivas que, a um só tempo, as acolhem e aprisionam em enlaçamentos, amarrações e nós que se estabelecem predominantemente sob a forma de laços familiares.

Na perspectiva definida por Ana Amado e Nora Domínguez (2004), os laços familiares ganham sentidos conflitantes entre ligação/união e armadilha/fraude: enlaces que unem também estabelecem fronteiras e apartam. Elos familiares instalam significados, formas de convívio e modos de vida contraditórios, e funcionam como promotores de junções e disjunções, ataduras e cortes, identificações e diferenças – em categorias de ordem discursiva, cultural, social e teórica. Logo, os laços de família poderão se constituir na mobilidade da circulação estética ou na imobilidade da paralisia anestésica dos corpos e de suas relações com o espaço físico e social.

Sintetizemos alguns dos elos familiares que se entrelaçam em *Amor de Mãe*, tecendo relações transversalizadas que amparam e motivam as personagens, por um lado, mas, por outro, mantêm-nas embaraçadas e enodadas em intrincadas redes de desordenamentos e perversões. Em termos foucaultianos, observa-se que, nos lugares arquitetônicos e simbólicos que lhes cabem no espaço ficcional da telenovela, as personagens estarão – todas elas, de forma explícita ou nem tanto – encarceradas, aprisionadas no interior de poderes muito apertados, que lhes impõem limitações, interdições e obrigações. Perscrutar, sondar a construção e o funcionamento do produto audiovisual em tela implica vislumbrar ali – de soslaio que seja – o reflexo, mesmo que distorcido, do que se passa também no campo que extrapola a tela. A partir de tal visada, pergunta-se: como esses quadriculamentos, enquanto máquinas/métodos/fórmulas de controle e dominação, são experimentados, vivenciados (intra, extra e intertelas), e como podem (ou não) vir a ser fraturados, ressignificados, superados?

Lurdes (Lucy Alves/Regina Casé) – a personagem central da trama – foi separada do filho Domênico quando este ainda era muito pequeno, aos 2 anos de idade, na cidade fictícia de Malaquitas, no Rio Grande do Norte. Livrando-se de Jandir (Daniel Ribeiro), o pai do menino – que o vendera para Kátia (Stella Rabello/Vera Holtz), uma traficante de crianças que vive no Rio de Janeiro –, a mulher junta os outros três filhos e parte em busca do filho; no caminho, depara-se com uma menina recém-nascida abandonada, a quem acolhe como filha, e passa a viver na capital carioca, trabalhando como doméstica e babá, eternamente às voltas com a procura de Domênico.

² Note-se que a perspectiva analítica aqui proposta focaliza a narrativa e a produção de sentido do produto televisual em pauta a partir do entendimento de que a ficção televisiva, tal como acontece com a cinematográfica, à medida que se comunica com a sociedade em que se insere, pode funcionar como campo do sintoma – assim extrapolando, eventualmente, a dimensão da dita representação pura e simples. Especificidades estritamente atinentes ao dispositivo “televisão” e peculiaridades restritas à plataforma não serão aprofundadas.

³ Para Jean-Marie Floch (2001), os sentidos dados pelo *plano da expressão* e pelo *plano do conteúdo*, colocados em justaposição, constituem sistemas semi-simbólicos. O plano da expressão é aquele em que “as qualidades sensíveis que possui uma linguagem para se manifestar são selecionadas e articuladas entre elas por variações diferenciais”; já o plano do conteúdo é “onde a significação nasce das variações diferenciais graças as quais cada cultura, para pensar o mundo, ordena e encadeia ideias e discurso” (p. 9). Verifica-se distinção entre os níveis da forma e da substância de cada um dos planos: “a *forma* é a organização, invariante e puramente relacional, que articula a matéria sensível ou a matéria conceitual de um plano, produzindo assim a significação”; e “a *substância* é a matéria, o suporte variável que a forma articula. A substância é pois a realização, num determinado momento, da forma” (p. 11).

Thelma (Adriana Esteves), dona de um restaurante herdado do pai, perdera o filho único em um incêndio doméstico que vitimou também seu marido; no lugar do pequeno colocou outro, “adotando” um bebê por meios ilícitos – a quem chamou Danilo (Chay Suede) –, fazendo-o passar pela criança que se fora e tornando-se para ele uma mãe superprotetora; uma vez crescido, o rapaz vê-se aprisionado pelos excessivos cuidados maternos e ressentido das ingerências arbitrárias em sua vida. Sandro (Humberto Carrão), um jovem de boa índole criado pela traficante Kátia e por ela iniciado no mundo do crime ainda na infância, encontra-se na prisão, jurado de morte. Um acidente de carro ocorrido em meio a uma discussão de casal leva Leila (Arieta Corrêa) a permanecer em coma durante oito anos. Magno (Juliano Cazarré), então, é condenado a sobreviver preso a um casamento que já se encontrava em declínio, cuidando de um corpo paralisado no leito hospitalar. Vitória (Taís Araújo), advogada de sucesso, assombrada pela culpa por ter, no início da juventude, abandonado um filho recém-nascido, na maturidade deseja tornar-se mãe a qualquer custo: após adotar uma criança, acaba engravidando, o que complica sua vida amorosa e profissional. Amanda (Camila Márdila), ativista ambiental cujo pai encontra-se inválido devido aos anos prestando serviços nos dutos da PWA, uma empresa de fabricação de plástico, em que se contaminara com os rejeitos ali despejados, está decidida a destruir Álvaro (Iranthir Santos), o dono da fábrica.

É para essa rede de relações que o estudo vai direcionar suas lentes analíticas², para a mise-en-scène da telenovela *Amor de Mãe* e seus efeitos de sentido, tomando como corpus os capítulos exibidos entre os dias 3 de dezembro, quando Lurdes encontra Sandro e, acreditando ser seu filho Domênico, consegue tirá-lo da prisão; e 19 de dezembro, quando Sandro resgata Lurdes de um sequestro.

AMARRAS, CONVÍVIOS, LAÇOS: AMOR DE MÃE BANDIDO?

Partindo da premissa de que os quadriculamentos impostos pelas diversas instâncias da sociedade afetam tanto os sujeitos tidos como subversivos quanto aqueles que se empenham em zelar pelo cumprimento das normas, leis e convenções, numa dinâmica de funcionamento verso/inverso que implica ambos os lados, considera-se que todos se encontram – em maior ou menor intensidade – aprisionados em restrições e delimitações físicas e afetivas. Dirigindo o olhar às politicidades estéticas articuladas entre o plano da expressão e o plano do conteúdo³ do produto audiovisual em tela, faz-se necessário, em um primeiro momento, enfocar o advento dos encarceramentos físicos e seus espaços concretos de contenção dos corpos para, em seguida, aprofundar as lentes em questões atinentes aos aprisionamentos simbólicos.

Os aprisionamentos advêm, em especial, de um ordenamento disciplinar dos corpos que, para Michel Foucault (2014), irá exigir “a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (p. 139). As estruturas que orientam as edificações dos colégios, quartéis, hospitais, conventos, das escolas e das fábricas são exemplos, entre outros, dessa arquitetura do encarceramento. Os aparelhos disciplinares trabalham com o princípio da localização imediata, o *quadriculamento* que instala e confina “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” e cuja lógica exige a evitação das “distribuições por grupos”, a decomposição das “implantações coletivas” e a análise das “pluralidades confusas, maciças ou fugidias” (p. 140). Isso se dá em prol da anulação dos efeitos das repartições indecisas: para que os indivíduos não venham a desaparecer (escapando ao controle vigente) e no intuito de que não tenham oportunidade de criar aglomerações (em ações comuns), faz-se necessário controlar as presenças e as ausências, estimular as comunicações úteis, convenientes, e abortar os contatos ameaçadores e/ou perigosos. As organizações disciplinares criam, reiteram, preservam e tentam perpetuar – com considerável eficiência estratégica –, seus próprios sistemas de vigilâncias.

A dinâmica que articula muros, paredes e subterrâneos que perfazem os calabouços – aqueles típicos dos centros de detenção – é passível de se estender também a edificações que não se constituem precipuamente como tais. Há casas familiares – os ditos lares acolhedores? – que em maior ou menor grau abrigam, sabe-se, os mais variados tipos de violências domésticas físicas e psicológicas, tiranias e coibições as mais complexas. Concilia-se, essa dinâmica, ao *princípio do quadriculamento* (Foucault, 2014), relacionado à situação do sujeito que ocupa ambientes físicos categorizados e organizados em prol da ordem e da dominação, nos quais as experiências são achatadas e diluídas. A importância de se observar as ressignificações dos regimes hierárquicos e repressivos no âmbito da instituição familiar é esmiuçada por Foucault (2014) em *Vigiar e Punir*: “um dia se precisará mostrar como as relações intrafamiliares, essencialmente na célula pais-filhos, se ‘disciplinaram’, absorvendo desde a Era Clássica esquemas externos, escolares, militares, depois médicos, psiquiátricos . . .” (p. 208). O pensar a respeito de como as políticas disciplinares se instalam sorrateiramente em nosso cotidiano será sempre revestido de um caráter de urgência. Indagar como a falência das instituições políticas logra alojar-se nos convívios domésticos é de inteira pertinência para que possamos identificar os motivos pelos quais os lugares de compartilhamentos afetivos se tornam estésicos ou anestésicos⁴.

Em *Amor de Mãe*, no exato momento em que Sandro – que então se encontra na prisão, condenado a habitar as limítrofes celas destinadas pelo

⁴ Conforme Fischer e Vaz (2018), a partir do lugar da morada e das dinâmicas das relações familiares, que podem tanto acolher e abrigar quanto enclausurar e oprimir, é possível analisar as imagens que dizem respeito à questão do habitar, conforme topicalizações que podem ser preenchidas pelos movimentos relacionais ou por corpos inertes, traduzindo-se em espaços estésicos ou em paisagens anestésicas.

Estado – é apresentado a Lurdes como sendo seu filho extraviado, têm início as primeiras relações de afeto entre o rapaz e a suposta mãe. No empenho de conviver com o filho, Lurdes acaba por adentrar um mundo que lhe é inteiramente desconhecido, mas que, atinente ao suposto filho, passa a ser também parte do seu universo pessoal. A filha Camila comenta:

[Camila] Desculpa, mãe, mas eu acho muito estranho, tô achando muito estranho a senhora reconhecendo bandido na televisão, levando cigarro pra cadeia.

[Lurdes] Ué, eu tenho que ajudar meu filho, ele tá precisando de ajuda. O Sandro é dessa facção aí de Marconi. Não tá vendo que tão matando o povo todo de Marconi?

[Camila] Mãe, pelo amor de Deus, olha só, a senhora não pode se meter com bandido, a gente não faz parte desse mundo. A senhora tem outros quatro filhos que te amam e estão preocupados com a senhora. Promete pra mim, jura, que não vai fazer nada de errado pra ajudar o Sandro.

[Lurdes] Precisa jurar nada, vou jurar não, claro que eu não vou fazer nada errado, agora precisa jurar... (Dias & Villamarim, 2019-2021, Cap. 12, 20:28)

Mais tarde, outra filha, Érica (Nanda Costa), também irá censurar-lhe as atitudes: “Parece até que a nossa mãe virou mãe de bandido agora”. É quando Lurdes responde, incisiva: “Mãe de bandido? Ué, eu sou o que? Meu filho não tá preso na cadeia? Eu sou o que? Sou mãe de bandido. E daí? Sou mãe de bandido” (Dias & Villamarim, 2019-2021, Cap. 12, 42:35).

Lurdes fica conhecendo o chefe Marconi (Douglas Silva) e os membros da facção criminosa a que Sandro se vinculara; frequentemente, dirigem-se a ela como “tia”, expressão indicativa de parentesco (no caso, um laço familiar forjado e algo irônico), e demonstram respeito em relação a ela – seguros de que a nova mãe do comparsa é “fechamento” (confiável, fiel). A ajuda que Lurdes presta ao suposto filho e conseqüentemente à quadrilha acontece quando, a pedido de Sandro, aceita levar um chip de telefone celular da cadeia até Marconi; em seguida, em outra visita ao presídio, entrega a Sandro, por solicitação de Marconi, um aparelho celular: “Trouxe um bolo. É de chocolate, com cobertura de brigadeiro, e aí dentro tem um celular”. Subversivamente, contrariando as prescrições familiares, possibilitando ao rapaz recém-conhecido a retomada da liberdade (legalmente, com o amparo de um advogado), ao mesmo tempo que lhe garante a sobrevivência (por meios ilícitos, colaborando com Marconi), Lurdes torna-se mãe de Sandro (mesmo sem ele ser o Domênico que tanto buscava).

Ao assumir perante Sandro, aberta e acolhedoramente, o lugar maternal, Lurdes concede ao jovem a oportunidade de se fazer filho e, assim, estabelece-se

um círculo genuinamente virtuoso de compartilhamento afetivo. Livre da condenação do Estado, mas ainda atado ao crime, Sandro, durante violento confronto policial, vê a mãe em meio ao fogo cruzado, na linha de tiro, e se lança à sua frente para receber a bala. Atenta ao dilema moral do rapaz (se ela promete estar ao lado dele dali em diante, o bandido Marconi estivera até então), Lurdes dirige-se ao escritório do crime disposta a negociar um valor em dinheiro para liberar o filho das obrigações com a facção. Lá, é sequestrada por marginais oponentes, e ele a resgata – e Marconi, com seu bando, liberta Sandro das amarras.

Os laços familiares entre Lurdes e Sandro são edificados e consolidados por meio do amparo mútuo, a dádiva que oferecem um ao outro, ambos dispostos a arriscarem-se pela manutenção dos elos que os unem. Seus respectivos modos de apropriação das circunstâncias restritivas a que estão submetidos viabilizam, na diegese, a construção de escapatórias⁵ que lhes permitem a subversão da realidade ficcional e a produção inusitada de sítios privilegiados – então em algum grau de conformidade com seus próprios desejos.

Este artigo trata da telenovela *Amor de Mãe*, ocupando-se (1) da colocação em quadro dessas duas personagens; e (2) das imagens resultantes na tela, analisando as construções afetivas operadas por essas figuras – não obstante as limitações, interdições e obrigações que lhes são impostas – e os efeitos de sentido daí decorrentes. A abordagem atrela-se ao reconhecimento de que são, em suas diversas nuances e perspectivas, os temas da cotidianidade da vida pública e privada aqueles que fornecem matéria às tramas telenovelistas; e ampara-se no entendimento de que a encenação de fatos e temáticas de cunho social e político remetem, nos termos de Lopes (2009), às menções a respeito do “caráter ‘naturalista’ das novelas”, bem como as referências explícitas remetem “à vida da nação”⁶. Lopes (2009), inclusive, avança a hipótese de a telenovela exercer a função de *agenda setting*, “tal é seu poder de pautar uma agenda temática que é acompanhada e discutida pelo país no decorrer de seus oito meses de duração” (p. 27). Nesse sentido, prossegue a autora, conjuntos de temas como

a reforma agrária, o “coronelismo”, a especulação imobiliária, as companhias multinacionais, a corrupção política, o racismo, as minorias, entre outras, são alguns exemplos dessa vocação das novelas de incorporar temas do âmbito público ao universo privado em suas narrativas. (Lopes, 2009, p. 27)

Tais questões, obviamente, não existem e não se desenvolvem de forma isolada. Na realidade da vida cotidiana e na diegese da ficção, articulam-se, em seus diversos aspectos, nas tessituras e desdobramentos de ambas as narrativas (as ficcionais e as não ficcionais):

⁵ Nos apropriamos de forma relativamente livre das noções de *fratura* e *escapatória* estabelecidas por Algirdas J. Greimas (2002). Em termos greimasianos, as fraturas se efetivam por momentos de alubrimentos, que possibilitam experiências estéticas e estésicas. Já as escapatórias apresentam uma possibilidade do estético e estésico que, diferentemente da fratura, não é um efeito acidental, mas construído; é o esforço para uma construção do sensível e uma busca dinâmica pela desautomatização do cotidiano.

⁶ A esse respeito, ver também estudos de Maria de Lourdes Motter, tais como *Ficção e Realidade: A Construção do Cotidiano na Telenovela* (2003).

Esses temas são inseparáveis das tramas românticas, dos enredos de família, do amor, do casamento, da separação. É a lógica das relações pessoais e familiares que preside a narrativa dos problemas sociais. É aí que parece residir o poder dessa narrativa, sua capacidade de traduzir o público através das relações afetivas, ao nível do vivido, misturando-se na experiência do dia a dia, vivida ela mesma em múltiplas facetas, subjetiva, emotiva, política, cultural, estética. (Lopes, 2009, p. 27)

No caso de *Amor de Mãe*, veremos que, mesmo nos recintos aparentemente limítrofes e interditos da clausura, enfatiza-se a exibição de *modus vivendi* que permitam às personagens não se submeterem a entraves, convenções e consequentes paralisias anestésicas impostas a elas: buscando nesgas de espaço nas eventuais inconsistências do sistema repressivo, movimentam-se, isso sim, em direção à experiência estética, apropriando-se dos lugares físicos e afetivos nos mais diversos ambientes, sejam eles marginais, estigmatizados (casa de detenção) ou legitimados (moradia familiar). Tendo em vista que a “fusão dos domínios do público e do privado realizada pelas novelas lhes permite sintetizar problemáticas amplas em figuras e tramas pontuais e, ao mesmo tempo, sugerir que dramas pessoais e pontuais podem vir a ter significado amplo” (Lopes, 2009, p. 27), além de funcionar como campo do sintoma (ver nota 4), parece-nos bastante plausível o estabelecimento de conexões mais ou menos estreitas, metafóricas ou não, entre o que se vê estampado na dita telinha (no que concerne à telenovela em pauta, milícias, venda de crianças, concentração de renda, preconceito racial, abuso de autoridade, procedimentos ilícitos de adoção infantil etc.) e o que se vivencia do lado de fora (particularmente, ainda que não só, no que diz respeito ao Brasil da contemporaneidade). Não deixa de ser alentador o exercício de vislumbrar, a partir desses entrelaçamentos, possibilidades de construções passíveis de viabilizar transgressões, no âmbito da realidade extratela, de preconceitos cristalizados e determinismos alienantes.

CALABOUÇO E CONCHA, QUADRICULAMENTO E FRESTA

Os modos como cotidianamente construímos e acomodamos nossos afetos nos quadriculamentos conviviais que nos são impostos por mecanismos arquitetônicos, hierárquicos etc. determinam se as apropriações peculiares que deles fazemos edificam-se em casas-calabouços (Fischer, 2006) e/ou casas-conchas (Bachelard, 1989) – a primeira aprisionando insidiosamente, a segunda acolhendo com benevolência. Um mesmo local poderá configurar-se em um tipo específico, particular, de *canto no mundo* (abrigo de sonhos, memórias, devaneios) ou estruturar-se a partir de mecanismos de contenção que, visando proteger/preservar lembranças, convenções, tradições, relações viciadas/deletérias, acabam por

configurar, em certa medida, um arremedo de mausoléu (uma casa-tumba?). Note-se, entretanto, que um sítio originalmente definido com propósitos – mais ou menos explícitos – de limitar ou restringir experiências, entravando possibilidades de ir e vir, pode, não obstante, ser fraturado por escapatórias simbólicas, transformando-se, subversivamente e às avessas, em lugar de acolhimento afetivo (uma casa-mãe?).

Essa labilidade na constituição e caracterização das topologias físicas e/ou simbólicas se dará pela vivacidade dos corpos que poderão instalar-se (1) na paisagem anestésica de um ambiente delimitado por quadriculamentos e comprimido pela rarefação de apropriações físicas e afetivas (a imagem da casa-calabouço); e (2) no espaço estésico de uma paisagem constituída pelo movimento relacional fluido e ondulante inerente às vicissitudes do habitar compartilhado que possibilita, na medida da conformação de suas características ambientais, a apropriação e a compreensão do *ser e estar* no mundo (a imagem da casa-concha).

A telenovela *Amor de Mãe* privilegia enquadramentos de moradas, e movimenta as personagens Lurdes e Sandro, aqui enfocadas, entre (1) o ambiente da casa de detenção em que Sandro cumpre pena por assalto à mão armada; e (2) a casa de Lurdes, compartilhada com os quatro filhos, Magno, Ryan (Thiago Martins), Érica (Nanda Costa) e Camila (Jéssica Ellen); e (3) a ex-casa da mãe adotiva de Sandro, que, apossada por Marconi, se torna o *escritório do crime*. Esses ambientes serão paradoxais, perfazendo uma arquitetura física e afetiva que se constitui tanto em instância de repulsa como de acolhimento. Ou seja, nem a casa de detenção ou o escritório do crime se configuram estritamente como casas-calabouços, assim como a casa de Lurdes não é somente casa-concha. As grades desses quadriculamentos apresentam fissuras e nelas os movimentos transitórios organizam-se, mutantes, em paisagens anestésicas/espacos estésicos.

Ao assumir Sandro como seu filho Domênico e visitá-lo no fictício Presídio Afonso César, a figura de Lurdes nas dependências da penitenciária é reiteradamente enquadrada surgindo por entre grades (Figura 1) – clara alusão ao fato de que, na condição de mãe de um detento, é submetida aos quadriculamentos coercitivos da prisão estatal mesmo sem ter sido sentenciada. Os enquadramentos igualam a situação “entre barras” em que vemos Sandro, o apenado, e Lurdes, aprisionada pelos laços familiares (Figura 2). Não fosse o plano do conteúdo em justaposição ao plano da expressão, se olhássemos apenas para os enquadramentos descolados de seu contexto narrativo, não identificaríamos qual das duas personagens estaria, no ambiente carcerário encenado, cumprindo pena. Ao mesmo tempo, a coincidência situacional que se dá a ver nestes enquadramentos reveste de tonalidade afetiva a fisicalidade acinzentada da cela, *apesar de...*⁷: minimiza, rarefaz as barreiras entre prisioneiro e visitante. Tomados ambos assim em posições idênticas, infere-se que a concretude verticalizada das grades não consegue

⁷ Tomando a ideia de Jacques Fontanille (2014, p. 70) no que diz respeito à atitude do sujeito de “continuar o curso da vida apesar de X”, empregamos a expressão *apesar de...* A pontuação, aqui, funciona como abrigo de interrogações, exclamações, pontos e vírgulas (incertezas, perplexidades, pausas) de uma vida cujo curso não é interrompido. As reticências indicam a omissão de algo que não se quer ou não se pode revelar, uma suspensão ou hesitação, além da alusão a aberturas de possibilidades, que no traçado dos três pontos representariam caminhos a serem percorridos (ressalvadas as incertezas que se aninham entre as fendas do incógnito).

obstaculizar o fluxo dos afetos. Lurdes e Sandro podem estar quadriculados, mas encontram fissuras, habitam as frestas dos gradeamentos impostos e superam os ordenamentos opressivos que separam sujeitos que estão do lado de dentro e do lado de fora, tornando-se naquele momento tão somente mãe e filho.

em princípio nada impede que aquilo o que nos pareceu ser apenas condenação, possa também ser percebido como alforria, uma vez que as falhas nos processos comunicacionais criam brechas – e, por meio de tais brechas, instauradas a partir do que não é integralmente dito ou simplesmente não-dito (há uma dimensão insondável contida na gênese de toda relação comunicacional, principalmente no que se refere ao campo da palavra), podemos ser salvos do “horror do real”. (Fischer, 2006, p. 204)

Figura 1

Lurdes entre grades



Nota. Dias e Villamarim (2019-2021).

Figura 2

Lurdes e Sandro: Grades físicas e afetivas

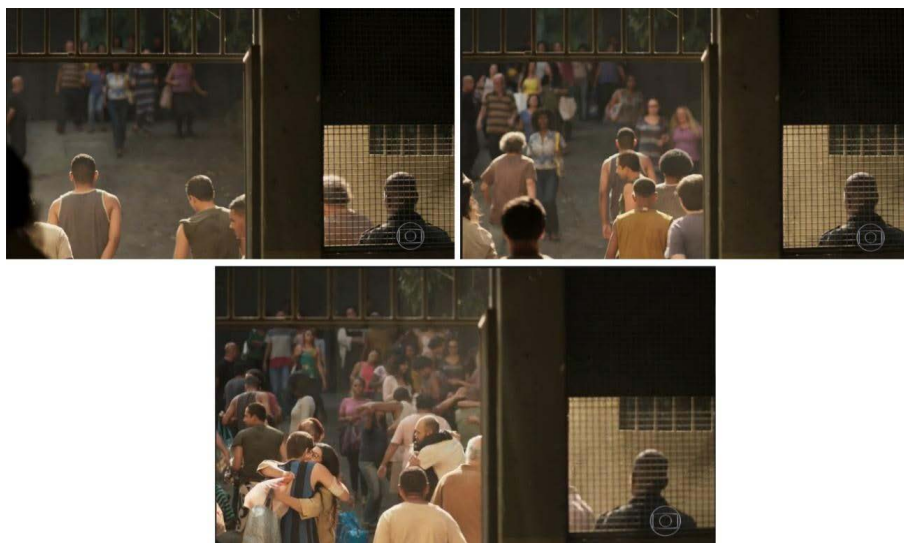


Nota. Dias e Villamarim (2019-2021).

Se existem barreiras comunicacionais (devidamente arquitetadas, simbolicamente superadas) entre os detentos e seus familiares, o ajuntamento desses sujeitos é potencializado, na telenovela, na sequência que revela dois portões abrindo-se, simultaneamente, para o pátio do presídio (Figura 3). Enquanto um deles faculta a entrada dos visitantes (advindos do exterior, da vivência compartilhada em sociedade), o outro permite a entrada dos internos (vindos do confinamento no prédio, vidas recolhidas *à margem de*). Misturam-se e confundem-se, no movimento dos passos e dos abraços, os corpos que se encontram no espaço – ainda que regulado, delimitado, vigiado – do pátio “aberto”.

Figura 3

Aberturas e encerramentos



Nota. Dias e Villamarim (2019-2021).

O pátio destinado à socialização já não evidencia divisas e diferenças flagrantes – indistintamente, todos se apropriam do lugar por meio do encontro afetivo, dos compartilhamentos no âmbito daquele que parece ser um espaço *entre*: não a clausura da cela, não a amplidão da rua. Uma fissura, fresta que se aloja no quadriculamento arquitetônico do cárcere e torna-se uma escapatória, unindo fisicamente – em caráter provisório, que seja – gente separada por sistemas de ordenamentos legais dimensionados, teoricamente, para proteger os que se encontram extramuros e disciplinar aqueles que se veem intramuros.

O dito lado de fora, entretanto, também reserva quadriculamentos a seus ocupantes. Se Lurdes é frequentemente enquadrada entre as grades que estruturam

o ambiente que aprisiona Sandro, a casa em que vive com os outros quatro filhos também é lugar que constantemente a coloca recolhida entre grades (Figura 4).

Figura 4
Cômodos domésticos gradeados



Nota. Dias e Villamarim (2019-2021).

Além do vidro estriado e opaco das janelas gradeadas, vigamentos esparsos – colunas de sustentação plantadas em meio ao interior acanhado dos cômodos que perfazem o lar da família suburbana – delineiam verticalidades que não só conferem ao ambiente certo ar de enclausuramento como aludem às barras da casa de detenção (Figura 5).

Até o momento em que Sandro passa a ser reconhecido como membro da família, a morada de Lurdes se mostra acolhedora e, ali, os canais de comunicação são consideravelmente desimpedidos. Assim que a mulher fica sabendo que o rapaz tem chance de ser seu filho, os moradores da casa entram em conflito. Os filhos acreditam que a mãe deveria providenciar testes de DNA para comprovar o parentesco de Sandro, mas ela se nega: não admite a ideia de submeter o filho – que procurara por tanto tempo – a uma situação incômoda. Lurdes *quer* que Sandro seja seu filho, e isso lhe basta. As discordâncias familiares, então, se intensificam, enquanto ela admite o jovem na residência: “minha casa é tua casa, tu é meu filho”. Apesar de a casa de Lurdes ser também a casa de seus filhos, como afirma, ela insiste, ao ter suas decisões contestadas, em dizer que a casa lhe pertence e ali é ela quem manda: “Ele não me pediu pra vim pra cá não, fui eu que ofereci, eu insisti pra ele vim, tá ouvindo? ... nesta casa aqui,

tá ouvindo, mando eu, essa casa é minha e é assim que vai ser, tá ouvindo?” (Dias & Villamarim, 2019-2021, Cap. 18, 16:26).

Figura 5

Barreiras domésticas



Nota. Dias e Villamarim (2019-2021).

De uma maneira ou de outra, os convívios familiares fazem da casa um ambiente que germina ambiguidades, de modo que os cômodos (e incômodos) irmanam o acolhimento e a dominação em redes de afetos que implicam compartilhamentos e cisões, numa ordenação hierárquico-repressora:

doméstico vem do termo latino *domus* (casa), que por sua vez está ligado a *dominus*, quer dizer *senhor, chefe, soberano, proprietário*: quem está no interior da casa, portanto, ou é senhor ou está sob o domínio de um senhor (é, mais ou menos, algo assim como um de seus pertences) – e não se invade impunemente um sítio que tem dono instituído. (Fischer, 2006, p. 23)

Nessa perspectiva, todas as edificações arquitetônicas estariam destinadas a cumprir certa dinâmica paralisadora, instrumentalizando operacionalmente a “submissão a parâmetros especificamente estabelecidos, modelagem para o aperfeiçoamento de tal sujeição e contenção em posições e lugares determinados – para que seja garantida a preservação e a continuidade desse processo de dominação” (Fischer, 2006, p. 22). As imagens da telenovela em análise não enquadram unicamente a morada de Lurdes com gradeamentos

(e verticalizações) que remetem ao quadriculamento opressivo das casas de detenção. Outros espaços ostentam grades explícitas, e diversas personagens surgem gradeadas e/ou quadriculadas na tela. Combinações de linhas horizontais e verticais, em primeiro plano, sobrepõem-se a figuras colocadas, por exemplo, em seus ambientes de trabalho (na escola em que Camila leciona e no escritório de Álvaro, dono da PWA, empresa que polui a baía de Guanabara); em suas residências (na portaria do prédio de Vicente [Rodrigo Garcia]); e mesmo nos espaços públicos, como demonstra o enquadramento em que o quadriculamento surge praticamente tatuado na superfície do corpo de um cachorro centralizado no vídeo (Figura 6)

Figura 6

Enquadramentos e quadriculamentos



Nota. Dias e Villamarim (2019-2021).

Além desses, um dos cenários que mais evidencia este quadriculamento hipertrofiado e gradeado é a moradia da personagem Betina (Isis Valverde), namorada de Magno, que foi vítima de violência doméstica praticada pelo ex-marido e que, a certa altura da trama, passa a manter relacionamento amoroso com Sandro. O acesso ao local se dá por meio de uma porta-grade que mais se assemelha à entrada de uma cela ou recinto prisional (Figura 7).

Não obstante a profusão de barras que se reiteram no plano da expressão, o plano do conteúdo deixa claro que segurança alguma está garantida ali: a residência é seguidamente invadida, e mais de uma vez a jovem moradora sofre agressão física em suas dependências. Não são as grades, revela o enredo,

que no ambiente doméstico ou fora dele asseguram às personagens proteção e recolhimento acolhedor. No caso de Betina, isso parece ser proporcionado pela presença física e pelo gesto de afeto que se configura, por entre os vãos do gradeado, na relação – prestes a escapar-lhe, diga-se – construída com Magno (Figura 8).

Figura 7

Casa ou prisão?



Nota. Dias e Villamarim (2019-2021).

Figura 8

Gradeamentos da insegurança



Nota. Dias e Villamarim (2019-2021).

Embora as grades, no plano de fundo ou em primeiro plano, estejam visíveis em todos os frames aqui trazidos, vislumbram-se, na Figura 9, enquadramentos peculiares que se assemelham particularmente: são imagens de Magno e Betina, tomadas no cenário da casa da moça, e de Lurdes e Sandro na casa de detenção.

Figura 9*Grades de múltiplas prisões*

Nota. Dias e Villamarim (2019-2021).

De forma descontextualizada, fica difícil acreditar que um dos frames coloca em cena e apresenta não as instalações de um complexo penitenciário, mas o cômodo de uma residência; é a imagem da casa que se revela ainda mais claustrofóbica, pois o gradil e a parede, sobrepostos, surgem praticamente colados, enquanto no claro-escuro da imagem da penitenciária as grades dão para um corredor que se alonga, entremeado por diversos umbrais. Constrói-se, aí, uma perspectiva quase em *mise en abyme*, produtora de um efeito de profundidade que evoca a sensação, algo vertiginosa, de movimentação múltipla. O que se coloca em primeiro plano, nos dois enquadramentos, é a corporalidade das personagens: muito próximas, elas se encontram em contato físico; e, apesar de..., apropriam-se dos lugares (pouco ou nada acolhedores, a princípio), por meio da relação sensível, construindo escapatórias justo nos becos – aparentemente sem saída – em que a vida os meteu.

Entretanto, se nos espaços interiores nos quais as personagens se movimentam quadriculamentos e grades adquirem protagonismo, nos ambientes externos referências a grades também se fazem presentes. Ou seja, clausuras que de uma forma ou de outra ainda englobam determinadas figuras são expressivamente reiteradas na tela. Sandro, por exemplo, após cumprir na casa de detenção a pena que lhe fora imposta, é liberado e autorizado a sair: trata-se, no entanto, de uma liberdade condicional, limitada – situação prontamente homologada pelo plano da expressão. Na cena em que o jovem, após deixar o prédio em que estivera aprisionado até então, caminha pela rua ao lado de Lurdes, sua suposta mãe, no plano de fundo a presença de postes de energia elétrica constroem verticalizações que evocam grades, e fios de alta tensão, em um emaranhado poluído de atravessamentos e horizontalidades labirínticas, sugestivamente se estampam na tela e se apresentam ao espectador (Figura 10).

Figura 10*Verticalização urbana**Nota.* Dias e Villamarim (2019-2021).

Na diegese em pauta, o plano do conteúdo enfatiza que, se Sandro “pagou a dívida” com o Estado/sociedade – expressão popularmente empregada a respeito de ex-presidiários –, existe ainda à espreita a pendência de uma dívida com o crime organizado. No plano da expressão, a personagem segue aprisionada. Sua figura é exibida em meio a enquadramentos que reiteram a presença de barras verticalizadas. Há momentos em que sua corporalidade é capturada atrás de grades explícitas – como na ocasião em que se encontra no interior do prédio do escritório de Marconi, o chefe da quadrilha, tentando negociar seu desligamento da criminalidade (Figura 11).

Sandro é finalmente liberado do universo da bandidagem quando Lurdes vai até Marconi e paga a alforria, estipulada em R\$ 50 mil. Durante as tratativas, uma quadrilha oponente surpreende o chefe e seus comparsas, apanhando Lurdes como refém. Sandro chega ao local e junta-se à facção, empenhando-se no resgate de sua suposta mãe. No percurso do automóvel em fuga, Marconi concede-lhe o aval da dívida paga, desembarcando Sandro e Lurdes – agora livres, ela do sequestro e ele do submundo em que fora introduzido desde a infância. O enquadramento que finaliza essa sequência desfoca todo o fundo da cena, deixando as duas personagens em primeiro plano, emolduradas pela luz difusa do dia claro. A imagem limpa, revela-se, então, não quadriculada e desprovida de quaisquer grades, metafóricas ou literais (Figura 12).

Figura 11*Aprisionamentos do crime**Nota.* Dias e Villamarim (2019-2021).**Figura 12***Grades saem de cena**Nota.* Dias e Villamarim (2019-2021).

Há um horizonte de possibilidades, infere-se, para mãe e filho. Abertura declarada no clarão que contorna ambas as personagens, num desfocamento que pode funcionar como indicativo de incertezas e interrogações, sim, mas também

passível de sugerir o apagamento de sofrimentos e desamparos que antecederam o encontro (equivocado, que seja) e o acolhimento mútuo.

O movimento relacional entre Lurdes e Sandro é motivado pelo sentimento de zelo: em gestos de amparo e construção, edificam um convívio “familiar” afetivo. São diversas as situações implicadas no âmbito dos enlaces familiares; conjunturas conflituosas e paradoxais – inclusão/exclusão, abertura/clausura, atração/repulsa, conforto/desconforto – que se tensionam e podem ser irmanadas numa mesma interação sensível, operando sentimentos controversos e simultâneos. Em *Amor de Mãe*, é possível observar que as relações familiares inclusivas e exclusivas, cômodas e incômodas que se desenvolvem no plano do conteúdo acabam sendo imageticamente homologadas no plano da expressão pelo modo como as personagens são enquadradas e quadriculadas em ambientes cenográficos esboçados ora como casas acolhedoras (casa-concha), ora como espaços opressivos (casa-calabouço).

Na telenovela em análise, a cena da casa-calabouço atualiza-se na paisagem anestésica delimitada por quadriculamentos e carências relacionais. Já a imagem da casa-concha acomodará o espaço estésico constituído pelo movimento sensível fluido e ondulante das escapatórias que se instalam, sorradeiras ou nem tanto, nas fissuras dos ordenamentos disciplinares. Trata-se de um conteúdo tecido por valores e paixões que insistem, perseveram e constroem andamentos passionais de resistência, demolindo entraves e rompendo barreiras institucionais das mais diversas naturezas. Nessa perspectiva, infere-se, *conviver é superar*, continuar junto apesar de... Edulcoramentos e didatismos conteudistas à parte, pode-se dizer que a economia imagética de *Amor de Mãe* assegura, esteticamente, que a topologia das paisagens anestésicas pode ser alterada, em menor ou maior extensão, por brechas de disposições relacionais que permitam tanto o acidente que fratura as convenções cristalizadas quanto a escapatória que previne ou evita o entorpecimento. Diegeticamente, o espaço estésico se desenha em uma espécie de busca de *como e por que* uma vida ganha forma no lugar físico-afetivo-social. É possível existir, sobreviver, na paisagem anestésica. Mas só se adquire existência (*re-existência?*) animada no espaço estésico que revela o curso da vida em suas fases de sensibilização e perseverança: apesar de... é possível continuar como corpo ativo, assumindo e sustentando as relações sinestésicas e as disposições afetivas. A personagem Sandro tem existência na trama televisiva encarnando um sujeito atrelado a contravenções que o confinaram à marginalidade; não obstante, adquire re-existência – apesar de... – na figura do Domênico extraviado, e passa a experimentar as (con)vivências de filho. Lurdes, por sua vez, apesar de ter tido o filho de 2 anos subtraído de seu convívio, resiste e persevera: indiferente à aridez da procura e à passagem do tempo, insiste e jamais abandona a busca.

Assumindo e sustentando a fratura (equivoca?) constituída pelo advento do encontro fortuito, constrói escapatórias e formas (inequívocas) de re-existir, estabelecendo com Sandro um convívio maternal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi olhar para a forma como a linguagem e as opções estéticas de um produto audiovisual de caráter popular⁸ – no caso, a telenovela *Amor de Mãe* – sustentam reflexões atinentes a imagens que se ocupam de enlaçamentos, convivências e agrupamentos familiares e seus modos de acomodação ao conjunto de fatores físicos e psicológicos que perfazem o ambiente dos lugares de morada. Considerar o movimento afetivo em justaposição ao movimento dos corpos nos espaços arquitetônicos é olhar para como as dinâmicas sociais ganham, por sua vez, *corpo*. Os enquadramentos que dão a ver personagens quadriculadas, seja no âmbito dos exteriores (na rua, nas prisões, nos desajustes da marginalidade econômica e social etc.) ou no dos interiores (na domesticidade, na casa familiar, nos desajustes do não-pertencimento etc.), comunicam-se com práticas cotidianas que frequentemente se organizam, em última análise, entre grades. Nos ambientes domésticos, as mesmas dinâmicas que supostamente tendem a propiciar acolhimentos e a salvaguardar aconchegos e intimidades, privilegiando regimes de privacidade e segurança, prestam-se também a viciosamente criar e implantar barreiras. Dessa forma, zelando pela manutenção de relacionamentos interpessoais deletérios e ordenamentos hierárquicos em muito estabelecidos e reforçados por soluções arquitetônicas que oprimem e escondem – prevenindo possibilidades de abertura, interrompendo linhas de fuga e instalando regimes de confinamentos típicos do encarceramento – as imagens de aprisionamentos – simbólicos ou literais – que se entrelaçam na narrativa de Manuela Dias aludem, em maior ou menor intensidade, à realidade opressora manifestada em um Brasil cada mais polarizado e violento. Como campo do sintoma, a telenovela re-apresenta, crítica e metonimicamente, a síndrome de um mundo reconhecido pelo espectador na figura paradoxal de uma cidade tida como maravilhosa (o Rio de Janeiro), que a um só tempo deslumbra e horroriza, acolhe e oprime, condenando seus habitantes a confinamentos compulsórios. Isso ocorre algumas vezes por vivências à margem de..., que os penitencia à exclusão social (concretizada em presídios, escolas e hospitais públicos depauperados, transporte público deficitário, proliferação de comunidades carentes e permanentemente expostas a milícias e a arbitrariedades e abusos policiares etc.). E, em outras circunstâncias, pelo encerramento em estratificações sociais que multiplicam condomínios e residências gradeadas, automóveis (caros ou nem tanto, blindados ou não), centros de consumo discriminatórios e

⁸ A narrativa reveste-se de significativo e reiterado poder de comunicação, à medida que revela espessura para atingir públicos diversos, e isso não apenas por ter sido produzida e exibida pela maior – e mais controversa? – rede de televisão no país. De certa forma, faz-se também “militante”, considerando aquilo que, no momento, à tal emissora interessa “parecer ser”.

excludentes, coalhados de vigias e câmeras de segurança (shopping centers, *village malls*, complexos de academias fitness, elitizadas instituições particulares de ensino, clínicas luxuosas etc.). Soma-se a essas evidências óbvias a relativa invisibilidade de rotinas domésticas claustrofóbicas, em muito moldadas não apenas por fatores socioeconômicos, mas por costumes naturalizados e tradições cristalizadas. Não é gratuito o tema de abertura de *Amor de Mãe*, cantarolado por Camila no segundo capítulo, ser de Gonzaguinha, músico que integra a lista dos mais censurados durante a ditadura militar brasileira – das 72 letras musicais de sua autoria submetidas à análise do governo ditatorial, 54 foram vetadas. “Os 30 relatos do SNI sobre o ‘nominado LGJ’ (Luiz Gonzaga Júnior) mostram que o cantor e compositor foi perseguido de 1972 a 1985, em plena transição democrática. A quase totalidade desses relatos faz referência a *shows* de protesto de que participou” (Eboli, 2012).

A letra da música “É”, cuja gravação original data de 1988, ano em que foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil, reivindica, já em um país supostamente democrático, o “pleno direito”, “todo respeito”. E assegura que “a gente quer viver a liberdade”. Não deixa de ser interessante notar que, mesmo vivendo o Estado Democrático de Direito, eventualmente construindo/habitando casas que sejam conchas, não calabouços, experienciando espaços estéticos, não anestésicos, reconhece-se na expressão da criatividade popular a necessidade de se manter alerta, fazendo valer o dito “nosso amor”, desamarrando os corpos, instalando possibilidades de promover convívios físico-afetivos libertários. Em *Amor de Mãe*, grades dão a ver na ficção os entraves que permeiam as tentativas de movimentação em uma realidade dita democrática, mas nem sempre apta ou disposta a garantir a vivência de liberdades efetivamente emancipatórias. Quando Sandro é atingido por um tiro, Lurdes, indignada, revolta-se: “Meu filho levou um tiro, ele estava sobre a responsabilidade do Estado”. Ao visitá-lo no hospital, a mulher ouve do policial que monta guarda à porta do quarto que, “se fosse trabalhador não tinha acontecido”. A mãe retruca: “Tá cheio de gente honesta por aí tomando tiro”. Sem dúvida sabemos – o policial que se manifesta na tela da ficção televisiva e nós aqui, parte do povo acomodado no “sofá” da realidade – que em ambos os lados resistem e persistem ordenamentos institucionalizados – militarizados ou não – que distinguem, classificam, separam. E prendem, de uma forma ou de outra. Na condição de atores sociais, entretanto, reunidos na feitura da trama que se desenvolve no Brasil – de há muito e principalmente da contemporaneidade – diante de nossos olhos e por nossas mãos, perguntamos: em que capítulo, exatamente, teve início o apagamento progressivo de princípios garantidores de justiça social, de liberdades individuais, de mecanismos efetivos de redução de desigualdades? Que imagens, que paisagens – entretelas? – revelarão fraturas e possibilidades de escapatórias que levem a narrativas – intratela e extratela – menos providas de grades? ■

REFERÊNCIAS

- Amado, A., & Domínguez, N. (2004). Figuras y políticas de lo familiar: Una introducción. In A. Amado & N. Domínguez (Orgs.), *Lazos de Familia: Herencias, cuerpos, ficciones* (pp. 13-39). Paidós.
- Bachelard, G. (1989). *A poética do espaço*. Martins Fontes.
- Brooks, P. (1976). *The melodramatic imagination: Balzac, Henry James, melodrama, and the mode of excess*. Yale University Press.
- Dias, M. (Criadora), & Villamarim, J. L. (Diretor). (2019-2021). *Amor de mãe* [Telenovela]. Globo.
- Eboli, E. (2012, 9 de dezembro). Militares ajudaram Gonzagão e espionaram Gonzaguinha. *O Globo*. <http://glo.bo/3I0a4DR>
- Fischer, S. (2006). *Clausura e compartilhamento: A família no cinema de Saura e Almodóvar*. Annablume.
- Fischer, S., & Vaz, A. (2018). O lugar da morada no cinema de Lucrecia Martel e de Pablo Trapero: Paisagens anestésicas ou espaços estésicos? *RuMoRes*, 12(23), 221-241. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2018.143686>
- Floch, J.-M. (2001). *Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral*. Centro de Pesquisas Sociosemiótica.
- Fontanille, J. (2014). Quando a vida ganha forma. In E. M. F. S. Nascimento & V. L. Abriata (Orgs.), *Formas de vida: Rotina e acontecimento* (pp. 55-85). Coruja.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir – Nascimento da prisão*. Vozes.
- Greimas, A. J. (2002). *Da imperfeição*. Hacker.
- Helicóptero de Witzel atira contra comunidade do Morro do Alemão e espalha terror. (2019). *Brasil 247*. <https://bit.ly/3QTzWFv>
- Lopes, M. I. V. (2009). Telenovela como recurso comunicativo. *MATRIZES*, 3(1), 21-47. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v3i1p21-47>
- Martín-Barbero, J. (2003). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ.
- Motter, M. L. (2003). *Ficção e Realidade: A construção do cotidiano na telenovela*. Alexa Cultural.
- Odin, R. (1985). Film documentaire, lecture documentarissante. In R. Odin & J. C. Lyant (Eds.), *Cinemas et réalités* (pp. 263-277). Universidad de Saint-Etienne.

Artigo recebido em 11 de maio de 2021 e aprovado em 13 de junho de 2022.

Perante o Rosto Violado: O *Mugshot* de Bophana e a Tragédia do Camboja^a

Towards the Violated Face: The Mugshot of Bophana and Cambodian Tragedy

RICARDO LESSA FILHO^b

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Belo Horizonte – MG, Brasil

FREDERICO VIEIRA^c

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Belo Horizonte – MG, Brasil

RESUMO

Um rosto pode ser totalmente aniquilado? Com essa provocação, miramos o *mugshot* de Hout Bophana, fio condutor deste texto. O ensaio tenta refletir sobre o testemunho vestigial de seu rosto a partir de conceitos filosóficos presentes em Lévinas e Butler, visando uma política das imagens, especialmente daquelas que expõem rostos e corpos vitimados por violências. Também buscamos compreender o método do cineasta Rithy Panh, que, motivado por essa fotografia, realizou um importante documentário sobre a memória do genocídio cambojano. Ao fazer das imagens de arquivo do extermínio uma espécie de lápide para os mortos, o método de Panh também se avizinha do gesto epistolar presente na eliminação de Bophana e de seu esposo, Ly Sitha.

Palavras-chave: Rithy Panh, testemunho, Khmer Vermelho, rosto, vestígio

ABSTRACT

Can a face in fact be totally annihilated? From this provocation, we aimed at the mugshot of Bophana, the guiding thread of this text. The essay tries to reflect on the vestigial testimony of her face based on philosophical concepts present in Lévinas and Butler, seeking a policy of images, especially those that expose faces and bodies victimized by violence. We also sought to understand the method of filmmaker Rithy Panh, who made an important documentary on the memory of the Cambodian genocide motivated by Bophana's photograph. By making the archival images of the extermination a kind of gravestone for the dead, Panh's method also approaches the epistolary gesture present in the elimination of Bophana and her husband, Ly Sitha.

Keywords: Rithy Panh, testimony, Khmer Rouge, face, trace

^a Este trabalho faz parte da pesquisa de pós-doutorado júnior, apoiada pelo CNPq.

^b Atualmente realiza estágio pós-doutoral, com bolsa do CNPq, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9814-1626>. E-mail: ricardolessafilho@hotmail.com

^c Doutor em Comunicação pela UFMG. Integra o Grupo de Pesquisa Lévinas e Alteridades, ligado à Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em Belo Horizonte; o Grupo Mobiliza, da UFMG e Opinião Pública; e o Grupo Margem, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3095-7535>. E-mail: frederico.vieira.souza@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p239-260>

V.16 - Nº 2 maio/ago. 2022 São Paulo - Brasil LESSA FILHO | VIEIRA p. 239-260

MATRIZES

¹ Rithy Panh (1964-) foi uma das vítimas do Khmer; seus familiares foram eliminados em decorrência da exaustão e da fome nos campos de trabalhos forçados na zona rural do Camboja. No final do regime de Pol Pot ele se refugiou na Tailândia, viajando posteriormente à França, onde se graduou em cinema pelo Institut des Hautes Études Cinématographiques (IDHEC).

² Ao propor o conceito de imagem-fissura, pretendemos nos aproximar destas imagens confeccionadas em espaços de sofrimento (como é a fotografia de Bophana), mas que, contudo, são capazes de *fissurar* a temporalidade de sua criação e testemunhar contra quem as criou. A imagem-fissura é esta aparição que nos desperta quando decidimos olhar as imagens da história para extrair delas algum conhecimento, algum saber, por mais lacunar e *fissurado* que seja.

³ A expressão “apesar de tudo” (*malgré tout*, em francês), que aparece algumas vezes no texto, é uma referência ao pensamento de Georges Didi-Huberman, sobretudo no tocante ao seu grande livro: *Imagens Apesar de Tudo* (2003). Nesta obra, para o autor, o “olhar (sua ética, mas também sua singularidade) se materializa a partir da busca incessante pelas parcelas de legibilidade histórica na singular sequência de quatro fotografias tiradas por Alberto Errera no campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau” (Lessa Filho & Marques, 2022, p. 7).

UM ROSTO PODE, de fato, ser *totalmente* aniquilado? Antes de qualquer resposta a essa questão, é preciso recuperar o sentido do que se entende por aniquilação ou destruição absoluta: processo violador de algo ou alguém que se consuma por completo, que o tempo consome em fúria totalizadora, qual Chronos devorador. Mas eis que há experiências que se configuram, por assim dizer, *indigeríveis*. E, ironicamente, das entranhas do tempo, elas insistem e perduram; retornam a nos demandar, das vísceras ao vômito, uma resposta diante da violência *que (re) volta*. Diante da história, vestígios, ranhuras e restos testemunham *o que falha* nos processos de aniquilação; algo que *há*, que permanece a fissurar por meio das imagens, relatos, gestos que *dizem*, a despeito do apagamento imposto pela violência histórica.

Instados por essa questão, arriscamo-nos a uma tentativa de escrita sobre o filme *Bophana: Une Tragédie Cambodgienne*, de Rithy Panh (1996)¹. Por um lado, a partir de uma imagem pequena (de pouco mais de seis centímetros), frágil, uma espécie de testemunho vestigial do rosto de uma mulher cambojana, como *qualquer outra* cambojana vítima da violência imposta pelo regime Khmer Vermelho, do ontem e do hoje; e não como *outra qualquer*, eclipsada pela totalidade do regime, apagada pelo anonimato, porque há no rosto humano uma espécie de eloquência silenciosa que, mesmo não agindo, *age contudo* e, por isso mesmo, clama-nos por sua presença, por sua dignidade.

Inclinamo-nos, assim, ante uma *imagem-fissura*² (um *mugshot* dessa jovem mulher). Sintoma de uma violência ingerida, perpetrada em um passado mais ou menos próximo. A fissura fascina (como deixar de olhá-la, apesar de tudo³?); é polarizada sobre uma pequena porção de mundo que, mesmo modesta, faz emergir uma história (quando e por que ocorreu a fissura?), inclusive, de uma memória ou de uma arqueologia – e por qual subsolo da história se abre diante de nossos olhos esta fissura, esta cicatriz da temporalidade do sofrimento de um rosto humano?

Em um fundo mais ou menos negro – não podemos dizer totalmente cinza ou totalmente negro, porque nessa imagem também seus matizes, suas variações, são difíceis de serem sustentados – uma luz parece vir por trás, esse rosto nos olha frontalmente em uma escuridão relativa. Seu cabelo negro, escorrido, à altura dos ombros, é realçado pelo uniforme da mesma cor que os prisioneiros do Khmer Vermelho eram obrigados a vestir. Seu rosto oval – marca indefectível de sua genealogia – parece fazer emergir a rarefação de sua

fisionomia: nariz dilatado, com aberturas irregulares (e na fotografia o tronco do membro nasal parece camuflado pela luz), sobrancelha arqueada e falhas intrínsecas a este rosto imberbe, também relativizadas por essa luz (branca, ao que tudo indica, responsável por revelar as imperfeições de qualquer fisionomia); e então os olhos, geometricamente irregulares, que parecem confrontar o olhar da câmera fotográfica – aparelho sem dúvida acionado por um perpetrador da violência –, um olhar levantado que hoje, quarenta anos depois, é um vestígio do testemunho deste *rostro em sofrimento* (Figura 1).

Esse *mugshot* de Bophana atua como um ícone da repressão e desumanização perpetrada pelos khmeres vermelhos. Esses olhos, sem dúvida, que olham frontalmente para o dispositivo no *mugshot*, mudam de objeto a cada vez que se localizam em contextos distintos e diante de pessoas diferentes: observam como vítimas a partir dos painéis de Tuol Sleng Genocide Museum, onde a fotografia de Bophana se encontra. Iluminam-se por contágio da imagem da jovem que desponta a vida. E, contudo, permanecem em Tuol Sleng. “Nestas migrações da imagem por espaços e tempos distintos”, escreve Vicente Sánchez- Biosca (2015), “há outras tantas modulações da gestão da memória: da repressão à arte, do testemunho à acusação, da biografia à inteligência”⁴ (p. 345). Independentemente das deambulações surgidas ao confrontar essa imagem, algo inclemente e selvagem jamais a abandona: o olhar que a fundou. Porque essa foto é uma imagem de perpetrador, ou seja, uma captura, um roubo ou uma entrega forçada ou consentida:

Se a destruição total (de Bophana) estava decidida, algo – minúsculo – falhou na empresa (do extermínio): a sobrevivência da imagem. Dela, anônima, podem nascer outras. Pois uma imagem guarda cuidadosamente sempre, já saiba seu autor ou não, o saiba ou não ela mesma, seu contracampo. Nele habita todavia, e para sempre, o verdugo⁵. (Sánchez-Biosca, 2015, p. 345)

Portanto, não podemos continuar uma tentativa de escrita sobre o filme de Rithy Panh, *Bophana: Une Tragédie Cambodgienne*, sem resumir, na medida do possível, a história de vida e de morte desta mulher, de seu marido, e claro, invariavelmente, a vida e o próprio método do cineasta que, *contaminado* por essa imagem, fez dela uma espécie de lápide aos mortos do Camboja, e através dela também ajudou a constituir o itinerário doloroso acerca de sua própria história e a de seu país, ambas laceradas pelo genocídio.

⁴No original: “En estas migraciones de la imagen por espacios y tiempos distintos hay otras tantas modulaciones de la gestión de la memoria: de la represión de la memoria, de la represión de la memoria, de la represión de la memoria, de la acusación, de la biografía a la inteligencia”. Esta e demais traduções, dos autores.

⁵No original: “Si la destrucción total estaba decidida, algo – minúsculo – falló en la empresa: la pervivencia de la imagen. De ella, anónima, pueden nacer otras. Pues una imagen guarda celosamente siempre, lo sepa o no su autor, lo sepa o no ella misma, su contra-campo. En él habita todavía, y para siempre, el verdugo”.

Figura 1

O mugshot frontal de Hout Bophana



Nota. De Bophana: *Une Tragédie Cambodgienne*, de R. Panh, 1996.

Assim, partiremos, em um primeiro momento, para uma breve biografia desta jovem mulher cambojana (e tudo o que a levou a ser um símbolo, hoje, de seu país) e, depois, trabalharemos como a imagem testemunho de Bophana pode ser aproximada de conceitos como *rostos*, *violência ética*, *eleidade* e *indícios*, e como o seu *mugshot* se configura como uma *fotografia de perpetrador*. E, concomitantemente com a análise do filme *Bophana: Une Tragédie Cambodgienne*, refletiremos acerca do método de pensar as imagens e o trauma por parte do cineasta Rithy Panh. Portanto, tentamos recolher, a partir da morte, da eliminação perpetrada, os vestígios das alteridades vulneráveis que emergem da obra cinematográfica e que expõem uma eloquente demanda ética pela sua viva afirmação no presente.

HOUT BOPHANA: UMA BREVE BIOGRAFIA DA ELIMINAÇÃO

Em 1996, Rithy Panh realizou seu filme *Bophana: Une Tragédie Cambodgienne*, a primeira produção cinematográfica na língua khmer a abordar o genocídio exercido pelo regime ditatorial do Khmer Vermelho.

Panh era um sobrevivente que tinha conseguido migrar para França depois de perder sua família nos campos de trabalho da ditadura. Como o fotógrafo britânico Nic Dunlop, assombrado em sua juventude por Kaing Guek Eav, o Duch⁶, a partir de um registro fotográfico de Chan Kim Srung, o cineasta cambojano também fora marcado por uma imagem, por um *mugshot* (um retrato de identificação, tal como o de Kim Srung) fabricado pelo aparelho de destruição S21 e, através deste rosto, elegeu o fio condutor de *Bophana: une tragédie cambodgienne*.

Este retrato – este rosto de mulher –, tal como descoberto e reconstruído para o Ocidente pela jornalista norte-americana Elizabeth Becker, do *Washington Post*, enquanto investigava, no início dos anos 1980, os arquivos de Tuol Sleng (também conhecido como S21) e as confissões das vítimas da repressão. Guiada pelos arquivistas do centro, Becker deu com um dossiê incomum, pois as provas incriminatórias eram compostas de cartas de amor. Em seu importante livro *When the War Was Over*, Elizabeth Becker dedicou todo um capítulo a este insólito conjunto de documentos, e o intitulou “The Romance of Comrade Deth – Destroying the Personal Life” (Becker, 1986, pp. 212-225). Panh, ao ter conhecimento deste singular dossiê em que a conspiração paranoica e a tragédia pessoal se conjugavam tão terrivelmente, pediu permissão a Becker (2010, p. 80) para elaborar o roteiro de um filme. Sobre Bophana, Vicente Sánchez-Biosca (2017) escreveu, em livro recente:

Em qualquer caso, a singularidade de Hout Bophana se devia também a outras razões que o cineasta explorou com brilhantismo: em primeiro lugar, a jovem encarnava aos olhos de Panh os valores humanos, familiares e culturais do antigo Camboja dos anos sessenta, caracterizado pelo desenvolvimento econômico, o logro de um certo bem-estar social e o acesso a uma cultura de acentos ocidentais, combinada com a tradição budista, o que não é óbice para reconhecer que o país sofreu também as consequências da corrupção dos governos do príncipe Sihanouk, a repressão e inclusive a prática da tortura.... O cineasta entretence o drama pessoal da protagonista com a história do Camboja como duas manifestações de um destino desafortunado⁷. (Sánchez-Biosca, 2017, pp. 154-155)

Bophana era uma jovem instruída, dominava o idioma francês; seu pai adotou um primo seu, com quem ela se casaria à época da guerra. A trajetória de vida de Bophana reflete, de algum modo, o destino de seu próprio país. Sua tragédia pessoal teve início com a guerra civil, em que os bombardeios norte-americanos, iniciados em 1969 (com o pretexto de evitar que os guerrilheiros do Vietcong se refugassem no Camboja), levaram ao golpe de Estado

⁶ Foi o chefe de Tuol Sleng/S21, o maior e mais temível espaço de torturas e assassinatos do regime do Khmer Vermelho. Sobre ele, Rithy Pahn realizou um filme intitulado *Duch, le Maître des Forges de L'Enfer* (2011) em que o confronta com fotos de uma de suas vítimas, justamente os *mugshots* de Hout Bophana.

⁷ No original: “En cualquier caso, la singularidad de Hout Bophana se debía también a otras razones que el cineasta explotó con brillantez: en primer lugar, la muchacha encarnaba a los ojos de Panh los valores humanos, familiares y culturales de la antigua Camboya de los años sesenta, caracterizada por el desarrollo económico, el logro de un cierto bienestar social y el acceso a una cultura de acentos occidentales, combinada con la tradición budista, lo que no es óbice para reconocer que país sufrió también las consecuencias de la corrupción de los gobiernos del príncipe Sihanouk, la represión e incluso la práctica de la tortura.... El cineasta entretene el drama personal de la protagonista con la historia de Camboya como dos manifestaciones de un destino desafortunado”.

orquestrado pelo general Lon Nol, em 1970. O general derrotou o rei Norodom Sihanouk, e ambos os fenômenos resultaram no crescimento exponencial e legitimação da guerrilha do Khmer Vermelho. Depois do assassinato de seu pai, em uma emboscada acidental feita pela guerrilha do Khmer Vermelho, a jovem se vê forçada a fugir, com apenas 20 anos de idade, das áreas mais destruídas pelo conflito civil:

em seu périplo solitário ... [Bophana] se instala na cidade de Kompong Thom, onde sofre um estupro pelos soldados do exército governamental e fica grávida. Em 1971, próxima de dar à luz, retorna à Phnom Penh e tenta cometer suicídio; contudo, os médicos que a atendem conseguem salvá-la, assim como ao seu bebê, que Bophana deixa ao cuidado de sua irmã mais nova⁸. (Sánchez-Biosca, 2017, p. 155)

⁸No original: “en su periplo solitario, se instala en la ciudad de Kompong Thom, donde sufre una violación por los soldados del ejército gubernamental y queda embarazada. En 1971, a punto de dar a luz, regresa a Phnom Penh y trata de quitarse la vida; sin embargo, los médicos que la atienden logran salvarla, así como a su bebé, quien deja Bophana al cuidado de una hermana menor.”

⁹E como nos lembra Elizabeth Becker (1986, p. 212), tornar-se um monge era uma das raras opções para os jovens que não queriam lutar por nenhum dos lados na guerra.

A partir de então, a jovem, ao lado de sua irmã mais velha, subsiste devido à venda de arroz no mercado central da capital Phnom Penh. Em maio de 1974, após ter trabalhado também como costureira por cerca de um ano em um centro para viúvas denominado La Maison des Papillons, comandado por Gaetana Enders, a esposa do homem que tinha arquitetado os devastadores bombardeios norte-americanos, Thomas Enders, e de ter realizado trabalhos de tradução, por acaso Bophana volta a encontrar, em uma cerimônia de cremação em Langka Pagoda, seu primo e companheiro de infância Ly Sitha, convertido agora em monge⁹. Ainda que o encontro tenha sido fugaz, a paixão é reacendida em ambos (Becker, 1986; Sánchez-Biosca, 2017).

Somente em setembro de 1975, Ly Sitha reaparece na vida de Bophana, quando vai visitar sua mãe. Outrora monge, ele agora era o *camarada* Deth, homem de confiança de Koy Thuon, um dirigente da Zona Norte e responsável pela economia do Khmer Vermelho.

Suas vestimentas de monge foram substituídas pela farda negra e vai armado com uma pistola.... É então quando a mãe de Ly Sitha, consciente dos perigos que cercam os jovens, toma a decisão de uni-los em matrimônio¹⁰. (Sánchez-Biosca, 2017, p. 156)

¹⁰No original: “Su túnica azafrán de monge sido substituida por el pijama negro y va armado con una pistola. Es entonces que la madre de Ly Sitha, consciente de los peligros que acechan a los jóvenes, toma decisión de unirlos en matrimonio.”

Seguindo as severas normas da ditadura de Pol Pot e de seu exército do Khmer Vermelho, as famílias não possuíam permissão para reuniões e as viagens estavam proibidas, exceto em casos excepcionais, em que os salvo-condutos eram assinados pelos dirigentes. A elevada posição de Deth no partido acarretou seu distanciamento permanente de Bophana, restando a ambos a alternativa do envio de *cartas de amor secretas*, nas quais ficava evidente o sentimento partilhado pelo casal:

A fragilidade que demonstra essa jovem diante de seu amado, os lamentos por sua solidão, contrastam com sua aparente fortaleza exterior diante do calvário vivido. Nada condensa melhor seu estado anímico do que as *cartas de amor secretas*, burlando a proibição, que ela escreve. Estas sintonizam com o sentir do ex-monge. Nelas, Bophana se refugia no mundo imaginário do *Reamker*, a versão khmer do *Ramayana*, e se autoatribui a personalidade de sua heroína, Sita, esposa do herói, arrancada dos braços de seu amado por funestas forças demoníacas. Seguindo as raízes do poema épico, as vivências de Bophana vão tomando tintas alegóricas nas quais o universo criado pelos Khmeres Vermelhos adquire um perigoso rosto infernal que reaviva as histórias de infância com as quais foram embaladas as crianças de sua época. Por sua parte, as respostas de Ly Sitha aparecem impregnadas de evocações literárias não menos estranhas à sociedade que lhe rodeia e da qual participa ativamente. Nelas parece buscar asilo: ora cita versos do Macbeth shakespeariano, ora traz à memória o límpido casal de amantes pintado com edênicas cores por Bernadin de Saint-Pierre em *Paul et Virginie*¹¹. (Sánchez-Biosca, 2017, p. 156)

Após a queda no partido do protetor de Ly Sitha/Deth, Koy Thuon, uma onda de detenções foi desatada. Ao descobrir e investigar a casa do camarada Deth, a polícia do Khmer Vermelho encontrou cinco cartas de Bophana, três fotografias e um salvo-conduto falso que Ly Sitha tinha utilizado para viajar ao lado de sua esposa e levá-la para a capital Phnom Penh (Sánchez-Biosca, 2017, p. 157). Inevitavelmente, tanto Ly Sitha quanto Bophana foram capturados e se tornaram prisioneiros do regime. Bophana, inclusive, foi acusada de ser a espiã *femme fatale* que arrastara o seu amante para uma rede conspiratória.

Em 19 de setembro de 1976, Deth era detido, conduzido a Tuol Sleng, torturado como o seu superior e, por fim, *destruído oficialmente* (esse era o termo que o Khmer Vermelho utilizava quando o prisioneiro era assassinado), em 18 de março de 1977 (Sánchez-Biosca, 2017, p. 157); já para Elizabeth Becker (1986, p. 221), sua destruição oficial se deu em 10 de março de 1977. Bophana, por sua vez, foi presa em 12 de outubro de 1976, acusada de estar a mando da Central de Inteligência Americana (CIA) e interrogada em S21 por seu antigo professor de literatura Mam Nai, braço direito de Duch, que, servindo ao exército genocida, utilizava o apelido de Chan, segundo as anotações de Rithy Panh (2004, p. 122) no roteiro do filme. Bophana foi eliminada no mesmo dia de seu esposo (segundo a data defendida tanto por Sánchez-Biosca quanto por Rithy Panh). Durante mais ou menos cinco meses, Duch a torturou para que ela assumisse as inexistentes relações conspiratórias em prol da CIA, inclusive chegando a escrever instruções a seus interrogadores/torturadores, indicando-lhes como conduzir as sessões para conseguir a “confissão” de que a instituição

¹¹No original: “La fragilidad que muestra esta joven ante su amado, los lamentos por su soledad, contrastan con su aparente fortaleza exterior ante el calvario vivido. Nada condensa mejor su estado anímico que las *cartas de amor secretas* que, burlando la prohibición, le escribe. Estas sintonizan con el sentir del ex monje. En ellas, Bophana se refugia en el mundo imaginario del *Reamker*, la versión khmer del *Ramayana*, y se autoatribuye la personalidad de su heroína, Sita, esposa del héroe, arrancada de brazos de su amado por funestas fuerzas demoníacas. Siguiendo los cauces del poema épico, las vivencias de Bophana van tomando tintas alegóricas en las que el universo creado por los Khmeres Rojos adquiere un peligrosísimo rostro infernal que reaviva las historias de infancia con las que fueron mecidas las niñas camboyanas de su época. Por su parte, las respuestas de Ly Sitha aparecen impregnadas de evocaciones literarias no menos extrañas a la sociedad que le rodea y de la que participa tan activamente. En aquellas parece buscar asilo: ora cita versos del *Macbeth* shakespeariano, ora trae a la memoria la límpida pareja de amantes que pintó con edénicos colores Bernadin de Saint-Pierre en *Paul et Virginie*”.

de caridade para a qual a jovem tinha trabalhado era, na verdade, um espaço vinculado à agência de inteligência norte-americana.

A última “confissão” de Bophana, datada de janeiro de 1977, declarava que jamais tinha amado Deth e que o seduziu com o intuito de boicotar a distribuição de arroz (Becker, 1986, p. 223; Sánchez-Biosca, 2017, p. 157). Esta biografia se encerrava com a dolorosa pergunta feita por ela: “depois de confessar todas essas traições, o que pode significar a vida?”¹² (Becker, 1986, p. 224). Bophana permaneceria ainda mais dois meses em Tuol Sleng sendo obrigada a denunciar amigos e familiares como parte de sua rede de espionagem, e Duch, com total desprezo após a sua destruição oficial, anotaria com a própria letra que a jovem não era mais do que uma puta ordinária (Sánchez-Biosca, 2017, p. 157).

¹²No original: “After confessing all of these betrayals, what does life matter?”.

VIOLÊNCIA ÉTICA E VESTÍGIOS DO OUTRO PELAS IMAGENS

O filósofo lituano Emmanuel Lévinas (1993) define *vestígio* como um sinal que “decompõe a ordem do mundo”, vem como “em sobre-impressão”; e exemplifica: “aquele que deixou vestígios pelo fato de querer apagá-los, nada quis dizer, nem fazer pelos vestígios que deixa. Ele decompôs a ordem de forma irreparável” (p. 64). Para Lévinas, o vestígio não é um sinal como outro qualquer; sua significância não reside em *fazer aparecer*, ou mesmo *dissimular-se*; não pertence à fenomenologia, mas sim àquilo que a interrompe. E, se há sinal no vestígio, esse não conduz somente ao passado imediato, mas a um passado mais afastado que todo o passado e todo o futuro, “para o passado do Outro onde se esboça a eternidade – passado absoluto que reúne todos os tempos” (Lévinas, 1993, p. 66).

Tal olhar levinasiano nos permite fazer face às imagens de outrem, de um aquém que nos mira como vestígio, mas também nos lança além, a uma espécie de apelo inescapável. Dá-se como face à mostra, não porque me torne agri-lhoadado naquilo que aparece, mas sim porque me faz refém daquilo que excede à forma percebida. A despeito de querer ver, o vestígio *incumbe-me*. Quando esse outrem da imagem me olha, sou por ele responsável, sem mesmo ter de assumir racionalmente responsabilidades a seu respeito, visto que se fala aqui de uma responsabilidade ética situada para além do que faço.

Judith Butler (2017) lembra que Lévinas, em *Autrement Qu’être*, diz que o sofrimento é base da responsabilidade e que essa não existe sem que eu tenha sido feito refém. A alteridade como um Outro que não “está ali fora”, mas que me constitui; contudo não somente me constitui, “ele me interrompe, estabelece essa irrupção no cerne da ipseidade que sou” (Butler, 2017, p. 66). Importante ainda lembrar como a noção de vestígio está interligada, no pensamento de Lévinas,

ao conceito de rosto, que, para ele, está presente na recusa de se tornar conteúdo, não podendo, portanto, ser compreendido, englobado.

O rosto recusa-se à posse, aos meus poderes. Na sua epifania, na expressão, transmuda-se em resistência total à apreensão.... A expressão que o rosto introduz no mundo não desafia a fraqueza dos meus poderes, mas o meu poder de poder. O rosto, ainda coisa entre tantas coisas, atravessa a forma que entretanto o delimita. (Lévinas, 1961/1980, p. 176)

Assim, uma vez que as imagens são resultantes de processos que tentam se apossar do outro, tomar-lhe a expressão, apreendendo-o (a exemplo dos *mugshots*), por outro lado, os vestígios revelados nas imagens violentas, que são produtos da violência, mas abrem passagens, fendas ao apelo ético do rosto, naquilo que ele diz, expressa. Ainda coisa, mas incapturável, o rosto atravessa a forma e transmuda a alteridade na repercussão de significâncias, como algo que resiste e *fala*. Essa difícil equação do encontro com o rosto, seja concreto ou via imagens, é desafiada no ato de violência e morte, potencial ou real.

Nesse sentido, Butler (2015) problematiza o estatuto da ética não a partir da forma positiva e corriqueira como o conceito é entendido; a ética pode se associar a uma violência contra a alteridade, inclusive quando uma imagem ou palavra podem gerar um enquadramento dado a priori a partir de um eu que nomeia e delimita outrem. Como questiona Butler (2017): “será que eu me inclinaria a matar o Outro se já não tivesse alguma relação com ele? Será que esse Outro é frágil e meu desejo de matar surge em virtude dessa fragilidade?”, e conclui: “Ou será que vejo minha própria fragilidade bem ali, e não consigo suportá-la?” (p. 64).

A resposta que Lévinas traz por meio da sentença “Não matarás”, expressa no rosto, se posiciona como mandamento ético; é no face a face que coabitam a tentação de matar e a sua interdição:

Se o rosto é “acusatório”, é no sentido gramatical: ele me toma como seu objeto, apesar da minha vontade. É essa forclusão da liberdade e da vontade por meio da imposição que é sua operação “violenta”, entendida alternadamente como persecutória e acusatória.... Sou responsável pelo que o outro fez, o que não significa que eu tenha feito; significa que sofro com o que foi feito e que, ao sofrer, assumo a responsabilidade. Deixo de ocupar meu próprio lugar. (Butler, 2017, p. 66)

Refletir sobre como as imagens podem aceder a uma luta pela não violência, ou seja, uma batalha ética contra a vingança, uma forma de *fazer* imagem,

de fotografar, filmar os vestígios para que se torne possível encontrar e honrar o rosto do outro, mesmo que em justiça tardia.

Há um outro conceito fundamental no pensamento de Lévinas, o da *eleidade*¹³ – a aproximação dos outros dos outros, desses terceiros, é capaz de fazer justiça e interromper a violência ética que aprisiona Bophana e as demais vítimas do Khmer Vermelho, e olhar para o passado outramente. Nesse gesto, o presente ensaio traz à luz as imagens, os fragmentos das cartas de amor, os rostos e as vidas daqueles que o regime insistiu em eliminar.

¹³O vocábulo vem do termo latino “*il*” (3ª pessoa); Lévinas escreve “*Illeité*” como neologismo, traduzido para o português como “*eleidade*”, o que designa *Outrem* (3ª pessoa) não como um Tu ou um alterego, o que seria afirmar a transcendência em imanência, mas como absolutamente outro.

Aquilo que em cada vestígio de uma passagem empírica, para além do sinal que ele pode tornar-se, conserva a significância específica do vestígio, é possível somente pela sua situação no vestígio desta transcendência. Esta posição no vestígio, que chamamos *eleidade*, não começa nas coisas, as quais, por si mesmas, não deixam vestígio; elas produzem efeitos, isto é, permanecem no mundo... A *eleidade* deste Ele não é o isto da coisa que está à nossa disposição... O movimento do encontro não se acrescenta ao rosto imóvel; está no próprio rosto. O rosto é, por si mesmo, visitaçã o e transcendência. Mas o rosto, todo aberto, pode, ao mesmo tempo, estar em si mesmo, porque está no vestígio da *eleidade*. A *eleidade* é a origem da alteridade do ser, da qual o em si da objetividade participa, traindo-o. (Lévinas, 1993, p. 67)

Com efeito, a esta ideia de vestígio, *eleidade* e violência ética levinasianas, aproximam-se perspectivas igualmente estimulantes traçadas por Carlo Ginzburg (2008) no seu trabalho de (re)formulação de um *paradigma do indício*: essa constelação tão antiga de disciplinas baseadas na decifração dos sinais – profundamente influenciada pelos estudos de Aby Warburg. Aqui propomos uma contribuição a esta perspectiva à luz da fisionomia, do rosto desta mulher cambojana. À luz de Ginzburg, portanto, queremos insistir aqui na dimensão da expressão do rosto de Bophana, ou seja, tentar agarrar, para além dos traços imóveis de seu *mugshot*, o movimento de uma subjetividade, e colocar, assim, a partir dos sinais que se manifestam à superfície do seu corpo e rostidade, a questão da *identidade individual* que os exprimiu a partir de vestígios, de fragmentos indiciais (além de sua fotografia, a história de suas cartas de amor ao seu esposo e a sua prisão e posterior assassinato), como também da história coletiva de todo o povo cambojano, que, entre 1975 e 1979, sofreu de maneira imensurável nas mãos do Khmer Vermelho e para o qual o *mugshot* de Bophana, hoje, simboliza algo como uma lápide, uma inscrição para os mortos.

RITHY PANH: A MEMÓRIA DOS VIVOS COMO LÁPIDE AOS MORTOS

Em seu admirável livro (uma obra que merece ser posta ao lado dos grandes relatos de testemunho como os de Primo Levi, Jean Améry ou Robert Antelme, para ficarmos somente em uma trinca crucial sobre a Shoah), *La Eliminación* (2013), Rithy Panh nos oferece algumas recordações terríveis sobre sua infância durante o domínio do regime do Khmer Vermelho. Este livro – escrito com a ajuda de Christophe Bataille – deve ser lido e compreendido como uma necessidade fundamental de uma memória histórica e sobretudo como um material crucialmente complementar de sua obra cinematográfica, pois, sem as palavras de seu texto e as imagens de seus filmes, o horror cambojano seria inominável, inimaginável, afinal, como crer em tamanho crime sem a transmissão de tais palavras, de tais imagens? Assim, em uma determinada passagem, Panh escreve: “os mortos estão mortos e foram apagados da face da terra. *Sua lápide somos nós* [ênfase adicionada]”¹⁴ (Panh & Bataille, 2013, p. 135).

“Sua lápide somos nós”. Palavras que ecoam ao mesmo tempo pela sua força testemunhante e poética; transformam-nos (nós, os vivos) como as estelas, os rastros dos outros que já não estão, biologicamente, neste mundo – inclusive palavras que demandam de nós, os vivos, uma exigência ética fundamental, uma exigência que saiba abarcar a dimensão deste sofrimento e, também, que saiba restituir a dignidade dos mortos. Mas estas palavras dão a ver, intensamente, a própria obra de Panh enquanto cineasta, arquivista, historiador, professor – ele que segue os passos do próprio pai Panh Lauv¹⁵, um estimado professor e intelectual cambojano até a ascendência ao poder de Pol Pot e de seu regime genocida: “Prossigo o trabalho de meu pai. Transmitir. Oferecer conhecimentos. Sacrifiquei tudo por esse trabalho, que ocupa minha vida inteira. E não me acostumo. Nem às imagens. Nem às palavras”¹⁶ (Panh & Bataille, 2013, p. 160).

E como ver os sintomas das coisas em estado de transformação, os indícios de uma destruição e do que dela restou? Como ver, então, o extermínio em seu curso, que deixa somente o testemunho, as recordações verbalizadas dos sobreviventes e dos carrascos, os vestígios inscritos nos documentos de arquivos, como maneira de mostrar ao mundo as marcas do crime? Como, de fato, acostumar-se a tais imagens, a tais palavras de imensuráveis corpos mutilados? Porque para mostrar as marcas do crime é preciso trabalhar a memória, transmiti-la apesar de tudo, sobretudo “uma memória (que) ainda não foi suficientemente elaborada”, pois “o primeiro julgamento dos responsáveis (pelo genocídio no Camboja) só aconteceu em 2009 e a fala das testemunhas ainda sofre ameaça” (Leandro, 2016, p. 2).

¹⁴No original: “los muertos están muertos y han sido borrados de la faz de la tierra. Su estela somos nosotros”.

¹⁵O pai de Rithy Pahn morre por autoinanição, já que não consegue compactuar com os crimes e as humilhações do regime do Khmer Vermelho. Como o próprio cineasta chega afirmar em seu livro *A Eliminación*: “meu pai para mim é uma bússola: um resistente à sua maneira” (Pahn & Bataille, 2013, p. 63). No original: “mi padre es para mí una brújula: un resistente a su manera”.

¹⁶No original: “Prossigo el trabajo de mi padre. Transmitir. Ofrecer conocimientos. Lo he sacrificado todo por ese trabajo, que ocupa mi vida entera. Y no me acostumbro. Ni a las imágenes. Ni a las palabras”.

Quando da estreia do seu filme seguinte, sete anos após *Bophana*, intitulado *S21 – La Machine de Mort Khmère Rouge* (2003), Rithy Panh anotara em seu caderno passagens que de fato demonstram efetivamente sua vocação como transmissor da memória, nas quais reconhece muito humildemente que, malgrado tudo, a memória deve ser apenas uma referência, portanto, ainda que fundamental, não mais do que uma possibilidade de compreender o acontecimento e, por isso mesmo, não deve ser alçada à dimensão de um culto, de uma resposta absoluta a todas as questões, já que é

o cineasta quem deve encontrar a medida justa. A memória deve ser apenas uma referência. O que busco é a compreensão da natureza desse crime e não o culto da memória. Para conjurar a repetição... A base de meu trabalho documental é escutar. Não fabrico os acontecimentos. Crio situações. Trato de enquadrar a história, tão humanamente como seja possível, na cotidianidade: à altura de cada indivíduo... Nunca contemplei um filme como uma resposta ou como uma demonstração. Concebo-o como um questionamento¹⁷. (Panh & Bataille, 2013, pp. 67-68)

¹⁷No original: “Es el cineasta quien debe hallar la justa medida. La memoria debe ser sólo una referencia. Lo que busco es la comprensión de la naturaleza de ese crimen y no el culto de la memoria. Para conjurar la repetición... La base de mi trabajo documental es escuchar. No fabrico los acontecimientos. Crio situaciones. Trato de encuadrar la historia, tan humanamente como sea posible, en la cotidianidad: a la altura de cada individuo... Nunca he contemplado un film como una respuesta o como una demostración. Lo concibo como un cuestionamiento”.

O trabalho do questionamento é antes de tudo interminável – como é, também, todo trabalho do ou sobre o testemunho –, e isso quer dizer que não possui respostas fáceis ou absolutas, mas paradoxos, bifurcações – daí, sem dúvida, a essência filosófica e poética dos filmes de Rithy Panh: filosófica porque suas imagens são sempre dialéticas, complexas, e muitas vezes perfuradas por um *voice over* que busca aprofundar e anacronizar tudo; e poética porque suas obras sabem justamente “encontrar a medida justa”, isto é, sabem mensurar com a delicadeza mais profunda o ato de escutar a palavra das vítimas e, inclusive, de respeitar a duração intrínseca da respiração de que surge a entonação do testemunho. Um teor poético que jamais adorna com frases triviais o objeto de sua construção e sabe tocar a ferida com a consciência fundamental de sua aflição. E, como escreve Jacques Derrida (2000), “toda responsabilidade do testemunho envolve uma experiência poética da linguagem”¹⁸ (p. 181), uma lição que Rithy Panh, ao que parece, soube extrair cuidadosamente.

¹⁸No original: “all responsible witnessing involves a poetic experience of language”.

Os filmes de Panh talvez possam ser compreendidos como gestos em que o humilhado filma outros humilhados, ou o humilhado filma alguns seres responsáveis por essa humilhação (um inimigo ou um carrasco, por exemplo). E sempre com a “exposição da humanidade do rosto filmado” (Leandro, 2016, p. 10), porque, como disse Jean-Louis Comolli (1995, p. 55) em *Mon Ennemi Préféré*, “o cinema só pode responder à guerra por uma crítica da guerra. Só resta ao cinema atribuir rosto humano ao inimigo”¹⁹, apesar de tudo. Porque o *méthode* de Panh reside em, diante dos perpetradores e dos

¹⁹No original: “le cinéma ne peut répondre à la guerre que par une critique de la guerre. Il ne reste plus au cinéma qu'à attribuer un visage humain à l'ennemi”.

sobreviventes, “filmar seus silêncios, seus rostos, seus gestos: esse é o meu método. Não fabrico o acontecimento, senão que crio situações para que os antigos khmeres vermelhos pensem em seus atos. E para que os sobreviventes possam contar o que sofreram”²⁰ (Panh & Bataille, 2013, p. 16). Portanto, seu método é a sua marca, a sua inscrição (sua lápide), mas também sua ferida, o dano a ele infligido, fossilizado.

Concomitante à reconstrução do horror pelos arquivos e pelos testemunhos, há também o que o próprio Rithy Panh reconstrói sobre as ruínas do genocídio, sobre as suas imagens-fissuras. Essa reconstrução só é possível através deste trabalho indelével de investigação – deste debruçamento ao mais mínimo detalhe de uma imagem, de uma assinatura, de uma palavra do testemunho –, um gesto que ajuda, diz Panh, a restituir a humanidade no ato mesmo de apreender sobre a história daquele sofrimento e, inclusive, de devolver uma parcela da vida defraudada pelo horror, tornando o trabalho investigativo, tal como os corpos e a memória dos vivos, uma *lápide para os mortos*:

Mas há outra lápide, o trabalho de investigação, de compreensão, de explicação, que não é uma paixão dolente já que luta contra a eliminação.... Esse trabalho não exuma os cadáveres. Não busca as más terras ou as cinzas.... Esse trabalho não nos proporciona nem repouso nem sossego, mas nos devolve a humanidade, a harmonia e a história. E às vezes também a nobreza. Faz-nos sentir vivos²¹. (Panh & Bataille, 2013, p. 135)

Rithy Panh é um sobrevivente, portanto, uma testemunha em si mesma que busca outros testemunhos possíveis para alastrar a memória do acontecimento. Assim, ele sabe que para o próprio testemunho se configurar como um método, como uma *lição*, é preciso persistir no trabalho investigativo com as imagens, com os arquivos do horror, porque ninguém jamais testemunha para si mesmo, mas para um outro, porque o testemunho

surge de uma experiência agonizante, experimentada diversas vezes como indizível e da qual o testemunho, a partir da posição que ocupava (posição de ator, de vítima ou de observador), deve dar fé aos olhos de outros, aos olhos do mundo inteiro. Então, o testemunho dá forma tanto ao que deve – no sentido de uma dívida ética – como ao que vê. O testemunho dá fé, deve, ver e ofertar, a partir de uma experiência que viveu, qualquer que seja a forma em que esteja implicado, em direção ao outro. Dar sua voz e seu olhar ao outro, daí seu conflito fundamental, sua instabilidade tão difícil de mensurar. (Lessa Filho & Vieira, 2020, p. 136)

²⁰No original: “Filmar sus silencios, sus rostros, sus gestos: ése es mi método. No fabrico el acontecimiento, sino que creo situaciones para que los antiguos jemerres rojos piensen en sus actos. Y para que los supervivientes puedan contar lo que sufrieron”.

²¹No original: “Pero hay otra estela, el trabajo de investigación, de comprensión, de explicación, que no es una pasión doliente puesto que lucha contra la eliminación. Por supuesto, ese trabajo no exuma los cadáveres. No busca las malas tierras o las cenizas. Por descontado, ese trabajo no nos proporciona reposo ni nos sosiega, pero nos devuelve la humanidad, la armonía y la historia. Y a veces también la nobleza. Nos hace sentir vivos”.

Com efeito, o método de Rithy Panh abarca tão bem a memória da dor e o trauma do genocídio, mas suas melhores obras cinematográficas são, também, grandes exercícios de montagem. De tal modo, em *Bophana* o método do cineasta cambojano é também exercido através de uma montagem dialética que radicaliza o próprio presente ao transformá-lo em passado, ou seja, segue à risca os ensinamentos de alguns teóricos e cineastas da montagem (de Walter Benjamin a Pasolini, passando por Sergei Eisenstein ou Godard) que perceberam nela uma maneira de *desenterrar* o passado, de revolvê-lo, portanto, para decifrar a sua legibilidade histórica. Ou, conforme Pasolini, em *L'Expérience Hérétique*:

Desde o momento da montagem, ... o presente se transforma em passado (as coordenadas foram obtidas através das diferentes linguagens vivas): um passado que, por razões imanentes à própria natureza do cinema, e não por escolha estética, sempre aparece como um presente (é, portanto, um presente histórico)... A montagem, então, realiza sobre o material do filme ... a mesma operação que a morte realiza sobre a vida²². (Pasolini, 1976, pp. 211-212)

²²No original: "À partir du moment où intervient le montage, ... le présent se transforme en passé (les coordinations ayant été obtenues à travers les différents langages vivants): un passé qui, pour des raisons immanentes à la nature même du cinéma, et non par choix esthétique, apparaît toujours comme un présent (c'est donc un présent historique)... Le montage effectue donc sur le matériau du film ... la même opération que la mort accomplit sur la vie (quello che la morte opera sulla vita)".

Panh propõe, em seu ato de montagem, uma exposição de anacronias: imagens de um passado recente que se funde, se dialetiza com a narração em *off* de um certo presente para fazer as imagens se tornarem mais *legíveis*, mais compreensíveis para o espectador, isto é, para a nossa própria atualidade. É então quando a montagem cinematográfica de *Bophana* se converte em um exercício dialético daquele presente (1996, ano de lançamento do filme), capaz de expor ao mesmo tempo seu passado (o rosto de Bophana, assim como outras vidas destruídas entre 1975 e 1979) e seu futuro (uma certa cognoscibilidade, para as gerações futuras, do que ocorreu no Camboja dominado pelo Khmer Vermelho). Mas também o exercício de montagem de Panh é um método investigativo por excelência, porque para mostrar o genocídio é preciso conhecer suas marcas, seus fragmentos, fazê-lo visível de alguma maneira, fazê-lo, portanto, reconhecível. Porque Rithy Panh sabe que para compreender o passado deste horror era necessário reconfigurar o presente por um ato de montagem dialético, anacrônico, fazendo essa imagem do passado ser entendida, pelo presente, como um acontecimento crucial, definidor (Benjamin, 2007). Ou seja, o cineasta cambojano faz de sua montagem cinematográfica uma releitura do passado a partir de cada presente no qual ele se apresenta, para desta maneira revelar, no espaço das imagens, o espaço de sua história, de sua política.

Por fim, porque este método investigativo é também um método estético e pedagógico (Panh diz acreditar mais na pedagogia do que na justiça),

e crê sobretudo “no trabalho ao longo do tempo, no trabalho do tempo”, por isso é também um gesto dialético com as imagens e o pensamento, em filmes que se “decantam pelo conhecimento: todos se baseiam em leituras, reflexões e no trabalho de investigação”²³ (Panh & Bataille, 2013, p. 199).

O VESTÍGIO DO ROSTO DE BOPHANA E O *MUGSHOT* COMO FOTOGRAFIA DE PERPETRADOR

No *mugshot* que apresentamos de Bophana, é possível *revelar* a humanidade de seu rosto, de sua fisionomia, sem soterrar as marcas afetivas e o sofrimento do instante da confecção desta fotografia? Com esta *firāsa* (definição árabe para os detalhes de uma fisionomia), tentaremos agora aproximar a imagem da jovem mulher cambojana exterminada de alguns conceitos acerca da rostidade, do vestígio, da coisa indicial que este rosto porta e que, apesar da violência histórica e material que dele emana, também demonstra algo de um clamor, de uma sobrevivência apesar de tudo.

Como já exposto, sabemos que um dos conceitos mais conhecidos e exaustivamente trabalhados por Lévinas é o do rosto: desde *Totalidade e Infinito* (1961/1980) até suas últimas entrevistas, o filósofo lituano propôs pensá-lo a partir de seus aspectos éticos que constituem nossa própria humanidade, na qual outrem me antecede e de cujas alteridades não é possível escapar²⁴. Para Lévinas, é o rosto que torna nu o homem, mas não a mera desnudez esvaziada de sentido, mas aquela que nos expõe franca e vulneravelmente um clamor ético:

O modo como o Outro se apresenta, ultrapassada a ideia do Outro em mim, chamamo-lo, de facto, Rosto. Esta maneira não consiste em figurar como tema sob o meu olhar, em expor-se como um conjunto de qualidades que formam uma imagem. O rosto de Outrem destrói em cada instante e ultrapassa a imagem plástica que ele me deixa, a ideia à minha medida e à medida do seu *ideatum* – a ideia adequada. Não se manifesta por essas qualidades, mas *kath'auto*. Exprime-se. O rosto, contra a ontologia contemporânea, traz uma noção de verdade que não é o desvendar de um Neutro impessoal, mas uma expressão. (Lévinas, 1961/1980, pp. 37-38)

De tal modo que o rosto para Lévinas deve ser compreendido para além da manifestação concreta da face humana, podendo expressar-se muitas vezes em uma espécie de paradigma do indício (Ginzburg, 2008), mesmo ante a concretude do rosto, mas transparecendo para as múltiplas formas de alteridade:

²³No original: “Creo en el trabajo a lo largo del tiempo, en el trabajo del tiempo ... se decantan por el conocimiento: todas se basan en lecturas, reflexiones y el trabajo de investigación”.

²⁴Para maior compreensão das análises de *mugshots* e do conceito de rosto/rostidade de Lévinas, ver o artigo “Da Lágrima à Resistência: O Clamor Ético das Vítimas e a Potência Política do Rosto Exposto como Imagem” (Vieira & Lessa Filho, 2019).

Sua presença consiste em se despir da forma que, entretimes, já a manifestava. Sua manifestação é um excedente sobre a paralisia inevitável da manifestação. É precisamente isto que descrevemos pela fórmula: o rosto fala. A manifestação do rosto é o primeiro discurso. Falar é, antes de tudo, este modo de chegar por detrás de sua aparência, por detrás de sua forma, uma abertura na abertura. (Lévinas, 1993, p. 59)

Assim, o *mugshot* frontal de Bophana (Figura 1), tirado algumas semanas antes da aniquilação total de sua vida, é uma espécie de materialidade despida, manifesta, *vocalizada* (“o rosto fala”) e que ante o horror daqueles que o perpetraram pôde, como imagem, como material do tempo fossilizado, atravessar as temporalidades de sua destruição e alcançar o nosso campo visual e histórico. São bastante conhecidas as páginas em que Roland Barthes, em *A Câmara Clara* (1997), teorizara acerca da fotografia e sobretudo, para nós, deste paradigma do indício (ou do vestígio) existente em uma imagem, que ele nomeara *punctum*:

Dessa vez, não sou eu que vou buscá-lo ..., é ele que parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar. Em latim existe uma palavra para designar essa ferida, essa picada, essa marca feita por um instrumento pontudo; essa palavra me serviria em especial na medida em que remete também à ideia de pontuação e em que as fotos de que falo são, de fato, como que pontuadas, às vezes até mesmo mosqueadas, com esses pontos sensíveis; essas marcas, essas feridas são precisamente pontos ... pois *punctum* é também picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte – e também lance de dados. O *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere). (Barthes, 1997, p. 46)

Essas marcas e feridas em uma imagem – isso que impulsionara Barthes a um gesto de escritura para com as fotografias (muitas vezes em seu livro a foto ilustrativa é de dor ou morte), porque ao mesmo tempo *comovente e mortificante* – é a razão pela qual nós também nos impulsionamos para o rosto de Bophana tão dedicadamente, este *mugshot*, esta fotografia tão pequena que *irrompe* no filme de Rithy Panh e que é a ponta de lança para este texto.

E para além do *punctum* indeclinável desta fotografia, o rosto dessa jovem mulher é aquilo que Marianne Hirsch (2012) chama de fotografia de perpetrador. Hirsch define o ato confeccional do *mugshot* em dois momentos: (1) a partir do *gaze* (mirada), o instante em que, operando o aparelho fotográfico, o agente da violência pode registrar o seu gesto perpetrante, portanto, o ato fotográfico

que, oficialmente, encarcerará tanto na película quanto na prisão o ser fotografado; e (2) o *look* (olhar), o contracampo da mirada do perpetrador, ou seja, o olhar (muitas vezes) confrontante da vítima que se descobre diante da câmera fotográfica²⁵. Este *mugshot* de Bophana, com a roupa negra, com o número três pendurado no pescoço, nos dá a ver a coisificação de sua vida inscrita em uma fotografia de perpetrador: sua absoluta inocência (afinal, seu crime foi trocar cartas com o seu marido Ly Sitha e querer ficar junto dele), aqui pervertida, transmutada em culpabilidade, em crimes inexistentes; essa imagem de alguns centímetros nos oferta a conversão dessa jovem mulher cambojana não em outra coisa senão em traidora, coisa que jamais foi – porque não apenas inocente (incólume a questões políticas ou ideológicas), mas também porque não existe traição quando a entidade supostamente traída é uma máquina genocidária.

O rosto de Bophana marcara Panh profundamente, e é na própria experiência desta marca, desta dilaceração, que o cineasta transformou o seu lamento (pelo rosto de Bophana, mas também pelo genocídio de grande parte de seu povo) em ensinamento. Isso quer dizer que Panh soube fazer deste rosto em sofrimento um ato de fé no testemunho, portanto, uma experiência fundamental de reminiscência: para fazer que a memória do horror se subleve, para que ela seja reescrita, reimaginada e, inclusive, remontada interminavelmente no intuito de recordar, nomear e reconhecer tanto no presente quanto no porvir os seres humanos assassinados.

E, se este fóssil da temporalidade de um rosto em sofrimento chegou até nós (quando deveria ter sido destruído como a própria vida de Bophana), é porque este arquivo revelado recusou-se a virar cinzas, o contracampo absoluto de toda prova material. Assim, com a simplicidade transmissional de suas palavras, Rithy Panh parece tentar terminar seu livro de memórias com a justa e dolorida medida sobre o reconhecimento da dilaceração de sua própria história, a de Bophana e a de seu país – e que não deixa de ser aquilo que a sua obra cinematográfica, desde o primeiro momento, também nos oferta –, mas sem jamais abdicar-se de sua responsabilidade ética e de seu gesto honorífico aos mortos: “Expliquei o mundo de antes, para que seu lado mau não volte. Para que esteja em nossa memória e nos livros, na carne dos sobreviventes, nas lápides dos desaparecidos: e que ali *permaneça* [ênfase adicionada]”²⁶ (Panh & Bataille, 2013, p. 215).

De fato, o rosto de Bophana é uma *permanência*, algo que sobreviveu à desapareição apesar de tudo; e não é um mero acaso que o local designado para guardar, preservar e transmitir os arquivos audiovisuais do Camboja tenha sido batizado justamente com o seu nome²⁷ – um gesto para preservar sua história em seu próprio país e para honrar e espalhar sua memória ao redor do mundo.

²⁵ Vicente Sánchez-Biosca (2019) ampliou e rebatizou de *perpetrator images* o conceito de *perpetrator photographs* de Hirsch – afinal, bem sabemos que não foi somente em fotografias que os perpetradores da violência gravaram as vítimas e os seus crimes.

²⁶No original: “He explicado el mundo de antes, para que su lado malo no vuelva. Para que esté en nuestra memoria y en los libros, en la carne de los supervivientes, en las estelas de los desaparecidos: y que allí permanezca”.

²⁷Fundado em 2006, o Bophana Audiovisual Resource Center é o centro de pesquisa, conservação e distribuição dos materiais audiovisuais e cinematográficos do Camboja. O seu diretor geral é o cineasta Rithy Panh. O centro audiovisual é membro oficial da Federação Internacional de Arquivos de Televisão (Fiat) e da Federação Internacional de Filmes de Arquivo (Fiaf).

DA IMAGEM-FISSURA AO GESTO EPISTOLAR

A singularidade da carta é também sua solidão: única, cada carta é um gesto epistolar que não pode ser repetido. E a partir da essência mais íntima de sua solidão – porque cada carta é destinada a quem não está ali, a quem não pode estar ali, e que talvez nunca mais esteja ali, ante os olhos de quem a escreve, ofertando-a sempre a um Outro –, as cartas de Bophana estão a caminho aspirando a uma presença – a de Ly Sitha. Solitário, único, o gesto epistolar estará então, talvez, no “segredo do encontro” (Celan, 1960, citado em Derrida, 2003, p. 13). Este “segredo”, aqui, invariavelmente mortal, nunca pôde ser secreto, porque desde sempre *partilhado* entre Bophana e seu esposo.

Em um livro sobre a obra de Paul Celan, Jacques Derrida encontra na poesia celaniana um *schibboleth*, uma pronúncia secreta sempre datada – porque Celan sempre datou todos os seus poemas –, e assim aproxima a poesia da carta (ou, de maneira mais complexa, compreende toda poesia de Celan como um gesto epistolar interminável), dada a impossibilidade de ambas existirem senão pelo gesto da escrita e dado que a carta, tal como o remetente e destinatário, terá também sua datação, sua inscrição do tempo. Contudo, Rithy Panh, ao inserir em *voice over* as cartas de Bophana sobre imagens-arquivo de trabalhadores nos arrozais na época do Khmer Vermelho (Figura 2), não apenas busca pensar a questão das palavras (des)cifradas, como da própria aliança surgida daquelas palavras como signo de pertencimento e da condição do retorno – porque toda carta é escrita para ser lida e para a criação de uma outra carta retornada com uma resposta.

Figura 2

Trabalhadores nos arrozais cambojanos



Nota. De Bophana: *Une Tragédie Cambodgienne*, de R. Panh, 1996.

Essa montagem dialética que Panh realiza funde dois instantes de uma mesma temporalidade, porque tanto as cartas de Bophana narradas quanto

as imagens-arquivo utilizadas são contemporâneas, são heranças da mesma destruição. Sobrepor as palavras de Bophana nas imagens de arquivo nos dá a ver a dimensão amplificada daquela violência, porque uma carta de amor era um gesto absolutamente proibido pelo Khmer Vermelho, e Bophana o fez, expondo -se tanto na gravidade de seu coração como no arriscamento de sua vida, enquanto o trabalho escravista nos arrozais era o principal lema para o povo sob a ditadura de Pol Pot: fazer toda a população trabalhar, desumanamente, no campo. Essas cartas são uma maneira de permanecer num mundo deteriorado de humanidade, daí certamente a razão desse gesto dialético de Rithy Panh ao contrapor a ternura das palavras de Bophana com a brutalidade do trabalho braçal obrigatório: para olhar ao mesmo tempo o que se abre (a vida que perdura, resiste) e o que se fecha (as vidas que se derrubam) daquela temporalidade – daquele sofrimento. Panh soube extrair o instante em que um gesto epistolar a uma só vez pôde ser vislumbrado como a aliança inconsolável da dignidade e um contraponto à violência dos trabalhos forçados.

Assim, no documentário, pela voz de uma mulher, escutamos palavras serem pronunciadas em um *voice over* que nos indica que os excertos narrados são de uma das cartas de Bophana para o seu esposo:

Para o meu esposo que tanto sinto falta...

Quantas lágrimas uma mulher terá de verter no momento em que é separada de seu amado marido após passar somente duas noites juntos... eu me deito e espero por seu retorno. Eu espero notícias suas... terrivelmente... já faz oito dias e ainda não tenho notícias. Sei e compreendo que você e nossas duas famílias estão preocupadas por causa de meus problemas. Mas o que podemos fazer? É o nosso carma²⁸. (Panh, 2004, p. 118)

Em seguida, outro *voice over*, dessa vez masculino, verbaliza a resposta de Ly Sitha/Deth para a carta de Bophana:

Para minha amada esposa...

Estou ficando louco. Estou tão preocupado com a sua situação que me sinto atordoadado... Como sabe, você tem sido acusada de crimes sérios. De joelhos imploro para que você não desista. Existem diversas mudanças no ministério... diversas derrotas... Angkar me destituiu de algumas responsabilidades, sem dúvida porque já não sou mais visto como alguém confiável... Estou perdido; essa é a única palavra que posso usar. Já não tenho mais forças.

De um homem que suporta essa dor,

Deth²⁹. (Panh, 2004, p. 119)

²⁸No original: "To my darling whom I miss... How many tears will a woman have to shed when they separate her from her beloved husband after spending only two nights together... I lie in wait for your return. I wait for news from you... dreadfully... It has been eighty days now and there is still no news. I know and well understand that you and our two families are worried about my problems. But what can we do? It's our karma".

²⁹No original: "To my beloved wife... I'm going mad. I'm so worried about your situation I feel dizzy... As for you, you have been accused of serious crimes. On my knees I'm begging you not to give up. There are many changes at the ministry... many reversals... Angkar has stripped me of some of my responsibilities, no doubt because I'm no longer viewed as trustworthy... I am lost; that's the only word I can use. I no longer have any strength. From a man who endures this pain, Deth".

As palavras de ambos se arrebatam, transportam-se, deixam-se levar – e por fim são borradas pela crueldade de seus assassinatos, que é o que, *fisicamente*, encerra de maneira definitiva o gesto epistolar. As cartas são arquivos a uma só vez do afeto que os atravessava e do aniquilamento brutal que atravessou suas vidas. A esse aniquilamento sobrevive tudo que se deixou morrer e, por isso mesmo, os nomes e as grafias incontornáveis de Ly Sitha/Deth e Bophana, que hoje podemos ler como uma espécie de testemunho, de lápide para os milhões de outros rostos e epítetos exterminados por Pol Pot e seu regime genocida.

Mas há, diante da brutalidade do que essas cartas nos mostram, essa sobrevivência, esse testemunho da temporalidade daquele sofrimento. Se hoje podemos ler (e ouvir) as cartas trocadas pelos amantes, é sem dúvida graças a uma legibilidade da história que o filme de Rithy Panh nos propicia, à maneira daquilo que Walter Benjamin (1985) escreve, em seu *Origem do Drama Barroco Alemão*: “a exposição da história como a história dos sofrimentos do mundo”³⁰ (p. 179). Essa legibilidade da história nos oferta esse complexo processo de perceber o outrora que repentinamente se choca com o nosso agora, ou seja, a sobrevivência (esta coisa indicial, minúscula, vestigiosa) é capaz de roçar o nosso campo visual e histórico quando jamais imaginaríamos que isso de fato ocorreria, para assim reabrir, clamorosamente, as fissuras da “história dos sofrimentos do mundo”.

³⁰No original: “Exposition der Geschichte als Leidensgeschichte der Welt”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vestígio é para muitos um mero indício superficial, um dado à flor da pele. Contudo, se nos debruçarmos ante sua fragilidade, ante sua coisa minúscula, ele também pode ser um traço manifesto e migratório, um clamor – ético ou histórico – de uma imagem emergida à luz de nossa visualidade, que ressurge à superfície para *revelar* os pontos visíveis de um rosto, de uma fisionomia cujos traços perduram como sobrevivência e testemunho da violência neles perpetradas.

De tal modo, olhando atentamente sua história e seu vestígio, podemos perceber o rosto de Bophana incrustado na carne – na película – de seu *mugshot*, à maneira de uma escrita firmemente gravada no pergaminho da pele. Nossa mirada é ainda a chegada da eleidade que faz justiça; a oferta fílmica de Panh nos posiciona como os outros do outro, com os olhos vasculhadores de vestígios. Nossa mirada ética trai o passado, rompe com o silêncio dos gritos das vítimas; atualizamos nas alteridades (des)arquivadas um ainda sim dos que nos olham em vulnerabilidade. Se com Bophana escapamos da eliminação da memória, perante seu rosto buscamos ofertar o tempo outro da alteridade, assim como uma tentativa de constituir, ainda que fissuradamente, um gesto de escrita capaz de dignificar, para além de Bophana e a partir do filme de Panh, as vidas e rostos jamais nomeados do genocídio cambojano.

E se, a partir dos testemunhos vestigiais, tensionamos dialeticamente as imagens da montagem cinematográfica, o que se deve comemorar e, *ao mesmo tempo*, reunir e repetir é, *ao mesmo tempo*, o que dessas vidas nos resta como história e recordação que fazem frente ao aniquilamento, à transformação destes seres humanos em uma espécie de nada, em uma espécie de cinzas. No momento em que escreveram as suas cartas de amor (e com o terror e o tremor intrínsecos a este ato), a Bophana e seu esposo aguardavam-lhes as cinzas da eliminação. E hoje, ante essas imagens e essas palavras, como também ante a descoberta dos arquivos do genocídio cambojano, devemos em eleidade guardá-los como proposto por Panh, como uma lápide, esta entalhadura irremovível que nomeia os sem nome da história, que os dignifica apesar de tudo, quase como se os retirasse, neste gesto, da terra humilhada onde seus corpos e crânios foram dizimados, para então reinscrevê-los, entalhados ou não, em nossa memória mais duradoura. ■

REFERÊNCIAS

- Barthes, R. (1997). *A câmara clara*. Nova Fronteira.
- Becker, E. (1986). *When the war was over: The voices of Cambodia's revolution and its people*. Simon & Schuster.
- Becker, E. (2010). *Bophana: Love in the time of the Khmer Rouge*. Cambodia Daily Press.
- Benjamin, W. (1985). *Origine du drame baroque allemand*. Flammarion.
- Benjamin, W. (2007). *Passagens*. Editora UFMG; Imprensa Oficial de São Paulo.
- Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo*. Autêntica.
- Butler, J. (2017). *Caminhos divergentes: Judaicidade e crítica do sionismo*. Boitempo.
- Comolli, J.-L. (1995). Mon ennemi préféré. *Images Documentaires*, (23), 45-56. <https://www.imagesdocumentaires.fr/Filmer-l-ennemi.html>
- Derrida, J. (2000). Poetics and politics of witnessing. In M. P. Clark (Org.), *Revenge of the aesthetic* (pp. 180-206). University of California Press.
- Derrida, J. (2003). *Schibboleth. Para Paul Celan*. Editora Nacional.
- Didi-Huberman, G. (2003). *Images malgré tout*. Éditions de Minuit.
- Ginzburg, C. (2008). Indícios. Raíces de un paradigma de inferencias indiciales. In C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, indícios. Morfologia e historia* (pp. 185-239). Gedisa.
- Hirsch, M. (2012). *The generation of postmemory: Writing and visual culture after the Holocaust*. Columbia Press University.
- Leandro, A. (2016). A história na primeira pessoa: Em torno do método de Rithy Panh. *E-Compós*, 19(3). <https://doi.org/10.30962/ec.1279>

- Lessa Filho, R., & Vieira, F. (2020). Entre travessias e escuridão: Notas sobre os espectros (i)migrantes em Border. *LOGOS*, 27(1), 134-151. <https://bit.ly/3PhFJTb>
- Lessa Filho, R., & Marques, A. C. S. (2022). Flutuar entre as imagens: Purple sea e as vidas migrantes à deriva. *DOC On-line*, (31), 5-30. <https://bit.ly/3P9dCWK>
- Lévinas, E. (1980). *Totalidade e infinito*. Edições 70. (Trabalho original publicado em 1961)
- Lévinas, E. (1993). *Humanismo do outro homem*. Vozes.
- Panh, R. (2004). Bophana: A Cambodian tragedy. *Mãnoa*, 16(1), 108-126.
- Panh, R. (Diretor). (1996). *Bophana : une tragédie cambodgienne* [Bophana, uma tragédia cambojana] [Filme]. CDP; INA; France 3.
- Panh, R. (Diretor). (2003). *S21 – la machine de mort khmère rouge* [S21 – A máquina da morte do Khmer Vermelho] [Filme]. Art France Cinema; CNC; Česká Televize.
- Panh, R. (Diretor). (2011). *Duch, le maître des forges de l'enfer* [Duch, o mestre das forjas do inferno] [Filme]. Anjoa; Bophana Production; CDP.
- Panh, R., & Bataille, C. (2013). *La eliminación*. Anagrama.
- Pasolini, P. P. (1976). *L'Expérience hérétique*. Payot.
- Sánchez-Biosca, V. (2015). ¿Qué espera de mí esa foto? La perpetrator image de Bophana y su contracampo. Iconografías del genocidio camboyano. *Aniki*, 2(2), 322-348. <https://doi.org/10.14591/aniki.v2n2.170>
- Sánchez-Biosca, V. (2017). *Miradas criminales, ojos de víctima*. Prometeo.
- Sánchez-Biosca, V. (2019). Elogio de la sonrisa. In A. Ferrer & V. Sánchez-Biosca (Orgs.), *El infierno de los perpetradores* (pp. 297-337). Bellaterra.
- Vieira, F., & Lessa Filho, R. (2019). Da lágrima à resistência: O clamor ético das vítimas e a potência política do rosto como imagem. *Doc On-line*, (25), 64-81. <https://doi.org/10.20287/doc.d25.dt03>

Artigo recebido em 9 de setembro de 2021 e aprovado em 23 de maio de 2022.

A participação como compromisso organizacional na TV pública^a

Participation as an organizational commitment in public service TV

DANIELE FERREIRA SERIDÓRIO^b

TU Dortmund, Erich Brost Institut. Alemanha

DANILO ROTHBERG^c

Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Bauru – SP, Brasil

OCTAVIO PENNA PIERANTI^d

Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia. Bauru – SP, Brasil

RESUMO

A sustentabilidade das emissoras mantidas pelo poder público permanece incerta. Uma das formas de a sociedade intervir nesse cenário advém dos mecanismos de participação nas instâncias de gestão e produção editorial, o que poderia fortalecê-las ao ampliar a visibilidade de sua relevância para a cidadania e o atendimento do direito à comunicação e à informação. Este artigo verificou, por meio de análise documental, se a participação pública como princípio e prática foi ou não incorporada por emissoras públicas brasileiras como compromisso organizacional. Os resultados indicam escassa aderência à participação: somente quatro entre 23 emissoras efetivam-na institucionalmente, e ainda apenas de maneira parcial.

Palavras-chave: Participação, televisão pública, políticas de comunicação

ABSTRACT

The sustainability of public-owned broadcasters remains uncertain. One of the ways in which society intervenes in this scenario comes from mechanisms of participation in the management and editorial production levels, which can strengthen them by increasing the visibility of their relevance for citizenship and the fulfillment of the right to communication and information. This paper verified, through document analysis, whether public participation as a principle and practice was or was not incorporated by Brazilian public broadcasters as an organizational commitment. The results indicate the lack of adherence to participation: only four in 23 stations apply it institutionally, and yet just partially.

Keywords: Participation, public television, communication policies

^a Este artigo inclui aspectos de pesquisa de doutorado com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – Processo nº 2017/12913-1 –, realizada pela primeira autora, com orientação do segundo autor, e defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). O segundo autor agradece o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001, Processo nº 88887.371422/2019-00, Programa Probral – e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Processo nº 305689/2019-3. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores.

^b Doutora e mestre em Comunicação pela Unesp. Realiza estágio pós-doutoral no Erich Brost Institut, financiado pelo programa Probral (Capes/DAAD). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6374-5769>. E-mail: seridorio@gmail.com

^c Livre-docente em Sociologia da Comunicação, mestre em Comunicação e doutor em Sociologia pela Unesp. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3103-8154>. E-mail: daniilo.rothberg@unesp.br

^d Doutor em Administração e mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com pós-doutorado em comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É autor/organizador de dez livros. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2719-2431>. E-mail: octavio.pieranti@gmail.com

A ARQUITETURA POLÍTICO-INSTITUCIONAL BRASILEIRA é caracterizada por arranjos peculiares em várias esferas, incluindo o sistema público de radiodifusão. O artigo 223 da Constituição Federal de 1988 prevê a complementaridade entre os sistemas público, estatal e comercial, mas a comunicação pública se ressentida da ausência de regulamentação para efetividade do princípio constitucional, aspecto, como se verá, razoavelmente explorado pela literatura especializada.

Nesse cenário, a TV Brasil, operada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), coexiste com emissoras vinculadas a governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e fundações de direito privado, entre outras configurações institucionais possíveis no que tange à prestação do serviço de radiodifusão educativa. Uma das fragilidades que todas tendem a ter em comum é a incerteza sobre sua própria sustentabilidade, que poderia estar ancorada inclusive em formas de participação pública e controle social em sua operação – dimensão ainda pouco estudada pela literatura.

Este artigo oferece uma contribuição para a compreensão desse contexto ao apresentar resultados de nosso estudo, que rastreou, por meio de análise documental, as evidências da participação como compromisso organizacional nas emissoras vinculadas a governos estaduais e universidades federais, que podem ser consideradas integrantes do sistema público de radiodifusão. As unidades de análise são documentos de diretrizes editoriais e organizacionais da TV Brasil e das 22 emissoras estaduais em funcionamento. O objetivo foi investigar a possível amplitude dos formatos de participação social em vigor no Brasil.

Este artigo está dividido em quatro seções. A primeira caracteriza aspectos pertinentes do contexto de desenvolvimento das políticas públicas para o setor de radiodifusão no Brasil e a concepção de participação. A segunda descreve a metodologia do estudo. A terceira apresenta e discute os resultados. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições do artigo.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA RADIOFUSÃO

Como parte do que se pode referenciar doutrinariamente como comunicação pública, a radiodifusão, do ponto de vista teórico, pressupõe a existência de participação social em instâncias diversas de produção e gestão, incluindo níveis organizacionais e de representação no processo de elaboração de políticas públicas para o setor, ao menos segundo o contexto de sua conceituação na esteira da redemocratização após 1985 (Brandão, 2012; Duarte, 2011; Lima, 2015; Matos, 2009, 2012).

Frise-se, de início, que a existência de instâncias de participação social vinculadas a emissoras públicas é prática corrente em diversos países.

Conselhos, por exemplo, podem estar previstos em lei ou em regulamentos, que, por sua vez, podem nominar as entidades que os comporão ou prever um rito público de escolha de seus membros. As competências dessas instâncias, em regra, envolvem o acompanhamento da programação para se ter certeza de que ela se coaduna com os princípios aplicáveis às emissoras. A essa forma de participação, no contexto internacional, se somam outras, como audiências e consultas públicas; obrigatoriedade de publicação de relatórios para monitoramento externo; e criação de entidades não estatais de fiscalização (Jakubowicz, 1998; Peranic, 2006; Pieranti, 2018; Spassov, 2010).

No Brasil, no percurso da redemocratização, a elaboração de uma nova Constituição Federal foi tida por muitas entidades da sociedade civil como oportunidade para reduzir a concentração econômica na radiodifusão e reverter a primazia do que viria a ser chamado pelo próprio texto constitucional de sistema privado de radiodifusão (Bolaño, 2007; Herz, 1991; Lima, 2015). Defendia-se democratizar as comunicações, o que passaria pela avaliação dos critérios de outorgas de radiodifusão, que poderiam incluir determinações sobre a criação e a manutenção de instâncias de participação social na gestão das emissoras.

Não obstante, embates no Congresso Nacional legaram um modelo decorrente da falta de consenso na subcomissão responsável pelo tema (Bigliuzzi, 2007). Como se argumenta nesta seção, a Constituição Federal reuniu dispositivos importantes para uma transformação da radiodifusão, porém essas mesmas previsões tiveram efeito limitado. Por um lado, foi reconhecida a complementaridade entre três sistemas de radiodifusão – público, privado e estatal; foi vedada a existência de monopólios e oligopólios no setor; e foi incluído um novo ator – o próprio Congresso Nacional – na apreciação de outorgas. Por outro, o estabelecimento de um rito dificultador de cassações e a falta de regulamentação desses temas ajudaram a preservar, na prática, o modelo de outorgas então existente. Trata-se de um formato iniciado ainda na década de 1930 e consolidado na de 1960, quando foram estabelecidos requisitos técnicos objetivos, que, no entanto, permitiram historicamente a discricionariedade política sobre novas outorgas, inclusive em momentos de especial interesse para o Poder Executivo federal, conforme diversos estudos já realizados, cuja pormenorização extrapolaria os limites deste artigo (Costa & Brener, 1997; Herz, 1991; Lima, 2015; Motter, 1994).

É necessário reconhecer que, a partir da Nova República e a despeito da inexistência de mecanismos institucionais que assim garantissem, foi ampliado significativamente o espaço no espectro de radiofrequências para novas emissoras não comerciais. Isso ocorreu, entre outros fatores, justamente pelo espaço de discricionariedade política para outorgas de emissoras educativas (Motter, 1994) e por recentes políticas públicas de universalização dos serviços, que originaram

os Planos Nacionais de Outorgas (PNO) (Pieranti, 2018). Além disso, pelo menos em relação ao rádio, novas possibilidades tecnológicas permitiram o avanço desse meio para além da radiodifusão tradicional, contemplando possibilidades de difusão de conteúdo de áudio pela internet (Temer et al., 2019).

Da Constituição Federal emergiu a concepção de um sistema público de radiodifusão com funções específicas para o fortalecimento da cidadania, como fruto do direito à comunicação e à informação. Anteprojetos do texto, discutidos na Assembleia Nacional Constituinte, continham avanços, como a instituição de agência reguladora e mecanismos de proteção do cidadão. Mas a literatura costuma ponderar que o resultado acabou privilegiando “interesses pessoais envolvidos em questões que deveriam estar sendo tratadas ... pela perspectiva do interesse coletivo” (Lima, 2015, p. 140).

A Assembleia Nacional Constituinte representou um momento em que “o aparecimento da sociedade civil enquanto espaço de luta por políticas públicas de comunicação ocorre ... de maneira mais sistematizada” (Kerbaux & Demarchi, 2017, p. 69). Destaca-se, no processo, a atuação da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC). Murilo César Ramos resumiu, em entrevista (Pieranti, 2019b), que a FNPDC, fundada em 1984, foi resultado da atuação e convergência de interesses de universidades, sindicatos da área, intelectuais, congressistas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação para a Promoção da Cultura (APC) e Associação Brasileira para o Ensino e a Pesquisa em Comunicação (Abepec).

A Constituição apresenta, em seu artigo 5º e em capítulo referente à comunicação social, dispositivos com potencial democratizante para o setor, como a própria concepção, já mencionada, de três sistemas de radiodifusão – público, estatal e privado – que deveriam obedecer ao princípio da complementariedade. A caracterização de cada sistema deveria ser assegurada pelo controle da outorga, mas sua efetividade foi comprometida pela ausência de regulação infraconstitucional (Carvalho, 2009; Leal Filho, 2016).

“A efetividade do texto constitucional depende muito mais de fatos externos ao texto do que jamais qualquer assembleia constituinte poderá admitir” (Bigliuzzi, 2007, p. 60). Grande parte dos avanços propostos para as políticas de comunicação presentes na Constituição Federal de 1988 não foram objeto de regulamentação posterior, ou esse ato demorou e foi fragilizado na prática. O caso do Conselho de Comunicação Social é emblemático.

Ele é citado no artigo 224 do texto constitucional, e teria função de órgão auxiliar do Congresso Nacional. A sua composição, função e instalação foram instituídas pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991. Desde então, sua história é marcada por momentos em que ficou desativado, e sua

composição, por conferir maior peso ao mercado, não traduz o que previa o anteprojeto constituinte (Lima, 2015).

Uma definição específica para o sistema público de radiodifusão só foi parcialmente exposta 20 anos depois, pela Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que criou a EBC, em um processo que envolveu debate prévio com a sociedade e com representantes de emissoras e de canais de TV por assinatura não comerciais. Em particular, o I Fórum Nacional de TVs Públicas, organizado pelo Ministério da Cultura em 2016, gerou princípios para a construção do sistema público de radiodifusão, incluindo a exigência de abertura à participação social na gestão e na programação das emissoras (Buriti & Carvalho, 2012). Tais princípios devem “ser entendidos dentro do âmbito da conquista de direitos sociais decorrente da mobilização da sociedade civil nos períodos da redemocratização e da pós-redemocratização” (Paulino et al., 2016, p. 59). A Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, buscou instituir uma instância de participação independente dos governos de turno, com presença majoritária de membros da sociedade civil, situando-se o Conselho Curador da EBC como via de participação social e autonomia editorial.

Outro momento relevante de democratização das decisões sobre as políticas do setor instaurado pelo poder público foi a 1ª Conferência Nacional da Comunicação (Confecom), em 2009, que aprovou mais de 600 resoluções. A Confecom proporcionou “a participação pública dos mais diversos atores, incluindo a sociedade civil, na formulação, implementação e acompanhamento das políticas” (Kerbauy & Demarchi, 2017, p. 60).

Mas a maior parte das centenas de resoluções oriundas da Confecom permanece à espera de desdobramentos que dependem de instituições políticas formais. Pieranti (2019a) verificou sua implementação: 163 foram consideradas genéricas demais para terem implementação objetiva. Das demais 470 propostas, 65,74% não foram implementadas; 25,74% foram parcialmente implementadas; e 8,52% foram totalmente implementadas.

Interessa em especial para o contexto deste artigo a proposta de ampliação da participação social nas instâncias de gestão da EBC e demais emissoras da radiodifusão pública, que não só foi abandonada, como também enfrentou um cenário em retrocesso: “não apenas o modelo de conselhos não foi expandido ..., como também o Conselho Curador da EBC foi extinto por medida provisória, convertida na Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017” (Pieranti, 2019a, p. 281).

A Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017, extinguiu o Conselho Curador da EBC e parte de suas atribuições, transferindo outras ao conselho de administração e à diretoria executiva. O momento de inflexão também foi acompanhado de mudanças em sua perspectiva orçamentária. Seu orçamento teria se tornado insuficiente para a produção de conteúdo capaz de atender

as demandas da cidadania: constatou-se “um quadro consistente de asfixia financeira sem que se apresente um plano, público e estável, que intente revertê-lo” (Pieranti, 2020, p. 15).

A fragilidade do arranjo legal de criação da EBC já havia sido apontada pela literatura especializada. Murilo César Ramos considera que, no momento de seu surgimento, a empresa foi considerada um avanço, mas também uma resposta tardia e circunstancial aos movimentos pela democratização da comunicação (Lopes, 2013). Sua chegada inclusive não teria alterado uma característica histórica do sistema público de televisão no Brasil, construído para não concorrer pela divisão da verba publicitária e de audiência com as emissoras que exploram comercialmente o espectro eletromagnético (Bolaño & Brittos, 2016). Mesmo que setores da EBC desejassem disputar recursos oriundos da publicidade comercial de varejo, não o poderiam, visto que a empresa está impedida de assim proceder pela própria lei que a criou.

Ainda assim, essa legislação foi um avanço, para o padrão brasileiro, no que se refere ao estabelecimento de uma cesta de fontes de financiamento. No plano internacional, essa diversidade costuma ser parte do modelo de sobrevivência da radiodifusão pública, visto que evita gerar dependência excessiva das emissoras públicas em relação a apenas uma fonte, sempre suscetível, em tese, a contingenciamentos e intempéries políticas. Em países europeus, por exemplo, não há uniformidade legal, mas é comum que emissoras públicas disponham de fontes que incluem taxas pagas pelo público ouvinte ou espectador, orçamento de governo e publicidade comercial. No Brasil, a EBC dispõe de fontes que incluem orçamento direto do governo federal, da Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), custeada por prestadoras de serviços de telecomunicações e por emissoras de radiodifusão, e da possibilidade de veiculação de publicidade institucional. As demais emissoras vinculadas a governos estaduais e municipais, contudo, não dispõem de contribuição específica, e sua sustentabilidade é constantemente colocada em xeque (Holtz-Bacha, 2003; Mungiu-Pippidi, 2003; Open Society Institute, 2005; Pieranti, 2018; Wimmer, 2014; Woldt, 2010).

Neste cenário de dificuldades relacionadas à própria existência das emissoras públicas no Brasil, entende-se que o monitoramento de sua atuação pela sociedade civil por meio de vias participativas adequadas poderia, em tese, ampliar a visibilidade da contribuição que trazem ao fortalecimento do direito à comunicação e à informação. Mas isto requer que o princípio e a prática da participação pública sejam incorporados como compromisso organizacional.

Nas organizações públicas em geral, incluindo as empresas que operam emissoras de radiodifusão, a descentralização do processo decisório pode ocorrer

pela permeabilidade de processos participativos abertos por práticas institucionais, os quais facilitam a entrada de atores que nem sempre atuam efetivamente na arena política, como os movimentos sociais que, na trajetória de aprofundamento democrático em muitas partes do globo, “ampliaram a concepção do político e fizeram da participação algo mais heterogêneo e multidirecional”¹ (Carpentier, 2012, p. 169).

Carpentier et al. (2013) indicam que as empresas públicas de radiodifusão carregam o potencial de ampliar as possibilidades de participação democrática, nos termos de um “esforço para estabelecer politicamente o controle democrático e responsabilização da mídia”² (p. 291). Mas, para isso, elas devem implementar práticas que possam ir além de receber a contribuição do público em nome dos interesses das próprias organizações. O controle dos processos deve estar uniformemente distribuído entre os profissionais e o público (Carpentier, 2011), de forma que “os atores envolvidos nos processos de tomada de decisão estejam posicionados em direção aos outros através de relações de poder ... igualitárias”³ (Carpentier, 2012, p. 164).

Além disso, a participação não deveria ser estabelecida com base somente em experiências esporádicas, mas sim adotada como compromisso organizacional, expresso em documentos editoriais e de conduta divulgados com publicidade e transparência.

Na próxima seção, avançamos com a descrição da metodologia do estudo que empreendemos a fim de verificar a existência de compromisso organizacional com a participação no sistema público de radiodifusão brasileiro.

METODOLOGIA

Rastreamos a existência de evidências do compromisso organizacional com a participação em televisões públicas por meio de análise documental de fontes da TV Brasil e as 22 emissoras estaduais em operação no período da coleta de dados (novembro a dezembro de 2018)⁴, mantidas por governos estaduais ou universidades federais, a saber: TV Aldeia (AC); TV Cultura do Amazonas (AM); TVE Bahia (BA); TVC (CE); TV Educativa ES (ES); TV Brasil Central (GO); TV UFMA (MA); TV Universidade (MT); TVE Cultura MS (MS); Rede Minas (MG); TV Cultura do Pará (PA); TV Miramar (PB); TV Paraná Educativa (PR); TV Pernambuco (PE); TV Antares (PI); TVU RN (RN); TVU UFRGS (RS); TV UFRR (RR); TV UFSC (SC); TV Cultura (SP); TV Aperipê (SE); e TVE Tocantins (TO).

As unidades de análise foram compostas por documentos editoriais, códigos de conduta e relatórios de ouvidoria e conselhos de gestão destas emissoras, disponíveis em suas páginas web institucionais.

¹No original: “broadened the scope of the political and made participation more heterogeneous and multidirectional”.

²No original: “effort to politically establish democratic control and accountability in the media”.

³No original: “the actors involved in decision-making processes are positioned towards each other through power relationships that are ... egalitarian”.

⁴Os dados foram coletados em um momento de fim de governos (federal e estaduais) marcados, em regra, pela redução da participação social nas emissoras públicas, o que pode ser exemplificado, por exemplo, pela extinção do Conselho Curador da EBC. Essa redução da participação social foi tendência aprofundada nos governos posteriores e, assim, os dados coletados refletem uma inflexão no conceito de comunicação pública no país, que persiste até o momento da aprovação deste artigo.

O compromisso organizacional com a participação foi identificado e teve sua intensidade avaliada por meio dos seguintes critérios de análise, aplicados por meio da identificação da presença ou ausência de informações correspondentes a quesitos em seis dimensões: (1) *expectativas* – o público é informado sobre o que pode esperar de sua participação?; (2) *feedback* – a emissora institui a necessidade de envio de manifestações a seu respeito?; (3) *acesso* – os mecanismos de participação são fáceis de encontrar e utilizar?; (4) *transparência* – a emissora gerencia a visibilidade das opiniões recebidas do público?; (5) *profissionalização* – documentos internos e códigos editoriais favorecem a participação?; e (6) *aproveitamento* – a emissora incorpora as contribuições recebidas do público?

O maior ou menor atendimento a esses quesitos foi determinado como indicador da efetividade do compromisso organizacional com a participação do público nas instâncias de gestão e produção editorial das empresas públicas de radiodifusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 22 emissoras presentes no corpus, somente quatro apresentam, em suas páginas web institucionais, informações sobre vias de participação do público em instâncias de gestão e produção editorial, a saber: TV Pernambuco; TV Brasil; Rede Minas; e TV Cultura (SP). A TV Cultura do Amazonas não possuía página web institucional no momento da análise. Nas páginas web institucionais das demais 18 emissoras, não estavam disponíveis os documentos que buscamos.

Nos documentos analisados da Empresa Pernambuco de Comunicação (EPC), responsável pela TVE Pernambuco, a participação social aparece como um dos valores da empresa e princípios norteadores de sua estrutura organizacional, atendendo a dimensão de profissionalização. O artigo 2º de seu estatuto social enuncia o alegado compromisso com a “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira” (EPC, 2018b, p. 3). O documento *Plano de Negócios 2019 e Estratégia de Longo Prazo 2018-2023* (EPC, 2018c) sustenta que um dos resultados esperados do trabalho da empresa para o período é “aumentar a participação e controle social na comunicação pública” (p. 17).

Destaca-se como experiência positiva de participação na EPC a estrutura de seu conselho de administração, composto por sete membros, dos quais três são “representantes titulares da sociedade civil e respectivos suplentes, escolhidos ... segundo critérios de pluralidade de experiências profissionais e representatividade da diversidade cultural do estado” (EPC, 2018b, p. 12). Tal instância possui 30 atribuições estatutárias, incluindo “desempenhar suas funções de

monitoramento da gestão e direcionamento estratégico” (p. 16) e aprovação de relatórios de prestação de contas.

A gestão da *transparência* no conselho de administração da EPC está presente tanto no processo seletivo como nas atas de suas reuniões. Há um regimento e publicação de edital para o processo de seleção dos membros da sociedade civil. Às etapas do processo é dada a devida publicidade, e o resultado é divulgado na página web institucional da emissora. Na análise das atas do conselho de administração, disponíveis online, identificamos que os diversos membros do Conselho têm tido espaço igualitário para proposição de pautas.

Não falta, na EPC, a provisão de princípios que podem ensejar instrumentos ou instâncias de participação, mas no período da coleta de dados não identificamos informações sobre possíveis aplicações ou desdobramentos de tais princípios para além da existência do conselho de administração. O *Código de Conduta e Integridade* situa, como “compromissos da EPC no exercício da governança corporativa”, a meta de “basear na proatividade sua relação com os seus públicos, parceiros e clientes, de forma precisa, correta, transparente e oportuna” (EPC, 2018a, p. 4); entre os “compromissos da EPC no relacionamento com a comunidade”, está o de “manter canais permanentes de comunicação e diálogo junto à comunidade, estabelecendo uma relação de respeito às pessoas e às culturas locais”; e, entre os “compromissos da EPC no relacionamento com sociedade, governo, Estado, órgãos de controle e agências reguladoras”, está o de “manter canais permanentes de comunicação e diálogo com todos os públicos de forma transparente, respeitosa e construtiva” (p. 13).

Além disso, mecanismos relevantes estão previstos no estatuto social, cujo artigo 28 determina que a empresa deverá dispor de uma ouvidoria para “oferecer canais de comunicação com os telespectadores e rádio ouvintes, assegurando-lhe o direito à crítica e a sugestões sobre o conteúdo e a programação” e “enviar resposta fundamentada aos telespectadores e rádio ouvintes” (EPC, 2018b, p. 28). No entanto, na página web institucional da EPC não há informações sobre a operação da ouvidoria, o que está em sintonia com seu caráter de instância interna, conforme o artigo 28, que atribui ao ouvidor a tarefa de “redigir boletim interno semanal com críticas à programação do período, a ser encaminhado à Diretoria Executiva”. Ou seja, em princípio existe uma instância capaz de ampliar a participação social na gestão, mas na prática ela foi fechada estatutariamente.

Da análise dos documentos da TV Brasil, administrada pela EBC, é possível destacar a existência de dois mecanismos em operação no período da coleta de dados: o *Manual de Jornalismo* (EBC, 2013) e a ouvidoria (EBC, 2008)⁵.

O *Manual de Jornalismo* favorece dimensões de jornalismo participativo nos termos da chamada *pauta colaborativa*, descrita como “mais uma ferramenta de qualificação do jornalismo da EBC e de acolhimento do foco do cidadão.

⁵ Conforme apontado na revisão da literatura neste artigo, o Conselho Curador da EBC foi um dos pilares da participação social na gestão da empresa (Pieranti, 2019a, 2020). Extinto pela Medida Provisória nº 744, de 1º de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017, que alterou a estrutura de governança da EBC, não está incluído no período da coleta de dados de nosso estudo. A lei também substituiu o Conselho Curador pelo Comitê Editorial e de Programação. Até o período de conclusão deste artigo, tal comitê ainda não havia sido implementado.

Pautas especiais são previamente anunciadas para que o público contribua com dados e informações, potencializando a qualidade da produção” (EBC, 2013, p. 77).

Mas o documento não detalha o gerenciamento da participação em consequência de tal previsão. Assim, apesar de o manual atender a dimensão de profissionalização, não há gestão da transparência, como informações sobre expectativas e acesso; não identificamos a indicação em relatórios sobre como se dá o aproveitamento da participação do público.

A ouvidoria da EBC é um canal para manifestação do público por meio de um site próprio (<https://www.ebc.com.br/ouvidoria>). Como dimensão de profissionalização, está presente em diferentes documentos institucionais seu compromisso de manter canais de diálogo com a sociedade. Suas obrigações estão previstas inclusive no artigo 79 do estatuto social: “a ouvidoria deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas” (EBC, 2018). Os canais da ouvidoria da EBC informam o público sobre as expectativas daquela interação, e sua operação está detalhada em norma específica (EBC, 2008). Há nos relatórios periódicos, disponíveis no site, a publicidade do feedback sobre a gestão da transparência e aproveitamento das mensagens do público. A literatura sobre as realizações e limites da ouvidoria da EBC é crescente, destacando-se Paulino e Silva (2013) e Coelho e Paulino (2020).

O estatuto da Rede Minas (*Decreto nº 47747*, 2019) prevê, no artigo 5º, uma vaga para “um cidadão de ilibada reputação e de destacada atuação na área cultural” em seu Conselho Curador. Mas a vaga deve ser preenchida por indicação do governador, atribuindo perfil de indicação política e não necessariamente de representação da sociedade. Também há vaga para representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado de Minas Gerais e de instituições de ensino superior com sede em Minas Gerais e com curso regular de Jornalismo. Apesar de identificarmos a dimensão de gestão da transparência nas decisões do conselho, por meio da publicidade de suas decisões, o acesso do público ao conselho foi restrito. E não está entre as competências do Conselho Curador (artigo 4º do estatuto) qualquer função de responsabilidade direta sobre eventuais vias de participação do público na gestão ou programação.

Nossa análise do documento sugere que a interação na Rede Minas é prevista para ser explorada no âmbito de estratégias de posicionamento de mercado. A instância da empresa responsável pelo atendimento ao público e processamento de suas eventuais contribuições é a gerência de marketing e comunicação social, que prevê, conforme o artigo 18 do estatuto, a função de

“criar e manter canais de relacionamento entre a TV Minas e seus diferentes públicos, bem como analisar e avaliar a satisfação pelos serviços prestados ao público”. Não há provisão de detalhamento da aplicação estatutária. Nos artigos do estatuto sobre a diretoria de jornalismo (artigo 20), gerência de redação (21) e gerência de conteúdo (22) não são mencionados eventuais canais de participação social.

A TV Cultura (SP) dispõe de Conselho Curador com a participação de representantes da sociedade. A composição do Conselho está designada em seu regimento interno. São 47 cadeiras. Entre os membros permanentes (natos), definidos no artigo 5º, estão os presidentes da União Estadual dos Estudantes (UNE), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e os reitores das universidades públicas estaduais, além da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da Faculdade Presbiteriana Mackenzie (Fundação Padre Anchieta [FPA], 2005). Os 23 (supostos) representantes da sociedade são “eleitos pela maioria absoluta do Conselho Curador dentre personalidades de ilibada reputação e notória dedicação à educação, à cultura ou a outros interesses comunitários” (artigo 3º), com mandato de três anos, renovação anual parcial e permitida uma reeleição. Além disso, “só poderão concorrer à eleição candidatos que tenham sua indicação subscrita no mínimo por oito conselheiros eleitos ou vitalícios” (artigo 3º, parágrafo 2º), o que, apesar da diversidade potencialmente estimulada pelo número de cadeiras, pode restringir a participação.

Nas atas de suas reuniões, é possível identificar como se dá a recepção de sugestões feitas por conselheiros representantes da sociedade civil. O Conselho Curador da TV Cultura atende as dimensões de acesso, gestão da transparência e aproveitamento.

Documentos de diretrizes editoriais apresentam eixos norteadores sinalizando que o conteúdo da TV Cultura pretende abrir-se como espaço de debate e mediação entre perspectivas diversas, mas sem determinar estratégias práticas para tal. Segundo as diretrizes do Conselho Curador para a programação jornalística, a emissora “deve apresentar essa diversidade como um mediador equilibrado, ponderado, equidistante dos debatedores que se posicionam dentro do escopo civilizado e democrático”, de modo que a mediação deve ser “capaz não apenas de identificar e dar espaço às vozes socialmente relevantes, mas de ... prover informações e análises e conduzir os debates de uma forma que propicie esclarecimento e construção de conhecimento” (FPA, 2017, pp. 2-3). Teoricamente, a participação social poderia se colocar nesse contexto, mas os documentos não detalham como essa direção deve ser explorada. Além disso, segundo o documento intitulado *Bases para a Elaboração do Plano Estratégico de Ação da Fundação Padre Anchieta*,

a fundação que administra a TV Cultura “partilha com a educação e a imprensa democráticas o ideal da formação de uma cidadania informada, qualificada e participativa” (FPA, 2016, p. 18), ideal que permanece, no entanto, sem efeitos aparentes, ao menos sobre eventuais formas de participação social na gestão e na programação da emissora.

Em síntese, considerando os resultados da análise das quatro emissoras, identificamos três formatos de compromisso organizacional com a participação, a saber: representação da sociedade em conselhos de gestão; ouvidorias; e princípios de jornalismo participativo.

O Conselho Curador da TV Cultura (SP) adota um formato de gestão que atende, parcial ou integralmente, às seis dimensões de participação definidas em nossa metodologia, enquanto o conselho de administração da EPC atende, parcial ou integralmente, a quatro das dimensões (Tabela 1). O Conselho Curador da Rede Minas acolhe a participação da sociedade de maneira muito restrita, e a EBC deixou de ter instância similar em 2016, conforme já apontado.

Tabela 1

Atendimento de dimensões de participação social em emissoras públicas

| | TVE Pernambuco | TV Brasil | Rede Minas | TV Cultura (SP) |
|--------------------|-------------------|-----------|------------|--------------------|
| expectativas | ○ | ○ | – | ○ |
| feedback | – | ○ | – | ● |
| acesso | ● | ○ | ○ | ● |
| transparência | ○ | ○ | ● | ● |
| profissionalização | ● | ● | ○ | ● |
| aproveitamento | – | ○ | – | ● |

Nota. ● Atende plenamente; ○ Atende parcialmente; – Não atende.

A ouvidora da EBC (TV Brasil), em função da visibilidade online de sua operação, apresentou-se como exemplo positivo de gestão de transparência, acesso e fonte de informação sobre expectativas, além de aproveitamento da interação do público. Sua existência é necessária para a manutenção de uma estrutura organizacional que fixe compromisso institucional com a participação. Manifestações enviadas via ouvidoria podem reverberar e impactar outras decisões da empresa, e isso pode eventualmente ser reconhecido, dada a transparência de seus canais de operação.

TV Cultura e Rede Minas não possuem instância com funções específicas de ouvidoria, apesar de manterem canal de relacionamento e atendimento. O da TV Cultura, inclusive, está designado em sua página web como “canal de

participação e atendimento”. A TVE Pernambuco mantém um ouvidor responsável por gerar boletins restritos à circulação interna.

Apesar do desempenho favorável no atendimento das dimensões de participação pela TV Cultura (SP), em função de seu Conselho Curador, e da TV Brasil, por sua ouvidoria, a performance das duas emissoras é prejudicada pela indeterminação das formas participativas de jornalismo. Ambas assumem o compromisso institucional com a participação no jornalismo – seja nos termos da *cidadania participativa*, na TV Cultura, ou na pauta colaborativa, na TV Brasil – mas não oferecem normatização prática e específica da aplicação de tais abstrações. Rede Minas e TVE Pernambuco não chegam sequer a indicar qualquer compromisso com jornalismo participativo.

Um impacto potencial identificado está na possível adoção de um mecanismo por uma emissora a partir da experiência de outra. Identificamos o possível impacto da TV Brasil sobre a Rede Minas: em uma das atas de reunião do Conselho Curador da Rede Minas, houve proposta de implantação de ouvidoria própria, seguindo o modelo da EBC.

Na TV Brasil, notamos, sobretudo, a fragilidade das práticas participativas. Apesar de suas diretrizes reconhecerem a importância da participação social, a empresa passou por duas intervenções que comprometeram o compromisso institucional com a participação e a própria existência da empresa como emissora pública. A primeira intervenção foi o fim do Conselho Curador, em 2016, e a segunda foi a fusão da TV Brasil com o canal governamental NBR, em 2019. Ambas podem ser consequência da fragilidade do sistema público de radiodifusão nacional, sujeito a decisões do governo de turno que contrariam e modificam determinações anteriores, com resistência localizada. Em dezembro de 2020, o grupo Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, formado por diversas entidades da sociedade civil, lançou a Ouvidoria Cidadã da EBC. A iniciativa recebe, analisa e processa a atuação da empresa e publica relatórios periódicos⁶. Mas, dada a escassez da percepção da relevância das emissoras públicas entre a sociedade em geral, conforme sugerido pela literatura (Brandão, 2012; Duarte, 2011; Lima, 2015; Matos, 2009, 2012), as mudanças não geraram comoção pública significativa.

A literatura nacional e internacional sugere que a participação social é fundamental na gestão das emissoras públicas (Jakubowicz, 1998; Leal Filho, 2016; Spassov, 2010). A diversidade de instrumentos e formatos de participação tem crescido, tornando mais ricas e complexas as interações, inclusive por meio da tecnologia (Carpentier, 2011, 2012; Carpentier et al., 2013). No entanto, no Brasil, encontramos limitações. A participação como compromisso

⁶ Apuramos que os relatórios estão disponíveis na rede social da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública (<https://www.facebook.com/emdefesadaEBC/>) e na página web que mantém a memória do extinto Conselho Curador (<https://conselhocurador.ciranda.net/>).

organizacional existe fixada em dispositivos normativos somente em quatro das 23 emissoras públicas mantidas por governos federal e estaduais e por universidades federais, e mesmo nessas quatro encontramos oportunidades importantes de aperfeiçoamento, em busca de ampliação, especificação e estabilidade de instâncias e práticas participativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos o compromisso organizacional com a participação social em 23 emissoras de televisão públicas brasileiras a partir da análise de documentos editoriais, de conduta e relatórios presentes em suas páginas web institucionais. Identificamos o compromisso em somente quatro das 23 emissoras analisadas. Foi possível diferenciar três práticas de manifestação desse compromisso: ouvidorias, conselhos de gestão e princípios de jornalismo participativo.

O desenvolvimento de políticas internas de gestão na radiodifusão pública no Brasil exhibe experiências participativas com propostas e resultados relevantes. Mas a sobrevivência de muitas das conquistas está ameaçada por cenários políticos adversos. A fragilidade da regulação do setor sustenta um cenário desfavorável ao atendimento de aspectos normativos da comunicação pública.

Concluimos que, de modo geral, há baixa aderência à participação como princípio organizacional nas emissoras públicas de televisão. Se partirmos do pressuposto de que o sistema público de radiodifusão deveria atender a demandas democráticas advindas da participação social, podemos considerar que o sistema está em risco. Com escassos e frágeis mecanismos de participação social, a existência das emissoras permanece sujeita a decisões dos governos de turno.

Apesar disso, algumas experiências se destacam e podem servir de modelo para a elaboração de políticas para o setor. Destacamos o modelo do conselho de administração da EPC e a ouvidoria da EBC para instâncias de gestão organizacional e a menção do jornalismo participativo na EBC e na TV Cultura para instâncias de produção de conteúdo. Vale lembrar, contudo, que essas referências se restringem ao plano teórico, uma vez que a implementação do jornalismo participativo não foi avaliada na prática.

Mesmo que atuem em um cenário desfavorável, as emissoras públicas fornecem eventualmente inspiração para o avanço de modelos democráticos para a comunicação pública. Torna-se necessário que esses exemplos excepcionais se tornem regra para o estabelecimento de um sistema público estável e democrático. ■

REFERÊNCIAS

- Bigliuzzi, R. (2007). *A Constituição domada: Democracia e o conselho de comunicação social* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório institucional da UnB. <https://bit.ly/3aupFPP>
- Bolaño, C. R. S., & Brittos, V. (2016). TV pública: Uma proposta para a reestruturação da TV de massa no Brasil. In I. Moraes Filho & J. Domingues (Eds.), *Sobre a mídia que queremos: Comunicação pública, direitos humanos & democracia* (pp. 155-165). Centro de Cultura Luiz Freire.
- Bolaño, C. R. S. (2007). *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* Paulus.
- Brandão, E. P. (2012). Conceito de comunicação pública. In J. Duarte (Org.), *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público* (pp. 1-33). Atlas.
- Buriti, P. L. A., & Carvalho, J. M. (2012). *EBC e Conselho Curador: Os embates enfrentados para consolidação do campo público* [Apresentação de trabalho]. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza, CE, Brasil.
- Carpentier, N. (2011). *Media and participation*. Intellect.
- Carpentier, N. (2012). The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate? *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 14(2), 165-177. <https://doi.org/10.4013/fem.2012.142.10>
- Carpentier, N., Dahlgren, P., & Pasquali, F. (2013). Waves of media democratization: A brief history of contemporary participatory practices in the media sphere. *Convergence*, 19(3), 287-294. <https://doi.org/10.1177/1354856513486529>
- Carvalho, M. M. (2009). *Ambiguidade no princípio da complementaridade entre os sistemas de radiodifusão na CF: Inoperância regulatória, crise do Estado e domínio privado* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório institucional da UFPE.
- Coelho, J. F. G., & Paulino, F. O. (2020). Ombudsman e comunicação pública: A atuação da Ouvidoria da EBC nos seus primeiros 10 anos de existência. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 9(1), 61-79. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.9120209657>
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 5 de outubro). <https://bit.ly/3o25coG>
- Costa, S., & Brener, J. (1997). Coronelismo eletrônico: O governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história. *Comunicação & Política*, 4(2), 29-53.
- Decreto nº 47747, de 7 de novembro de 2019*. (2019, 7 de novembro). Contém o Estatuto da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. Governo de Minas Gerais. <https://bit.ly/3c4iMVz>

- Duarte, J. (2011). Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In M. M. K. Kunsch (Org.), *Comunicação pública, sociedade e cidadania* (pp. 121-134). Difusão.
- Empresa Brasil de Comunicação. (2008). *Norma de ouvidoria – NOR 104*. <https://bit.ly/3RtwXE0>
- Empresa Brasil de Comunicação. (2013). *Manual de jornalismo*. <https://bit.ly/3P4PjJP>
- Empresa Brasil de Comunicação. (2018). *Estatuto social*. <https://bit.ly/3nZ64KI>
- Empresa Pernambuco de Comunicação. (2018a). *Código de conduta e integridade*. <https://bit.ly/3O1Skt2>
- Empresa Pernambuco de Comunicação. (2018b). *Estatuto social*. <https://bit.ly/3P4PjJn>
- Empresa Pernambuco de Comunicação. (2018c). *Plano de negócios 2019. Estratégia de longo prazo 2018-2023*. <https://bit.ly/3uIuiMW>
- Fundação Padre Anchieta. (2005). *Regimento interno do conselho curador*. <https://bit.ly/3auvHQw>
- Fundação Padre Anchieta. (2016). *Bases para a elaboração do plano estratégico de ação da Fundação Padre Anchieta*. <https://bit.ly/3APD9QZ>
- Fundação Padre Anchieta. (2017). *Diretrizes do conselho curador da Fundação Padre Anchieta para a programação jornalística de suas emissoras*. <https://bit.ly/3yEexId>
- Herz, D. (1991). *A história secreta da Rede Globo*. Ortiz.
- Holtz-Bacha, C. (2003). Of markets and supply: Public broadcasting in Germany. In G. Ferrell Lowe & T. Hujanen (Eds.), *Broadcasting & convergence: New articulations of the public service remit* (pp. 109-1190). Nordicom.
- Jakubowicz, K. (1998). Normative models of media and journalism and broadcasting regulation in central and Eastern Europe. *International Journal of Communications Law and Policy*, (2).
- Kerbaui, M. T. M., & Demarchi, C. H. (2017). Marco regulatório da comunicação no Brasil: Atores envolvidos e políticas públicas. *Comunicação & Sociedade*, 39(2), 57-78. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n2p57-78>
- Leal Filho, L. L. (2016). A comunicação pública no Brasil. In I. Moraes Filho & J. Domingues (Eds.), *Sobre a mídia que queremos: Comunicação pública, direitos humanos & democracia* (pp. 139-154). Centro de Cultura Luiz Freire.
- Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. (2008, 7 de abril). Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. <https://bit.ly/3yzWgeR>

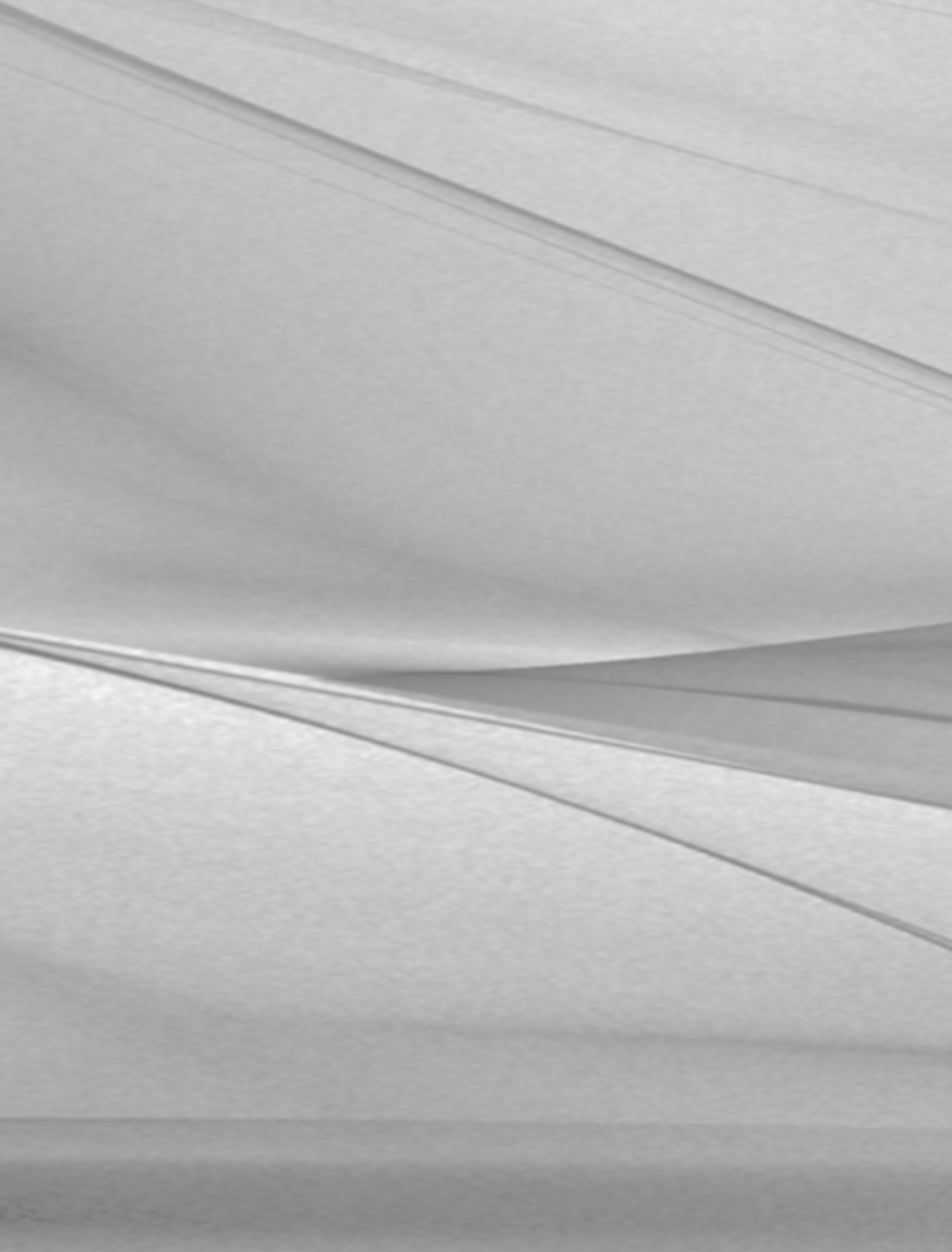
- Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017.* (2017, 1º de março). Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública e a organização da EBC. <https://bit.ly/3IAAFYh>
- Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991.* (1991, 30 de dezembro). Institui o Conselho de Comunicação Social. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8389.htm
- Lima, V. A. (2015). *Cultura do silêncio e democracia no Brasil: Ensaio em defesa da liberdade de expressão (1980-2015)*. Editora UnB.
- Lopes, I. S. (2013). Entrevista com Murilo César Ramos. EBC: Os avanços e os desafios depois de meia década. *Revista Eptic*, 15(2), 6-11. <https://bit.ly/3uIQX7>
- Matos, H. (2009). *Capital social e comunicação: Interfaces e articulações*. Summus.
- Matos, H. (2012). Comunicação pública, esfera pública e capital social. In J. Duarte (Ed.), *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público* (pp. 47-56). Atlas.
- Motter, P. (1994). O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. *Comunicação & Política*, 1(1), 89-116.
- Mungiu-Pippidi, A. (2003). From State to public service: The failed reform of state television in Central Eastern Europe. In M. Sükösd & P. Bajomi-Lázár (Eds.), *Reinventing media: Media policy reform in East-Central Europe* (pp. 31-62). Central European University.
- Open Society Institute. (2005). *Television across Europe: Regulation, policy and independence* (Vol. 1). <https://osf.to/3RsvuOc>
- Paulino, F. O., & Silva, L. M. (Orgs.). (2013). *Comunicação pública em debate: Ouvidoria e rádio*. Editora UnB.
- Paulino, F. O., Guazina, L., & Oliveira, M. (2016). Serviço público de mídia e comunicação pública: Conceito, contextos e experiências. *Comunicação e Sociedade*, 30, 55-70. [https://doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2485](https://doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2485)
- Peranic, B. (2006). *Accountability and the Croatian media in the process of reconciliation: Two case studies*. Oxford.
- Pieranti, O. (2018). *A radiodifusão pública resiste: A busca por independência no Brasil e no Leste Europeu*. FAC-UnB.
- Pieranti, O. (2019a). Confecom, 10 anos depois: Um debate necessário sobre a implementação das propostas aprovadas. *Chasqui*, (141), 274-288. <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i141.3837>
- Pieranti, O. (2019b). *Memórias das comunicações no Brasil: Entrevistas*. FAC-UnB.
- Pieranti, O. (2020). A radiodifusão pública é “cara demais”? Uma avaliação do orçamento da EBC. *Revista Eptic*, 22(3), 6-23.
- Spassov, O. (2010). Media and politics: The decline of the fourth estate? In G. Lozanov & O. Spassov (Eds.), *Media and politics* (pp. 174-189). Foundation Media Democracy; Konrad Adenauer Stiftung.

P

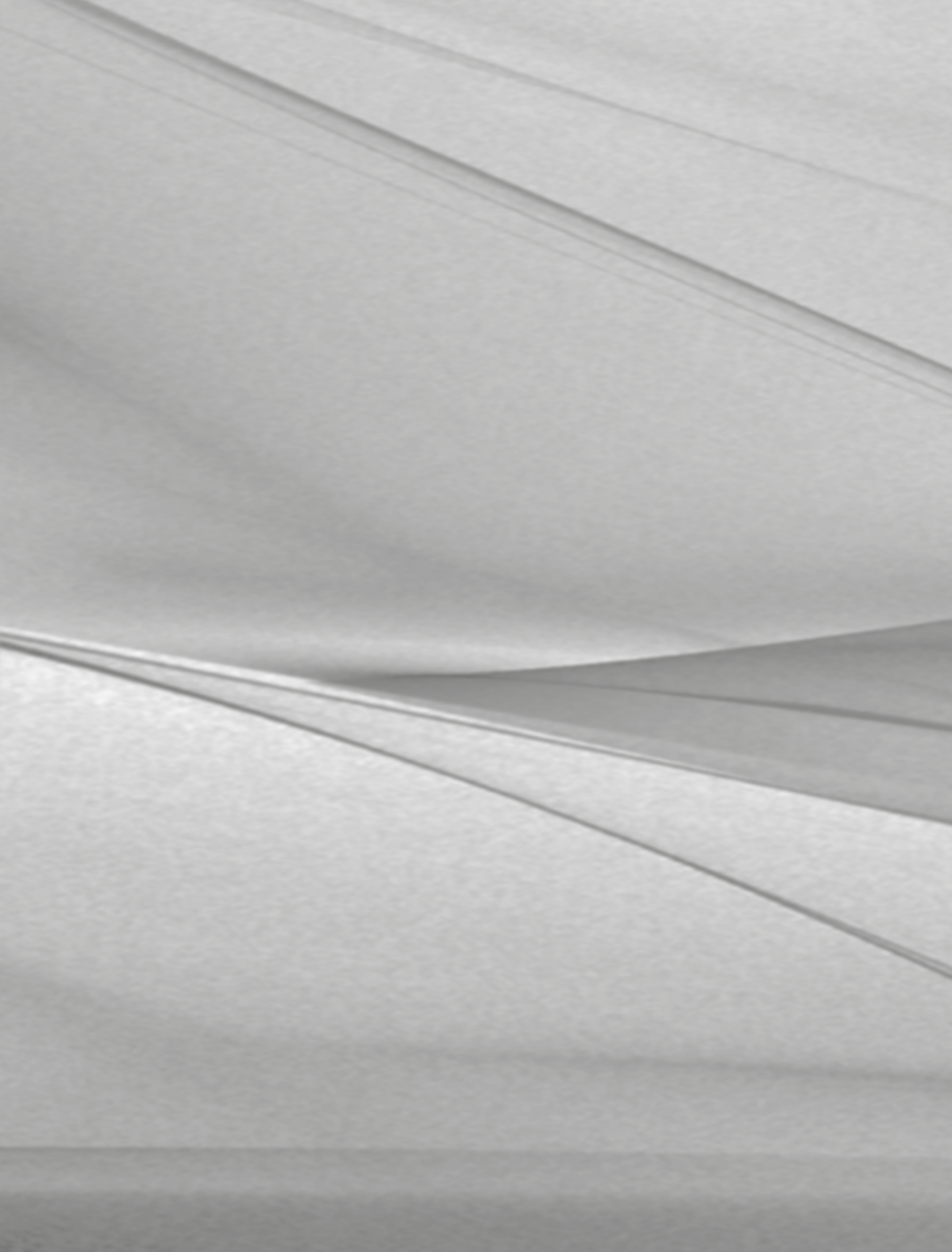
A participação como compromisso organizacional na TV pública

- Temer, A. C., Esch, C. E., Rebouças, E., Malcher, M. A., Prata, N., del Bianco, N. R., Lopes, S. C., & Zucoloto, V. (2019). Mapeamento das condições de funcionamento de rádios vinculadas a instituições públicas de ensino superior. In E. Albuquerque & N. Meireles (Orgs.), *Rádios universitárias: Experiências e perspectivas* (pp. 17-40). CCTA.
- Wimmer, M. (2014). *Direitos, democracia e acesso aos meios de comunicação de massa: Um estudo comparado sobre pluralismo interno na televisão*.
- Woldt, R. (2010). Public service broadcasting in Germany: Stumbling blocks on the digital highway. In P. Iosifidis (Ed.), *Reinventing public service communication: European broadcasters and beyond* (pp. 171-182). Palgrave Macmillan.

Artigo recebido em 4 de setembro de 2021 e aprovado em 23 de junho de 2022.



RESENHAS



Práxis da Análise Televisiva em Quatro Eixos Teórico-Methodológicos

Praxis of Television Analysis in Four Theoretical-Methodological Axes

LETÍCIA XAVIER DE LEMOS CAPANEMA^a

Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Cuiabá – MT, Brasil

RESUMO

Resenha do livro *Análise da Ficção Televisiva: Metodologias e Práticas*, organizado pelos professores Simone Rocha e Rogério Ferraraz. A publicação é fruto do diálogo entre grupos de pesquisa de três universidades brasileiras e uma chilena. Motivados pelos desafios metodológicos, culturais e contextuais dos estudos da ficção televisiva, os nove capítulos do volume propõem arranjos analíticos que se orientam em torno de quatro eixos teórico-metodológicos: *análise da televisualidade; análise inter-relacional; análise estilística e narrativa; e análise integral*. Trata-se de relevante contribuição à discussão metodológica da pesquisa em televisão, sobretudo para interessado(a)s em procedimentos analíticos.

Palavras-chave: Estudos de televisão, ficção televisiva, metodologia, análise televisiva

^aDoutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do bacharelado em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2697-8133>. E-mail: capanema.leticia@gmail.com

ABSTRACT

Review of the book *Análise da Ficção Televisiva: Metodologias e Práticas* [Analysis of television fiction: methodologies and practices], organized by Simone Rocha and Rogério Ferraraz. It's the result of a fruitful dialogue among research groups from Brazilian and Chilean universities. Motivated by methodological, cultural, and contextual challenges of television fiction studies, the nine chapters propose analytical arrangements oriented on four theoretical-methodological axes: *televisuality analysis; interrelational analysis; stylistic and narrative analysis; and integral analysis*. It is a relevant contribution to the methodological discussion of television research, especially for those interested in analytical procedures.

Keywords: TV Studies, TV Fiction, methodology, television analysis

Rocha, S. M., & Ferraraz, R. (Coords). (2019). *Análise da ficção televisiva: Metodologias e práticas*. Insular.

N O CAMPO DOS estudos da televisão, a questão do método tem ganhado relevância a partir do relativo abandono de abordagens demasiadamente generalistas e da adoção de perspectivas mais precisas e cientes das especificidades estilísticas, narrativas, contextuais e culturais dos programas televisivos. Afinal, como analisar um objeto tão complexo e plural como a televisão? Ao compreendê-la como *forma cultural* (Williams, 2016), entende-se que, para analisá-la em sua justa medida, seria preciso considerá-la não apenas como tecnologia, mas também como sociabilidade, linguagem, hábito, formato, gênero, discurso, estilo, interação, recepção e consumo. Em conexão com as perspectivas latino-americanas, voltadas ao estudo dos meios e das mediações (Martín-Barbero, 2009), *Análise da Ficção Televisiva: Metodologias e Práticas*, livro organizado por Simone Maria Rocha e Rogério Ferraraz, insere-se no debate metodológico dos estudos de televisão, com nove capítulos dedicados à análise da ficção televisiva, situando-a na conjunção da tecnologia com o contexto e a cultura.

O livro é resultado de diálogos iniciados em 2014 entre o Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura em Televisualidades, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e o Grupo de Pesquisa Inovações e Rupturas na Ficção Televisiva Brasileira, pertencente à Universidade Anhembi Morumbi (UAM). A partir da parceria, os grupos organizaram, em 2014 e 2015, a I e a II Jornada Intergrupos de Pesquisa, direcionadas ao tema da *análise audiovisual e aspectos culturais na produção televisiva*. Nos anos seguintes, o debate foi ampliado, abrigando a participação de outros(as) pesquisadores(as) no formato de seminários. Dessa maneira, o I PesqTV – Seminário de Metodologia de Análise de Produtos Televisuais ocorreu em 2016, na UFMG, e contou com a participação de membros do Grupo de Pesquisa Comunicação, Arte e Literacia Midiática, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Em 2018, realizou-se o II PesqTV – Novas Potencialidades e Novas Sensibilidades da Televisão Contemporânea, também na UFMG, ao qual se somou a participação de pesquisadores do Centro de Estudos Avançados sobre a Televisão da Universidade do Chile (UC).

Os encontros promovidos desde 2014 e o constante intercâmbio científico entre pesquisadores têm proporcionado o compartilhamento de ideias e contribuído para a consolidação dos estudos de televisão na América Latina. Ainda que articulem teorias, métodos e objetos distintos, os quatro grupos se unem no interesse em desenvolver metodologias de análise da televisão capazes

de alcançar suas especificidades e complexidades enquanto meio e forma cultural. Trata-se de um significativo esforço, visto que a televisão se configura como uma das experiências comunicacionais mais impactantes do século XX, que continua a exercer relevante papel na cultura latino-americana deste início do século XXI, estendendo seus domínios à esfera digital (Jost, 2019) e seguindo como fenômeno “cultural, político, social, econômico e esteticamente relevante” (Rocha & Ferraraz, 2019, p. 23). Assim, os nove capítulos reunidos no volume organizam-se em quatro partes, e cada qual explora uma proposta teórico-metodológica desenvolvida no âmbito dos grupos de pesquisa, reunindo um variado conjunto de estratégias para análise da ficção televisiva.

A primeira parte dedica-se à *análise da televisualidade* e apresenta estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura em Televisualidades (UFMG). No capítulo “Análise da Televisualidade e Proposições Sobre o Regime Estético Televisivo”, Simone Maria Rocha realiza a aproximação do conceito de visualidade, de William Mitchell, à análise do estilo televisivo, de Jeremy Butler. Dessa conjunção, a autora propõe o conceito da televisualidade para refletir sobre a experiência visual proporcionada pela televisão em suas dimensões estéticas e políticas. Partindo da observação das inovações estilísticas nas telenovelas brasileiras, a pesquisadora questiona em que medida tais inovações reformulam o regime estético da televisão e contribuem para o funcionamento político dos atos de ver. Nesse sentido, a autora realiza a análise de uma sequência da telenovela *A Força do Querer* (Kelly & Cavaco, 2017), na qual é explorado o tema da transexualidade, discutindo os mecanismos estéticos e políticos acionados na cena que expressa o conflito vivido por Ivana, personagem que se reidentifica como Ivan. Dessa maneira, o estudo se inscreve nas perspectivas de Jesús Martín-Barbero e de Walter Benjamin sobre a experiência estética, vinculando-a às dimensões sociais e políticas da experiência sensível e, assim, enriquecendo o debate sobre o regime estético televisivo. Assim, o capítulo aprofunda o modelo de Butler ao investigar a dimensão estética (pouco explorada pelo autor), fortalecendo-a como experiência do cotidiano e compreendendo a transexualidade pelo viés de sua televisualidade e, portanto, de sua visibilidade política e social.

No segundo capítulo, “‘Eu Sou Chique, Benhê!’ – A Televisualidade da Mestiçagem em Márcia, de *Chocolate com Pimenta*”, Olívia E. A. Resende dá continuidade à análise da televisualidade ao investigar o modo pelo qual a personagem Márcia interpela o público a experimentar o que é *ser caipira*. A pesquisadora parte dos estudos das visualidades, de Mitchell, e das televisualidades, de Rocha, para acessar as matrizes culturais do urbano e do rural que se revelam nos regimes de ver e mostrar acionados pela personagem de *Chocolate com Pimenta* (Augusto, 2003-2004). Para isso, recorre ao conceito de *picture*, proposto

por Mitchell, articulando-o à análise estilística formulada por Butler para assim compreender como se dá o compartilhamento de experiências sensíveis acerca das noções de urbano e rural. Tal percurso analítico leva a autora a concluir que a personagem Márcia cria uma *metaimagem* de identidades em sociedades constitutivamente mestiças (Martín-Barbero, 2009), como a latino-americana. Assim, a *rurbanidade* da personagem revela contradições que envolvem a trama das culturas híbridas (García Canclini, 2015), demonstrando como a televisão brasileira é capaz de expressar, por meio de sua televisualidade, a complexidade das experiências culturais.

Fechando o segmento dedicado à análise da televisualidade, Marcos Vinicius Meigre e Silva assina o terceiro capítulo, “Imagens que Perturbam, Imagens que Confundem: Fissuras na Representação Visual da Mediunidade em Telenovelas”, no qual discorre sobre processos estilísticos e culturais em telenovelas espíritas realizadas pela Rede Globo. Com um corpus constituído de três telenovelas – *A Viagem* (Granato, 1994); *Alma Gêmea* (Augusto, 2005-2006); e *Além do Tempo* (Kelly, 2015-2016) –, o autor busca compreender os aspectos estilísticos da representação televisiva da mediunidade e como tais aspectos poderiam revelar transformações socioculturais acerca da espiritualidade. Por meio da seleção de eventos narrativos vinculados à manifestação mediúnica, o pesquisador examina seus recursos estilísticos e constata um certo desenvolvimento da visibilidade espírita na telenovela brasileira. Dessa maneira, recorrendo às *pictures* de Mitchell, observa um primeiro movimento marcado pelo didatismo, necessário ao descortinamento do tema espírita, passando por uma representação obscura da espiritualidade e, por fim, atingindo uma abordagem mais naturalista de um tema que passa a ser tratado de maneira mais aberta no plano sociocultural. Assim, o estudo reafirma os méritos científicos da aliança entre os estudos visuais e a estilística em prol do enriquecimento da análise televisiva.

Na segunda parte do livro, adentramos no campo da *análise inter-relacional* desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Comunicação, Arte e Literacia Midiática (UFJF). O grupo tem se dedicado ao estudo das relações entre produção e consumo de conteúdos midiáticos na cultura da convergência, buscando compreender em que medida essa interação estimula a chamada literacia midiática. A partir desse escopo, Gabriela Borges e Daiana Sigiliano (2019a) apresentam dois estudos voltados à análise inter-relacional que envolvem o *twittertainment*, a *social TV*, a qualidade na televisão e a literacia midiática. No quarto capítulo, “A Ficção Seriada Brasileira no Século XXI: Inter-Relações entre a Qualidade e a Literacia Midiática”, as pesquisadoras resgatam o debate sobre a questão da qualidade na televisão e propõem sua atualização por meio do estudo da ficção televisiva no ambiente de convergência midiática. Com base nessa revisão,

elencam indicadores de qualidade que orientam as análises por meio de uma abordagem semiótica que relaciona aspectos do plano da expressão e do conteúdo. Dessa maneira, o estudo empreende a audaciosa análise de cinquenta obras (minisséries, séries episódicas e séries com ação transmídia) produzidas no período de 2000 a 2016 por canais brasileiros abertos e por assinatura, identificando indicadores como intertextualidade, escassez de setas chamativas, efeitos especiais narrativos, recursos de *storytelling* e *transmedia literacy*. Por meio da análise inter-relacional, o estudo objetiva alcançar o “entendimento do papel do público, e por conseguinte, de sua literacia midiática, na interação com a obra” (p. 117). Assim, o capítulo apresenta uma importante contribuição ao trazer renovadas discussões sobre a questão da qualidade na televisão no contexto da cultura da convergência, relacionando-a aos estudos da literacia midiática.

Em “Literacia Midiática e os Fãs de Telenovela: Uma Análise do *Twittertainment* na *Social TV* Brasileira”, quinto capítulo do volume, Borges e Sigiliano (2019b) dão prosseguimento às discussões, dessa vez, destacando as práticas do *twintertainment* na *social TV* em telenovelas brasileiras. Partindo dos estudos da literacia midiática, o artigo considera a análise inter-relacional como “o diálogo entre os processos de produção e engajamento” para “refletir sobre os conteúdos produzidos pelos telespectadores interagentes no *twintertainment*” (p. 121). O termo é compreendido pelas autoras como uma apropriação crítica e criativa de conteúdos midiáticos por parte de fãs por meio do Twitter, articulando o conceito à literacia midiática e transmídia. Dessa maneira, Borges e Sigiliano analisam características de duas práticas derivadas do *twintertainment*: o *twitter literacy* e o *remix literacy*. Tais práticas materializam a interação de telespectadores com o universo ficcional de telenovelas, desenhando-se como profícuos objetos para pesquisas que se situam no cruzamento da literacia midiática com os estudos da televisão no contexto da convergência.

A terceira parte do livro compreende dois capítulos voltados à *análise estilística e narrativa*. Frutos de investigações desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Inovações e Rupturas na Ficção Televisiva Brasileira (UAM), os estudos analisam aspectos formais e narrativos na teledramaturgia. A partir desse escopo, os integrantes do grupo adotam distintas perspectivas teórico-metodológicas, contudo, unidas pelo objetivo de identificar a presença ou não de transformações na ficção televisiva. Assim, no sexto capítulo, “O Retorno a um Mundo Estranho e Maravilhoso: *Twin Peaks: The Return* e o Inquietante Freudiano”, Rogério Ferraraz e Maria Ignês Carlos Magno se debruçam sobre a celebrada série *Twin Peaks* (Frost & Lynch, 1990-1991; Frost et al., 2017), que, nos anos 1990, rompeu com os padrões estilísticos e narrativos e introduziu na TV aberta a inusitada mistura da *soap opera* com o estranho universo de David Lynch.

Dessa maneira, o conceito freudiano de *inquietante* é mobilizado, e a partir dele os autores buscam compreender o retorno de *Twin Peaks*, em 2017, vinte e cinco anos após o encerramento da segunda temporada. Assim, o estudo coteja esses dois momentos da série, buscando identificar a presença ou não de recorrências daquilo que denominam estilo lynchiano.

Já em “Narrativa e Estilo na Ficção Televisiva Brasileira Infantojuvenil: Poéticas da Migração na Telenovela *As Aventuras de Poliana* (SBT)”, sétimo capítulo do volume, o pesquisador João Paulo Hergesel (2019) trata da telenovela infantojuvenil, segundo ele, um produto televisivo pouco adotado pela televisão aberta brasileira, mas que apresenta relevância e significativa audiência no SBT. Assim, o pesquisador empreende uma análise narrativa e estilística de *As Aventuras de Poliana* (Boury, 2018-2020), destacando cenas que abordam os relatos do coprotagonista João sobre as peripécias de sua jornada migratória do sertão cearense à capital paulista. Para realizar a análise, Hergesel se vale da telepoética proposta por Jeremy Butler, articulada aos estudos da composição audiovisual de David Bordwell e às estratégias linguísticas definidas por Charles Bally. Ao investigar elementos temáticos, narrativos e estilísticos das cenas selecionadas, o autor classifica a telenovela como uma *dramédia pueril* dotada de nuances poéticas de grande “potência comunicativa que vai além do convencional, mesmo em se tratando de uma sequência majoritariamente estereotipada” (p. 199). Dessa maneira, o capítulo, ao destacar a telenovela infantojuvenil, contribui para a investigação desse segmento pouco visitado pela TV aberta e pelos estudos de televisão.

Por fim, dois capítulos compõem a quarta parte do livro, dedicada à *análise integral*, metodologia adotada por pesquisadores do Centro de Estudos Avançados sobre a Televisão (UC). A análise integral consiste na investigação das relações estabelecidas entre a produção, o texto, a recepção e o contexto de uma obra televisiva. Assim, no oitavo capítulo, “El Estudio de las Historias de la Ficción Televisiva Chilena: Aproximación Metodológica para un Análisis Integral” (O estudo de histórias de ficção televisiva chilena: aproximação metodológica para análise integral), Javier Mateos-Pérez e Gloria Ochoa Sotomayor empreendem a análise de três séries chilenas: *Los 80* (Gesswein & Pereira, 2008-2014), *Los Archivos del Cardenal* (Gandara et al., 2011-2014) e *El Reemplazante* (Goldschmied & González, 2012-2014). São obras que abordam, por meio da ficção, os últimos cinquenta anos do país – desde a ditadura civil militar instaurada em 1973 até os dias atuais. Além disso, são séries positivamente avaliadas pela crítica, pela indústria e pelo público, alcançando grandes audiências e, por isso, consideradas importantes na constituição do imaginário coletivo chileno. Por meio de uma aproximação integral, o estudo examina os contextos sociopolíticos,

econômicos e televisivos que permitiram a realização das séries. Em seguida, são analisadas suas propostas audiovisuais e narrativas. Por fim, investiga-se a recepção dessas obras, em especial, pela audiência juvenil, visto que se trata de uma geração que não vivenciou os fatos relacionados à ditadura chilena representados nas ficções. Assim, compreende-se tais programas como fenômenos resultantes da conjunção de contextos, conteúdo, materialidade narrativa e audiovisual e sentidos da recepção. Os principais achados da pesquisa apontam para o relevante papel da televisão no crescente movimento memorialístico que tem ganhado propulsão no Chile, em especial quando se trata de acontecimentos históricos pouco estudados na educação formal. Ainda como resultados, o estudo apresenta pertinentes reflexões metodológicas, como a necessidade de se criar um método capaz de abordar as séries televisivas de maneira completa, como produto audiovisual massivo, bem como sua natureza e especificidade televisiva.

Dando seguimento ao tema das memórias históricas na ficção televisiva, Lorena Antezana Barrios apresenta o nono capítulo, “Docudramas Televisivos como Vehículos de Memorias Generacionales” (Docudramas televisivos como veículos de memórias geracionais). Nesse estudo, a autora adota o método integral para compreender como docudramas televisivos que abordam o período da ditadura civil militar chilena são interpretados por distintas gerações de telespectadores. Dessa maneira, Barrios destaca as séries *Ecos del Desierto* (Zúñiga & García, 2013) e *No* (Larraín, 2014), caracterizando-as como docudramas – visto que se inspiram em acontecimentos e nas vidas de personagens reais – e questiona que aspectos dessas obras atuam na construção de memórias coletivas de distintas gerações. Em seguida, o estudo investiga a produção, o conteúdo e as audiências dessas ficções televisivas. A partir de informações coletadas em entrevistas e grupos focais, a autora conclui que a geração que viveu o golpe de Estado outorga um valor documental às séries, buscando validar lembranças e relacionar a representação a acontecimentos, por vezes, por eles vivenciados. Já a segunda geração, composta por telespectadores que cresceram durante a ditadura, estabelecem uma relação mais afetiva, atribuindo valor melodramático e situacional às obras. Por fim, a terceira geração, que não vivenciou qualquer tipo de experiência no período da ditadura, atribui um valor histórico e emocional às séries, vinculando-se emocionalmente e estabelecendo balanços críticos dos acontecimentos históricos e políticos. Ressalta-se a relevância desses dois últimos capítulos em refletir sobre a ficção televisiva em processos memorialísticos que colocam em relação passado e presente.

Após percorrer os nove capítulos brevemente apresentados nesta resenha, em conclusão, reconhecemos a contribuição do livro ao apresentar metodologias mais precisas que possibilitem resultados consistentes no sentido de alcançar

a capacidade da televisão de dialogar com a cultura e a sociedade em que está inserida. *Análise da Ficção Televisiva: Metodologias e Práticas* apresenta ao(à) leitor(a) um conjunto fundamentado de estratégias metodológicas voltadas à análise da televisão, em especial da ficção televisiva, somando-se a obras não menos importantes, como *Análise do Programa Televisivo* (2018), de Arlindo Machado e Marta Lucía Vélez. Propondo quatro perspectivas metodológicas de relevância para os estudos contemporâneos da televisão, o volume oferece um panorama de possíveis caminhos analíticos da ficção televisiva, todavia, sem a pretensão de esgotar ou encerrar a questão do método no estudo da televisão. Embora não seja seu objetivo, ao apresentar distintos processos de análise, o livro proporciona uma reflexão sobre a pluralidade de abordagens possíveis, demonstrando a potência não só de propostas teórico-metodológicas, mas igualmente de seus alinhamentos às perguntas colocadas a esse objeto tão complexo que é a televisão. ■

REFERÊNCIAS

- Augusto, A. (Diretor de Produção). (2003-2004). *Chocolate com pimenta* [Telenovela]. Rede Globo.
- Augusto, A. (Diretor de Produção). (2005-2006). *Alma gêmea* [Telenovela]. Rede Globo.
- Borges, G., & Sigiliano, D. (2019a). A ficção seriada brasileira no século XXI: Inter-relações entre a qualidade e a literacia midiática. In S. M. Rocha & R. Ferraraz (Coords.), *Análise da ficção televisiva: Metodologias e práticas* (pp. 103-120). Insular.
- Borges, G., & Sigiliano, D. (2019b) Literacia midiática e os fãs de telenovela: Uma análise do Twitertainment na social TV brasileira. In S. M. Rocha & R. Ferraraz (Coords.), *Análise da ficção televisiva: Metodologias e práticas* (pp. 121-145). Insular.
- Boury, R. (Diretor Geral). (2018-2020). *As aventuras de Poliana* [Telenovela]. SBT.
- Frost, M., Lynch, D. (Produtores Executivos). (1990-1991). *Twin peaks* [Série de televisão]. Lynch/Frost Productions; Propaganda Films; Spelling Television; Twin Peaks Productions.
- Frost, M., Lynch, D., & Sutherland, S. S. (Produtores Executivos). (2017). *Twin peaks: The return* [Série de televisão]. Lynch/Frost Productions; Propaganda Films; Spelling Television; Twin Peaks Productions; Showtime; Rancho Rosa Partnership.
- Gandara, S., Gonzalez, L., & Goldschmied, R. (Produtores Executivos). (2011-2014). *Los archivos del cardenal* [Série de televisão]. TVN.

- García Canclini, N. (2015). *Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Edusp.
- Gesswein, A., & Pereira, P. (Produtores Executivos). (2008-2014). *Los 80* [Série de televisão]. Canal 13.
- Goldschmied, R., & González, L. (Produtores Executivos). (2012-2014). *El reemplazante* [Série de televisão]. TVN.
- Granato, I. (Diretor de Produção). (1994). *A viagem* [Telenovela]. Rede Globo.
- Hergesel, J. P. (2019). Narrativa e estilo na ficção televisiva brasileira infanto-juvenil: Poéticas da migração na telenovela *As Aventuras de Poliana* (SBT). In S. M. Rocha & R. Ferraraz (Coords.), *Análise da ficção televisiva: Metodologias e práticas* (pp. 175-201). Insular.
- Jost, F. (2019). Extensão do domínio da televisão à era digital. *MATRIZES*, 13(2), 61-74. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i2p61-74>
- Kelly, A. (Produtora Executiva). (2015-2016). *Além do tempo* [Telenovela]. Rede Globo.
- Kelly, A., & Cavaco, R. (Produtores Executivos). (2017). *A força do querer* [Telenovela]. Rede Globo.
- Larraín, P. (Produtor Executivo). (2014). *No* [Série de televisão]. Fábula.
- Machado, A., & Vélez, M. L. (2018). *Análise do programa televisivo*. Alameda.
- Martín-Barbero, J. (2009). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Ed. UFRJ.
- Rocha, S. M., & Ferraraz, R. (Coords.). (2019). *Análise da ficção televisiva: Metodologias e práticas*. Insular.
- Williams, R. (2016). *Televisão: Tecnologia e forma cultural*. Boitempo; PUC-Minas.
- Zúñiga, C., & García, A. (Produtoras Executivas). (2013). *Ecos del desierto* [Série de televisão]. Chilevisión.

Artigo recebido em 12 de agosto e aprovado em 29 de dezembro de 2021.

MATRIZes é um periódico destinado à publicação de estudos que tenham por objeto a comunicação. Acolhe pesquisas teóricas e empíricas sobre processos comunicativos, meios e mediações nas interações sociais. Trata-se de uma publicação aberta às reflexões sobre culturas e linguagens midiáticas e suas implicações sociopolíticas e cognitivas. MATRIZes preserva o horizonte transdisciplinar do pensamento comunicacional e espera redimensionar conhecimento e práticas que contribuam para definir, mapear e explorar os novos cenários comunicacionais. No limite, MATRIZes busca ser um espaço de debates das diferentes perspectivas do campo da Comunicação.

